U. F. R. J.
BIBLIOTECA
- IPPUR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - IPPUR

FLORIANO JOSE GODINHO DE OLIVEIRA

BANGU - O SINGULAR E O PLURAL NA ORGANIZAÇAO DO ESPAÇO URBANO.

RIO DE JANEIRO
novembro de 1993

FLORIANO JOSE GODINHO DE OLIVEIRA

BANGU — O SINGULAR E O PLURAL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e regional em novembro de 1993.

Banca Examinadora

Profª. Drª. Tamara Egler (Orientadora)

Profª. Drª. Ana Clara Torres Ribeiro

Profª. Drª. Arlete Moyses Rodrigues

Profº Franklim Dias Coelho

RIO DE JANEIRO
novembro de 1993

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

OLIVEIRA, Floriano J. Godinho. O Singular e o Plural na Organização do Espaço Urbano. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 1993.

Palavras-chave: Bangu (Rio de Janeiro, RJ) - Geografia Urbana - Habitações Populares

O 48 OLIVEIRA, Floriano J. Godinho
O Singular e o Plural na Organização do Espaço Urbano / Floriano de Oliveira. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.
249 p.: il.; 21 cm
Tese (mestrado) - UFRJ?IPPUR, 1993
Bibliografia: P. 218 - 225
1. Bangu (Riode Janeiro, RJ) 2. Geografia Urbana
3.Habitações Populares 4. Tese (mestrado - UFRJ/IPPUR)
CDD 910091732

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

Dedico este trabalho às minhas filhas, Clarissa e Marina,
à minha esposa e companheira, Eveline,
e aos meus pais, José e Neuza.

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é, apenas, a última fase de um longo processo de estudo, no qual foram muitas as pessoas, instituições e amigos que contribuiram para sua realização. Todos sabem do meu reconhecimento.

Não poderia deixar, no entanto, de agradecer a alguns, em particular, que acompanharam e contribuiram nessa última fase.

De antemão, agradeço ao financiamento do *CAPES* e *CNPq*, para a realização do curso, e da *FAPERJ*, para a pesquisa de campo.

Inicialmente, quero lembrar dos amigos feitos nos "corredores da Geografia", que com seus estímulos e críticas potencializaram este trabalho: *Sheila Spada* e *Rogério Haesbaert*, professores da UFF, e os companheiros(a) de turma *Desirée, Luis Henrique, Artur Sérgio* e *Josinaldo*.

No IPPUR, quero registrar meu agradecimento a todos os professores, funcionários e colegas, sempre solidários com minhas dificuldades.

Dentre todos, quero agradecer a dedicação e a tolerância que *Tamara Egler*, minha orientadora, teve em todas as fases do curso e, em especial, na fase de redação. Sempre segura, paciente e afetuosa, me ajudou muito a superar minhas dúvidas, erros e incorreções teóricas. Da mesma forma, quero lembrar, aqui, de *Ana Clara Torres Ribeiro* de quem, além da discussão teórica enriquecedora em suas disciplinas, recebi muitos estímulos pessoais.

Dentre os funcionários, quero lembrar de *Leila* e *Mariza*, sem as quais nos perderíamos entre papéis e requerimentos, que são muitos, e já estavam sempre prontos quando precisávamos. Meu agradecimento, também, às bibliotecárias *Rosa, Ana Lúcia e Luíza*, sempre gentis e atenciosas com todos.

Fora dos quadros do IPPUR, não poderia esquecer do Professor

Cândido Grzybowski (IESAE/FGV), com quem tive a oportunidade de estudar.

Quero agradecer a atenção e contribuições teóricas e pessoais que me foram dadas por amigos que fiz nessa caminhada, em tempos próximos e espaços diversos: Armando Barros (UFF); Odette Seabra (USP); Victor Valla (ENSP/UFF/CEPEL), que por sua grande prática e imensa dedicação aos movimentos sociais, nos ensina a agir com paixão e nos faz crer na força do saber popular; e *Arlete Rodrigues*, que desde 1988 tenho encontrado nos fóruns da AGB e dos Movimentos Sociais Urbanos, sempre incansável e nos ensinando a fazer da Geografia um instrumento de nossa práxis.

Fiz quase todo o curso de mestrado dividindo o tempo de estudo com o trabalho no IBGE, o que só foi possivel pelo apoio de amigos como *Eurico de Oliveira*, que criou as condições favoráveis para que eu frequentasse o curso, e *Wanice Seixas*, uma defensora intransigente desse direito, além de *Graça Este* e *Luis A. Oliveira*, que me incentivaram durante a realização da pesquisa. Da mesma forma, agradeço ao amigo *Eliomar Coelho*, a quem eu prestava assessoria parlamentar, pelo estímulo para que eu me dedicasse aos estudos.

Durante a redação da dissertação, licenciado do IBGE, a tolerância e apoio dos amigos no novo local de trabalho foram decisivos. Quero agradecer a *Jorge Bittar* e *Regina Toscano* pela paciência e compreensão que tiveram nesses últimos meses para que eu pudesse concluir este trabalho.

Quero registrar, também, o apoio e simpatia com que fui atentido em várias instituições onde realizei a pesquisa. Em particular, a Srª *Nádia*, da administração da Fábrica Bangu, o Dr. Meirelles, da Companhia Imobiliária Bangu e aos muitos funcionários dos diversos órgãos públicos que visitei.

Da mesma forma, As dezenas de amigos que me ajudaram e acom-

panharam nas visitas ao bairro, quero deixar o meu muito obrigado.

No âmbito mais próximo, no cotidiano, familiar mesmo, quero agradecer a dois amigos de longa data: *Franklim Coelho*, que contribuiu com minha formação acadêmica desde os primeiros trabalhos, ainda na graduação, e cujas idéias, ideais e paixões têm sido uma importante referência; e *Cleber Lago*, sempre presente na horas mais difíceis e afetuoso em suas críticas acadêmicas e políticas.

Impossível deixar de falar sobre o apoio e entusiasmo de toda a minha família, em especial, meus pais, Neusa e José, a solidariedade incansável de minha sogra Thereza, o carinho e ajuda de todos os irmãos: Chico, Nê, Lia, Didi, Bico, Tonico e Eduardo.

Tudo isso, no entanto, não seria suficiente sem o apoio e amor de *Eveline* e nossas crianças, *Clarissa e Marina*. Eveline, mais do que apoio e dedicação, mais do que esforço de criação, mais do que paciência na revisão dos textos, mais do que noites em claro só para me fazer companhia, mais do que horas em bibliotecas pesquisando dados, mais do que tudo, soube ser mulher, mãe e companheira. Seu amor preencheu os espaços deixados por minha falta de tempo para a vida em família, transformando a inquietação das nossas crianças numa solidariedade silenciosa de quem sabe que *"papai está fazendo algo muito importante"*.

SUMARIO

INTRODUÇAO 2

CAPITULO I - CAPITAL, ESTADO e SOCIEDADE:

Trajetória de uma olhar sobre o espaço urbano

1.1 - Considerações iniciais 14

1.2 - Matrizes Teóricas do Pensamento Sobre o Urbano

1.2.1 - A ecologia humana e o pensamento neoclássico 20

1.2.2 - A contribuição da "Nova Sociologia Urbana" 25

1.3 - Novos Referencias Chegam à Geografia 33

1.3.1 - A discussão sobre a organização

do espaço social 33

1.3.2 - Conceitos e preconceitos sobre a cidade 36

1.3.3 - As visões homogeneizantes 39

1.4 - Aprofundando os novos referenciais 46

CAPITULO II - CAPITAL INDUSTRIAL E PROPRIEDADE FUNDIARIA

A Fábrica Bangu e a produção do lugar

2.1 - Considerações iniciais 54

2.2 - A Fábrica chega ao lugar

2.2.1 - A origem da propriedade fundiária

e de pendências futuras 55

2.2.2 - A instalação da fábrica e da vila operária 63

2.3 - A Fábrica produz o espaço

2.3.1 - As "casinhas da fábrica"

e a urbanização do lugar 68

2.4 - As lutas sociais: moradores/operários lutam

por mais "espaço" 81

2.5 - O loteamento das terras e a atuação

imobiliária da Companhia 89

CAPITULO III - O ESTADO AMPLIA O "ESPAÇO"

A produção estatal de habitações no lugar

3.1 - Considerações iniciais 99

3.2 - Estado e reprodução da força de trabalho 101
3.3 - A construção de conjuntos pelos institutos em Bangu.....104
3.3.1 - Os outros institutos em Bangu/Camará 112
3.3.2 - Os institutos e a Fábrica Bangu:
breve comentário 119
3.4 - A intervenção do Estado através COHAB-GB e do SFH
3.4.1 - Os conjuntos determinam um
novo padrão de habitação 121
3.4.2 - Novas identidades se constroem no lugar 127
3.4.3 - Novas formas e novos sentidos
ao espaço construído 134
CAPITULO IV - A SOCIEDADE (RE)PRODUZ O ESPAÇO
4.1 - Considerações iniciais 143
4.2 - A reapropriação pelo uso e sentido
4.2.1 - A fábrica perde "espaço" 144
4.2.2 - Os moradores/operários ocupam seu "espaço" 152
4.2.3 - O Estado deixa "espaço" aberto 154
4.3 - A produção da habitação pela ação direta dos moradores
4.3.1 - O Estado, a Fábrica Bangu e a favelização 156
4.3.2 - Outras favelas e invasões existentes no
bairro 160
4.3.3 - A história do lugar como instrumento de luta ...169
4.3.4 - O caso do "Bairro Jabour" 177
4.3.5 - Os loteamentos: uma forma secundária
de ocupação em Bangu 190
4.4 - Novos sujeitos coletivos se fazem presentes:
O Grupo Terra e Habitação e a FAMERJ 193
CONSIDERAÇÕES FINAIS 208
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS 219
ANEXO 1 227
ANEXO 2 249

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre as relações entre a organização social e a configuração espacial urbana. O local estudado é a Unidade Espacial de Planejamento de Bangu, da qual fazem parte os bairros de Bangu, Padre Miguel e Senador Camará. Investiga-se as formas de intervenção e interação dos principais agentes que atuam na produção da espacialidade urbana local, tendo-se como referência os processos sócio-espaciais que se desenvolveram, a partir da formação de um núcleo industrial, em 1889, com a instalação da fábrica de tecidos Bangu.

Adota-se uma perspectiva de análise dos processos de produção do espaço urbano na qual considera-se os sujeitos coletivos, como agentes produtores, além do estado e do capital. Tais sujeitos são compreendidos como agentes tendo-se como referência a forma como suas ações, intencionais ou não, repercutem na organização do espaço, transformando usos e dando novos sentidos à cidade.

O estudo aborda o papel desempenhado pela fábrica Bangu na urbanização inicial de grande parte do bairro, o impacto das políticas públicas de produção habitacional, significativas devido à quantidade de unidades construídas e, por fim, a repercução das ações dos moradores na produção do espaço local.

ABSTRACT

This piece of research is about the relationships social organisation and the urban space configuration. The area studied is the Planning Spatial Unit (Unidade Espacial de Planejamento) of Bangu, where there are the districts of Bangu, Padre Miguel and Senador Camará. It is studied the means of intervening and interacting of the main afents that act in the production of the local urban space, considering as a reference the social-spatial processes that developed since the formation of a local industrial centre, in 1989, with the installation of the Bangu cloth factory.

It is adopted an analysis perspective of the urban space production processes in which it is considered the colective elements, as productive agents, as well as the State and the capital. These elements are considered agents based on the way their actions, intentional or not, reflect in the space organisation, transforming its usages and giving new meanings to the city.

The research identifies the role acted by the Bangu factory in the initial urbanisation of the main part of the area, its impact on housing public policy, relevant as they were because of the large quantity of dwellings built in the area, and, finally, the repercussion of the local inhabitants´ actions in the local space production.

INTRODUÇAO

I - INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa é sobre a relação entre a organização social do bairro de Bangu e sua configuração espacial. Buscamos compreender a organização sócio-espacial do bairro e seus arredores, na atualidade, com base no estudo dos processos que se desenvolveram, a partir da formação de um núcleo industrial em 1989, com a instalação da Companhia Progresso Industrial do Brasil, Fábrica Bangu.

Bangu é um bairro situado, geograficamente, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, em uma das duas áreas de planejamento contidas na região, a AP-5, que é constituída pelas Regiões Administrativas de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

A área objeto da investigação compreende, além do bairro de Bangu, também os de Padre Miguel e Senador Camará (que formam uma unidade espacial de planejamento - UEP Bangu) (mapa 1), que, devido ao processo histórico de suas formações, trazem em sua organização sócio-espacial uma significativa identidade.

O bairro de Bangu localiza-se em um planalto entre a Serra de Bangu e do Mendanha e é ligado ao centro funcional da cidade, principalmente, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal Santa Cruz, e pela Av. Brasil. Ambas cortam o bairro no sentido leste-oeste, sendo que a estrada de ferro o corta ao meio e a Av. Brasil mais ao norte, próximo à Serra do Mendanha.

A UEP Bangu têm, ao todo, uma área de 6.684,9 ha, o que corresponde a, aproximadamente, 54% da área total da XVII Região Administrativa e 5,3% da área total do município.

MAPA 1

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal
de Planejamento e Coordenação Geral
Superintendência de Planejamento Urbano

N

MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU
MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

XVII-RA BANGU
XVIII-RA CAMPO GRANDE
XIX-RA SANTA CRUZ
XXII-RA ANCHIETA
XIV-RA IRAJA
XV-RA MADUREIRA
XVI-RA JACAREPAGUA
XXIV-RA BARRA DA TIJUCA
XI-RA PENHA
XII-RA MEIER
XIII-RA ENGENHO NOVO
IX-RA VILA ISABEL
VIII-RA TIJUCA
XXI-RA I. DE PAQUETÁ
XX-RA ILHA DO GOVERNADOR
I-RA PORTUARIA
II-RA CENTRO
III-RA RIO COMPRIDO
IV-RA BOTAFOGO
V-RA COPACABANA
VI-RA LAGOA
VII-RA SÃO CRISTOVÃO
I-RA SAMPAIO

BAIA DE GUANABARA
BAIA DE SEPETIBA
OCEANO ATLÂNTICO

LEGENDA
------ LIMITE DE BAIRRO
– – – LIMITE DE REGIÃO ADMINISTRATIVA

ESCALA GRÁFICA
1Km 0 1 2 3Km

BIBLIOTECA
— IPPUR —

A população da UEP é de 370.409 habitantes (IBGE, 1991) - distribuídos entre Bangu (211.159), Senador Camará (96.823) e Padre Miguel (62.427). Desta forma, a área em questão tem cerca de 62% da população total da XVII Região Administrativa (estimada em 595.268 habitantes) e cerca de 6,7% da população total da cidade (cuja estimativa, para 1991, era de 5.472.967 habitantes).

Apesar de ter uma área total e um índice de ocupação muito significativos para a cidade como um todo (9,7% da área total e 10,8% da população municipais) a XVII R.A. não alcança a mesma significação quando nos reportamos aos indicadores econômicos.

Dos 117.247 estabelecimentos comerciais e industriais do município, localizam-se na R. A. apenas 4.572, cerca de 3,9% do total. Trata-se de indústrias (3,8% do total no município), comércio varejista (5,3%), atacadista (3.0%), setor de serviços (2,9%) e Bancos (0,1). Esses dados já nos permitem apontar as causas da necessidade de deslocamento cotidiano da população. As ofertas de trabalho, majoritariamente, fora do bairro, forçam intensos e demorados deslocamentos que acabam por caracterizar os lugares, de certa forma, como bairros-dormitório.

O perfil sócio-econômico da população é caracterizado predominantemente pela baixa renda dos moradores. No caso dos bairros de Bangu, Senador Camará e Padre Miguel, a taxa média de rendimento familiar apresentava-se, em 1980, segundo dados do IBGE, para 11,3% da população, entre 2 e 3 salários mínimos; para 34,7% da população, entre 3 a 4 salários mínimos; para 26,3% da população, de 4 a 5 salários mínimos; e apenas para 11,2%, de 5 a 6 salários mínimos. Com redimentos domiciliares acima de 6 salários mínimos, somente 16,2% da população, numa proporção sempre decrescente.

Tudo isso se reflete na relação demanda/oferta de serviços públicos. Para uma população majoritariamente de baixa renda, ainda

que, em alguns casos, o número de equipamentos da área esteja na média observada no total do município, a oferta tem estado sempre aquém das necessidades.

Em termos habitacionais, sua formação espacial tem, como característica predominante, a produção da habitação em lotes urbanizados pela Fábrica Bangu e em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado.

A Companhia Progresso Industrial do Brasil, que foi proprietária de aproximadamente 4.000 ha de terra, construiu, junto ao prédio da fábrica, uma vila operária e iniciou a ocupação urbana através de loteamentos em seu entorno (6.236 lotes urbanizados entre 1936 e 1959) e 351 novas casas em um conjunto de casas geminadas (CPIB - arquivos).

A partir de 1946, inicialmente através dos Instituros Previdenciários (1946 a 1955) e COHAB-GB (1962) e posteriormente com recursos do Sistema Financeiro da Habitação - SFH (1964 a 1986), Caixa Econômica Federal e Prefeitura (1987 a 1993), o Estado produziu 34.785 mil novas unidades residenciais destinadas a atender, prioritariamente, a política de remoções das comunidades faveladas das áreas mais valoriadas da cidade.

Também em terras do Estado ou da fábrica, é marcante a presença de 37 favelas que identificamos terem sido geradas numa associação direta com os conjuntos habitacionais, produzidos pelo Estado, e a ocupacão das terras da Companhia (Fábrica Bangu), cuja propriedade é constestada pelos ocupantes.

A compreensão dos processos que dão forma e conteúdo à área estudada é parte fundamental deste trabalho. Busca-se, aqui, uma forma de análise que, referenciada na reconstituição da história do lugar, amplie as possibilidades de uma compreensão mais totalizado-

ra de sua espacialidade e mais esclarecedora sobre sua articulação com as formas que organizam a espacialidade da cidade como um todo.

Neste sentido, nossa compreensão é de que a história do lugar, e de forma mais ampla a da própria cidade, é produzida numa contínua luta de dominação e insubordinação na qual os moradores instituem movimentos e ações, individuais e coletivas, que marcam e se realizam na organização sócio-espacial dos lugares através de formas particulares de (re)produção do espaço e do lugar.

Não poderíamos, então, deixar de recuperar e discutir as ações dos moradores como práticas sociais de atores que interveêm, ao lado do capital (fábrica) e do Estado (condições gerais de produção, circulação de mercadorias e equipamentos de uso coletivo), na produção do espaço urbano e na organização do território, desse bairro, desse lugar.

Para possibilitar a forma de análise pretendida, usamos um referencial analítico utilizado pelo pensamento geográfico, no qual contribuições da economia e da sociologia urbana são incorporadas à definição dos conceitos de espaço e território como instrumentos fundamentais na compreensão da organização da cidade, considerando as múltiplas dimensões de sua produção. Para os fins deste trabalho, consideramos as contribuições, nesse campo, de Bertha Becker (1983), Milton Santos (1985 e 1987) e Antonio Robert de Moraes (1986), entre outros.

Esse referencial analítico, no entanto, só tornou-se mais claro e organizado a partir de uma maior compreensão da dimensão do vivido na produção do espaço e de territorialidades diversas que nele se articulam. Quem contribui para este "pensar a cidade", que incorpora a dimensão das práticas, usos e sentidos na sua produção, é Henri Lefebvre (1976, 1978 e 1983).

A delimitação de nosso objeto de estudo, e a definição das

metodologias de análise e de pesquisa que o objeto requer, devem-se menos a uma escolha feita em um momento específico e mais a um processo. Um processo de vida onde a consciência do espaço, produzida como morador em uma área ocupada predominantemente por população de baixa renda, interrelacionou-se, através de confrontos, conflitos e tentativas de sínteses, com a consciência do espaço apreendida e ampliada pela teoria. Teoria com a qual tomamos contato em momentos e circunstâncias diversas: ora em atuações no movimento organizado e no trabalho político-partidário, ora diante dos desafios postos por uma atuação profissional como geógrafo, ora nos estudos e reflexões mais sistematizados propiciados pela academia.

Não é demais dizer, portanto, que o local escolhido para a investigação é o bairro onde nasci e vivi até bem pouco tempo. Criado no bairro, convivi com aspectos contraditórios de sua organização sócio-espacial que, só gradualmente, no decorrer de uma história de vida, foram tornando-se mais compreensíveis.

Nesse percurso, foi-se desenhando o objeto deste estudo. O trabalho de assessoria parlamentar na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o ingresso no mestrado de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, no IPPUR, e as diversas participações nos congressos da Associação dos Geógrafos Brasileiros potencializaram meu novo encontro com Bangu, um encontro que não mais pode se dar sem qualquer das dimensões de conhecimento do espaço vividas e apreendidas nesse processo.

Uma das preocupações que orienta este trabalho, portanto, é evitarmos as armadilhas de estudos unilaterais ou de "mão única", onde, respectivamente, ou seriam averiguados na materialidade da cidade apenas os aspectos decorrentes de uma ação direta do morador (como se este fosse um ator autônomo, independente) ou se utilizaria um único elemento para simples refutação de outro - seja o co-

nhecimento cotidiano refutando as teoria urbanas, seja tais teorias refutando esse conhecimento construído nas práticas cotidianas, como se os trabalhadores tivessem seu comportamento totalmente submetido à dinâmica do capital.

Por isso, nosso estudo foi organizado de forma tal que seus dois movimentos essenciais - a reflexão teórica e a pesquisa empírica e documental - se articulassem permanentemente. Assim, tanto foi possível colher na teoria novas pistas para a pesquisa, quanto colher na pesquisa questionamentos que tornaram a reflexão teórica mais rica.

Após alguns percalços, acreditamos que conseguimos também dar ao texto essa forma, composta de dois movimentos essenciais que se articulam e influenciam mutuamente. No primeiro movimento, a organização e a revisão crítica dos referenciais teóricos que nos informam sobre a produção do espaço urbano caminham no sentido de demarcar a trajetória adotada para nos acercarmos dos acontecimentos do lugar que, por vezes, quebram certezas e fazem das dúvidas e dos questionamentos motivo de novas reflexões teóricas. No segundo movimento, no qual buscamos reconstituir os processos que formam e informam sobre o lugar, deixamos que, das situações comuns e das informações que podem nos parecer óbvias possa brotar a análise teórica como momento de desvendamento das aparências, de encontro de elos entre fatos e formas aparentemente desarticulados, de busca de novos sentidos para antigas constatações.

A pesquisa foi realizada em duas direções que, articuladas, compuseram o material para a produção desta dissertação. Dedicamo-nos a um resgate histórico da organização social do lugar, onde optamos por analisar sua historicidade a partir da identificação dos agentes produtores do espaço: as diferentes estratégias do Capital e do Estado, na imposição de novos rítmos ao processo de organiza-

ção social do espaço, e as ações dos sujeitos individuais e coletivos na produção do espaço e nas estratégias de resistência.

Utilizamos, para isso, fontes bibliográficas a respeito da história da fábrica, das lutas sindicais e dos conflitos fundiários; e fontes documentais sobre as mesmas questões, como relatórios da Fábrica Bangu e do Estado, arquivos de jornais e periódicos.

Entretanto, o material mais rico e que nos reservaria as principais descobertas foi colhido em pequenos acervos individuais e em uma memória social cujo registro e sistematização parece ser completamente irrelevante para os órgãos oficiais. Esses acervos, compostos de cartas, artigos de jornais e fotos guardados por antigos moradores, além dos fatos e sentidos recuperados numa história oral registrada em diversas entrevistas, são guardados e repassados sem que, muitas vezes, se tenha a consciência de que história ali contada não faz parte apenas de processos individuais e familiares.

Por este motivo, há que se considerar que as informações encontradas nesses acervos individuais ou na memória dos antigos moradores merecem uma leitura especial, já que seus processos de formação levam, inevitavelmente, à fragmentação de fatos no tempo e no espaço e a uma diversidade de leituras sobre um mesmo fato. Por outro lado, é exatamente nessa pluralidade de leituras que reside a riqueza de tais informações, já que, através delas, tanto tomamos conhecimento de fatos não registrados ou não acessíveis nos órgãos públicos, quanto tomamos contato com as representações individuais e coletivas sobre o espaço social na sua história e materialidade.

O caminho percorrido, neste caso, foi a sistematização das informações a partir de dois critérios: temporal e temático.

As informações obtidas em outras fontes - registros oficiais e trabalhos teóricos - também foram sistematizadas sob os mesmos

critérios a fim de possibilitar tanto a organização do material para fins de redação, quanto o cruzamento das informações, sobre um mesmo fato, mas diversificadas pela ótica de observação determinante em cada uma das fontes.

Desta forma, pudemos confrontar os diversos dados não apenas com a preocupação de confirmar ou refutar uma ou outra versão, mas interessados, exatamente, em abarcar o máximo possível da pluralidade de visões que tornam a verdade dos fatos sempre relativa aos interesses que estão em jogo.

O esforço em ter acesso a esses conteúdos informais (ou não-oficiais), tentando compreeender a relevância das informações contidas na memória social do lugar foi, sem dúvida, recompensado em diversos momentos da pesquisa, principalmente quando, ao utilizar os dados informais, conseguimos localizar registros oficiais não "encontrados" nas primeiras visitas aos órgãos públicos.

Foi exatamente esta possibilidade de confronto que nos permitiu reconstituir, ainda que evidentemente de forma incompleta e com pontos obscuros, uma história do lugar que dá maiores significados e explicações à materialidade do espaço e das relações e representações nele desenvolvidas no presente.

Este rico processo de estudos e pesquisas de campo, no entanto, precisou tomar a forma de um texto, no qual nem tudo do que foi visto, analisado, sentido e vivenciado pode ser fielmente recuperado. Isso porque foi um longo processo de aproximações e erros, afastamentos e envolvimentos. Se, por um lado, partimos do particular para o geral - de uma vivência da realidade e dos movimentos sociais locais até o conhecimento mais amplo, possível e ampliado pelos estudos teóricos acumulados sobre a cidade -, a exposição dos resultados da pesquisa toma aqui um sentido contrário.

No capítulo 1, partimos de uma reflexão sobre as teorias a

respeito da cidade, a fim de valorar a produção analítica produzida em diferentes contextos e demarcar a trajetória de uma reflexão na qual emerge, gradativamente, uma compreensão da cidade como resultado de processos de urbanização capitalista e não como uma realidade já dada. Nesse capítulo, analisamos, ainda, a contribuição teórico-metodológica sobre os processos sociais presentes na organização do espaço e tecemos algumas considerações teóricas sobre nossas observações acerca da organização territorial das diferentes partes da cidade.

No capítulo 2, analisamos a preponderância da Fábrica Bangu - na sua dupla face de capital industrial/fundiário - como agente produtor do espaço que, de sua inauguração em 1892 até 1933, "administrou" o espaço urbano, resolvendo, à sua moda, os conflitos com a população local. Identificamos, também, a gradativa perda de hegemonia da fábrica na produção do espaço, evidenciada, entre outros motivos, pelo retalhamento e alienação de sua imensa propriedade fundiária.

No capítulo seguinte, identificamos a intervenção do Estado, enfocando, principalmente, sua ação na construção de inúmeros conjuntos habitacionais como uma forma particular de produção do espaço no bairro. Dada a concentração de unidades habitacionais produzidas pelo Estado, um dos pontos privilegiados nesse capítulo, é a análise do impacto e influência das ações do Estado na construção de novas redes de sociabilidade no território.

Por fim, no último capítulo, buscamos reconstituir as ações dos sujeitos no decorrer de todo o processo de produção do bairro, seja como produção mesma do espaço, seja como estratégias de reapropriação do espaço construído pelos outros agentes.

NOTA

(1) Em "A Justiça social e a cidade" David Harvey observa que, as formas espaciais são vistas não como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, mas como coisas que "contêm" os processos sociais, do mesmo modo que os processos sociais são espaciais. (1980 p. 2)

CAPITAL, ESTADO, E SOCIEDADE
Trajetória de um olhar sobre o espaço urbano.

El hombre de ciência debe aprender a respetar la vivencia, por más pequeña, por más humilde que sea ante la enorme masa de saber acumulado."
Henri Lefebvre

1.1 - Consideracões iniciais

Nossa intenção de aprofundar a discussão sobre os processos que organizam o espaço urbano é motivada pela constatação de que o olhar científico que observa a produção da cidade ainda guarda resíduos de uma postura etnocêntrica. Esse etnocentrismo, no entanto, não está presente apenas na adoção de um ponto de vista geográfico (geocêntrico), mas também na adoção de pontos de vista teóricos que obscurecem a pluralidade de ações e relações que constroem o espaço urbano, na medida em que privilegiam as ações de um único agente que atua em determinado local e, só a partir dele, enfoca as ações dos demais.

Em vários estudos geográficos, em particular, adota-se um "ponto de vista", um centro em torno do qual se distribuem as demais partes da cidade, e a este centro delega-se um papel superestimado na constituição do espaço urbano. A análise de cada parte da cidade é desenvolvida em função desse centro e a descrição de cada história, de cada espaço e suas relações sociais mantém-se, permanentemente, contaminada por uma relação de dependência unilateral.

Assim, a análise de cada parte é construída de forma incompleta. Considera-se prioritariamente os seus aspectos que se devem a uma história geral, em detrimento da relação dialética entre o específico e o geral que se forma na história local.

Partimos da hipótese de que é, exatamente, o entrelaçamento

da história geral com as histórias locais que nos dará os elementos para uma análise da atualidade urbana. Consideramos que a configuração do espaço urbano é resultante tanto de uma história geral - do mundo, do país, da cidade - quanto de um história em particular - que não existe à margem da história geral, nem a exclui - de cada uma das diferentes partes, dos diferentes agentes e sujeitos que compõem e produzem a cidade. Da mesma forma, a configuração do espaço urbano, é resultado da relação entre os usos e sentidos a ele atribuídos pelo Estado e pelos capitais, e os usos e sentidos atribuídos pelos sujeitos sociais, individuais e coletivos, no seu cotidiano.

Henri Lefebvre, que em grande medida informa os caminhos metodológicos deste trabalho, mais de uma vez chama atenção sobre os atos ou acontecimentos produtores da realidade urbana enquanto formação e obra social, demonstrando as mediações entre os processos globais (econômicos, sociais, políticos e culturais) e as práticas sociais que se desenvolvem "esculpindo" o espaço. Assim considera que,

> "... el proceder correcto consite aquí en pasar de los conocimientos más generales a los que conciernen los procesos y discontinuidades históricas, a su proyección y refracción en la ciudad, e inversamente, en pasar de conocimientos particulares y específicos relativos a la realidad urbana a su contexto global." (LEFEBVRE, 1978 : 71)

Compreender a cidade a partir da articulação entre os sentidos mais gerais e os mais específicos é, ao nosso ver, o desafio que está posto. Queremos, aqui, poder contribuir com o enfrentamento desse desafio. No entanto, optar por uma metodologia de análise da cidade capaz de abarcar essa relação dialética entre o geral e o específico exige de nós, primeiramente, uma demarcação dos perigosos caminhos a que uma análise contaminada por visões etnocêntricas poderá conduzir.

O primeiro problema a ser enfrentado, é que a análise da cidade, quando construída a partir de um único centro de observação, tende a transformar este mesmo centro em modelo que servirá a um estudo, inevitavelmente, comparativo e classificatório.

Desta forma, a adoçao de **modelos padrão** do que seria o "urbano" induz a uma leitura das partes da cidade em que estas são consideradas mais pelas ausências e presenças em relação ao modelo, que pelo que elas têm, de fato, como realidade.

A leitura etnocêntrica e a adoção dos modelos padrão tendem, também, a induzir a **descrições homogeneizantes** dos espaços considerados sub-urbanos e periféricos, vistos apenas pela ótica de sua dependência histórica e econômica dos espaços centrais e "nobres". Em tal forma de análise, a diversidade e as redes específicas de sociabilidade que se constroem em cada local tendem a ficar submersas e intangíveis, não despontando como elementos de construção e transformação da espacialidade social(1) do lugar. E este o nosso segundo problema a ser enfrentado.

Identificamos, e queremos questionar, uma tendência à análises classificatórias das diferentes partes da cidade, a partir das quais institui-se o que "é urbano" e delega-se, às partes "restantes", uma descrição homogeneizante de áreas "não urbanas" onde a paisagem e os sujeitos aparecem nivelados. Tais áreas são, comumente, tratadas como se fossem meramente complementares ao núcleo e não compuzessem a cidade em sua totalidade contraditória.

Desmembra-se a cidade no tempo e no espaço. As áreas não contempladas pelos confortos da urbanidade são lidas pelo que, supostamente, "ainda não são" em termos urbanísticos, pelo que têm de "atraso", se comparadas às áreas plenamente urbanizadas.

Essa forma de leitura, por vezes, acaba por reforçar uma concepção de produção da cidade na qual a ênfase recai na solução

material fragmentada dos problemas diagnosticados na cidade. Sem se levar em conta os vários processos, e sua relação dialética, que organizam o espaço, a cidade vai sendo pensada como um grande jogo de encaixes que ganha, permanentemente, novas peças, sempre sobrepostas às redes de relações construídas pela população, desarticulando-as.

E pensando em novas e possíveis formas de análise da cidade que não tenham como referência apenas as formas e funções conhecidas e aparentes, que identificamos a necessidade de uma análise que seja capaz de desvendar os processos que informam as reações e interações articuladas dos sujeitos no espaço(2).

E importante, portanto, desde o início deste trabalho, identificarmos as descrições homogeneizantes dos espaços "sub-urbanos" da cidade como algo que encobre a especificidade dos processos sociais locais. Consideramos esses processos como um dos fatores fundamentais na determinação das características sócio-espaciais dos locais periféricos e na relação destes locais com o centro de poder.

Sem desconsiderarmos a influência que o centro político e econômico de cada cidade exerce sobre as demais áreas que vão se construindo com a expansão urbana, preocupamo-nos com a necessidade de estarmos atentos à interdependência entre os diferentes espaços que se constituem, na medida em que a importância do centro tanto determina quanto é determinada pelo crescimento da cidade como um todo.

O que buscamos, portanto, são referências para nossa pesquisa que nos permitam, ao estudar uma parte do espaço considerado periférico na cidade, uma análise dialética que dê conta de abarcar as influências recíprocas entre o centro de poder e os demais espaços que se constituem ao longo da história.

Dentro desta linha de análise, a utilização do Estado e do capital como referenciais exclusivos da leitura dos processos de construção da cidade mostra-se insuficiente para captar a especificidade dos diferentes locais que a compõem. Falta, no nosso entender, ao lado do capital e do Estado, novas referências que permitirão a compreensão do específico frente o geral, evitando as abordagens homogeneizantes. Consideramos que esse novo referencial é composto pelas ações cotidianas, individuais e coletivas, nas quais os indivíduos se fazem sujeitos do processo social que produz a cidade e a ela dá formas, usos e sentidos.

Para alcançarmos essa dimensão da produção da cidade, no entanto, é preciso não nos atermos às formas mais aparentes que se desenham na paisagem ou, apenas, à logica estrutural que orienta a constituição da cidade, mas encontrar as marcas e os sentidos gravados por aqueles que, através de suas ações, procuraram tornar mais plástico o espaço que, em geral, tentam impor à população.

Buscaremos, assim, para os fins deste trabalho, recuperar a tragetória de um olhar científico sobre a cidade no qual, gradativamente os sujeitos sociais, individuais e coletivos, vão emergindo como referencial de análise para a compreensão da cidade em sua totalidade.

Em primeiro lugar, buscamos apresentar as matrizes teóricas do pensamento sobre o urbano que influenciaram, entre outras disciplinas, o pensamento geográfico. Apresentamos, mais especificamente, a "Ecologia Humana" e o pensamento neo-clássico, nos quais prevalescem, como referenciais analíticos, a intencionalidade dos agentes econômicos na produção do espaço. Apresentamos, ainda, a "Nova Sociologia Urbana", como o marco da emergência de novas possibilidades conceituais e metodológicas, para o estudo da cidade, que se fazem a partir de discussões que buscam relacionar a estru-

tura urbana com os processos e práticas sociais.

Em outro tópico, apresentaremos as contribuições de geógrafos brasileiros que, numa perspectiva multidisciplinar, buscam aprofundar a compreensão dos processos e práticas sociais como referencial analítico importante na compreensão da cidade na sua totalidade contraditória. Também analisamos criticamente algumas abordagens brasileiras sobre as grandes cidades, em particular, a do Rio de Janeiro.

Por fim, buscamos, com base em Henri Lefebvre, aprofundar as concepções metodológicas que ampliam a possibilidade de compreensão das ações dos sujeitos sociais, individuais e coletivos, na análise da cidade contemporânea em sua ampla e contraditória diversidade.

1.2 - Matrizes Teóricas do Pensamento Sobre o Urbano

1.2.1 - A ecologia humana e o pensamento neoclássico.

As análises sobre o processo histórico de constituição da espacialidade urbana vem demonstrando a existência de estreita conexão entre os surtos de crescimento urbano-industrial e as formas de intervenção do Estado no encaminhamento da produção de equipamentos coletivos, necessários a organização sócio-econômicas no espaço urbano. Contudo, muitos dos estudos sobre o desenvolvimento da urbanização se desenvolvem tendo como base a concepção naturalista de evolução e adaptação à nova forma espacial que se delineia como um complexo "ecológico", estruturado a partir de processos naturais de adaptação social, desconsiderando as relações que se estabelecem entre Estado e capital - que são, no modelo de desenvolvimento capitalista, historicamente determinadas - onde o primeiro age, também, assumindo os investimentos que seriam necessários ao capital para manter a reprodução de sua força de trabalho.

Tal concepção, denominada ecologia humana, teve sua maior expressão na Escola de Chicago(3), que influenciou toda a produção sociológica sobre o urbano e foi pouco contestada até, pelo menos, meados da década de 50 (4).

Tais estudos privilegiaram a adoção de modelos, entre os quais merece destaque a teoria das zonas concêntricas de Burges que, segundo Castells, deve ser encarada com reservas pela sua ingenuidade etnocêntrica. Este modelo parte de uma análise que, por um lado, considera apenas uma realidade específica de desenvolvimento urbano e, por outro, exacerba a importância referencial de alguns aspectos que, por si só, não dão conta de denotar a dinâmica social na organização da espacialidade social. Tais aspectos

eram:

> "um certo grau de heterogeneidade ética e social; uma base econômica industrial-comercial; propriedade privada; comércio; organizações econômicas especializadas funcionalmente e diferenciadas espacialmente; um sistema de transporte eficaz e sem muita irregularidade; um núcleo urbano central com alto valor imobiliário." (Castells, 1983 : 147)

Assim, os estudos sobre o urbano prendiam-se a uma certa hierarquização funcional da cidade, onde o capital aparecia como agente que especializava, "harmonicamente", as diferentes partes da cidade a partir do centro, distribuindo-as em zonas comerciais/financeiras, industriais e residenciais, como resultado de uma nova organizacão societal em condições sócio-econômicas sem maiores contradições.

Esses estudos representaram mais uma leitura do visível, mais uma descrição que propriamente uma análise, posto que baseados na observação dos aspectos que predominavam na paisagem como se esses fossem uma realidade em si, ou seja, sem considerar que tais aspectos eram, na verdade, resultantes de processos específicos de organização social e econômica. Em outras palavras, podemos dizer que trata-se de uma visão evolucionista, que naturaliza as relações sociais na ação prudutora do espaço. Assim, não são levadas em conta, por um lado, as transformações de uso de alguns espaços que fogem à lógica funcional de ocupação de determinada zona e, por outro, os diferentes conteúdos sociais que se manifestam na organização da cidade.

Exemplos dessa modificação de uso foram notados, por nós, em diversos momentos da pesquisa feita sobre a produção do espaço urbano em Bangu. Além da construção da vila operária, a fixação e controle da mão de obra necessária à fábrica Bangu, eram feitos através da concessão de autorização para construção de habitações em lotes da companhia. Longe de reproduzirem o modelo de uso das

casas da vila, que eram reconhecidas como de propriedade da fábrica sem indícios de quaisquer direitos por parte dos moradores, os moradores dos lotes, construtores de suas próprias casas, mesmo sabendo ser a terra da fábrica, não se atêm a um uso de mero ocupante provisório de propriedade de outro. Ao contrário, desde o início, investem em benfeitorias que, mais tarde, serão inclusive o argumento legal da reivindicação do direito à permanência e aquisição facilitada da propriedade.

Mais recentemente, multiplicam-se os exemplos de mudanças de uso e sentido do espaço que serão determinantes para sua configuração espacial. As ocupações em terrenos da fábrica, que discutiremos no capítulo 4, e mesmo as ocupações, com fins residenciais, de terras públicas destinadas a outros usos, dão a exata dimensão da fragilidade da forma de leitura do espaço urbano empreendida pela Escola de Chicago, que opta pela descrição e pela tentativa de estabelecer modelos "naturais" de organização espacial, desconsiderando as diversidades locais e os contextos históricos.

O fato é que a base metodológica da análise não permitia àqueles estudiosos considerarem essas contradições expressas na cidade. Eles partiam dos elementos que interagem na organização do espaço urbano como condições estáticas e imutáveis, a menos que houvesse a intervenção de fatores externos que alterassem sua própria dinâmica, como, por exemplo, novos fatores de produção e localização espacial.

As limitações dessas leituras se devem ao fato de que tais estudos se desenvolviam dentro do mais arraigado princípio da tradição positivista. A cidade era tratada como "um produto natural que surge da interação de forças naturais" (PIERSON - 1943), e que devia, por definição, ser estudada segundo o método das ciências da natureza e investigada com o objetivo de busca de suas leis,

como demonstra esta passagem do pensamento de Pierson:

> "Se a cidade é um fenômeno natural - uma `coisa´, em linguagem científica - sabemos que está sujeita a mudanças ordenadas (...) O que a princípio talvez pareça um emaranhado confuso de elementos desconexos pode se tornar cada vez mais inteligível..." (PIERSON, 1943 : 52)

Fica evidente, portanto, que a base do pensamento sociológico da ecologia humana não escapa à lógica estrutural dos conceitos que tratam a cidade como um complexo natural que articula espontaneamente a interação da espécie humana com instrumentos criados por ela e com o meio natural (CASTELLS - 1983). A cidade é vista, também, como estruturada a partir de processos naturais de adaptação social, especialização funcional e competição por espaço, processos esses que se desenvolvem dentro de uma determinada ordem moral, segundo uma forma culturalmente definida de solidariedade social.

No decorrer da década de 60, de forma mais ampla, novos estudos e referenciais analíticos se desenvolvem no campo da economia urbana, contribuindo na reflexão sobre a cidade, mas ainda baseados na mesma concepção teórica dos estudos clássicos da ecologia humana. Novos esforços são desenvolvidos no campo da Teoria da Localização e da Economia Urbana e Regional a partir dos postulados da teoria econômica neoclássica. O método geral desta teoria consiste na construção de modelos que tentam dar conta das tendências diferenciadas de localização de diversas operações, a partir: das características técnicas das distintas operações; das disponibilidades de matérias primas e recursos já implantados; dos mecanismos racionais de regulação, em parte atribuída aos agentes, em parte às condições da "livre" concorrência.

Tais estudos se desdobram, também, na análise do processo de estruturação urbana (ALONSO, 1964) no qual os diferentes usos do

espaço são determinados pela concorrência que os moradores e as firmas estabelecem entre si, objetivando a minimização dos custos de atrito, representado pelo custo do transporte e, como conseqüência, também o custo do aluguel e do valor da terra, na medida em que, ao proporcionar acessibilidade, está proporcionando redução nos custos de transporte. Teoricamente, portanto, o local ótimo para uma atividade econômica ou residencial é o que oferece o grau desejado de acessibilidade ao menor custo possível de atrito. Assim, tem-se como pressuposto que a organizacão espacial das cidades é determinada exclusivamente pelas forças econômicas da sociedade.

Vários são os problemas daí decorrentes. Em primeiro lugar, os estudos desenvolvidos a partir desses referenciais, em parte, secundarizam as imperfeições do mercado, geradas pela diferenciação dos demais custos de produção e, no caso dos moradores, os fatores subjetivos de valorização de outros aspectos determinantes.

Em segundo, é preciso considerar que, para uma compreensão da estrutura das cidades, tem-se que levar em conta a intervenção estatal, não como mero mediador de conflitos potenciais entre agentes privados. A intervenção do poder público, através de legislação específica, condiciona usos e formas de ocupacão que interferem diretamente nos valores determinados pelo mercado, tornando-se um elemento desestabilizador da "livre concorrência", beneficiando um ou vários segmentos sociais.

Maurício Abreu (1989 : 15), questionando, nesta teoria, a visão redutora de que a intervenção do Estado seria a de mediar os conflitos instaurados na "disputa" pelo uso e ocupacão da terra e, de forma mais ampla, a de apaziguar interesses e atuar de forma a oferecer determinadas mercadorias e serviços àquelas camadas que não têm acesso aos bens materiais do mercado, demonstra o equívoco

de se pensar que os diversos atores envolvidos - sejam eles o próprio Estado, as diversas unidades do capital ou os habitantes da cidade - são entidades autônomas, verdadeiros atores-concretos cuja ação seria determinada apenas por seus interesses individuais. Escapa, portanto, à essas teorias, que a estrutura espacial das cidades é resultante de processos sociais que envolvem interesses de classes sociais, e que o Estado é um potencializador da apropriação do espaço pelos segmentos mais abastados da população, privilegiando seus investimentos de forma a valorizar áreas residenciais e beneficiar, através de isenções e infraestrutura, as intervenções dos setores comerciais, financeiros e industriais.

Uma ruptura com tais princípios funcionalistas, portanto, cada vez mais se mostrava necessária. Tornava-se essencial a construção de novos olhares que abarcassem a pluralidade de dimensões do urbano - e de seu complexo processo de estruturação - e que analisasse a luta pela apropriação de espaço que se manifesta na cidade, não somente pelas determinações de mercado mas, sobretudo, por processos econômicos, sociais e políticos que envolvem as lutas pelo direito à terra, à infraestrutura e serviços para democratizar o seu uso e ocupação.

1.2.2 -**A contribuição da "Nova Sociologia Urbana Francesa"**

O fim da década de 60 e início da de 70 foram marcados por uma importante avanço nas teorias sobre o urbano e, sobretudo, do papel do Estado em todo o novo processo de urbanização, que exigia um esforço teórico capaz de integrar a análise da produção do espaço com a das lutas sociais e dos processos políticos que se intensificavam na época. Tais formulações foram melhor desenvolvidas na França, por cientístas que não pretenderam se constituir como

grupo hegemônico, nem constituir uma "escola", mas, exerceram forte influência sobre estudiosos no mundo todo. No Brasil, esses novos referenciais influenciaram as pesquisas sobre o urbano e permitiram, entre outras coisas, uma melhor qualificação da problemática habitacional, que tinha, até então, como o mais importante referencial analítico a teoria da marginalidade, onde a base das formulações encontrava-se no dilema "integração versus não integração" das camadas populares urbanas. Desta forma, a nova sociologia permitiu um novo olhar, através do qual as tendências da urbanização passaram a ser vistas como manifestações da ordem do capital e de suas contradições, e não mais como efeitos espontâneos dos acasos de mercado. Por outro lado, a nova sociologia também potencializou a identificação da pluralidade da ação dos "marginais" e sujeitos sociais na produção do espaço.

Manuel Castells (1983), um dos expoentes desses estudos, localiza a política urbana e a intervenção do Estado na esfera do consumo coletivo de equipamentos e serviços, sistematizando uma reflexão na qual os sociólogos integram as políticas públicas como objeto próprio da pesquisa urbana. Castells demonstra, através da análise dos problemas sociais urbanos, que estes são, ao menos em parte, resultado da ação do Estado, cujo discurso e, eventualmente, as práticas planificadoras-sociais são apenas uma faceta; mostra ainda que, antes de definir apressadamente soluções técnicas para tais problemas, é conveniente compreender realmente os processos sociais inter-relacionados que os produzem e as determinações sociais que os estruturam.

Em seu estudo, Castells recupera criticamente os diversos tipos de ideologia urbana, como forma de desmistificar a ideologia das classes dominantes sobre a questão urbana e restabelecer novos instrumentos de reflexão que dêem conta de identificar, ao lado do

controle que diversos aparelhos de Estado exercem sobre os problemas na cidades, a crescente intervenção da prática política nos bairros, nos equipamentos coletivos, nos transportes etc.

Nesse contexto, as ações reguladoras do Estado, o papel que desempenha o Capital monopolista na organização estrutural da cidade e as relações sociais que envolvem também a análise do que as pessoas efetivamente fazem em suas práticas cotidianas e históricas, tornam-se, como elementos articulados, objeto da investigação, propiciando um novo olhar sobre a cidade.

Para Castells, o Estado é predominantemente político e constitui-se como instrumento para organizar os interesses políticos da classe dominante. Guarda, porém, uma autonomia relativa, caracterizada por uma certa independência em relação à instância econômica, e uma ligação direta à organização do consumo coletivo na cidade, através da qual procura manter os mecanismos de acumulação sob seu controle. Como conseqüência, as políticas do Estado podem envolver métodos de ação contrários aos interesses econômicos de setores da classe dominante.

A partir dessas formulações, instaura-se um debate que traz importantes contribuições à discussão sobre o urbano. A cidade deixa de ser vista como o ambiente ao qual os citadinos deveriam se adaptar individualmente e passa a ser considerada como produto social, que resulta ao mesmo tempo da dinâmica da acumulação capitalista e da ação coletiva e organizada dos movimentos sociais. Para dar conta da análise da cidade como resultado de processos sociais, e não como uma realidade dada, a "nova sociologia" busca superar a divisão acadêmica entre as disciplinas, constituindo-se um projeto multidisciplinar (TOPALOV, 1979).

Um outro nível de questionamento refere-se a uma nova concepção de Estado, formulada no debate com teóricos funcionalistas

e estruturalistas, instaurado principalmente por Lojkine (1981). Para os primeiros, o papel do Estado é o de corrigir os mecanismos chamados espontâneos, pondo-se como guardião dos interesses gerais, externamente aos conflitos entre as classes sociais, para assegurar uma maior justiça social. Para os segundos, o Estado é apenas o "locus" da reprodução, é algo exterior à própria sociedade e se constitui como o aparelho superestrutural da classe dominante.

Para Lojkine (1981), é fundamental percebermos que as políticas sociais do Estado capitalista reforçam a dominação de classe mas, tanto a abordagem do Estado árbitro, quanto a tese do Estado instrumento do capital, são interpretações onde o Estado é dotado de vontade absoluta. Em outras palavras, para ele é óbvio que, no limite, o Estado atua no sentido de reproduzir o modo de reprodução capitalista, mas esse movimento não é em bloco - deve-se analisar os atores históricos, coletivos e individuais - e é contraditório.

Em síntese, Lojkine propõe pensarmos o Estado como uma relação social,

> "numa abordagem de certa forma "de dentro", onde o Estado aparece não mais como um organismo exterior às relações de produção, mas, bem ao contrário, como um momento, uma das manifestações da contradição fundamental entre a socialização do processo de trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho".(LOJKINE,1981:85)

Desta forma, a urbanização como forma desenvolvida de divisão social do trabalho, é um dos determinantes fundamentais do Estado (LOJKINE, 1981:129). Em sua análise, utiliza-se do conceito de meios de consumo coletivo que "oferece a particularidade de ser a metamorfose de uma fração do capital variável em compra da força de trabalho e meios de trabalho que só funcionam no processo de consumo".

Tais meios são, para ele, portanto, "despesas *indispensáveis* que estão na esfera do consumo apenas enquanto são meios que permitem a reprodução da força de trabalho" (1981:129). Enquanto meios que criam condições para um consumo individual, eles estão ligados às condições gerais da produção. São parte do capital social ao contrário do capital individual. São condições necessárias de continuidade do processo de reprodução do capital e da força de trabalho.

Outra importante contribuição para essa discussão foi dada por Topalov (1979) através da análise dos "incorporadores imobiliários", na qual analisa a aparição de um sistema estatal de manutenção da força de trabalho, através do surgimento de um setor público de habitação na França e Inglaterra no final do século passado.

Essa última abordagem traz importantes elementos para as discussões sobre política habitacional no Brasil, embora não se desconsiderando o contexto histórico em que tal intervenção ocorre em nosso país, a partir da década de 40. Aqui, essa intervenção era mais voltada para estimular um setor capitalista de produção de moradias, no qual se verifica a separação entre produção e consumo, ou seja, a transformação da moradia em mercadoria (Topalov 1979:137) e a afirmação política, num primeiro momento, de um governo que se prentendia "parceiro" da classe operária, numa clara tentativa de cooperação (cooptação) entre as classes. A intervenção estatal no campo da política habitacional, mesmo considerando objetivar a "reprodução da força de trabalho", serviu mais como amortizador de conflitos com a classe operária e como gerador de recursos para setores capitalistas pouco capitalizados, como analisou Marta Farah (1985:77/80).

Essa conjunto de novos referenciais, acabaram por se consti-

tuir um novo "paradigma", através do qual a análise sobre o urbano se estrutura numa nova perspectiva de considerar o urbano como uma totalidade, onde são valoradas tanto as forças estruturais que organizam o espaço quanto as ações coletivas dos indivíduos ou grupos dentro dos contextos urbanos. Mais do que isto, apontam para a necessidade da "teoria" ser construída conjuntamente com as análises históricas e conjunturais. Enfatiza-se a análise de como os atores operam no processo de desenvolvimento urbano, não apenas seguindo alguns imperativos estruturais ou sistemas lógicos.

Na "nova sociologia francesa", a cidade é vista como um produto dinâmico da interação entre os agentes e, como tal, há que se identificar a origem, a intencionalidade, as conseqüências e reações a esta construção. Merece destaque o fato de que, nas análises dos autores que compõem esta "escola", privilegia-se os aspectos contraditórios das relações entre Estado, capital e força de trabalho no espaço urbano. Desta forma, ao mesmo tempo que a intervenção do Estado é um movimento que busca diminuir o grau de conflito social gerado pela contradição do sistema, essa intervenção cria um novo processo de contradição.

Nela, analisa-se prioritariamente os processos que permitem a acumulação do capital nas produções urbanas, as ações do Estado - seu mais forte aliado neste processo - e as políticas públicas. Simultaneamente, conseqüência do mesmo processo, analisa-se os movimentos sociais que expressam, de forma organizada, as reações no campo das necessidades coletivas da população.

Todavia, o núcleo central desta análise constituía-se por uma leitura consensual dos movimentos sociais urbanos, tratados como se sua organização e lutas pelos equipamentos de consumo coletivo implicassem a clara consciência e intenção de confronto po-

lítico com o Estado, para fazer frente à logica de acumulação que encontra materialidade na cidade.

A esse respeito, é importante a análise de Topalov que evidencia os limites a que nos referimos:

> "A pesquisa urbana dos anos 70 estudava a urbanização, as políticas públicas e os movimentos sociais como efeito de uma dinâmica estrutural, como processo sem sujeito. Ela postulava que as práticas resultam de uma interação entre as características de posição de grupo dentro de uma estrutura social, e das condições externas que resultam da lógica de acumulação e das políticas estatais. Ao mesmo tempo, ela fazia economia do estudo empírico dessas práticas e, consequentemente, da interpretação de sua diversidade"(TOPALOV, 1988:21)

Topalov fundamenta essa crítica. Mostra a necessidade de uma reavaliação profunda na definição dos novos objetos de pesquisa para se dar conta de compreender a extrema solidez da ordem capitalista e sua capacidade de adaptação e de reestruturação.

Diríamos, então, que aquela leitura, de certa forma, continuou privilegiando as estruturas mais explícitas do espaço urbano. Ao lado da intencionalidade do capital e do Estado, os segmentos organizados também ganhavam destaque, na medida em que influiam nas decisões do Estado sobre a localização e produção dos equipamentos de consumo coletivo. No entanto, a compreensão que aqueles teóricos tinham dos movimentos sociais, estabelecia, como princípio de sua organização, uma solidariedade e consciência de classe que, na verdade, não estavam necessariamente dadas. A capacidade de intervenção desses movimentos na produção da cidade era vista apenas sob a o aspecto da uma capacidade de resistência e confronto consciente com o Estado. Mas, em última instância, para a sociologia francesa, quem produzia de fato o espaço urbano eram mesmo o Estado ou o capital e, consequentemente, o foco da análise continuava centrado no poder de determinação do Estado.

Por isso, os sujeitos individuais e coletivos em suas práti-

cas sociais não foram incorporados também como, efetivamente, produtores da cidade e um conjunto de novas relações que se desenvolviam nos interstícios da sociedade não foram observados, já que se atribuia à luta de classes o princípio básico de solidariedade entre os homens espoliados, através da qual uma nova sociedade se forjaria.

Isso não significa pensar a organização social da cidade a partir das relações cotidianas e locais. Ao contrário, é preciso reconhecer a cidade como resultante de múltiplas determinações do processo de globalização do capital e do poder de intervençãoo estado, mas também reconhecer nesse processo, como essas determinações se materializam no espaço social e quais transformações e formas de resistência são construídas no cotidiano da cidade.

Assim, devemos, sem sombras de dúvida, rejeitar os princípios da sociologia tradicional que enfocava os sujeitos apenas nos campos de estudo da ética e dos grupos comunitários, dissociados do contexto de mudanças sociais. Devemos, também, rejeitar concepções estruturalistas que consideram as lutas sociais por equipamentos coletivos como movimentos que vão ao encontro de regulação ou dominação social. Mas isso não significa que devamos rejeitar toda e qualquer reflexão sobre o papel dos sujeitos individuais e coletivos - e de suas ações, mesmo que voltadas para uma realidade particular e local - na produção cotidiana do espaço urbano.

O que se evidencia é a necessidade de se investigar em que medida as mudanças que ocorrem no dia-a-dia, nas comunidades e na política local, são também importantes na estratégia das forças gerais de mudanças sociais.

1.3 - Novos Referenciais Chegam a Geografia

1.3.1 - A discussão sobre a organização do espaço social

A contribuição da "nova sociologia francesa" tem o mérito de ter trazido esclarecimentos sobre a relação estado/sociedade mas, também, de evidenciar, por seus limites, a existência de pontos obscuros, na compreensão do urbano, ainda pouco valorizados, dadas as especificidades de seu objeto.

A discussão sobre a relação sociedade/estado, uma discussão do conteúdo social da cidade, mostrava-se insuficiente para explicar relações de natureza mais concreta, relações entre forma e conteúdo, ou seja, as mútuas influências e determinações entre configuração espacial, ou paisagem urbana, e as diversas relações sociais que a produzem, que por ela são produzidas e que no seu interior interagem.

Ganharam destaque, como questões emergentes, a compreensão da organização da cidade, da constituição de suas diferentes territorialidades e das práticas sociais que se articulam em seu interior, cuja diversidade de formas e processos só poderia ser captada na sua totalidade caso fossem valorados aspectos só possíveis de serem observados por um olhar mais atento ao cotidiano e à dimensão do vivido nas cidades, e, dentro destas, dos lugares.

Consideramos necessário mostrar, aqui, a contribuição teórico-metodologica dos geógrafos que procuram discutir, numa perspectiva multidisciplinar, a categoria espaço a partir da necessidade se considerar os processos sociais como referências básicas para investigar a espacialidade social, ou seja, as formas sociais de organização do espaço.

Utilizaremos, nesta discussão, a base conceitual apresentada

por Milton Santos sobre o conceito de espaco:

> "por um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica ou sua configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos* resolvidos em *funções*, se realizam através de *formas*." (SANTOS, 1985:2)

Para o autor, é fundamental sabermos analisar a interrelação entre as diferentes formas e agentes que, em seu conjunto, constituem o que chamou de "espaço social". O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos.

Assim, para a plena compreensão do espaço, é necessário trabalhar a articulação desses processos, na busca do fundamento da questão relativa à organização social do lugar e de seu movimento histórico, desvendando possibilidades, utilizando novos conceitos, a exemplo de *produção do espaço*, de *vida cotidiana* etc, pois estas "questões podem não ser originalmente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial".

> ...[as formas geográficas]... "estão sempre mudando de significação na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. (...) Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geógrafico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas."(5) (SANTOS, 1985:2)

Não devemos deixar de considerar que nesses processos so-

ciais há a prevalência da determinação da lógica de acumulação do capital e dos mecanismos de dominação e segregação possibilitados pelo Estado, seja através da destinação de recursos públicos, seja por ações repressivas. Mas consideramos pertinente também termos em conta que os modos de produção, e com eles sua materialidade no espaço social, não se realizam externamente à prática dos homens em cada momento histórico[6] (MORAES 1986:42).

Assim, identificamos que a história do lugar nos informa que, segundo uma perspectiva de adaptação, de sobrevivência, mas também de efetiva ação produtora, os setores populares, marginalizados, agem e reagem, ora impondo percalsos sobre a intencionalidade do capital e do Estado, ora subvertendo algumas de suas lógicas, mas, para além disso, também construindo diretamente novos desenhos no urbano ou dando novos usos e, portanto, novas formas-conteúdo a formas impostas e predeterminadas.

Perceber essa dimensão plural da produção do urbano nos faz questionar os mecanismos de planejamento quando usados como modelo de ordenamento racional do território. E, mais que isso, nos faz considerar que tais mecanismos "devem ser compreendidos como gestão e articulação política e não apenas como uma solução técnica do urbanismo." (RODRIGUES, 1993:111)

Isso implica, de fato, que as análises do urbano não tenham só como referência as formas e funções conhecidas e aparentes, implica que possam desvendar os processos que informam as reações e interações articuladas na organização do território e, no interior desses processos, descobrir e valorar novos usos e sentidos que se formam pelas práticas e vivências e indiciam a emergência de demandas e direitos comumente desconsiderados.

1.3.2 - Conceitos e preconceitos sobre a cidade

Vimos, até agora, discutindo as matrizes teóricas que influenciaram, no Brasil, a leitura sobre o urbano. Identificamos nessas matrizes, preliminarmente, aspectos da realidade urbana que ainda necessitam de um olhar mais atento a fim de tornarem-se, de fato, referenciais de análise capazes de propiciarem compreensões mais aprofundadas da diversidade e pluralidade que constituem o urbano.

Neste tópico, buscamos analisar como tais matrizes teóricas têm sido usadas na leitura do urbano no Brasil, em particular, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida a identificação das formas de estudo que caracterizam tais leituras e os conceitos que nelas têm sido privilegiados.

Partimos da constatação da existência de uma forma recorrente de leitura das grandes cidades que adota a forma núcleo-periferia como modelo estrutural permanente. Rogério Haesbaert faz esta constatação e descreve da seguinte forma essa estrutura:

> "(...)o núcleo apresenta uma concentração de empregos, através de atividades comerciais, administrativas, culturais e de tomada de decisões, engoblando também a área habitada pelas elites. Uma ampla periferia (...) estende-se ilimitadamente a partir deste núcleo, como área de predominância residencial das "subclasses" urbanas. Esta nítida estrutura espacial é talvez a expressão mais simples e concreta daquilo que, também em escalas mais amplas, se define como característica intrínseca ao modo de produção capitalista: seu desenvolvimento espacial desigual, combinado e "ondulatório", no sentido de reproduzir alternadamente espaços "ricos" e "pobres", numa interdependência de caráter assimétrico." (HAESBAERT, 1983:VIII)

Consideramos também que, em alguns casos, a adoção de modelos estruturais para a leitura do espaço urbano tem induzido à adoção de "modelos de urbanidade" que passam a servir para leituras comparativas e/ou leituras homogeneizantes, fragmentando-se a cidade a partir de classificações, por vezes rígidas, que dificul-

tam a compreensão da cidade em sua diversidade. Dito com outras palavras, identificamos que perdura uma tradição de estudos monográficos, sobre as diferentes partes da cidade, nos quais os diferentes esforços de se compreender a realidade dessas partes têm conduzido a determinados enfoques que incorporam apenas aspectos de interesse do investigador(7).

Dentre os conceitos comumente utilizados na análise territorial da cidade, destacamos, como exemplo, os de subúrbio e periferia, com os quais classifica-se as diferentes partes da cidade, sem analisar-se os processos nessas diferentes partes, como se fossem espaços homogêneos, complementares ao núcleo(8).

Compreendemos que, para a cidade como um todo, tais conceitos apresentam limites que devem ser superados a fim de se evitar a homogeneização no trato com a maior parte da cidade. A lógica de continuidade e densidade(9) desautoriza a classificação simplista dos espaços ainda chamados subúrbios e periferias. Acreditamos ser necessário pensarmos os processos que organizam a cidade, para além do núcleo, em diferentes territorialidades, irredutíveis a um conceito que sintetize suas diferentes partes.

Essas abordagens acabam por sedimentar uma distorção acerca da constituição da cidade e sobre os investimentos necessários à urbanização de todas as suas partes. Para o morador da cidade, influenciado pelas concepções recorrentes, o subúrbio/periferia aparece como área que não detém "ainda" as características das áreas urbanizadas, por ser tida como espaço de formação recente. A alocação diferenciada das verbas públicas fica como elemento obscurecido pela ilusão de que o tempo permitirá ao subúrbio chegar aos padrões urbanísticos de áreas mais assistidas e aos "suburbanos" chegar ao status de cidadãos de primeira categoria.

Escapa, a muitos analistas, que o conceito de subúrbio, na

forma como é comumente usado, ofusca o fato de que ocorre uma segregação sócio-espacial, que deve ser tratada à luz das contradições sociais, que repercutem em toda a sociedade e, em particular, nas áreas de moradia da população de baixa renda.

Escapa, também, que a urbanização comumente opera-se de forma diferenciada de acordo com o usuário a que visa atender. Quando voltada para "áreas nobres", ocupadas por classes médias e altas, ou para os centros comerciais e financeiros, a lógica da intervenção do Estado constrói-se para além do campo das necessidades básicas da vida cotidiana, entendidas aqui como o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens em particular em uma sociedade historicamente determinada, buscando suprir e atender o campo dos desejos. Considera-se as representações feitas a respeito de um determinado padrão de urbanidade, onde o espaço construído e o espaço natural articulam-se guardando uma relação que extrapola o conforto físico/funcional e alcança um conforto ambiental e estético.

No entanto, a outra face da lógica de intervenção estatal é que, no tratamento das áreas ocupadas por camadas populares, prevalesce quase que estritamente o campo das necessidades mais básicas, mais elementares, ou às vezes nem isto. A relação entre espaço habitacional construído e a urbanização não é objeto de atenção, já que tanto o conforto físico, ambiental e estético "não são imprescindíveis" para o suprimento das necessidades mais elementares destes cidadãos. As representações sobre o bem morar e o bem viver, construídas pelos moradores dessas áreas, não são levadas em conta. Esses desejos ficam arquivados "momentaneamente" e só gradativamente vão aflorando, por uma lado, sob a forma de "iniciativa" estatal que procura ofuscar que sua intervenção, na verdade, é uma reinterpretação das reivindicações dos movimentos so-

ciais e, por outro, sob a forma de ações concretas - individuais ou coletivas - que atuam diretamente sobre o espaço, buscando dar maior plasticidade e identidade mais peculiar ao lugar.

1.3.3 - **As visões homogeneizantes**

Nas considerações sobre a organização territorial formuladas por Berta Becker (1983:8), encontramos uma vigorosa discussão sobre a recuperação do conceito de território - antes direcionado à espacialidade do Estado-Nação - que nos permite, ao trazer a discussão para o plano da organização do espaço urbano, identificar que urge não simplificarmos a análise da cidade através de conceitos que homogeneizam suas diferentes partes e processos, negando a constituição de diferentes territorialidades.

> "No momento em que se retorna à analise das relações de poder, e se focaliza a prática social, o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto "produzido" pela prática social, e também um produto "consumido", vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social" (grifos da autora)(BECKER, 1983:8)

Essa concepção nos remete à uma reflexão sobre os diferentes processos sociais locais que geram uma espacialidade e identidades que não são comuns a todo "subúrbio" ou "periferia", mas particulares, já que guardam relações com as características de seus processos de produção, incluídas aí as lutas específicas de acordo com cada particularidade. Essas particularidades de modo algum reduzem o alcançe dessas lutas, já que elas fazem emergir os aspectos contraditórios das relações entre Estado, capital e a força de trabalho (ou moradores) no espaço urbano (Topalov 1979:57).(10)

O processo de produção da territorialidade local é determi-

nado pelas relações político-econômicas que implicam, também, a apropriação do espaço pelos sujeitos, individuais e coletivos, a emergência de formas de uso e de sentidos que se produzem na vivência do espaço, quando se estabelecem limites: a forma do território e a malha territorial são manifestações de relações de poder.

> "A territorialidade é pois um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. Como significação da vida cotidiana, representa a oposicão do local ao universal; representa relações mais simétricas de poder, pela busca de uma nova compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que possa permitir o exercício do poder pelas coletividades, malha concreta que se opõe à malha abstrata, concebida e imposta pelo poder do Estado." (BECKER, 1983:8)

Esta é uma importante referência para a compreensão das lutas sociais que se organizam, em geral, em base territorial, contra a incapacidade do Estado em atender seus interesses. Sendo a cidade o "espaço" primordial da espacialidade capitalista, sua organização aguça novas contradições que se manifestam pela resistência das populações à manipulação de seus territórios. "Atraída à cidade [a população], seu conflito é o de criar um território, manifestando-se nas reivindicações por trabalho e moradia." (BECKER, 1983:14)

Com base nessas considerações sobre a constituição de territorialidade e lugar, na qual identificamos uma ampla diversidade de processos que lhes dão forma e conteúdo, é que pensamos ser necessário discutir as visões dicotômicas entre bairro e subúrbio, centro e periferia que, em grande medida, tentam justificar a organização do espaço urbano por circunstâncias históricas e econômicas, documentadas em geral em organismos oficiais. Isso conduz, também, a uma visão hierarquizada da cidade, *classificatória* de

seus diferentes espaços sociais, nas quais os conceitos de urbano, bairro, subúrbio e periferia têm um remetimento à uma conceituação clássica, geradora de incompreensões e imprecisões quando utilizados na atualidade(11).

E significativo, ainda, o número de estudos que partem de visões homogeneizadoras(12) que priorizam, por um lado, os agentes econômicos e imobiliários como elemento de análise, reduzindo os espaços da cidade, tidos como suburbanos/periféricos, a espaço de reprodução da força de trabalho, forjando uma homogeneidade incapaz de dar conta da importância das ações e práticas diferenciadas dos indivíduos na construção do espaço urbano. Por outro lado, enfatizam a descrição das paisagens no espaço urbano, elencando presenças e ausências de equipamentos e serviços públicos, adensamentos e outros fatores, a fim de propiciar a classificação de que falamos.

Têm-se, assim, como urbano, os bairros que recebiam serviços urbanísticos a maior tempo ou com maior freqüência. Já os que mereceram menos volume de serviços urbanísticos, marcadamente os bairros populares, principalmente os localizados para além da serra do Engenho Novo, do morro do Telégrafo e do morro do Retiro da América, por entre os quais passam as ferrovias, são descritos como áreas suburbanas.

Essa caracterização - *subúrbio* - no entanto, não expressa, *romanticamente*, uma representação popular. Na verdade, expressa a forma real como são tratadas, pelo poder público, as áreas ocupadas pela população de mais baixos sálarios. A utilização do termo subúrbio, atualmente, tem menos a ver com o costume popular e mais com a configuração real dos locais assim denominados. Configuração esta, resultante do descaso/abandono do poder público para com os equipamentos e serviços que não chegam ou que, quando chegam, não

são suficientes ou dotados da qualidade característica nas áreas "nobres", apesar de seus moradores pagarem impostos como os demais moradores dos "bairros".

Bairros suburbanos, portanto, sobretudo na atualidade, têm um sentido conotativo de bairros de segunda categoria, independentemente do estágio de urbanização que apresentam. E interessante observar como esta conotação também é estendida aos moradores desses espaços que, ante a visão dos poderes constituídos, são tratados como cidadãos de segunda ou terceira categoria.

Mais recentemente tais áreas passam a ser identificadas pelo conceito de periferia (ABREU - 1989, SANTOS, s/d)[13]. A *periferia* ganha, nesse novo contexto, um sentido mais amplo que, para além da dimensão de distância em relação ao centro comercial/financeiro da cidade, incorpora a dimensão social da exclusão dos cidadãos ao direito a equipamentos e serviços produzidos pelo Estado.

No entanto, muito da utilização desse conceito prende-se, ainda, a uma visão homogeneizadora, que classifica de "periferia", da mesma forma que antes, todo o espaço residencial/industrial que se encontra para além de determinado limite do "urbano".

Assim, por um lado, incorpora a dimensão social e identifica as contradições - instauradas pela omissão do Estado e pelo modelo segregador de ocupação do território que caracteriza a cidade capitalista e condiciona as forma de ocupação do espaço, principalmente devido à organização do território ser fundamentada na propriedade privada do solo. Por outro lado, no entanto, essas análises prendem-se à identificação de formas que vão caracterizando o espaço urbano em construção, pouco elucidando sobre os processos sociais envolvidos na articulação desse espaço. Mantém-se, assim, um certo posicionamento etnocêntrico para olhar a cidade.

Numa outra vertente de análise, que envolve outros segmentos

científicos, o conceito - periferia - é discutido a partir do enfoque específico de cada objeto de estudo. Loteamentos irregulares e/ou clandestinos, favelas, conjuntos habitacionais, baixa renda diferencial do solo urbano, enfim, espaços deteriorados devido ao baixo investimento urbanístico, ocupados pelas classes populares, são objeto de estudos que vinculam, concreta e objetivamente, a ocupação do território à estratificação social.

Esses estudos, enfocam, prioritariamente, os aspectos sociais da exclusão vivida pelos cidadãos na cidade e as relações sociais que se instauram nesse modelo segregador de produção do espaço, mas não articulam as formas, que são desenhadas no espaço urbano, com a totalidade do lugar. Ou seja, as formas são recortadas, para efeito de análise, do espaço onde estão inseridas - nos interstícios da cidade formal - e, a partir daí, são dissecadas internamente para evidenciar o processo econômico que gerou tais formas. Mas o processo urbano local que as constrói cotidianamente é secundarizado.

Nesse sentido, a periferia é discutida e definida como um espaço funcional/hierarquizado/segregado, denotando, também, uma homogeneidade em sua constituição, onde prevalecem a "produção autônoma da habitação em loteamentos regulares ou irregulares, bem como parte dos equipamentos necessários à vida, produzidos em regime de mutirão" (MARICATO - 1982).

Assim, temos que, para uns, o conceito de periferia nos remete tanto à uma noção de urbanização recente, onde os serviços e equipamentos públicos e privados ainda não chegaram satisfatoriamente, quanto a uma localização geográfica em relação ao centro histórico e econômico da cidade, sem se fazer maiores elucidações sobre processos locais que os constituíram. Para outros o conceito destina-se às áreas tidas como de reprodução da força de trabalho,

sem as condições de salubridade, equipamentos e serviços necessários à vida do cidadão. Ou seja: a aplicação do conceito restringe-se aos espaços informais da cidade ou dotados de baixissimo nível de urbanização, não importando sua localização geográfica.

Essas visões mais contemporâneas incorporam a dimensão social da segregação do espaço, refutando as argumentações de diversas teorias baseadas nas formulações da sociologia tradicional e nas concepções neo-liberais. Contudo, os moradores de tais áreas continuam a ser tratados como uma categoria homogênea e, por diversas vezes, secundária na análise do espaço social urbano. São vistos como "ocupantes" que atuam num espaço limitado, de forma limitada. Sua ação interventora não é vista senão como potencial, e somente na medida em que esteja articulada a uma ascenção à consciência política da ação.

Esses sujeitos são tidos, nas análises, apenas como determinados por uma ordem econômica centralizada, e não como, também, determinantes que, apesar de limitados em parte pelas determinações do nosso modelo social, existem cotidianamente para além de uma relação de interdependência com as áreas concentradoras de serviços e empregos, hoje, inclusive, já bastante descentralizadas. Sem essa dimensão cotidiana não podemos compreender tais sujeitos como construtores do que Lefebvre chamou de "obra".

Queremos, por fim, ressaltar, que a cidade, quando conhecida somente a partir da história de sua evolução gradativa, com marco no centro de seu sítio histórico - em geral, o local que mantém-se como centro irradiador comercial, financeiro e político da cidade ao longo de sua formação - ofusca o fato de que, seja pela distância em relação a esse centro, seja por outros fatores econômicos ou sociais, a cidade é construída, simultaneamente, também, em outros lugares, que só gradativamente passam a ser integrados ao

conjunto da cidade "oficialmente" reconhecida para efeito do planejamento e da sua história global.

Esse, sem dúvida, é o caso de Bangu que, já no início deste século, constituía-se um bairro dotado de infra-estrutura urbana e uma organização sócio-cultural compatíveis com o nível de organização sócio-espacial do núcleo funcional da cidade, o que o incluia, inclusive, na agenda de visitas de autoridades políticas nacionais e internacionais. No entanto, com o tempo, a forma diferenciada de alocação de recursos e de tratamento do poder público às condições urbanísticas locais, determinaram uma degradação do espaço urbano na atualidade que obscurece a simultaneidade de sua constituição em relação ao centro funcional.

São casos como esse que nos dão a certeza da necessidade de considerarmos, nas análises sobre o urbano, um leque mais amplo de referenciais que nos permita superar uma superficialidade descritiva da atualidade que tende a aprisionar os diferentes segmentos sociais à uma classificação homogeneizante do espaço urbano.

No entanto, compreender a pluralidade de dimensões envolvidas na criação dinâmica da cidade, nos remete, como já vimos, à necessidade de ver e compreender os sujeitos, individuais e coletivos, que, nas suas práticas sociais, dão novos usos e sentidos a cada lugar. Mas isso requer uma metodologia de investigação e análise que dê conta de compreender a capacidade interventora das práticas sociais cotidianas nos processos através dos quais a cidade se faz como obra. E, para melhor elucidar essa questão, vamos precisar de um encontro com Henri Lefebvre.

1.4 - Aprofundando os novos referenciais

A influência do pensamento de Henri Lefebvre na Geografia, passou a ganhar visibilidade há cerca de uma década (SEABRA, 1993:12), e tornou-se uma incontestável referência para múltiplos estudos sobre o urbano na atualidade.

Formulado entre as décadas de 30 e 90, seu pensamento contribui de forma inquestionável para o desvendamento de aspectos fundamentais na compreensão da realidade urbana. Aspectos esses que, dadas as possibilidades do olhar científico inerentes aos momentos históricos, permaneceram obscuros, reprimidos, submersos, represando as possibilidades de abarcarmos de forma mais rica e menos fragmentária a pluralidade da realidade social.

A obra de Lefebvre é, para nós, um alerta sobre a complexidade que as relações sociais assumem na sociedade contemporânea. A problemática urbana é reapresentada com novas e multiplas dimensões, pondo como exigência a necessidade de se compreender *os interstícios* da vida na cidade, de se refletir sobre as práticas cotidianas e a repercussão dessas práticas na constituição do espaço urbano.

Para os fins deste trabalho, o pensamento de Lefebvre traz a possibilidade de aprofundamento e melhor elucidação de aspectos conceituais e metodológicos essenciais na análise do espaço urbano. Destaca-se, aqui, em primeiro lugar, a discussão, empreendida pelo autor, sobre o sentido da urbanização e as dimensões que ela implica (LEFEBVRE, 1976 e 1978). De acordo com Seabra, esse constitui-se um dos "raciocínios nucleares do seu pensamento sobre a problemática urbana":

> "Os processos de urbanização dizem respeito à qualidade da vida social, à conformação de um modo de vida. Isso implica modelos de consumo, estratégias de sobrevivência, confrontos cotidianos..." (Seabra, 1993:15)

O cotidiano, formulado como conceito teórico, será discutido pelas suas dimensões abstrata e concreta, dimensões essas também presentes no processo de formação e transformação da cidade. As transformações da cidade não são vistas como resultado passivo das mudanças ocorridas na globalidade social, já que a cidade depende também das relações mais diretas e imediatas estabelecidas entre as pessoas e os grupos que compõem a sociedade.

As transformações da cidade se devem tanto a uma "ordem próxima" quanto a uma "ordem distante". A ordem próxima é aquela que diz respeito às relações dos indivíduos nos grupos e às relações dos grupos entre si. Já a ordem distante é "(...) el de la sociedad, regulado por grandes y poderosas instituiciones (Iglesia, Estado), por un código jurídico formalizado o no, por una "cultura" y por conjuntos simplificativos." (LEFEBVRE, 1978:64)

Relacionadas a essas duas ordens estão as dimensões abstrata e concreta do cotidiano que se constitui, simultaneamente, como estratégia do Estado (abstrata) que se efetiva a partir do vivido (concreta).

O cotidiano é o encadeamento de ações que, de certa forma, tendem a se repetir, diariamente, de acordo com um espaço/tempo sociais ligados à produção. Não se reduz, no entanto, à simples soma desses atos isolados, nem às determinações de ordem mais geral. Compreende, de forma interrelacionada, tanto os aspectos que se devem a um conjunto de normas, leis e ritmos mais gerais da sociedade, quanto os que se devem ao nível do vivido.

Essa dimensão do vivido, se realiza sob a forma de criação de usos e sentidos. A cidade - que contém o cotidiano como organização e uso do tempo no espaço, mas que, também, é contida por esse mesmo cotidiano, já que se constitui como forma e conteúdo, como realidade material e como realidade social, determinada pelas

condições postas nesse cotidiano (LEFEBVRE, 1978:67) - não é tratada pelo autor como produto, mas como obra:

> "Conteniendo el orden próximo, lo mantiene; mantiene asimismo la relaciones de producción y propriedad, y es el lugar de su reproducción. Contenida en el orden lejano, los sostiene, lo encarna, lo proyecta sobre un terreno (el término) y sobre un plano, el de la vida inmediata; lo inscribe, lo prescribe, *lo escribe*, texto en un contexto más extenso e inaprehendible en si salvo para lá reflexión. (...) De este modo, la ciudad es obra, más próxima a la obra de arte que al siempre producto material." (LEFEBVRE, 1978:64)

A produção de produtos é relativa ao domínio técnico e científico da natureza material, ao passo que o sentido de obra está na "apropriación (del tiempo, del espacio, del cuerpo, del deseo) para, acto seguido, predominar". (LEFEBVRE, 1978:168)

Se a produção de produtos refere-se a uma realidade prático-sensível, a criação de obra implica sempre, além dessa realidade prático-sensível, material, uma realidade social, composta por relações.

> "No hay obra si sucesión regulada de actos y acciones, de decisiones y conductas, sin mensaje y sin código. No hay obra tampoco sin cosas, sin una materia a modelar, sin una realidad prático-sensible, sin un espacio, sin una `naturaleza´, sin campo y sin medio. Las relaciones sociales se logran a partir de lo sensible; no se reduzen a este mundo sensible, y sin embargo no flotan en el aire, no se pierden en la transcendencia." (LEFEBVRE, 1978:67).

A cidade contém produtos e contém produção de produtos, mas não se resume a eles. A cidade, como totalidade, é obra, realidade social composta de relações que não podem prescindir de uma base prático-sensível para se realizarem.

Aqui, a dimensão do vivido vai ganhando seus contornos. Nenhuma obra se realiza com o isolamento de seus elementos ou momentos. A técnica e o saber, o desejo e o trabalho, o lúdico e a seriedade, numa obra que se realiza, estão necessariamente reunidos, constituindo sua totalidade. A criação da obra, é reunião do concebido com o vivido.

Quando qualquer desses elementos se separam da obra, tornando-se autônomos, deixam de ser presença, tornam-se representações, mediações entre o vivido e o concebido.

> "Lo que sólo es económico, tecnológico, lúdico, cotidiano, etcétera, no puede salir de la representaciones y de los productos, y se aparta de la obra. Esta tiene "condiciones "económica" y políticas pero explicarla, por tal o cual de esas mediaciones, es un esquema simplista e empobrecedor. La obra implica el juego y lo que ésta en juego pero es algo más y es otra cosa que la suma de esos elementos, de esos recursos, de esas condiciones y circuntancia. Propone una forma, que tiene un contenido multiforme - sensorial, sensual, intelectual - con predominio de tal o cual matiz de la sensualidad o de la sensibilidad, de tal o cual sentido, de tal o cual técnica o ideología, pero sin que ese predominio aplaste los demás aspectos o momentos." (LEFEBVRE 1983:222)

Reduzida ao vivido (campo do prazer, da emoção, das espontaneidades) ou ao concebido (campo do saber, ciências, conhecimentos, empregos legítimos ou abusivos dos conceitos), fragmenta-se a obra enquanto totalidade, aniquila-se seu caráter de criação.

Para o autor, o criador não se diferencia do sábio pelo saber, já que a criação intencional tem sempre por base um amplo leque de referências, de conhecimentos. Distingue-se pelo trajeto, e pelo modo de apropriação do saber e de regresso à vivência no decorrer do trajeto.

> "El creador de obras debe emerger de la vivencia asimilando lo más posible de saber durante ese trayecto en el cual experimenta múltiplas contradicciones; (...) realiza una doble creación: la de un saber por una vivencia, la de una vivencia por un saber. (...) el creador nunca parte de un saber puro y no permanece en el saber." (LEFEBVRE, 1983:224/225)

A classe trabalhadora, no entanto, não tem, espontaneamente, o sentido de obra, que está atrofiado (1978:169), desfeito, esmagado por esta sociedade. Fica imersa numa vivência e, ao ter as coisas pelo sentido isolado que elas tem para si, produz representações, como mediações entre os diversos sentidos sociais dessas coisas e o sentido mais restrito, produzido pelos usos que delas

faz no cotidiano.

Por outro lado, o concebido tem há muitos séculos depreciado o vivido (1983:222), reduzindo-o, tratando-o como resíduo provisório do conhecer.

Remetendo essa discussão para a cidade, concebê-la como obra, implica resgatar esses dois sentidos presentes na sua criação: o do vivido e o do concebido, articulando-os no trajeto da análise. As representações, sentidos isolados de um campo mais amplo de sentidos das coisas, serão importante referencial para que essa articulação seja possível. Não classificando-as como verdadeiras ou falsas, mas compreendendo-as como mediação de uma realidade em construção.

NOTAS

(1) Coraggio (1987). O termo se refere ao conceito de espacialidade social, desenvolvido pelo autor para definir as articulações entre os diferentes agentes que constroem o espaço urbano.

(2) Coraggio (1987) enfatiza, na discussão sobre o conceito de Espacialidade Social, a interação entre os diferentes agentes que constroem o espaço urbano não como ações isoladas, mas como resultantes de processos articulados.

(3) Segundo Maurício Abreu, 1988, as teorias e modelos emanadas dessa Escola partem, apenas, da análise de um processo evolutivo, condicionado por variáveis bem definidas, ou seja, a evolução de uma aglomeração em rápido crescimento demográfico e industrial, dominada por uma economia capitalista com poucas imperfeições de mercado.

(4) A influência da concepção ecológica urbana na sociologia, mesmo sendo mais e intensamente combatida nas últimas décadas, ainda se constitui base teórica para muitos autores, sobretudo norte-americanos. M. Gottdiener, 1989 : 45, identifica e analisa criticamente vários autores que, em fins da década de 80, fazem defesas intransigentes dessa corrente de pensamento.

(5) Nesta passagem de Milton Santos, não devemos confundir localização e lugar. Para ele, o lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. O lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização e um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar.

(6) Aqui explicita-se a importância do remetimento à discussão filosófica aprofundada sobre a práxis que, sem dúvida, orientou as formulações de Coraggio e Moraes, apesar de aparecerem, majoritariamente, nos trabalhos desses dois autores, de forma implícita.

(7) Henri Levebvre aprofunda essa discussão ao identificar as diferentes ciências que enfocam a questão urbana, demonstrando que es-

sas ciências fragmentam a realidade para analisá-la, cada uma com seu método ou métodos, seu setor ou seu âmbito da realidade. (El derecho a la ciudad, p.55)

(8) Partindo desta observação, nos remetemos novamente à contribuição metodológica de Henri Lefebvre (1983), inicialmente, no que ele nos alerta sobre as formas de tratarmos os conceitos. Para ele, os conceitos emergem e se formulam sob determinadas condições históricas, pelo que devem tanto à história geral quanto a uma história em particular, do conhecimento, da filosofia ou de cada ciência. Já formulado, cada conceito esclarece as circunstâncias de seu nascimento e o seu contexto, trazendo em sua gênese a capacidade de representar o real no plano do pensamento, sem, contudo, desvendar a realidade concreta. E a própria realidade que, com tempo e as transformações sociais que se fazem sentir no real, demonstra os limites de cada conceito e "novos conceitos se tornam necessários".

(9) Ver, a respeito da discussão conceitual sobre o urbano, Therezinha Segadas Soares, 1987

(10) Para Topalov, essas reivindicações, que são uma expressão da luta de classe, tocam na contradição fundamental na qual se baseia a reprodução do modo de produção capitalista: "negam o próprio caráter mercantilizado da força de trabalho, escapam à lógica do sistema, reivindicando que as necessidades populares se distanciam das finalidades da produção."

(11) Ver a respeito Marcelo de Souza, 1989, que analisa, entre outros, a abordagem de Ledrut sobre esses conceitos e realiza uma reflexão sobre sua pertinência na cidade contemporânea.

(12)Referimo-nos, em especial, a trabalhos que adotam a classificação de Segadas Soares e de Lisia Bernardes, 1987

(13) "Voltando a pensar em favelas por causa das periferias", texto mimiografado, s/d.

CAPITAL INDUSTRIAL E PROPRIEDADE FUNDIARIA

A Fábrica Bangu e a produção do lugar

2.1 - Considerações iniciais

O processo de transição do espaço rural para espaço urbano, em Bangu, foi desencadeado pela intervenção direta da Companhia Progresso Industrial do Brasil (que chamaremos apenas Companhia) na produção do lugar. Para se instalar em Bangu, a Companhia adquiriu terras que lhe permitissem acesso às fontes d´agua na Serra de Bangu (maciço da Pedra Branca), ao sul da estrada de ferro, e ao poucos foi incorporando outras terra em direção à Serra do Mendanha, ao norte, estabelecendo-se também como proprietária fundiária. Esse processo resultou em diferentes combinações da forma de uso do solo, por um só agente, e em formas distintas de produção e apropriação da habitação.

Essa forma dual de uso das terras propiciou uma forma particular de exploração do trabalho no lugar, pois envolveu a produção da habitação, que foi diretamente organizada pela Companhia, como elemento fundamental para a reprodução da força de trabalho.

Para que possamos compreender, de forma aprofundada, o significado da presença da Companhia no lugar, sua influência na formação do bairro será analisada, neste capítulo, de forma a permitir a identificação de dois "movimentos" indissociáveis que parecem caracterizar sua ação produtora do espaço urbano. Por um lado, a intervenção/produção do espaço, estabelecendo alguns mecanismos de controle sobre a terra como parte das condições objetivas de produção e reprodução dos meios necessários à sua atividade. Por outro, a intervenção/produção de uma história do lugar, na qual, a partir da seleção de fatos de seu interesse e de uma ação "política", produz representações sobre sua própria importância na produção do lugar.

2.2 -A Fábrica chega ao lugar

2.2.1 - A origem da propriedade fundiária e de pendências futuras

A área onde atualmente localiza-se o bairro de Bangu era considerada, até 1889, parte do "sertão" carioca (GALVÃO, 1987), devido à predominância de atividades rurais. Essa região, localizada no "interior" do então Estado da Guanabara, abrangia as terras das atuais Regiões Administrativas de Bangu, Campo Grande, Jacarepaguá, Guaratiba e Santa Cruz e era cortada, em parte, pelo antigo caminho que ligava o Rio de Janeiro à São Paulo, usado pelo Imperador para chegar à Fazenda Real de Santa Cruz e pelos Padres para chegar ao convento da Ordem da Companhia de Jesus, na mesma localidade.

Na segunda metade do século passado, com o declínio dos engenhos de açúcar e das lavouras de café e de anil e, logo após, com a intensificação do transporte ferroviário - que gerou, pouco a pouco, o desmembramento das velhas fazendas e dos engenhos - os primeiros traços urbanos do "sertão" carioca se formaram em torno da estação ferroviária de Campo Grande, próxima a Capela do Desterro, e ao longo de suas principais vias(1), já em 1894 percorridas pelos primeiros bondes puxados a burros, mesmo tipo de transporte predominante no centro funcional da cidade à mesma época.

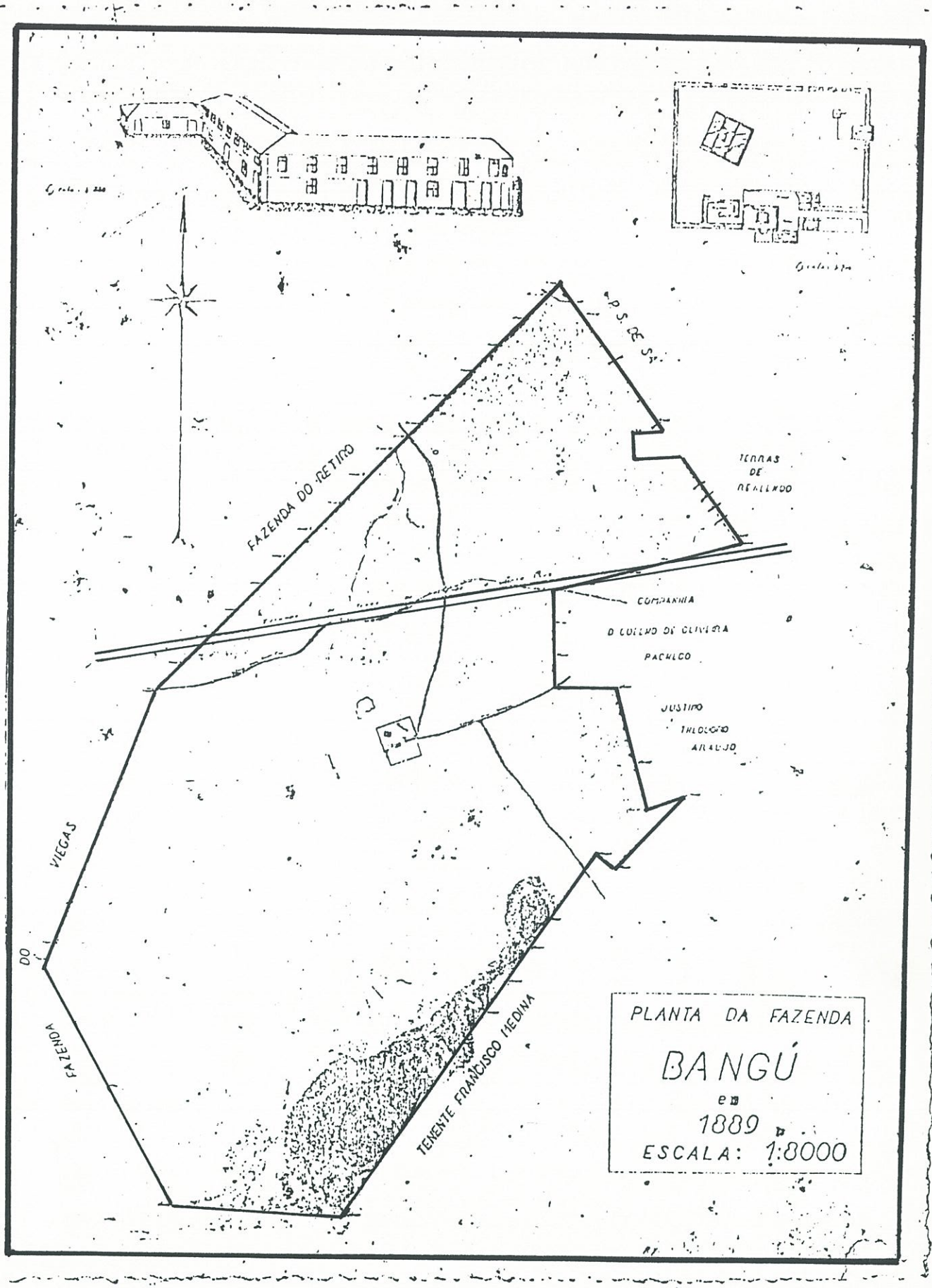
Em Bangu, ao contrário, no século XIX ainda predominava uma espacialidade tipicamente rural, onde eram constantes as pendências territoriais, instauradas, em sua maior parte, por Ana Francisca de Castro Miranda, D. Ana Bangu. Através de processos judiciais, ameaças e agressões aos pequenos sitiantes das terras próximas a sua fazenda, Ana Bangu conseguiu expandir sua propriedade

de forma obscura e impor-se como a grande proprietária de terras situadas nessa área, em meados do século XVIII. Com sua morte, em 1855, sua propriedade passou por herança ao seu filho, que a vendeu, em 1870, a Manoel Miguel Martins, Barão de Itacurussá, último proprietário da fazenda, que a vendeu, em 1889, à Companhia Progresso Industrial do Brasil - Fábrica Bangu (planta 1).

A Cia. Progresso também comprou, na mesma época, a Fazenda do Retiro, parte da Fazenda do Guandu do Sena e o Sítio de Agostinho do Amaraes e, nos anos seguintes, "incorporou" mais 400 ha. distribuídos em diversos pequenos sítios (OLIVEIRA, 1991), que se localizavam próximos às nascentes ou que impediam a continuidade territorial da fábrica por se situarem como ilhas cercadas pelas propriedades da Cia, totalizando 4000 ha.

Nesse período, a região contava apenas com um incipiente núcleo comercial (que não mais existe) localizado no marco seis - um dos marcos de pedra localizados ao longo da Estrada Real de Santa Cruz, de légua em légua. Esse núcleo comercial datava do período colonial e formou-se no local onde o Imperador realizava as paradas para descanso de sua comitiva. Por localizar-se ao lado da estrada de ferro, esse núcleo deveria ser a base para o processo de desenvolvimento/urbanização do bairro, já que, nessa época, ainda não havia estação ferroviária no local e a mesma poderia ser instalada em sua proximidade.

Quando da aquisição das terras para a construção da fábrica, no entanto, os comerciantes do local, também proprietários dos terrenos em torno do Largo da Moça Bonita, recusaram-se a vender tais terrenos à Companhia. Como o comércio instalado ali concorria com o implantado pela Companhia, esta fez de tudo para aniquilá-lo, através de mecanismos coercitivos, concorrência desleal e pressões políticas.



_____ Fazenda Bangu

_____ Estrada de Ferro Central do Brasil

Fonte: CPIB

Assim, a instalação da fábrica, e o poder econômico de seus proprietários, determinaram a localização da estação ferroviária de Bangu, mais à oeste desse núcleo, e todo o processo inicial de urbanização do bairro e constituição de um novo núcleo comercial sob sua administração, no qual comercializava produtos agrícolas de seus terras. Isso gerou, pela independência que o antigo comércio mantinha em relação à fábrica, intensos atritos com a mesma.

No entanto, há poucos dados sobre esses fatos, porque a Companhia produziu, inicialmente, não apenas o lugar, mas também, podemos dizer, uma "história do lugar", apagando os vestígios documentais dos conflitos que não lhe interessava manter registrados.

Há outros conflitos, porém, cujas origens puderam ser identificadas devido a uma memória social que mantém vivos, através de histórias orais e documentais, fatos significativos no passado e para o presente. A imensa propriedade da Companhia, por exemplo, ainda hoje é objeto de controvérsias. Durante a pesquisa, vários foram os depoimentos que nos chamaram a atenção para essa questão, abrindo pistas inclusive para novos levantamentos documentais.

Esse fato pode ser comprovado pelo processo movido por Cecília Soares do Rêgo, em 1983, contra a titulação das terras de parte da antiga Fazenda do Viegas, adquirida pela Companhia em 1905 (anexo 1). Nesse processo, citando outros processos movidos contra a Companhia pela mesma prática, a requerente denunciou que a Companhia "grilou" as terras e forjou seu registro, em conluio com o 4º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, e as provas que apresentou, para sustentar sua argumentação, são irrefutáveis. Ela demonstrou que o registro do imóvel no 4º RGI foi feito mediante, apenas, uma "planta de localização" do imóvel (com 4,2 quilômetros de extensão) quando a descrição no memorial de registro identificava apenas 2,3 quilômetros. Nesse cartório, as terras

foram registradas, em 1938, como adquiridas de Virgínia Fontoura da Cruz em 1905. Mais tarde, em 1954, o registro foi modificado para corrigir a "cadeia sucessória", dando as terras como adquiridas do Barão de Itacurussá, em 1889. Por fim, em 1978, nova retificação foi feita, apresentando as terras, novamente, como adquiridas de Virgínia da Cruz em 1905.

Não bastasse tamanha confusão, o processo movido por Cecília denuncia que essas mesmas terras foram, também, registradas em outro cartório, o Primeiro Ofício de Registro de Imóveis, aproveitando-se do registro das terras adquiridas ao Barão de Itacurussá, existente nesse cartório, para incorporar o registro do novo imóvel, como se eles fossem partes de uma mesma propriedade. Ocorre que a antiga Fazenda Bangu, que foi de propriedade do Barão, está distante, aproximadamente, três quilômetros das terras em questão. Esse processo, como tantos outros, misteriosamente, não chegou a ser julgado. A Companhia, como podemos observar na leitura atenta dos altos, postergou o máximo que pode o julgamento e, ao final, pediu o seu arquivamento, em 1990.

Mais curioso ainda é que um dos responsáveis pelas obras de loteamento na antiga Fazenda do Viegas, entre 1946 e 1952, diretor da Imobiliária Terra Brasil, apesar de ter mantido intensas relações comerciais com a Companhia, desconhecia que aquelas terras a ela pertenciam. Esse fato é um indicativo de que, de fato, a Companhia só se interessou por aquelas terras em 1954, ano que consta na "planta de localização" usada para registro no 4º Ofício de Registro de Imóveis. Essa controvérsia acabou por impedir a ocupação das terras pela Companhia, embora esta tenha a propriedade cartorial. Essas terras continuaram ocupadas pelos agricultores, que nelas já trabalhavam e, mais recentemente, pela "favela" do Saco do Viegas (foto 1).

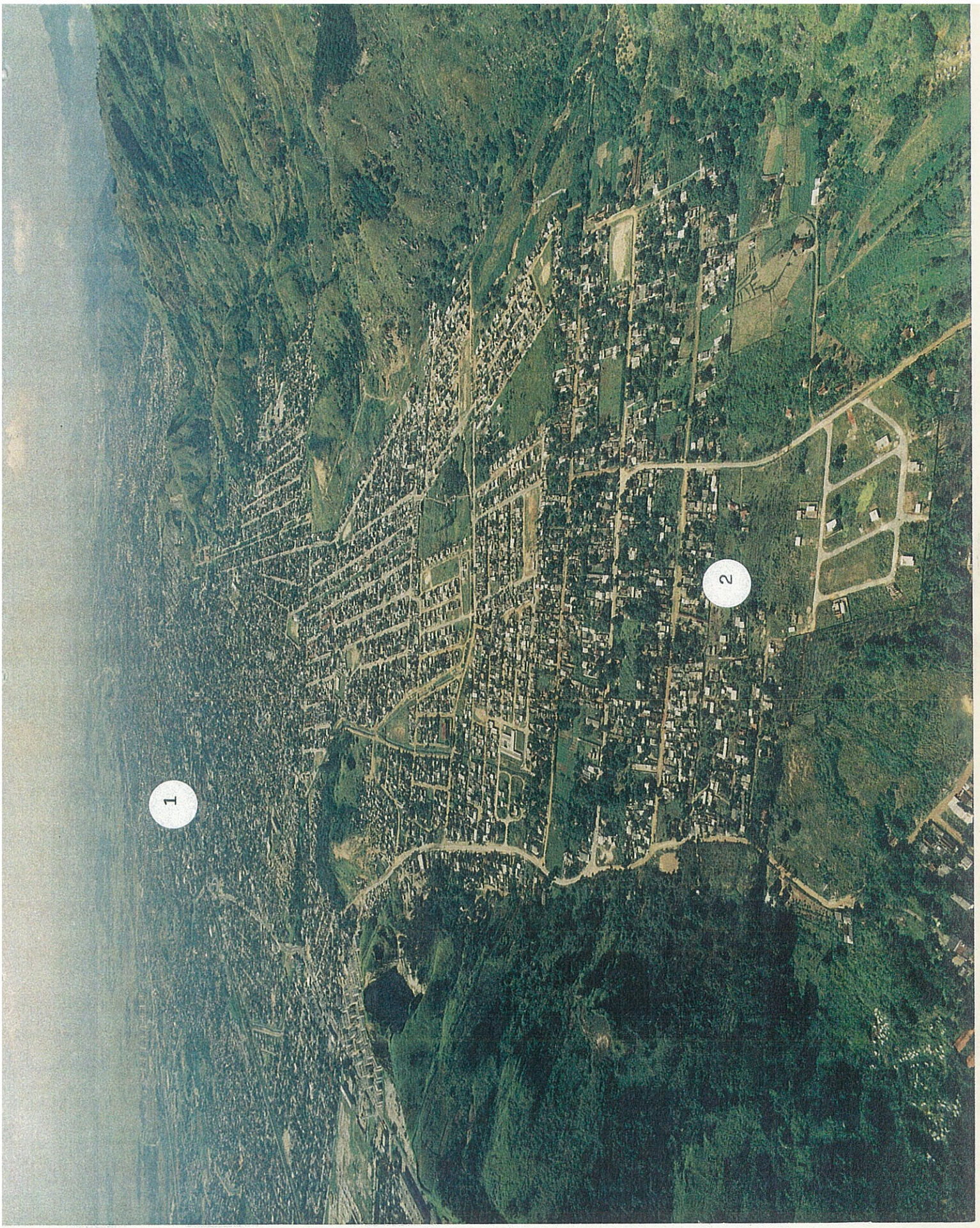


FOTO 1 (1988) - (1) Estrada de Ferro
(2) "Favela" Saco do Viegas
O Limite oeste dos loteamentos da Companhia.

Outros fatos são narrados por antigos moradores que presenciaram manifestações dos possíveis herdeiros contra a Fábrica.

> " Quando eu vim morar aqui, em 1953, comprei esse terreno. Antes essa rua se chamava Caminho dos Cardosos. Já tinha loteamentos ocupados mais lá prá cima, depois do Rio da Prata (...). Aqui em baixo, tinha um sítio que morava um senhor estrangeiro que o pessoal chamava de seu Secundino. Ele morreu doente mas não entregou as terras prá fábrica. A fábrica, então, não podia lotear. Depois que ele morreu, os filhos entregaram aquele pedaço de terra e ganharam 8 lotes aqui na rua. De qualquer forma, acabou ficando abandonado durante anos e hoje tem as escolas e aquela favela ali [da Saibeira, ocupada em 1985]".

Atentos a essas questões, procuramos sempre mencionar "esses problemas" com todos os outros entrevistados, inclusive nos órgãos públicos e, a certa altura da pesquisa, ao próprio procurador da Companhia. Encontramos silêncio, confirmações e alguns fatos que nos deixaram dúvidas.

Na Estrada do Engenho, em direção a Av. Brasil, entrevistamos um morador que não recebeu de imediato os documentos de titulação definitiva do lotes, segundo ele, devido a mandados de segurança impetrados por famílias que reivindicavam aquelas terras.

Da mesma forma, constatamos, na documentação que nos foi apresentada por uma ex-assessora da SEAF (Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro), atual SEHURB, registros de áreas já vendidas ou negociadas pela Fábrica Bangu sem que esta tenha fornecido escrituras definitivas aos compradores. Tais áreas são as compreendidas no loteamento da rua Antenor Correia.

Outros fatos, que colaboram com essas dúvidas sobre a titulação das terras da Fábrica, nos foram relatados pelo Presidente da Associação da Vila Piquiróbi, atualmente, diretor da FAMERJ e coordenador do movimento pela posse da terra em Bangu. Para ele, os processos de aquisição de vários sítios e pequenas fazendas apresentam irregularidades, pois não especificam a forma como foram adquiridas as propriedade. Além disso, ele também afirma que

os vários compradores dos terrenos na Estrada do Engenho não receberam até hoje suas escrituras definitivas.

Esses fatos, marcados na memória dos antigos moradores e indefinidos para os órgãos públicos de regulamentação fundiária do Estado (SEHURB) (que são chamados a intervir nas dezenas de processos litigiosos sobre a posse das terras, instaurados pelos moradores que as "invadiram" para fins habitacionais e agrícolas), põem em relevo um dos graves conflitos que permearam e ainda permeiam a construção do espaço estudado.

Tal conflito, encoberto pela destruição de documentos de registros de imóveis no cartório que funcionava *no interior da fábrica* e, mais tarde, pelo destaque político que tinha seu principal acionista, Dr. Guilherme da Silveira, que foi presidente do Banco do Brasil (1929) no Governo de Washington Luis e Ministro da Fazenda (1946) no Governo de Gaspar Dutra, passa a ser a primeira referência, em nossos estudos, a partir da qual identificamos a resistência e as ações, por parte da população local, às determinações da Companhia.

O conhecimento da realidade sobre a propriedade, mesmo que amparada no registro cartorial, permitiu que a população, em diferentes momentos da história do bairro, reagisse à normatização do uso e ocupação do solo segundo os interesses da fábrica, forçando a intervenção do Estado a seu favor, como veremos ainda neste capítulo, por exemplo, na resistência aos contratos decenais de cessão dos terrenos da Companhia para fins residenciais, em 1919, e na quase desapropriacão das terras pelo Governo Getúlio Vargas, em 1933, após auditoria realizada nos bens de seu presidente. Voltaremos a esta questão mais a frente.

O que queremos evidenciar, aqui, é que a consciência que esses moradores passam a ter de seus direitos individuais de pro-

priedade só se forja na medida mesma em que cada um toma conhecimento, por meio de mecanismos informais (a história oral de fatos locais, não documentada ou, ao menos, não divulgada ou acessível por meios oficiais àquela época), de que os "direitos" de propriedade alegados pela Companhia constituíram-se, em parte, de forma obscura.

Apesar do baixo nível de organização dos moradores naquele período, do baixo nível de organização institucional no estabelecimento de direitos legais, na sua divulgação e fiscalização de seu cumprimento, a consciência de direitos se torna possível através de uma memória social que apresenta aspectos da realidade capazes de subsidiar os indivíduos nas suas ações cotidianas e potencializar sua capacidade de intervir - individual e coletivamente - na lógica que predomina na produção do o espaço.

2.2.2 - **A instalação da fábrica e da vila operária**

A decisão e localizar a fábrica em Bangu deveu-se, a princípio, a duas vantagens locacionais apresentadas pelo lugar: água em abundância - que pudesse ser captada e controlada pela fábrica, de forma que esta não ficasse dependente do suprimento público, caracterizado, à época, pela irregularidade; e transporte para o escoamento da produção para o porto e o centro comercial da cidade.

O local escolhido - Bangu - apresentava condições adequadas já que nele passava a Estrada de Ferro Central do Brasil, ligando-o ao centro - na estação D. Pedro II - em apenas uma hora. Fato curioso é que este era, aproximadamente, o mesmo tempo gasto pelas fábricas localizadas em áreas mais próximas do centro - como as da Tijuca e Gávea -, no seu percurso para o centro, pois para estas o

— U. F. R. J. —
BIBLIOTECA
— IPPUR —

transporte era feito nos bondes ainda puxados a burros.

Assim, ao contrário do padrão estabelecido, na época, no Rio de Janeiro, a Fábrica Bangu opta por instalar-se na área rural da cidade, acompanhando o modelo de instalações industriais do ramo nos outros Estados (EGLER, 1986; OLIVEIRA, 1991). Desta forma, sua implantação exigiu a mobilização tanto dos meios de produção quanto da força de trabalho necessários às suas atividades, através de suas próprias iniciativas. Consequentemente, essa mobilização iniciou um certo grau de urbanização do lugar, necessário ao funcionamento do sistema fabril.

Para sua implantação, portanto, foi necessário, além da produção e e/ou adaptação das casas existentes para seus funcionários mais graduados e de vilas operárias para seus empregados, abrir e urbanizar ruas, implantar sistema de água e esgoto, produzir energia elétrica etc, visando dotar esse novo núcleo urbano-fabril de uma certa autonomia para seu processo de produção(2).

Mas esses não foram os únicos motivos da opção por Bangu. Essa localização, mesmo obrigando a Companhia a um investimento considerável de capital fixo na criação de infra-estrutura, tem, também, outro aspecto tão ou mais importante que os dois primeiros citados - abastecimento de água e transporte. A Companhia Progresso Industrial do Brasil foi a primeria fábrica têxtil no Rio de Janeiro a adotar um sistema verticalizado de produção que envolvia as três etapas de produção de sua mercadoria, ou seja, fiação, tecelagem e estamparia. Foi um empreendimento que nasce como um dos primeiros nos padrões típicos da industrializacão capitalista, constituindo-se, desde a fundação como Sociedade Anônima, pela concentração de capitais de diferentes setores econômicos, organizando-se com acentuada divisão social do trabalho e empregando técnicas avançadas e equipamentos modernos, para a época, que ga-

rantiam uma rentabilidade elevada.

E esse padrão que leva a Companhia a fazer sua opção. Opta por buscar criar as condicões de produção em um relativo isolamento, já que a cidade do Rio de Janeiro, naquela época, já apresentava problemas de ordem estrutural que favoreciam, como em todas as cidades brasileiras, um certo grau de instabilidade social e política. Neste sentido, sua opção recai sobre a intenção de constituír-se num núcleo urbano-fabril relativamente autônomo (a exemplo de um padrão consagrado na Europa, em especial nos períodos de transicão do capitalismo industrial), sobre o qual poderia exercer um controle social sobre sua força de trabalho, através do domínio sobre as vilas operárias, escolas, creches, armazéns, espaços de lazer e até mesmo da igreja local.

As vilas operárias construídas no século passado, como a de Bangu, são, portanto, um tipo de construção que pode ter a feição de casas geminadas ou de conjuntos coletivos, que tinha por finalidade o aclopamento da habitação operária à fabrica, criando um situação social particular de dominacão da fábrica na esfera do não/trabalho, na casa operária.

Para Lopes (1979), a constituição desses núcleos e, sobretudo, das vilas operárias está relacionada à necessidade de imobilização da força de trabalho e à constituição de um operariado disciplinado. E uma situação social na qual se dá a subordimacão da esfera doméstica à esfera do trabalho.

Contudo, para além da intenção de um relativo isolamento, foi necessária, de fato, a preocupação com os fatores objetivos de produção que obrigaram a constituição da enorme propriedade fundiária - que ocupava praticamente todas as terras numa faixa, no sentido norte/sul, entre a Serra do Mendanha e o Serra de Bangu - para garantir o abastecimento de água. Essa grande propriedade

tornou-se fonte de conflitos à medida que, com o crescimento do bairro (estimulado pela própria Companhia como forma de atrair mais mão-de-obra para sua atividade, dada a insuficiência de casas de sua propriedade para todos os operários), passaram a surgir também problemas de ordem fundiária entre a Companhia e aqueles que ocupavam suas terras.

Na avaliação do processo de instalação da fábrica, é importante destacar que o padrão de ocupação nas outras áreas industriais da cidade era caracterizado pela ocupação residencial - chácaras e pequenos sítios que foram sendo divididos para construções unifamiliares. Com o crescimento da cidade, as indústrias localizadas próximo ao centro funcional perderam espaço e passaram a se deslocar para áreas mais distantes ou simplesmente fechar suas portas. Em Bangu, ao contrário, foi a fábrica quem determinou a ocupação e sua posterior urbanização.

Assim, embora contemporâneos, os processos de urbanização dos diferentes locais da cidade apresentam diversidades que precisam ser resgatadas para tornar possível a compreensão das influências sociais e históricas na organização do espaço urbano de cada local e na relação entre cada local e a cidade como um todo.

Na maioria das indústrias que produziam habitações para seus operários, a vila operária era utilizada como instrumento coercitivo: era isolada, com grandes portões de ferro, da vida do bairro ou do povoado onde as fábricas se instalavam e, a partir de determinada hora da noite, a circulação entre a vila e seus arredores ficava interrompida (EGLER, 1986).

A vila operária da Fábrica Bangu era, ao contrário, constituída pelo bairro inteiro. Este projeto, de construír um bairro proletário, foi integralmente assumido pela Companhia a partir de 1904, quando assume como administrador geral o Sr. João Ferrer com

a missão precípua de, além de administrar a fábrica, incrementar a urbanização local como forma de imobilizar um contingente maior de força de trabalho ao seu redor. Como veremos mais adiante, a Companhia amplia a infra-estrutura urbana local e concede autorização para que os trabalhadores construam suas residências nos terrenos da fábrica. Tal característica de organização do espaço será um fator relevante na determinação da espacialidade de Bangu.

E, portanto, da relação entre as características antagônicas desses dois espaços distintos - a amplidão e isolamento característicos do espaço rural abrigando a organicidade das construções da vila/bairro - que a Bangu urbana se desenvolverá, em termos habitacionais, comerciais, industriais e culturais, de forma peculiar e gerando resistências e possibilidades que influenciarão a configuração espacial atual.

2.3 - A Fábrica Produz o Espaço

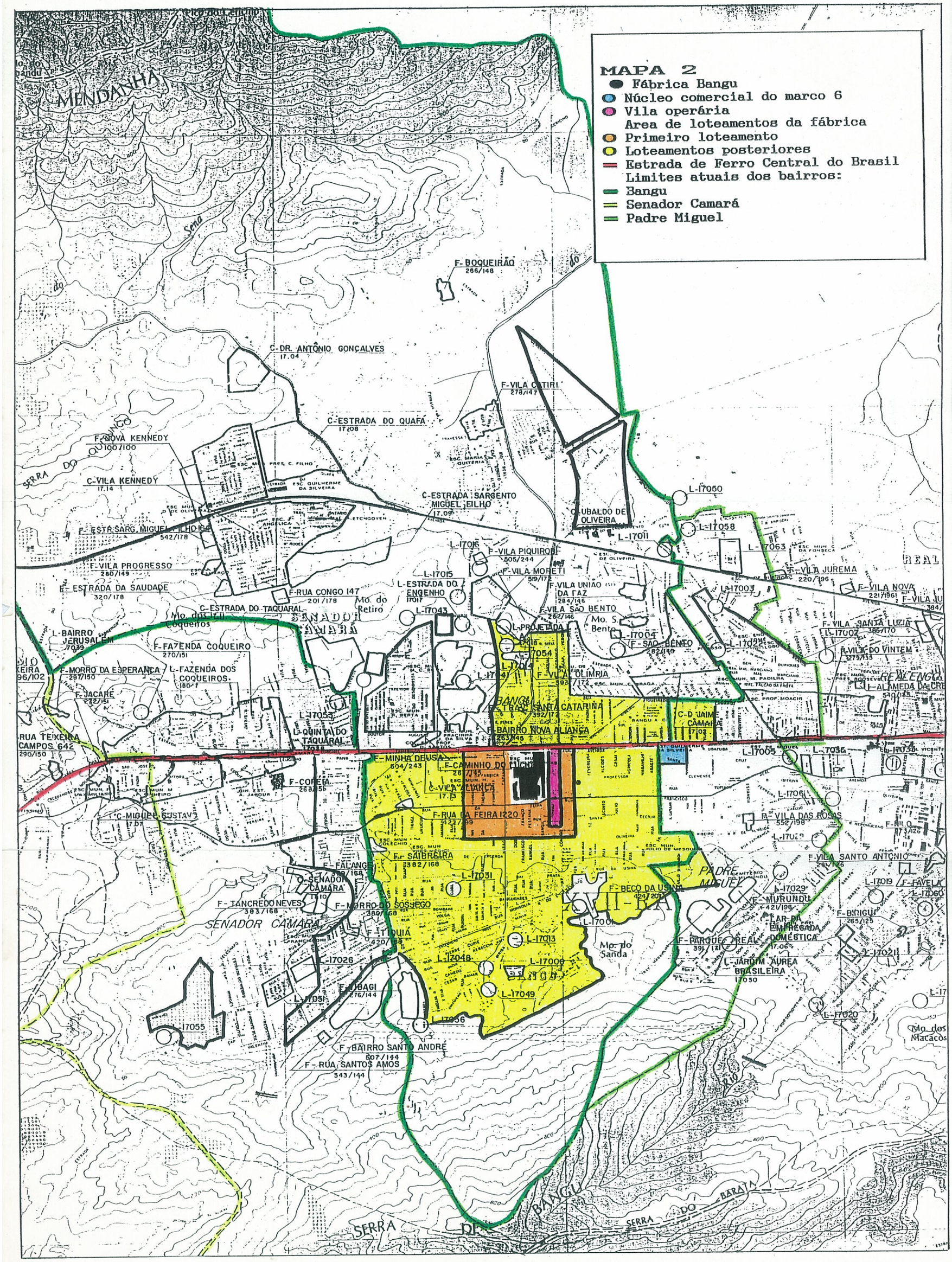
2.3.1 - As "casinhas da fábrica" e a urbanização do lugar

Simultaneamente às obras de construção da fábrica, foram construídas as primeiras 97 unidades habitacionais da vila operária, inicialmente destinadas aos mestres e contra-mestres e, mais tarde, ocupadas também pelos operários. Essas 97 unidades localizavam-se em três quadras (mapa 2 e foto 2), ao longo das atuais Av. Cônego de Vasconcelos e Rua Fonseca (fotos 3, 4 e 5), e foram construídas com parte dos tijolos e telhas importados da inglaterra e com material produzido numa olaria montada próxima à fábrica para dar suporte às obras no bairro. Em 1895, essa vila sofreu os primeiros de uma série de aprimoramentos: a implantação de sanitários, a ampliação das cozinhas e a construção de novos quartos. Tais habitações, após as primeiras reformas, foram assim descritas por Gracilda Silva:

> "As casas da vila operária passaram a ser compostas de sala, três quartos, cozinha e banheiro. Mesmo com a reforma os compartimentos possuíam dimensões mínimas. Estas minúsculas dimensões eram compensadas por um pequeno quintal. (SILVA, 1985:75)

As dimensões dessas casas nos põem diante de um aparente paradoxo, na medida em que, sendo a Companhia proprietária de aproximadamente 4000 ha. de terra, não se justificava a construção de unidades habitacionais com "minúsculas dimensões" e com "um pequeno quintal".

Para entender essa contradição é necessário um olhar não fetichizado sobre o significado dessas construções para a Companhia.



FONTE: SMP / IPLANRIO - 1991

FOTO 2 (1988) - O Fábrica Bangu == Area loteada pela Companhia
O Os três quarteirões da Vila operária

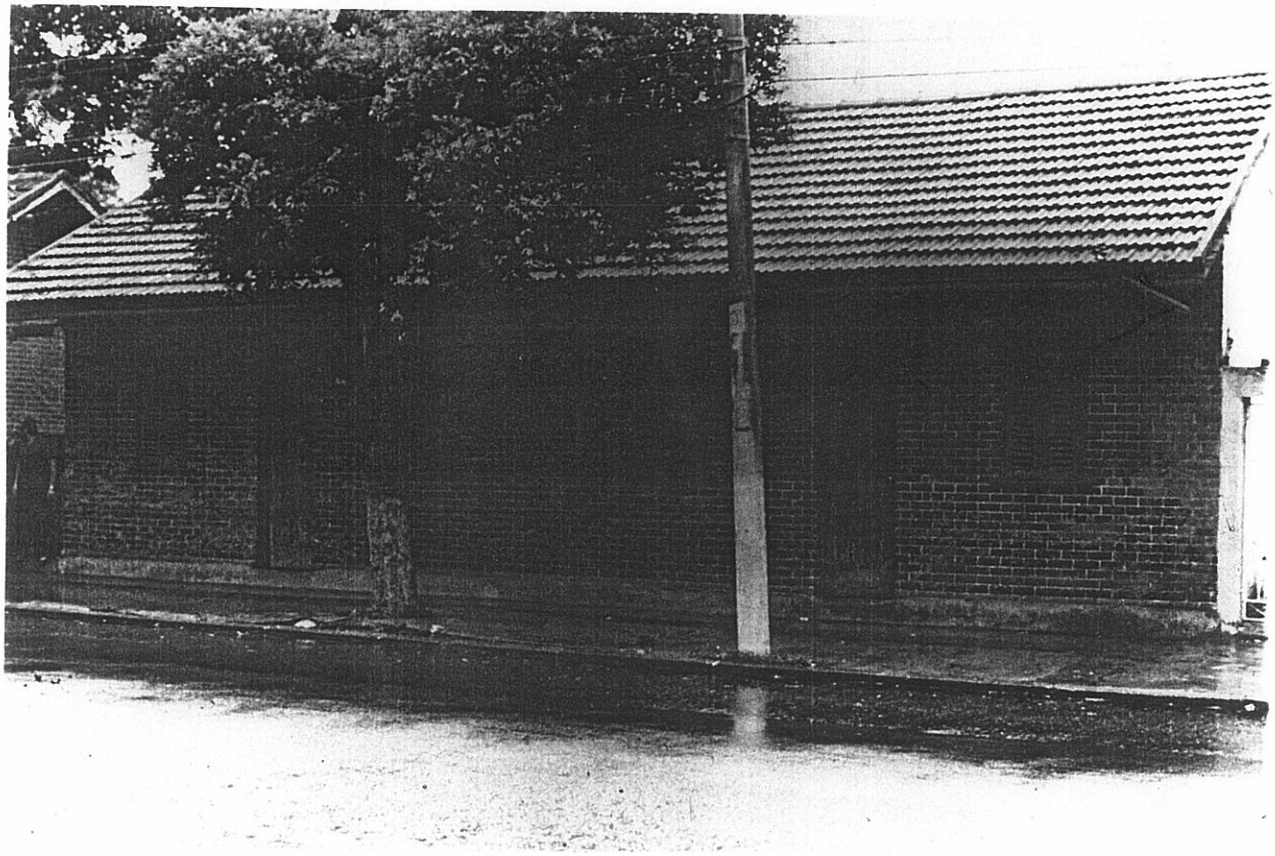


FOTO 3 (1974) - Casas geminadas da Vila Operária, derrubadas em 1979.

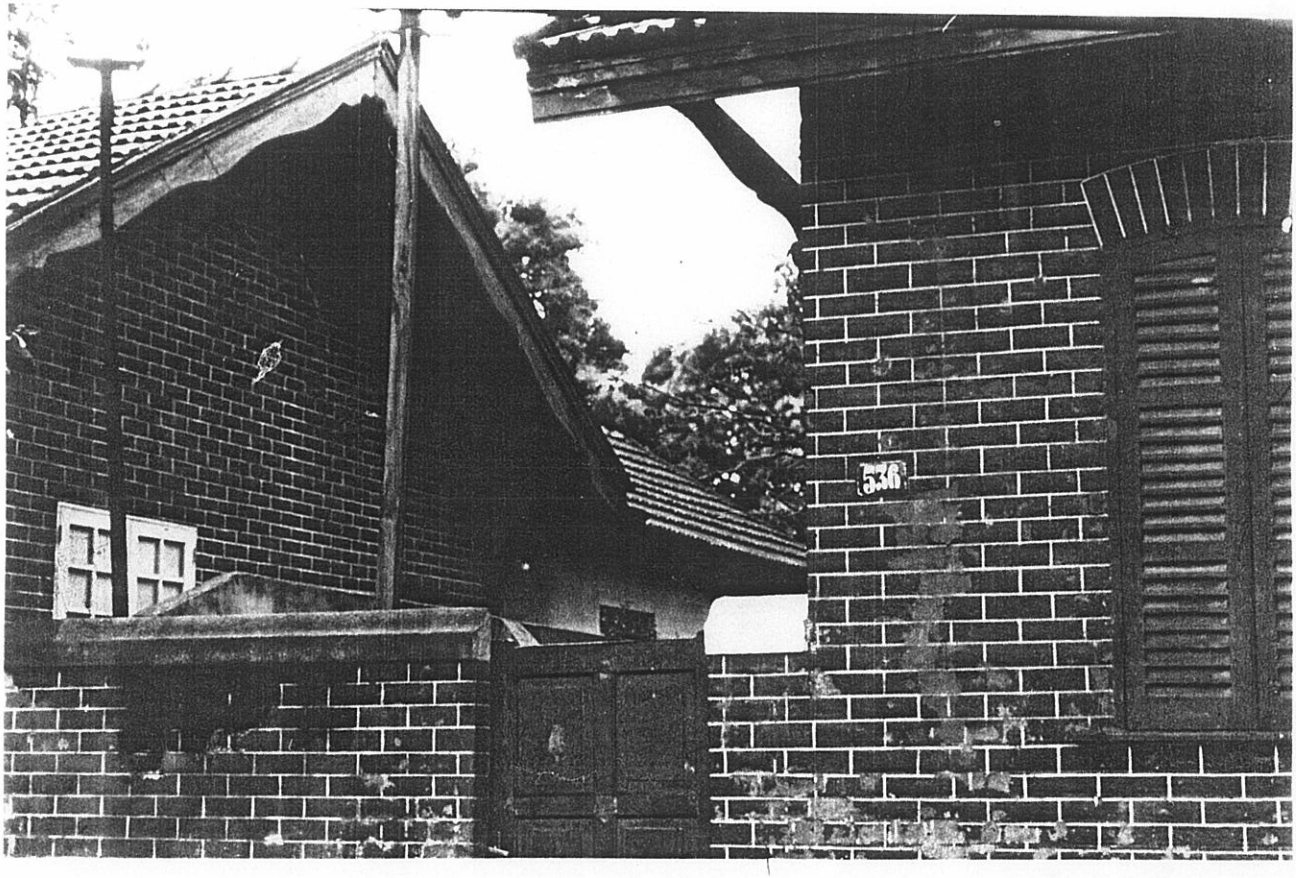


FOTO 4 (1974) - Vista lateral das casas.

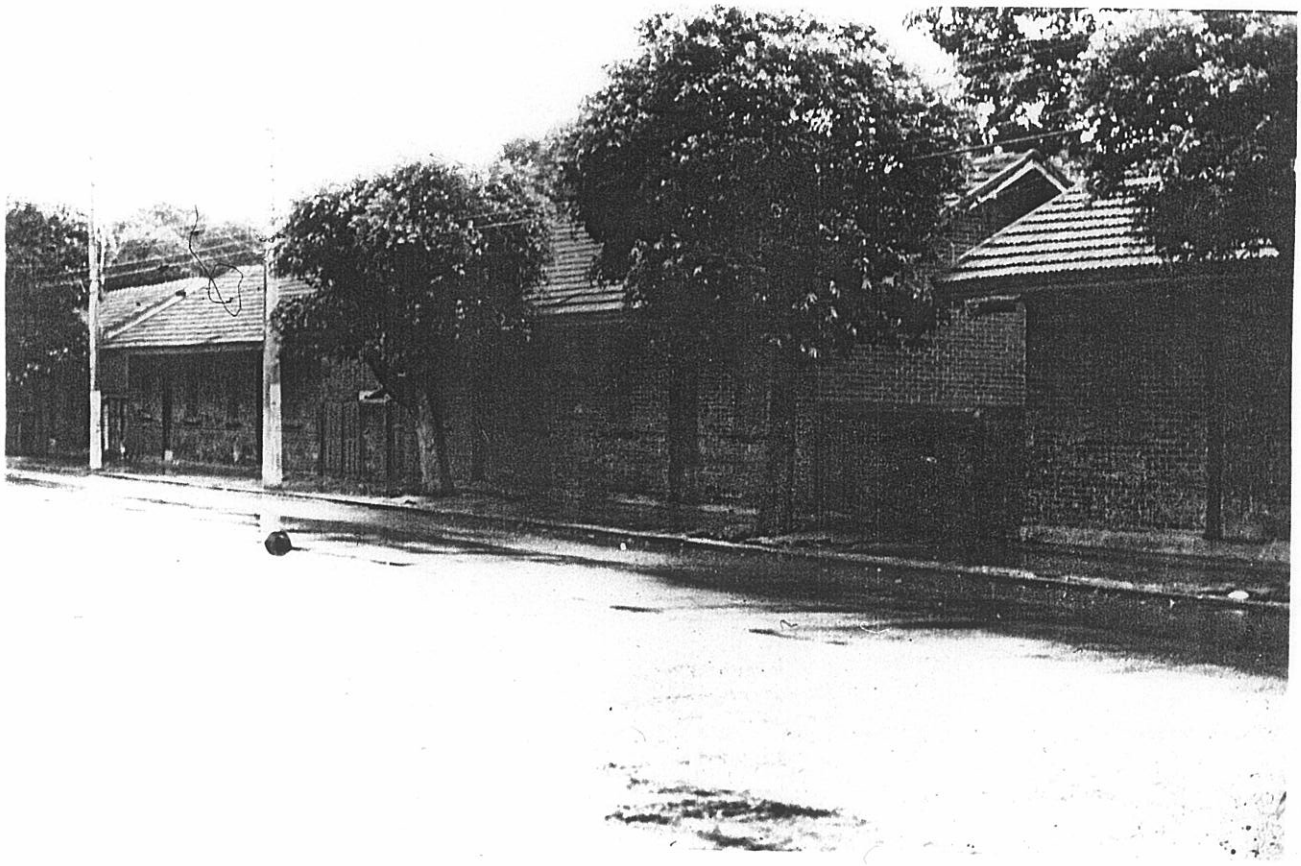


FOTO 5 (1974) - Parte da Vila Operária (Av. Cônego Vasconcelos).

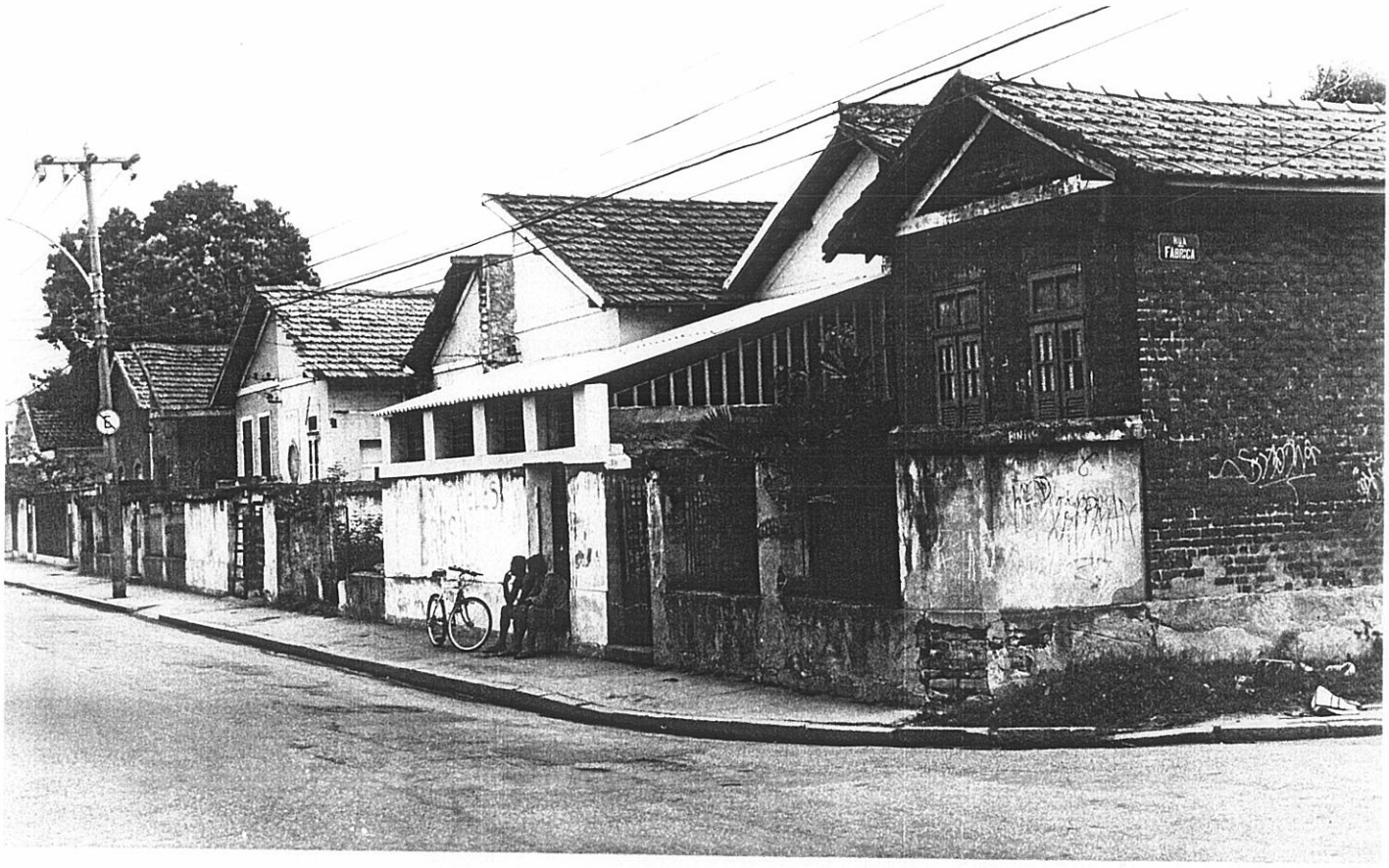


FOTO 6 (1992) - Casas construidas em 1896 - Rua Barão Capanema.

Já vimos anteriormente que a vila operária, por uma lado, representava um mecanismo dos proprietários da fábrica para imobilizar a força de trabalho, não só para "resolver" o problema de escassez de moradia, mas para poder atuar diretamente na vida do trabalhador e garantir a formação de trabalhadores disciplinados, constituindo um protótipo de operário de vida regrada e de hábitos "salutares". Isso, então, se manifestava também no modelo da habitação, de forma que o espaço da casa fosse somente para a "manutenção/reprodução da força de trabalho", dificultando as manifestações de sociabilidade com os vizinhos, parentes e amigos no interior da casa(3).

A vida social dessas famílias, então, ocorria, por um lado, no espaço da rua - nas calçadas no fim da tarde, quando as crianças menores podiam circular um pouco - ou nos bares, onde os homens se reuniam para conversar após suas jornadas de trabalho. Por outro lado, constituindo-se parte dessa estratégia de dominação, havia os espaço de lazer "cedidos" e/ou "organizados" pela Companhia, cujas normas e critérios de participação eram por ela estabelecidos.

Essas estratégias, contudo, mesmo considerando a relação de dependência estabelecida entre o operário e sua família com a fábrica, não foram suficientes para impedir que os trabalhadores encontrassem formas e estratégias de resistência à dominação, como o demostrou Vera Pereira (1979) em seu livro, abordando as estratégias de resistência nas lutas operárias por melhores salários e condições de trabalho, e as que nós enfocamos sob a ótica dos processos de organização do espaço social. Queremos, com isso, relativizar as visões/concepções dos analistas "que ao analisarem a classe trabalhadora por um viés etnocêntrico, não conseguem relativizar a situação dos operários e veêm a dominação a que estão sujeitos a todos atingindo, e em tudo penetrando" (MANGABEIRA, 1986:72)(4).

Em 1896, a Cia, utilizando o material produzido pela olaria e os restos obtidos com o desmonte do prédio em que funcionava, começou a construir mais casas, devido à necessidade de novas habitações para atender aos novos operários que iam sendo contratados. Naquele ano, foram construídas mais sete casas do tipo das anteriores (com três quartos), mais três de padrão inferior (com dois quartos), na rua Barão de Capanema (foto 6) e quarenta compartimentos com um único cômodo, com porta e janela (SILVA, 1985:78). Após essas novas construções, a fábrica passou, simultaneamente, a construir e comprar casas e edificações construídas por particulares nas propriedades da Companhia, ampliando seus bens com mais 94 imóveis até, pelo menos, o ano de 1932 (relatório CPIB - 1934)

Todas as construções realizadas pela Companhia foram previamente planejadas e baseadas nos códigos de higiene, com instalação em terrenos regularmente arruados. No entanto, como havia, por parte da fábrica, o consentimento para construções em seus terrenos pelos demais operários e moradores locais, ampliava-se gradativamente em suas terras, o número de edificações que, na ausência de uma regulamentação, desenvolviam-se em condições materiais e higiênicas bem diferentes das casas sob o seu controle, o que provocava um grande desnível arquitetônico, de padrão de higiene e de qualidade de vida de seus habitantes.

Importante observar que, até 1904, quando a administração passou para o Sr. João Ferrer, havia uma certa proibição de que as casas construídas pelos novos moradores e operários fossem de tijolos com cobertura de telhas. Essa proibição era uma forma de impedir que a solidez da construção fosse usada como instrumento nas reivindicações de direitos sobre a terra. João Ferrer combate essa proibição, criando um instrumento particular, entre a Companhia e o morador, que assegurasse a propriedade do solo e, simultaneamente,

o aumento da renda da terra.

Diante desse fato, e do aumento populacional que forçava a Companhia a reconhecer que a política de construção de imóveis para seus funcionários era numericamente insuficiente, optou-se pela continuidade da política de concessão de terrenos para que os próprios funcionários construíssem suas casas, mas apenas de forma tal que fosse possível controlar o processo de urbanização local, condicionando a autorização para a construção de novas habitações ao prévio exame e aprovação das plantas.

E interessante observar que, ao contrário do que ocorreu em Campo Grande, o desenvolvimento urbano inicial de Bangu não teve a concorrência de políticos locais e a influência direta do Estado. Como todas as terras eram de propriedade da Companhia Progresso Industrial do Brasil, todas as obras de infraestrutura foram realizadas por ela. Inicialmente, também o posto de saúde, as escolas, os prédios onde funcionavam as repartições públicas, o clube, a feira onde a população se abastecia etc, eram mantidos pela Companhia, criando as condições de urbanidade concomitantemente ao crescimento urbano de áreas vizinhas, como Campo Grande e Realengo, cuja infraestrutura nas poucas áreas urbanizadas era mantida pela Prefeitura do antigo Distrito Federal.

Essa característica, é claro, não ofusca nem nega a presença do Estado, mesmo que de forma indireta, posto que a relação entre o Estado e o capital na constituição do modelo de urbanização associado ao processo de acumulação capitalista é uma relação historicamente determinada.

O Estado, de fato, sempre esteve presente criando as condições gerais para a acumulação através da implantação, por exemplo, da rede de transporte ferroviário e da concessão de incentivos ou políticas fiscais para estimular os investimentos em habitações po-

pulares, que, como vimos, já fazia parte da estratégia de produção da fábrica(5).

Essa participação do Estado na produção do lugar, no entanto, não era tão visível como, por exemplo, na urbanização de Campo Grande e Realengo, onde sua intervenção era mais direta. Com isso, prevaleciam, nas representações dos moradores de Bangu sobre a organização espacial do bairro, uma visão fetichizada sobre o papel da fábrica em sua urbanização. Faltava-lhes uma compreensão mais ampla que desvenda-se outros aspectos desse processo. Para os moradores, havia uma forte resistência ou má vontade da Prefeitura do Distrito Federal em relação ao bairro de Bangu.

Esse "problema" foi ressaltado por um antigo morador de Bangu, Pascoal Granado, em carta à sua prima (s/data), que expressa:

> "A prefeitura nunca despendeu um centavo em qualquer cousa que pertencesse à Bangu. (...) Isso tudo por influência política dos Senadores Otacílio de Carvalho Camará, Augusto de Vasconcelos e Julio Cesário de Mello; dos Deputados Manuel de Alvarenga e Onório Pimentel; dos Intendentes e Vereadores Mario Barbosa, Francisco Caldeira de Alvarenga, Antonio Teixeira e Almeida Reis, todos militantes políticos da famigerada década de 20 e anteriores a ela".)

Não era evidente à todos, portanto, que a intervenção da fábrica não era inocente e que só aparentemente era uma ação "paternalista", pois fazia parte da estratégia de constituição de seus meios de produção. Além do que, a urbanização realizada tinha retornos garantidos pela renda imobiliária auferida e pela valorização patrimonial conseguida com a valorização da terra, bem como da renda fundiária, já que a propriedade da terra e das habitações do lugar era da Companhia, como vimos anteriormente.

E desta forma que compreendemos o início do plano de urbanização, arruamento e loteamento de Bangu, em 1906, sob a coordenação do administrador da fábrica, Sr. Ferrer que, inclusive convidou o Engenheiro Orozimbo do Nascimento e sua equipe, encarregados do

planejamento e da então recente construção de Belo Horizonte, para a elaboração do planejamento urbanístico do bairro.

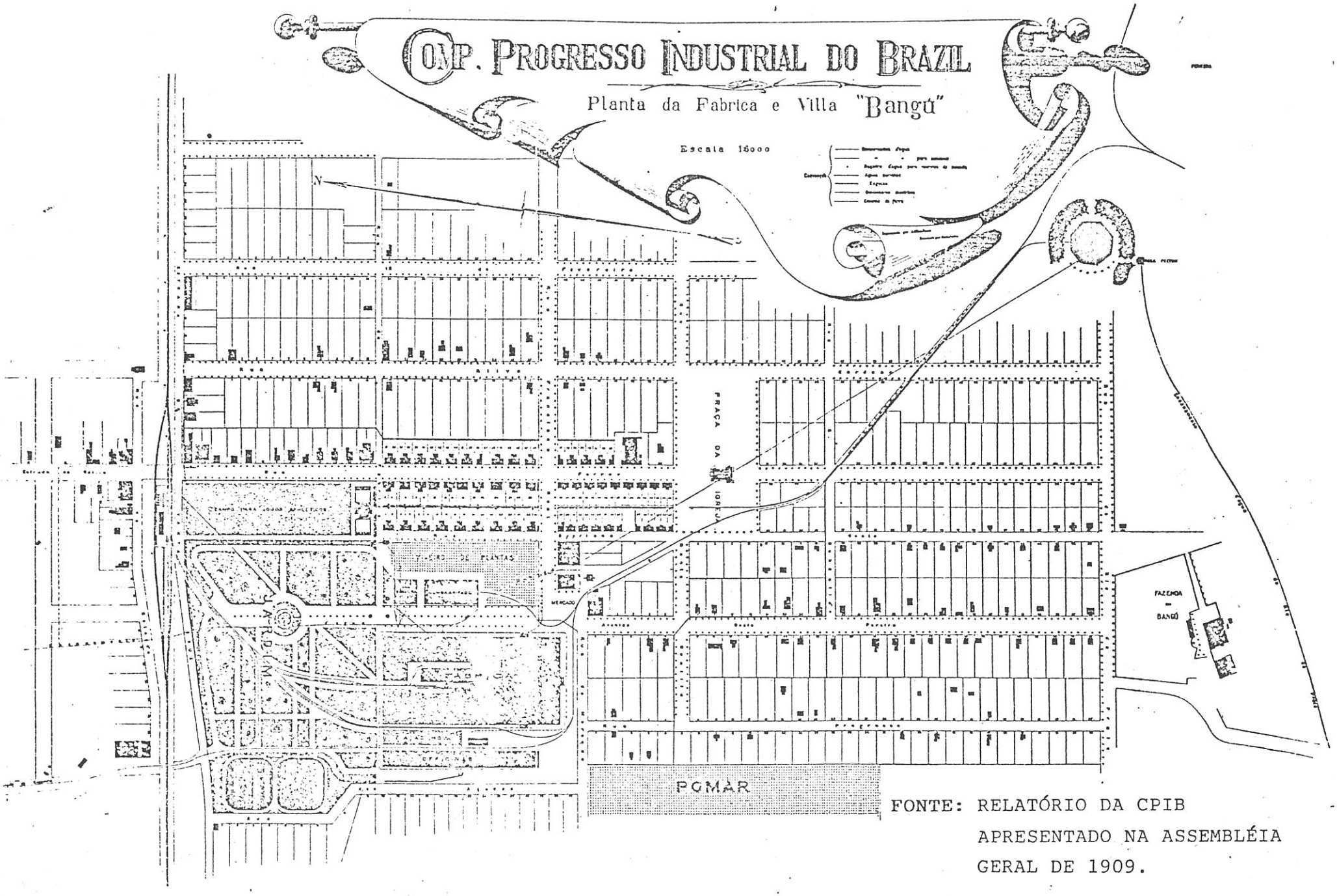
O projeto que iniciou a urbanização do bairro foi realizado, então, quase que simultaneamente à primeira reforma urbanística do centro do Distrito Federal - reforma Pereira Passos, iniciada em 1902 - e teve para a região uma importância tão grande quanto esta para o centro comercial da cidade.

O planejamento em forma de quadrilátero, semelhante ao da cidade de Belo Horizonte, foi aprovado pela Assembléia Geral dos Acionistas em 1906. A partir desse ano, até 1916, foram realizadas obras na parte central do bairro, que se estenderam da rua Silva Cardoso até a antiga fazenda do Viegas.

O projeto inicial era mais amplo e previa a urbanização e o arruamento a partir do marco VI. Porém, a Companhia teve que dele declinar, já que temia-se represálias da parte de moradores já instalados naquela área. Mais tarde, na década de 40, a Companhia retomou o projeto original urbanizando e construíndo mais casas para seus operários até a altura do antigo marco VI, na medida em que o antigo centro comercial dessa área havia se dissolvido e deslocado para o novo centro comercial de Bangu (planta 2).

Os logradouros da primeira fase do projeto, no ínicio do século, conforme iam sendo abertos, ganhavam o nome das diversas seções ou funções que faziam parte do trabalho da fábrica: rua das Cardas, Fiação, Tintureiro, Estampadores, Tecelões, Gravadores, Limadores, Massaroqueira, da Chita etc. Essas ruas, pararelas no sentido norte/sul, foram cortadas por outras, no sentido leste /oeste, dando a forma do quadrilátero ao arruamento do bairro. Essas receberiam nomes de diretores da fábrica, como, por exemplo, as ruas Costa Pereira e Francisco Real.

PLANTA



FONTE: RELATÓRIO DA CPIB APRESENTADO NA ASSEMBLÉIA GERAL DE 1909.

No lado direito da estrada de Ferro, nesse período, também novas ruas foram abertas, num ritmo menos intenso. As Ruas do Engenho, Ceres, Chita e a Estrada do Retiro formavam linhas perpendiculares à Estrada de Ferro, ou seja, cortavam o bairro no sentido norte/sul, enquanto as ruas Coronel Tamarindo e Sul-América, transversais, eram dispostas no sentido leste/oeste.

O projeto de urbanização foi complementado por inúmeras obras de infraestrutura, criando uma rede de saneamento básico bastante moderna para a época, como podemos constatar com os dados apresentados a seguir:

a) Canalização d´água

Quando da construção da fábrica, em 1889, a Companhia canalizou a água da Serra do Guandu e de uma nascente na Serra de Bangu. Tendo construído um reservatório no sopé do morro, transferia-se essa água para dois açudes ao lado do prédio em construção. A água canalizada foi utilizada, inicialmente, nas obras e, mais tarde, na operação da fábrica. Ao mesmo tempo, instalou-se, em diferentes pontos do bairro nascente seis torneiras públicas que forneciam água para beber à população.

Com a reforma urbanística ampliou-se, em 1908, os reservatórios de águas captadas na serra de Bangu e autorizou-se a canalização para quase todas as casas de sua propriedade. Isso beneficiou não só as residências construídas pela Companhia, mas também, posteriormente, as demais que se localizavam próximas à fábrica. Além disso, ampliou-se a capacidade produtiva da fábrica, utilizando a queda d´água para instalar a roda "pelton" - a primeira Usina de Eletricidade em todo o ramal de Santa Cruz - que forneceu luz elétrica particular para as suas necessidades, para alguns logradouros e para as residências ali instaladas, até 1933.

Com essas obras, no ano de 1917, a Cia abastecia uma popula-

ção de cerca de doze mil habitantes, ocupantes de prédios de propriedade da Companhia e particulares, além do fornecimento à estação da Rede Ferroviária Central do Brasil de Bangu.

Das 1612 casas construídas nas propriedades da Companhia neste ano (622 com cobertura de telhas, 592 com cobertura de zinco e 398 ranchos), 526 tinham água canalizada, fornecida pela Companhia (149 de sua propriedade e 377 de particulares). Gratuitamente, ainda era fornecida água para quinze bicas públicas.

b) Instalações sanitárias

A primeira obra de esgotamento sanitário foi feita em 1904, quando construiu-se a canalização e o escoamento que conduziam os dejetos para poços dissolventes chamados "fossa italiana". Até este período, entretanto, o índice geral de mortalidade foi baixo, mesmo considerando que as condições sanitárias não eram as melhores, devido sobretudo à escassez de água - insuficiente para as necessidades básicas. Houve um total de 85 óbitos, sendo 43 adultos e 42 crianças, numa proporção de 1,4% em média, significando uma relação de menos de 14 por mil habitantes.

> "Podemos concluir que em Bangu era muito reduzida a mortalidade infantil, ao contrário de todo o resto do país, o que nos demonstra que as condições higiênicas alí eram razoáveis. Isso foi ficando melhor, na medida em que foi sendo regularizado o abastecimento de água e o sistema de esgoto" (SILVA, 1985:108).

Em 1916, a Companhia concluiu essa primeira fase de urbanização construindo um sistema de captação geral de esgoto, águas pluviais e sistema de escoamento das águas fluviais. Esse investimento em infra-estrutura é um dos fatores que evidencia a dimensão da ação da Companhia na produção do lugar.

2. 4 - As lutas sociais: moradores/operários lutam por mais "espaço"

Entre 1904 e 1912, o número de operários da fábrica mais do que duplicou, passando de 1286 para 2754. Com a maior demanda por terras e habitações a Companhia obtem retornos de seus investimentos de infraestrutura, já que a população intensifica os pedidos de autorização para construír e paga aluguel pelo uso do terreno, aumentando a renda obtida com a terra seja pelo pagamentos dos "aluguéis do terreno" seja pelo arrendamento de áreas agrícolas visando aumentar o abastecimento de gêneros alimentícios da população local.

Esse processo de ocupação e consolidação do território da Companhia se estende até o ano de 1919, a partir do qual passa a adotar outra estratégia de controle de seu território, pois, com o afluxo de população para a região, intensificam-se os conflitos fundiários, até então contornados pela relação operários/moradores/fábrica. Uma nova história começa a ser inscrita no espaço social. A população cria raízes nos bairros que começam a se formar e reivindicam o direito às terras onde residem.

A fábrica decidiu então firmar contratos por escrito de locação de terrenos, desta vez com registro em cartórios, como forma de salvaguardar os direitos "de ambos" e também oficializar a relação com todos aqueles que ainda não os possuíam por escrito.

Anteriormente, os moradores eram autorizados a construir nos terrenos da Companhia mediante apenas um requerimento (instrumento particular entre ela e o morador) de solicitação de autorização, deferido no verso. A Companhia somente exigia que a planta da construção fosse submetida aos seus técnicos, para que os padrões arquitetônicos fossem respeitados e as normas de higiene obedeci-

ficiente para gerar um movimento contra a Companhia, que só foi possível mais tarde.

Esses novos contratos ocorreram numa conjuntura desfavorável à Companhia, pois os grandes prejuízos em 1918 fizeram com que a mesma entrasse no ano de 1919 insolvente. Para superar tal situação, foi preciso contratar um empréstimo na forma de debêntures, dando em troca, como garantia hipotecária, todo o patrimônio existente de sua propriedade. O prazo para resgate da dívida era de 30 anos. Assim, na ocasião das assinaturas dos novos contratos, todas as terras estavam hipotecadas, o que impedia a Companhia de vendê-las aos locatários enquanto durasse o período da hipoteca.

Vale ressaltar que os sinais da crise já se anunciavam em 1917, ano em que a Companhia começou a passar para as mãos da Prefeitura a responsabidade de manutenção de alguns serviços públicos. Nesse ano, a escola local foi entregue à Prefeitura. Em 1918 foi a vez dos serviços de limpeza das ruas, quando a Prefeitura instalou, em prédio doado pela Companhia, o Distrito de Limpeza Pública de Bangu.

A partir daí, a Companhia começou a deixar para os moradores e a para a Prefeitura a responsabilidade pela execução de diversos serviços. Foi um processo lento, devido a alguns fatores. O papel do Estado na manutenção/construção de equipamentos públicos, principalmente nos bairros "periféricos", ainda era bastante reduzido, o que poderia gerar uma degradação do que já estava construído. Pelas características da construção dos equipamentos de infraestrura e serviços, a Companhia não podia simplesmente abandoná-las posto que sua imagem perante os operários e moradores se associava a eles e, naquele momento, ainda era importante preservá-los, pois, também, lhe alferiam renda imobiliária.

Na década de 20, afloram as inúmeras contradições do proces-

so de organização sócio-espacial, à medida que, à crise econômica que atravessava a Companhia, se articulavam outras de ordem fundiária e trabalhista.

A situação dos arrendatários, que teriam renovação dos contratos a partir de 1929, desencadeou conflitos que tiveram como eixo central a questão da terra. Nessa época, segundo o relatório de 1931 do Departamento Territorial da Companhia, além das casas e prédios de sua propriedade havia terrenos dados em arrendamento, em lotes e sítios num total de 3194, sendo 538 a operários e 2656 a particulares.

Paralelamente, é necessário identificar que, no decorrer da década de 20, timidamente o Congresso Nacional vinha buscando legislar sobre as questões trabalhistas, visando garantias para os trabalhadores até então inteiramente entregues às atitudes "paternalistas" e assistenciais, mas principalmente autoritárias, que, na verdade, aprisionavam a mão de obra às indústrias. A Companhia, no entanto, rejeitava com veemência a aplicação das leis que asseguravam benefícios e garantias mínimas aos trabalhadores. Assim, cada vez mais, tornava-se claro para os trabalhadores da fábrica que a política "paternalista", visando o desenvolvimento social, cultural e urbano, na verdade, fazia parte da estratégia de fixação de mão de obra no lugar. Ao mesmo tempo, devemos lembrar, tal estratégia propiciava para a Companhia uma melhor condição para acumulação do seu capital, valorização das terras, do patrimônio predial e sustentação para influências políticas mais amplas.

E importante, aqui, fazermos menção sobre a influência política que o presidente da Companhia, Dr. Guilherme da Silveira, tinha junto ao governo federal. Em 1929, no governo Washington Luis, Guilherme da Silveira assumiu a presidência do Banco do Brasil, mas continuou a exercer a presidência da Companhia. Sua presença

no segundo escalão do governo federal evidencia a influência política que ficava, para os moradores, obscurecida pela relação "paternalista" que se procurava construir no lugar.

Com a posse do Governo provisório de Getúlio Vargas e a destituição de Guilherme da Silveira do Banco do Brasil, a população apelou ao novo governo para que intervisse no conflito de terra instaurado em Bangu e, nesse processo, intensificaram-se as lutas operárias que jà vinham ocorrendo, desde meados da década de 20, contra a recusa da Companhia de acatar as leis trabalhistas que começavam e ser discutidas no Congresso.

Como exemplo, podemos citar a luta contra a lei de aponsentadoria e pensões dos operários, organizada pelo Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, fundado em 1919, e mais tarde transformado em sindicato patronal. Esse Centro, em nome das indústrias, lutou contra a aprovação do projeto de lei do Deputado Pacheco de Oliveira, apresentado em 1927, estentendo aos têxteis as vantagens da lei de aposentadoria dos ferroviários, que, mesmo assim, foi aprovado no mesmo ano.

Sempre através do Centro, as indústrias, dentre elas a Companhia, lutaram também contra: a criação de Caixas de Assistência Social (1927); Lei de férias, datada de 24/12/25, e sancionada em 9/08/26; Lei de acidente de trabalho, aprovada em 15/01/1919 e sancionada em 26/03/1919; Lei de sindicalização, instituida pelo decreto 1637, de 05/01/1907; Código de menores, apresentada através de decreto-lei, em 01/12/1926.

Tais reações por parte do empresariado às leis trabalhistas que iam se desenhando e a resistência em aplicar as já aprovadas, não acatando suas determinações, geravam, por parte dos operários, igual reação que se manisfestava em movimentos de paralizações do trabalho.

Identificamos, através de alguns depoimentos de trabalhadores que eram ainda muito jovens ou chegaram no bairro na década de 30, como o Sr. João (Pequeno) (68), Sr. João Andrade (77) e Sr. Darli (65), que os movimentos operários em Bangu ganhavam uma dimensão ampliada pela associação destas com as lutas pela terra.

> "Trabalhar na fábrica não era bom. Era muita pressão dos mestres e nós trabalhávamos por produção. Ganhávamos por metragem de tecido. Só que o operário não tinha como conferir sua produção porque a marcação era nos rolos (marca de fios com cores diferentes) e no final do dia não sabiamos quem tinha feito o que, porque os rolos eram misturados. Assim, para garantir o salário, faziamos `serões´ todos os dias. Naquela época eu morava com meus pais e não tinha medo dos chefes, nem nunca tive depois que comprei este terreno [da fábrica] financiado pela Companhia. (...) Para você ter uma idéia, em 1945 eu e outros companheiros fomos demitidos [e foi readimitido em 1950] porque houve uma *rebelião* (grifo nosso) dos operários que não tiveram permissão de sair da fábrica para providenciar o enterro de um companheiro que se suicidou. Ficamos revoltados porque sabiamos que o suicídio foi por causa de dificuldades financeiras e a fábrica não o ajudou."

Dessas discussões e relatos é que concluímos que a primeira grande paralização (greve)(6) na fábrica ocorreu, por um lado, junto com o primeiro movimento organizado pelos trabalhadores nas indústrias têxteis para garantir os benefícios das leis (CPIB, 1926) e porque esses movimentos recebiam um estímulo extra para a insatisfação quanto à insegurança em relação à moradia, que começava a não ser tão importante para a estratégia de dominação por parte da Companhia.

Lastimamos não ter sido possível obter informações mais aprofundadas sobre as reais condições de trabalho na fábrica nesse período, devido, principalmente: ao falecimento, muitas vezes precoce, de operários que dedicaram suas vidas às lutas operárias e que tiveram papel destacado na organização dos movimentos sociais na fábrica e no bairro; e à destruição de todo o acervo do sindicato dos trabalhadores têxteis, em 1964, durante o regime militar, quando o seu presidente era Hércules Correia, conhecido militante

do Partido Comunista Brasileiro, ainda que muito da história desses trabalhadores tenha sido ricamente registrado no livro de Vera Pereira.

Mas é certo que, após aquele movimento grevista, a resistência às normas contratuais em relação à cessão em aluguel das casas e arrendamento dos terrenos da Companhia se intensificou.

Diante de tais situações, a Companhia passou a manifestar o interesse em vender os terrenos para os arrendatários e organizou o seu Departamento Territorial, em 1929, com esse fim, sem, contudo, fazer menção às casas. No entanto, como não podia vender os terrenos por estarem as terras hipotecadas, tratou de atualizar os valores do arrendamento.

A partir de 1930, com a crise política instaurada no país, que culminou com a Revolução que levou Getúlio Vargas ao governo, e com a crise econômica da época, as vendas da fábrica diminuíram, obrigando a Companhia a retrair a produção e a despedir muitos operários, o que potencializou a luta dos arrendatários descontentes.

Assim, mesmo diante da insistente argumentação da Companhia de que pretendia vender as terras aos arrendatários, os moradores não se dispuseram a esperar devido aos grandes aumentos nos valores dos arrendamentos ocorridos neste ano. Nasceu, então, um pequeno movimento contra a Companhia que envolvia os arrentadários, precipitando a busca, por parte daquela, de acordos oficiais que permitissem a comercialização das terras hipotecadas e a implantação de loteamentos. O Presidente da Companhia, ainda o Dr. Guilherme da Silveira, tornou pública sua intensão de obter o consentimento dos portadores dos debêntures para a venda dos terrenos que constituiam garantias hipotecárias do empréstimo realizado em 1919.

Entretanto, os arrendatários não achavam justo ter que pagar para adquirir as casas construídas e cuidadas por eles ao longo de muitos anos, além de temerem a instituição de altos preços. Chegaram a propor a Companhia que os antigos contratos fossem transformados em contrados de Enfiteuse, que lhes garantiriam a posse permanente a um preço fixo e com garantias de poder transferí-los aos seus herdeiros. Essa proposta não foi aceita pela Companhia.

Diante do quadro de conflito que se mantinha, divulgado amplamente na imprensa do Distrito Federal, Getúlio Vargas solicitou ao ministro Salgado Filho um parecer sobre os terrenos da fábrica Bangu, que ao final de estudos propôs a desapropriação dos terrenos por "motivo de salvação pública" e a "venda dos mesmos aos atuais arrendatários". (OLIVEIRA, 1991:152)

Mas a preocupação de Getúlio Vargas, mesmo constatando irregularidades e um grave problema social, não foi suficiente para um confronto com a Companhia proprietária da maior indústria têxtil do Rio de Janeiro. Prevalesceu nessas questões o "direito à propriedade" de quem detém o poder econômico e político.

O movimento assumiu, então, uma outra estratégia: levar o confronto para a justiça. A legitimidade dos títulos de propriedade da Companhia foi contestada, sob o argumento de posse viciosa das terras, e a mesma foi desafiada, através da imprensa, a comprovar a legitimidade de seu patrimônio (OLIVEIRA, 1991:152).

Mas diante da não obtenção, por parte dos operários, de respostas favoráveis aos apelos feitos ao Poder Executivo e à justiça, a Companhia impôs sua própria solução: conseguir autorização para vender as terras e resgatar as debêntures em circulação no mercado financeiro. Interessante observarmos que a contestação dos títulos de propriedade da Companhia não representou uma mera estratégia para solucionar o conflito sobre o valor do arrendamento.

Os moradores conheciam as controvérsias sobre as formas de aquisição das terras, que sempre foram constestadas e ainda não suficientemente esclarecidas, como identificamos no início deste capítulo.

A partir de 1935, então, iniciou-se o processo de alienação de parte do patrimônio territorial da Companhia, através da venda dos terrenos a seus ocupantes, visando equacionar os conflitos fundiários que se avolumavam desde a implantação dos contratos em 1919, com os arrendatários. Nesse mesmo período, ampliou-se também o retalhamento de parte das terras não ocupadas, através de loteamentos feitos pela própria Companhia.

2.5 - O loteamento das terras e atuação imobiliária da Companhia

Em 1936, a Companhia oficializou o lançamento do primeiro loteamento em Bangu, após intensa negociação, com a Prefeitura do então Distrito Federal (7). Neste ano foram aprovados, ao todo, 3 loteamentos. Em 1937, 17 novos lançamentos foram realizados, em 1938, foram 5. Em 1939 o número de lançamentos voltou a subir, atingindo um total de 8. No final dessa década, haviam, portanto, 33 loteamentos implantados no bairro (BRITTO, 1990).

Na década de 40, paralelamente a produção dos loteamentos, a Companhia investiu também na produção de novas habitações. Essa intervenção, no entanto, não ocorria mais como uma ação voltada para a construção/manutenção de um núcleo urbano-fabril. Dessa vez, sua atuação estava mais voltada para suas necessidades/meios de produção e para seus interesses no campo imobiliário, deixando ao Estado a manutenção/criação das condições gerais de produção/acumulação capitalista.

Nessa época, como suas atividades ainda exigiam um grande

contingente de mão de obra, já que ainda utilizava um sistema com baixo nível de mecanização, e devido à necessidade de um certo número de operários mais qualificados para determinadas funções, construiu de 1942 a 1952 um pequeno conjunto residencial destinados aos seus operários mais qualificados. Ao lado dos loteamentos, que trouxeram muita mão de obra pouco qualificada, a Companhia construiu casas e prédios de dois andares geminados (térreo e sobrado), que eram alugados aos operários mediante autorização do desconto do aluguel em folha de pagamento. Em tal conjunto ("casas da piscina"), foram construídas 351 residências - entre as ruas Silva Cardoso e Maravilha (foto 7 `panorâmica", 8 e 9).

Observamos, nesses conjuntos, que o projeto arquitetônico utilizado foi o mesmo dos conjunto do IAPI(8). Esse fato, nos leva a crer que a Companhia se beneficiou do financiamento do Estado de habitações para os trabalhadores industriais, através do IAPI, sem, no entanto, ter estabelecido as mesmas relações de "venda" desses imóveis aos ocupantes (9).

Isso talvez tenha sido possível, pela influência que o presidente da fábrica exercia no governo de Gaspar Dutra. E importante destacar que o Dr. Guilherme da Silveira, presidente da Companhia, foi Ministro da Fazenda no Governo Dutra nesse período e que tais construções foram realizadas após o início das negociações das terras da Companhia com o IAPI, como veremos no capítulo III. A semelhança dos projetos pode não ser mera coincidência, já que, até 1945, a Companhia só havia construído 114 unidades e as restantes, entre 1946 e 1952.

E aqui, mais um vez se evidencia o poder político de Guilherme da Silveira, que consegue articular seus interesses de capitalista industrial, proprietário fundiário/imobiliário através de sua influência no aparelho do Estado.

FOTO 7 (1988) - (1) Casas construídas entre 1942 e 1952.
(2)Estrada de ferro (3) Igreja S. Cecília

FOTOS 8 e 9 (1974) - Vistas parciais das "casas da piscina".

Essas novas habitações iam ao encontro de uma necessidade crescente de contratação de operários, alguns especializados. A oferta, no bairro, de operários qualificados não era suficiente, exigindo a contratação fora. Para se ter uma idéia, em 1941 a Companhia contratava 2.791 operários, e em 1942 esse número passou a ser de 3.582. As contratações aumentaram ano a ano, até que em 1956 a Companhia tinha em seus quadros 6.228 operários (OLIVEIRA, 1991). Portanto, tais construções objetivavam a fixação da força de trabalho necessária à expansão da produção, só que agora marcada por relações distintas da estabelecida no início do século. As casas eram alugadas a preço de mercado.

Durante essa década, a Companhia continuou o parcelamento de seu território, realizando, até 1949, mais 28 loteamentos. Quase todos se localizam no lado sul da Ferrovia, ampliando a área urbanizada a partir das instalações da fábrica. Ao todo, segundo os dados da pesquisa "Produção de loteamentos na Zona Oeste" (CARVALHO, 1986), a Companhia colocou no mercado, entre 1936 e 1959, 6.236 lotes à venda de forma facilitada por créditos de longos prazos[10], o que foi suficiente para, numa área plenamente urbanizada, ocupar toda área central do que é hoje o bairro de Bangu, como podemos observar no mapa 2.

Nesses loteamentos, sob a responsabilidade da Companhia através de seu departamento territorial, os serviços de infraestrutura eram executados visando garantir as exigências dos regulamentos da Prefeitura. Dentre esses serviços, são significativos os prestados nos logradouros não reconhecido pela Prefeitura. Por exemplo, das 87 ruas existentes no bairro, todas abertas pela Companhia, 49 que ainda não eram reconhecidas como logradouro tinham todo o serviço de limpeza e conservação executado pela mesma. Nessas ruas, os serviços de esgotamento sanitário, tanto público como

particulares, eram realizados nas valas e galerias construídas e conservadas pela Companhia. Até 1960, em todos os novos loteamentos da Companhia, o calçamento de paralelepipedos nas principais ruas do loteamento era feito pela mesma com as rochas obtidas em sua pedreira.

O crescimento do bairro, através dos loteamentos, ampliou, por si só, a demanda de serviços, a identificação de direitos, por parte dos moradores, e, consequentemente, uma maior ação reivindicatória.

Nesse contexto, a infraestrutura de serviços implantada pela Companhia foi sendo incorporada gratativamente pelo poder público, que assumiu e ampliou a rede de água e esgoto, estendeu o serviço de iluminação pública e residencial através da light etc, assumindo diretamente as condições gerais de produção, antes instaladas e mantidas pela Companhia. Dessa forma, o bairro foi sendo incorporado ao tecido urbano da cidade.

Indiretamente, por força da retomada de crescimento da produção na fábrica e de loteamento das terras, ampliou-se consideravelmente a atuação do comércio e prestação de serviços no bairro, já que não mais interessava à administração da Companhia intervir no abastecimento e atividades do setor de serviços, permitindo, assim, o desenvolvimento mais independente de tais atividades. Interessante notar que tal desenvolvimento ocorreu nos logradouros localizados em torno da fábrica e onde se localizava a vila operária, forçando uma valorização dessa área. Mais tarde, os interesses imobiliários da Companhia foram o principal fator de destruição desse importante conjunto arquitetônico do bairro.

Tal fato começou a ocorrer em meados da década de 50, quando a Companhia procurou alterar seu método de produção, estudando formas de superar seu modelo - caracterizado pela utilização de

grande contingente de mão de obra - para um modelo intensivo em capital. A mudança do modelo de produção, por sua vez, determinou mudanças significativas nas formas de relação e uso que a Companhia estabelecia com a sua propriedade fundiária e imobiliária. A completa reformulação de sua estratégia no campo da produção industrial, a terceira desde sua fundação, buscando agora uma maior modernização, redução dos custos de produção e maior produtividade, demarcou, no campo imobiliário, o início dos despejos dos operários das "casinhas da fábrica" para sua destruição e instalação de prédios e lojas comerciais.

Nesse período, parte da terras localizadas ao norte da estrada de ferro passaram a ser mais intensamente negociadas com o Estado e, a partir da década de 60, esse passou a ser o principal caminho adotado pela Companhia para se desfazer das terras. Esse processo, que levou o Estado a produzir a maior concentração de conjuntos habitacionais num só lugar, destinados, em sua maioria, à remoção de trabalhadores residentes em favelas nas partes mais valorizadas da cidade, ocorreu por dois motivos básicos: as facilidades em negociar e "regularizar" as terras da Companhia e aproveitar a infraestrutura de equipamentos e serviços instalados pela fábrica.

E isso que veremos no capítulo III, no qual procuramos analisar as ações do Estado na produção do espaço social em Bangu.

NOTAS

(1) Essas ruas são hoje denominadas Coronel Agostinho, Major Nunes, Augusto Vasconcelos, Viúva Dantas, Estrada de Santa Cruz - hoje Cesário de Mello - entre outras.

(2) Parte dos custos desses empreendimentos era compensado pelos incentivos dados pelo governo federal, através do Dec. 3.151 de 9 de dezembro de 1882, que estabelecia qua as habitações destinadas a operários e pobres, construídas com as características previstas nos regulamentos, gozariam de diversos "favores", tais como isenção de impostos por 15 ou 20 anos (FINEP, 1985 : 32).

(3) E por demais interessante e elucidador dessa falta de sociabilidade no interior das casas, as observações de Vera Pereira no livro "O coração da Fábrica" (1979), que mostra que só as mulheres entravam na casa das vizinhas quando, por algum motivo emergencial, eram solicitadas. Os homens, quando muito, chegavam no quintal. Para ela, a pobreza e o domínio do espaço interior com uma só "mirada" faziam com que as famílias procurassem preservar sua intimidade.

(4) Wilma Mangabeira faz esta citação de Richard Hoggart - "As Utilizações da Cultura: Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora". Lisboa, Editorial Presença, 1973, p.20 - que sintetiza seu pensamento a respeito do que ele chamou de "visão claustrofóbica".

(5) A respeito das leis e autorizações de incentivos por parte do Estado às indústrias, Companhias de construções e investidores particulares, ver a importante publicação da FINEP - Habitação Po-

pular: Inventário da Ação Governamental, Volume I, 1985 e Volume II, 1988.

(6) Encontramos, nos arquivos da Companhia, menção a duas outra greves, sem que houvesse especificação dos motivos e pauta de reivindicações. A primeira, em 1896, envolveu apenas os operários da fábrica Bangu e a outra, em 1919, que atingiu todas as indústrias têxteis do antigo Distrito Federal.

(7) Essa negociação implicou a cessão de imóveis, por parte da Companhia, para a instalação da 9ª Divisão de Obras do Município e para a construção da Escola Getúlio Vargas, de uma agência da Caixa Econômica Federal e do Hospital Almeida Magalhães.

(8) Exatamente no ano de 1942, ano em que a Companhia iniciou a construção das 112 primeiras unidades, O IAPI começava a construir 2344 unidades residenciais em Realengo. Essas casas eram geminadas duas a duas e sobrados geminados dois a dois, quatro a quatro e oito a oito, cujos modelos vieram a ser utilizados nas construções da Companhia.

(9) As casas e apartamentos dos Institutos, finaciados pelo Estado, eram "arrendados" aos operários por um período de aproximadamente 15 anos, ao fim dos quais estes receberiam a titulação definitiva do imóvel.

(10) O Departamento Territorial da Companhia comercializava os lotes em dois planos de financiamento: de dez e quinze anos. Em ambos, o adquirente precisava dar uma entrada de 10% e o restante era parcelado a preços fixos, sem juros e correções.

O ESTADO AMPLIA O "ESPAÇO"

A produção estatal de habitações no lugar

3.1 - Considerações iniciais

No capítulo anterior, discutimos a organização do espaço urbano-fabril em Bangu enfocando principalmente os efeitos da intervenção da Companhia Progresso Industrial do Brasil e algumas formas de resistências dos moradores, às determinações da Companhia na organização sócio-espacial do lugar.

Nesse capítulo, identificamos que as relações que determinaram a construção do espaço em Bangu, nos seus primeiros momentos, foi, gradativamente, dando lugar a um universo mais complexo de relações econômicas e sociais. Com isso, a retomada do crescimento da produção da Companhia, verificada no final da década de 30, a partir de um novo modelo de acumulação e produção industrial, e as políticas públicas de produção habitacional passaram a interagir, fazendo com que as terras da Companhia tornassem-se objeto de negociação com o Estado.

Neste capítulo, enfocaremos a intervenção direta do Estado na produção da habitação e, consequentemente, do espaço urbano, observando as formas e o conteúdo dessa intervenção na urbanização do bairro e na constituição de sua territorialidade (mapa 3). Não poderiamos, contudo, deixar de tecer alguns comentários sobre as características e objetivos do Estado quando assume, também, a produção habitacional.

MAPA 3

- Fábrica Bangu
- Vila operária
- Area loteada pela fábrica

Produção habitacional do Estado:

- Conjuntos dos Institutos
- Conjuntos da CEHAB
- Conjuntos da Prefeitura Municipal

- Estrada de Ferro Central do Brasil
- Avenida Brasil

Limites atuais dos bairros:

- Bangu
- Senador Camará
- Padre Miguel

MENDANHA

F- BOQUEIRÃO 266/148

C-DR. ANTÔNIO GONÇALVES 17.04

F-VILA CATIRI 278/147

C-ESTRADA DO QUAFÁ 17.08

F-NOVA KENNEDY 100/100

C-VILA KENNEDY 17.14

SERRA DO QUINGO

C-ESTRADA SARGENTO MIGUEL FILHO 17.09

C-UBALDO DE OLIVEIRA

L-17050

L-17058

L-17011

L-17063

F- ESTR. SARG. MIGUEL FILHO 542/178

F-VILA PROGRESSO 280/149

F- ESTRADA DA SAUDADE 320/178

L-17015

F-VILA PIQUIROBI 505/244

F-VILA MORETI 519/172

L-17015 L-ESTRADA DO ENGENHO 17017

F-VILA UNIÃO DA PAZ 284/146

F-VILA JUREMA 220/196

F-VILA NOVA 221/196

F-RUA CONGO 147 201/178

C-ESTRADA DO TAQUARAL

Mo. do Retiro

L-17043

Mo. dos Coqueiros

SENADOR CAMARA

L-BAIRRO JERUSALEM 7029

F-FAZENDA COQUEIRO 270/151

F-MORRO DA ESPERANÇA 287/150

L-FAZENDA DOS COQUEIROS 180/7

F-JACARÉ 232/151

F-VILA SÃO BENTO 282/146

Mo. S. Bento

L-17004

F-SÃO BENTO 282/150

L-PROVETADA A

L-17054

F-VILA OLIMPIA 393/172

F-VILA SANTA LUZIA

L-17002

F-VILA DO VINTEM 279/133

L-ALAMEDA DA CRE

L-17053

L-QUINTA DO TAQUARAL 7038

F-BAIRRO NOVA ALIANÇA 282/148

C-D JAIM CAMARÃ 17.03

L-17065

L-17036

F-MINHA DEUSA 504/243

E-CAMINHO DO PINHO 267/145

C-VILA ALIANÇA 17.13

F-COFEIA 263/155

F-RUA DA FEIRA 1220 247/99

L-17061

F-VILA DAS ROSAS 552/198

C-MIGUEL GUSTAVO 17.07

F- SAIBREIRA 382/168

F-VILA SANTO ANTONIO 241/146

F-FALANGE 388/168

L-17031

PADRE MIGUEL

L-17019

F-FAVELA

L-17060

F-BECO DA USINA 424/201

L-17029

F-MURUNDU 442/195

F-TANCREDO NEVES 383/168

F-MORRO DO SOSSEGO 380/168

SENADOR CAMARA

F-TIQUIÁ 420/169

L-17013

L-17048

L-17006

L-17026

F-PARQUE REAL 391/121

L-JARDIM AUREA BRASILEIRA 17030

L-17021

F-BINGUI 265/125

F-BAGI 276/144

L-17049

L-17055

L-17056

L-17020

F-BAIRRO SANTO ANDRÉ 507/144

F-RUA SANTOS AMOS 543/144

Mo. dos Macacos

BANGU

SERRA DO BARATA

SERRA DE

FONTE: SMP / IPLANRIO - 1991

3.2 - Estado e reprodução da força de trabalho

A partir da década de 40, modificaram-se significativamente as ações construtoras do espaço urbano em Bangu, tanto por questões que dizem mais respeito a uma história específica da área, quanto por fatores detonados por mudanças de ordem mais geral, determinadas por políticas de Estado e pela própria história do desenvolvimento industrial no país.

Até aquele momento, a intervenção do Estado no processo de produção de habitação no país se manifestava de forma indireta: através de legislações específicas que favoreciam os empreendimentos imobiliários(1) e as indústrias; através da implantação dos meios gerais de produção e circulação de mercadorias; ou, ainda, através de medidas "sanitarista" que, muitas vezes, sob o pretexto de combater as más condições das moradias dos trabalhadores, serviam para justificar a expulsão das camadas populares do centro funcional da cidade(2).

A partir de 1940, no entanto, com a consolidação da política de financiamento da produção de moradias para a classe trabalhadora através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões(3), iniciou-se uma concentração significatica de um novo padrão de habitação em Bangu: dezenas de conjuntos habitacionais, quase todos nas terras adquiridas da Fábrica Bangu, começaram a ser construídos no bairro, inicialmente, pelos institutos previdenciários que agregavam industriários (IAPI), Comerciários (IAPC), Marítimos (IAPM) etc.

Essa nova realidade precisa ser analisada a luz de dois aspectos que interagem no processo. Em primeiro lugar, exige um reflexão sobre o papel do Estado na produção de habitacões. O Estado pretendia, sem sombra de dúvida, produzir mecanismos normatizado-

res da vida operária, através do controle permitido através da determinação de normas para a utilização dos equipamentos coletivos por ele implantados. Essa relação é demonstrado por Topalov (1979: 91), para quem "La política de la vivienda consiste, en efecto, en una intervención que modifica numerosos aspectos del processo concreto de consumo". Para ele, a produção estatal transforma o valor de uso das habitações dos trabalhadores, suas características concretas enquanto produto, sua localização no espaço urbano e modifica as formas de ocupação da habitação estabelecendo, por exemplo, normas de ocupação em função do tamanho da família.

Esses aspectos são, no caso da intervenção do Estado realizada pelos institutos, analisados por Marta Farah, que, por um lado, interpreta essa intervenção como uma nova estratégia de dominação orientada no sentido da consolidação, no país, do intervencionismo estatal, e, por outro, como um estimulo ao setor de construção civil através de um setor público de construção habitacional.

> "Ao lado da intervenção no plano econômico, assumiu o Estado a `função´ político-ideológica de incorporação subordinada das reivindições das classes subalternas por direitos sociais de cidadania, sendo a Previdência Social um dos principais suportes dessa função. Isso implicou a caracterizacão do Estado como responsável pelo equacionamento de necessidades dos trabalhadores no plano do consumo. Procurou-se construir a imagem de um Estado benfeitor, responsável pelo bem-estar de todos os cidadãos. Através da construção desta imagem, buscava-se atrelar as classes dominadas ao projeto de desenvolvimento capitalista, cuja direção o próprio Estado passa a assumir. (Farah, 1985:74)

Essa intervenção tinha, ao lado do discurso político sobre as novas habitações, o discurso técnico e as justificativas dos tipos e localizações dos conjuntos. Era recorrente, alegar-se uma similaridade com os projetos de "cidades jardins", que tiveram grande influência na Europa e Estados Unidos no início do século, nas quais buscava-se, aparentemente, um novo estilo de vida entre

a cidade e o campo, ocupando as periferias das cidades com verdadeiros complexos residenciais onde todos os serviços e infra-estrutura eram implantados.

Dessa orientação, predominou, no caso dos conjuntos habitacionais de Bangu, apenas a que se referia ao local onde deveriam ser implantados os conjuntos: os bairros distantes do centro funcional e bairros mais nobres da cidade. Rubens Porto (1938), engenheiro e arquiteto do Conselho Nacional do Trabalho, por exemplo, manifestava total concordância com a implantação do modelo, defendendo o afastamento das nossas "cidades-jardins" em relação ao centro urbano, em primeiro lugar pelo baixo valor dos terrenos a serem adquiridos e, em segundo, por ser um recurso adicional aos propósitos normatizadores que acompanham a construção dos conjuntos.

> "O impulso inovador do Instituto dos previdenciários [IAPI] se fará sentir, entretanto, em maior escala, na construção das cidades-jardins operárias. A aquisição de áreas relativamente grandes pelo Instituto lhe dá a possibilidade da realização de um plano que, se não tem novidade por já ser conhecido e experimentado em outros países, representa uma colaboração para resolver, de forma racional, o problema da casa econômica e higiênica (...) As futuras construções visarão a edificação de cidades-jardins dotadas de todos os elementos para o aperfeiçoamento cultural, moral e físico de seus habitantes." ("As casas Operárias do IAPI" Revista Inapiários nº 12 / 1938)

A produção dessas casas, no entanto, não teve a devida apropriação dos modelos implantados na Europa, que previam uma ampla infraestrutura de equipamentos e serviços para a comunidade nascente. Esse modelo, no Brasil, estava mais voltado para, além dos interesses citados anteriormente, conter os conflitos com os trabalhadores mais pobres e expulsá-los dos bairros já urbanizados da cidade, tornando-se, dessa forma, uma alternativa às habitações populares (MANGABEIRA, 1986).

Esse é o segundo aspecto importante na análise do sig-

nificado que esse novo padrão habitacional teve para a organização sócio-espacial de Bangu. A insuficiência de infra-estrutura e serviços de transportes, educação, saúde, entre outros, bem como as novas demandas postas aos trabalhadores para fazer frente aos custos de manutenção de suas moradias, os impulsionam a buscarem novas formas de adaptação ao lugar e organização de suas lutas, como veremos a seguir.

3.3 - A construção de conjuntos pelos institutos em Bangu

A produção habitacional pelos Institutos no Brasil, entre 1937 e 1964, quando se encerraram as atividades da Previdência Social no setor habitacional, foi de, apenas, 279 conjuntos habitacionais num total de 47.789 moradias (FARAH, 1985). Dentre os Institutos, o que mais se descatou nessa produção foi o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, que construiu nesse período 31.587 unidades no país (FINEP, 1983). Esses dados nos mostram que, quantitativamente, a produção habitacional pelos Institutos foi inexpressiva frente à demanda habitacional no Brasil urbano daquela época. Para o bairro de Bangu, no entanto, não foi.

Das 12.238 unidades habitacinais construídas pelo IAPI na cidade do Rio de Janeiro (na época Distrito Federal), 5.493, 45% do total, foram em Bangu: 5000 no conjunto de apartamentos Bangu e 493 no conjunto de apartamentos Moça Bonita (FINEP, 1983:56), que se localizam ao lado norte da ferrovia e a leste (em direcão ao centro funcional da cidade) do núcleo residencial da fábrica, formando o eixo Bangu/Padre Miguel. Outros Institutos menores construíram 720 unidades, através da Companhia Imobiliária Bangu, de propriedade do Dr. Bueno Abelardo, em terrenos contínuos aos da

fábrica, mas acompanhando o padrão de construções unifamiliares. Essas casas foram construídas no lado sul da estrada de ferro e a oeste do núcleo residencial da fábrica, formando o eixo Bangu/Senador Camará.

A ação construtora dos institutos, em particular a do IAPI, teve um significado importante para Bangu. Próximo ao final da década de quarenta, no governo Dutra, a população residente no bairro não chegava a 80 mil pessoas. Iniciada nessa mesma época, a construção do conjunto Bangu e do conjunto Moça Bonita, em 1951, representava a chagada de, aproximadamente, mais 30 mil moradores de uma só vez no local. Oficialmente, o conjunto Bangu só foi inaugurado em 1952, no segundo governo de Getúlio Vargas. Mas em 1951 já havia moradores que o ocupavam, mesmo sem água e luz. Isso foi possível porque, quando o industriário se inscrevia no sindicato e tinha sua ficha aprovada, ia ao conjunto para escolher seu apartamento e já recebia as chaves para aguardar a inauguração. Como se sabia que a inauguração iria demorar, a ocupação se dava logo após a entrega das chaves, como nos informou um dos moradores desse conjunto.

> "Depois de já ter sido bastante ocupado, o pessoal se organizava e enchia os caminhões de gente e iam para o palácio do governo, naquela época do Distrito Federal" (...) Tinha ainda muitos apartamentos para serem ocupados. Mas já éramos muita gente."

Bangu, que até então se desenvolvia por um processo de loteamentos das terras da fábrica, dilatando o tecido urbano a partir de sua sede, e que mantinha ainda resquícios de um arranjo espacial que preservava pequenos sítios, sofreu um processo de urbanização e adensamento "externo" que marcou o surgimento de duas comunidades distintas: a de Bangu e a "dos conjuntos".

A área ocupada pelos conjuntos do IAPI, ao norte da ferrovia, constituiu-se, mais tarde, para efeito da divisão administra-

tiva da cidade, parte do bairro de Padre Miguel. Para os moradores, no entanto, essa delimitação territorial se definiu pela prática social. Na parte do bairro que se localiza ao sul da ferrovia, onde predomina o mesmo padrão de loteamento existente nas terras da Companhia, essa delimitação sócial não é verificada e são irreconhecíveis, pelos moradores, os limites de um e de outro bairro.

As fotos 10 e 11 (panorâmicas) nos permitem observar os conjuntos e a continuidade visível com o núcleo histórico de Bangu. Essa delimitação territorial, portanto, e mais marcante no lado norte da ferrovia, onde se localiza esse dois conjuntos.

E significativo, ainda hoje, quando perguntamos a alguns moradores do antigo núcleo fabril e dos conjuntos do IAPI, sobre a organização socio-espacial em Bangu/Padre Miguel, uma certa "distância" entre as duas comunidades. Os do núcleo fabril, eram mais alheios ao que acontecia nos conjuntos e, de certa forma, contrários à sua construção:

> "Eu conheço bem Bangu deste lado da linha [lado onde se localiza a fábrica]: do outro lado, onde existem muitos conjuntos, só de passagem. Depois que inaugrou o cinema Matilde [na Av. Ministro Ari Franco, próximo à estação ferroviária de Bangu], eu ia mais lá do outro lado. No de Padre Miguel eu nunca fui. Minha vida era mais deste lado mesmo". (Sr. Antonio, 77).
>
> ***
>
> "Bangu não podia ter tantos conjuntos como tem. O governo foi irresponsável por construír tantos aqui, que era muito tranquilo e não tinhamos problemas com as pessoas que vinham de fora. Tudo começou com aqueles lá de Padre Miguel [IAPI], depois com os de Vila Aliança e o outro de Padre Miguel [Dom Jayme Câmara], isso aqui ficou muito povoado". (Dr. Humberto, 75)

Os moradores do conjunto do IAPI também demonstraram sua "distância", mas de uma forma mais diluída e, porque não dizer, mais fraterna:

FOTO 10 (1988) - (1) Conjunto IAPI (Bangu) (2) Fábrica Bangu
(3) Conjunto CEHAB (Jayme Câmara) (4) Estrada de ferro

FOTO 11 (1988) - (1)Conj. IAPI (Bangu) (2) IAPI (Moça Bonita)
(3)Conjunto CEHAB (Jayme Câmara) (4) Av. Brasil

"Aqui, naquela época, não havia divertimentos. A gente quando chega num local assim não tem nada. No nosso caso, nem água. Aos domingos, usava-se fazer visitas aos vizinhos. Uma domingo passavámos o dia na "casa" de um amigo, no outro recebia sua visita. Era tudo por aqui mesmo. Por isso, em 1951, eu e Valdemar Viana[4], junto com outros companheiros, fundamos o Centro Recreativo dos Industriários de Bangu (CREIB) onde só participavam industriários moradores. Depois, o IAPI construiu o cinema, em 1953, em frente a praça do trabalhador[5]. Perto da fábrica tinha muitas coisas, mas nos só íamos lá fazer compras, porque de comércio, aqui, não tinha nada, e ainda não tem, como você pode ver." (Sr. Sebastião, 68)

***

"Em 1956, quando fundamos a Mocidade Independente de Padre Miguel, só tinha esse núcleo residencial e todo mundo morava por aqui (...) Naquela época ainda não era Padre Miguel. Tinha aqui uma pequena estação de trem que se chamava Moça Bonita. Depois é que virou Padre Miguel (...). Quanto a Bangu, só em 1974, com a aproximação do Dr. Osmam Pereira Leite, que trouxe a família do Dr. Castor, que passamos a ter mais contatos, porque o Dr. Castor tornou-se patrono da escola (...). Até essa época só recebiamos o apoio do CREIB (...) Quanto ao Bangu Atlético Clube, Casino Bangu e as agremiações carnavalescas de lá, sempre fui bem recebido pelos componentes, mas meu convivio era só por aqui mesmo" (Sr. Altamiro, 69)

Essa forma de ver a relação entre as "duas" comunidades, confirma, em parte, a estretégia de isolamento e controle da força de trabalho na vila (bairro) operária e na "cidade-jardim". Neles os indivíduos constroem novas identidades na relação com suas formas específicas de habitação e vivência no espaço social e, a partir dessas identidades, constroem representações, sobre o modelo adequado da casa operária, que, sutilmente, os separam, em vez de favorecerem formas de sociabilidade mais integradoras no lugar.

Na percepção da segregação sócio-espacial, a configuração espacial dos conjuntos torna-se representação de apenas um aspecto isolado da história dos moradores: as condições de sua chegada ao lugar como industriários mais pobres, já que os conjuntos de Bangu eram a última opcão dos que se inscreviam no sindicato. A forma dos conjuntos sugere uma homogeneização do seu "conteúdo". Seus moradores são pobres: forasteiros sem identidades e opção, indivíduos sem particularidades.

— U. F. R. J. —
BIBLIOTECA
— IPPUR —

Os moradores de casas e loteamentos da fábrica, que eram também operários (industriários ou não) ou tinham empregos de baixíssima renda, como motoristas de ônibus, guardas municipais, comerciários etc. Talvez fossem mais pobres que os moradores desses conjuntos, mas eram pobres com casa, tinham sua singularidade mais visível no espaço, o que garantia um outro "status", uma certa dignidade.

O fato é que, para os moradores, as representações sobre identidades estabelecidas pelas formas e condições de aquisição da "casa própria", e de construção das relações entre si, eram mais fortes que a compreensão de serem de uma mesma classe social. Compreendemos que a identidade de classe pressupõe um certo nível de consciência de classe (VAZQUEZ, 1990), ou seja, a pobreza não apareceria como característica individual comum ao coletivo, mas como situação decorrente de condições sócio-históricas mais amplas que determinam as condições de vida da classe.

No caso dos moradores dos lotes da fábrica, a compra do terreno em um local que o operário teve relativa liberdade de escolher e a peculiaridade do processo de auto-construção e/ou ajuda mútua, permite que as identidades, individuais e coletivas, se constituam pouco a pouco. As histórias individuais e coletivas são vividas e conhecidas no espaço/tempo dos moradores, à medida mesma que se constituem os laços de sociabilidade. Isso foi percebido ao entrevistarmos dois moradores que compraram seus terrenos, em Bangu, em 1953.

> "Eu comprei o meu terreno da fábrica por 65 mil Réis [?], pago em prestações de seiscentos e poucos, durante dez anos. Eu morava em Honório Gurgel, numa casa alugada. Aqui, tinha poucas casas e eu pude escolher esse terreno um pouco afastado da estrada, mas só comecei a construír seis meses depois quando pude tirar uma licença proletária [6]."

***

> "Conheci Bangu quando vim fazer uma entrega na fábrica (...) eu era motorista de caminhão naquela época (...). No fim daquela semana, voltei com o meu irmão e conversamos com o Antonio, que estava construindo a casa dele. Então eu comprei de um lado e meu irmão comprou do outro lado do terreno dele. Quando eu comecei a construir, o Antonio me ajudou muito." (Sr. José Francisco, 73)

Por outro lado, no caso dos conjuntos do IAPI, o local foi determinado pelo Estado e o padrão coletivo, sem nunhuma plasticidade ambiental, já estava pronto quando chegaram. Em vez de se verem livres do aluguel, uma nova forma de pagamento mensal durante 15 anos; em vez de liberdade de ação em sua casas, regras quanto ao uso dos imóveis; em vez de uma relação de vizinhaça opcional e de certa forma expontânea, um convívio espacial pré-ordenado; fora do apartamento, no espaço da rua, o espaço do encontro e do lazer é pré-determinado. Essa relação com o novo espaço de residência foi assim descrito por um trabalhador, da industria de couro, que chegou em 1952 no conjunto do IAPI.

> "Eu vim parar aqui porque fui despejado do quarto que meu patrão me cedia em madureira. Ele me despejou porque arrumei outro emprego na Rua Larga [atual Marechal Floriano, no centro]. Vim com um amigo desse novo emprego, mas ele escolheu um apartamento lá perto da estação e eu vim para esse aqui. Sabia que ia ter problemas porque é no primeiro andar e toda a sujeira de cima cai aqui na minha janela ou ali nos fundos (...) o pessoal não respeita mesmo (...). Também tem o fato de não ter muro, as pessoas olham muito aqui para dentro. Mas eu precisava que fosse no primeiro andar."

As histórias individuais dos que chegam, naquele momento, são desconhecidas para todos. A forma do conjunto e o processo de sua ocupação são massificantes, normalizadores, tendem a induzir a uma visão genérica e homogeneizante sobre os novos moradores. A "identidade coletiva", inicialmente, está predeterminada; é uma espécie de estígma, uma representação do que eles são: suas características comuns são isoladas das demais.

Ainda assim, gradualmente, criam-se as primeiras redes de sociabilidade local que marcarão a organização territorial. A in-

vestigação das representações criadas, a partir daí, pelos moradores, a respeito do bem morar e do bem viver, é essencial para a compreensão da formação dessas redes de sociabilidade e da dimensão da segregação sócio-espacial do lugar. Mas para que essas representações possam, de fato, tornarem-se um dos referenciais de análise do lugar, é essencial que possamos discutí-las sem a preocupacão de simplesmente classificá-las como verdadeiras ou falsas (LEFEBVRE, 1983). O importante é saber que elas existem e têm muito a nos informar sobre o lugar. Por isso, feremos uma discussão mais aprofundada dessa questão no quarto capítulo deste trabalho.

3.3.1 - **Os outros institutos em Bangu/Camará**

Identificaremos agora, a importância da intervenção de outros institutos, que produziram centenas de casas, a oeste dos loteamentos da fábrica, formando o que é hoje o bairro de Senador Camará.

Em 1944, a empresa construtora Coimbra Bueno Empreendimentos, de Goiânia, fundou, com o Dr. Alim Pedro (que era presidente do IAPI e veio a ser Prefeito da cidade na década de 50), a Companhia Imobiliária Bangu, para construir habitações populares para os institutos em Bangu, e adquiriu todas as terras que margeavam as da Fábrica Bangu, no sentido oeste. Segundo o arquiteto dessa Companhia imobiliária, "eram terras de alguns portugueses que cultivavam laranjas, e que também pertenceram ao Barão de Itacurussá". Nesse ano, deram início a contatos com vários Institutos - dos comerciários (IAPC), marítimos (IAPM), industriários (IAPI), transportes ferroviários (IAPFEST) e caixa dos aeroviários (CAPSATC) - para os quais apresentava os projetos de "cidades-jardins" (plantas 3) e a sugestão de localização em suas própria terras.

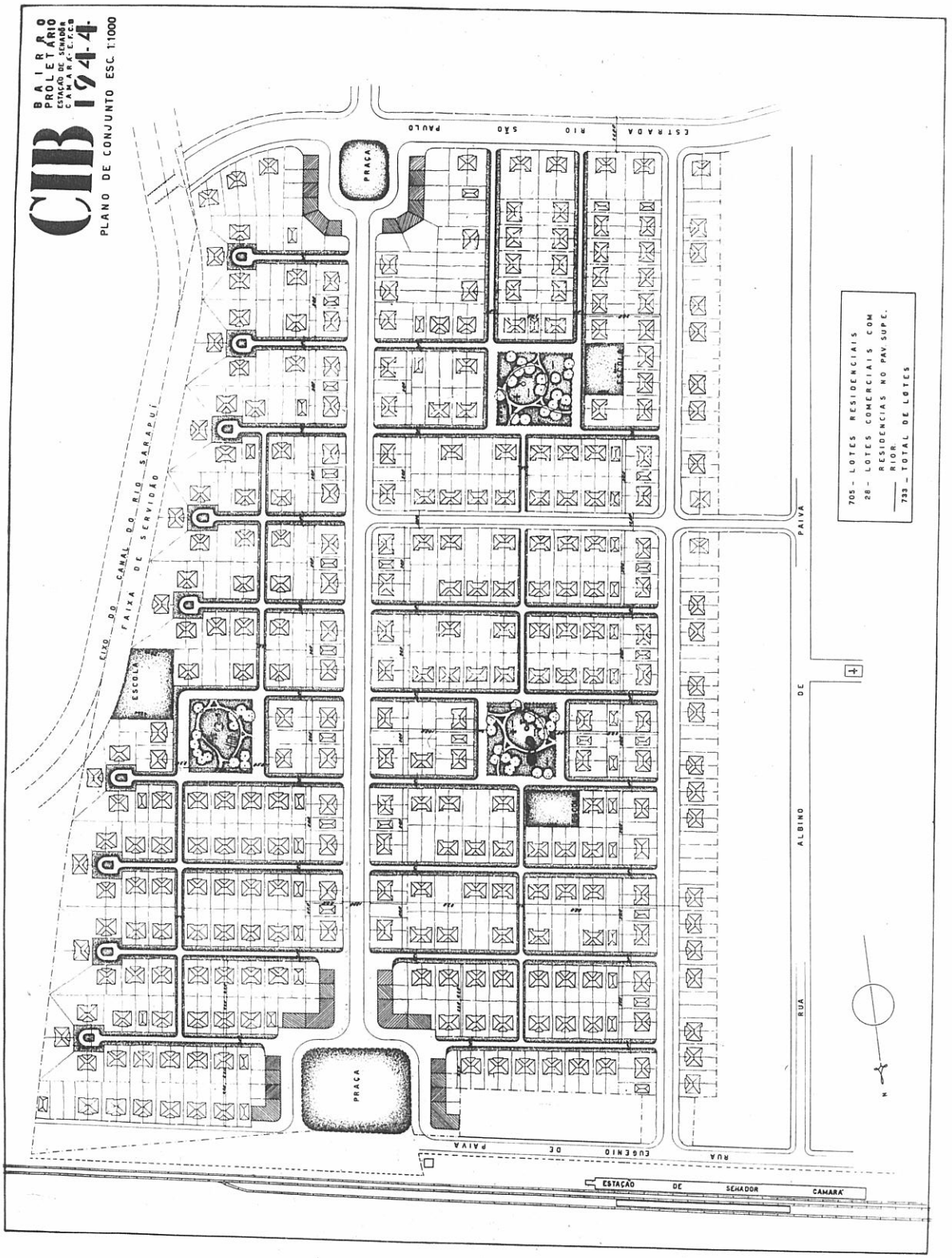
Em 1946, baseado na planta de urbanização da imobiliária

bangu é financiado pelo IAPC a construção das primeiras casas próximas à estrada de ferro, no lado sul, que ficou conhecidas como "casas Dutra" (Foto 12 `panorâmica", 13 e 14).

Segundo o arquiteto que as projetou, Dr. Meirelles, essas casas foram as pioneiras no Estado do Rio de Janeiro. Outros institutos (IAPM, IAPFEST e CAPSATC) interessados no projeto financiaram, então, a construção de mais "casas Dutra", que foram sendo construídas no sentido sul, até a Av. Santa Cruz. Ao todo, essa Companhia imobiliária construiu 600 casas de 2 e 3 quartos e 120 casas de dois quartos geminadas em terrenos menores,de 7,00 x 25,00 m², todas no lado sul da estrada de ferro.

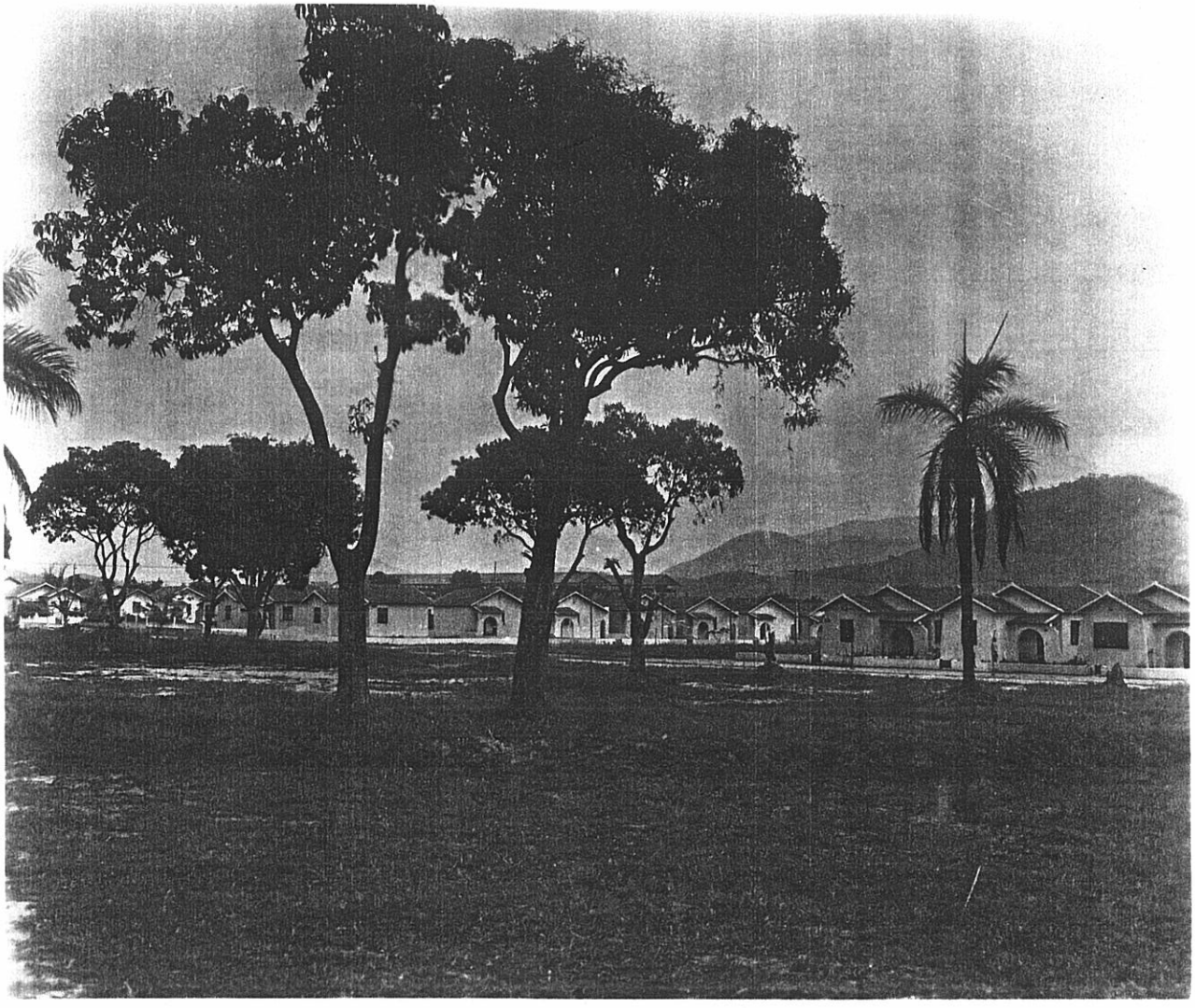
No lado norte, essa companhia imobiliária fez a demarcação e "instalou a infraestrutura" (que consistia apenas em arruamento) do loteamento nas terras adquiridas pelos institutos, sem, no entanto, construir as casas. Esses lotes foram financiados pelos institutos aos trabalhadores, para que eles produzissem suas casas através de auto-construção.

Essas casas e lotes formam o eixo Bangu/Camará e apresentam tantas contradições quanto as verificadas no eixo Bangu/Padre Miguel. Em primeiro lugar, a Companhia Imobiliária Bangu adquiria o financiamento dos Institutos, mas não promovia a construção das casas em espaços contínuos, o mais próximo possível da estrada de ferro. As casas foram construídas "aos pulos", sempre deixando terrenos vazios, para comercialização futura. Assim, da planta de urbanização das terras próximas à estrada de ferro, que previa 718 lotes residenciais, foram construídas menos de trezentas "casas Dutra". Os lotes restantes foram sendo comecializados pela Imobiliária Bangu aos poucos, alguns já na década de 1970.



Planta 3 (1944) - Projetos de "cidades-jardins" apresentados aos Institutos Previdenciários

FOTO 12 - (1) "Casas Dutras" e loteamentos dos outros institutos
(2) Loteamentos Fábrica Bangu (3) Estrada de Ferro



FOTOS 13 e 14 (1950) Vistas parciais das "casas Dutras" - Camará

Em 1948, já tendo espalhado casas por toda a área apresentada na planta três (pagina 114), essa imobiliária, começou construír 117 casas de dois quartos em lotes individuais (atual rua Marmiári) e 120 geminados de dois quartos (na atual rua Waldemar Fidalgo), na base da Serra de Bangu (foto 15 e 16) com financiamento da Fundação da Casa Popular(7). O local era totalmente desabitado, mas, "_ Construímos lá porque tinhamos autorização da Fábrica Bangu para canalizar água de sua caixa, que ficava próxima", foi a explicação do arquiteto da imobiliária, que não chegou a esconder o interesse em valorizar os terrenos localizados entre essas construções e as "casas Dutra". Entre essas casas citadas e as primeiras casas construídas, ficou, na época, um imenso terreno, também para valorização futura.

Contudo, essas casas não foram ocupadas como a imobiliária previa. A história de sua ocupação é bastante curiosa. Embora os loteamentos da Fábrica Bangu já alcançassem as áreas próximas da Serra de Bangu, naquela parte do bairro ainda não havia loteamentos da Fábrica Bangu e as áreas mais densamente ocupadas localizavam-se no entorno ou ao longo da Estrada de Ferro. Contudo, essas casas foram construídas bem próximo à serra, onde não havia nenhuma infraestrutura. Por isso, a Prefeitura não concedeu o "habite-se" e as casas não puderam ser comercializadas, ficando abandonadas durante treze anos.

Em 1961, no entanto, com o desenvolvimento da área, os funcionários da Light e da Central do Brasil, através de seu instituto previdenciário, tentaram, em vão, negociar as casas com a imobiliária. Diante da recusa de comercialização, no dia 1º de agosto daquele mesmo ano, organizadamente, eles invadiram todas as casas. Segundo um dos moradores que participou da invasão, naquela noite, um pouco menos de 200 trabalhadores e suas respectivas famílias, fizeram suas mudanças para as casas.

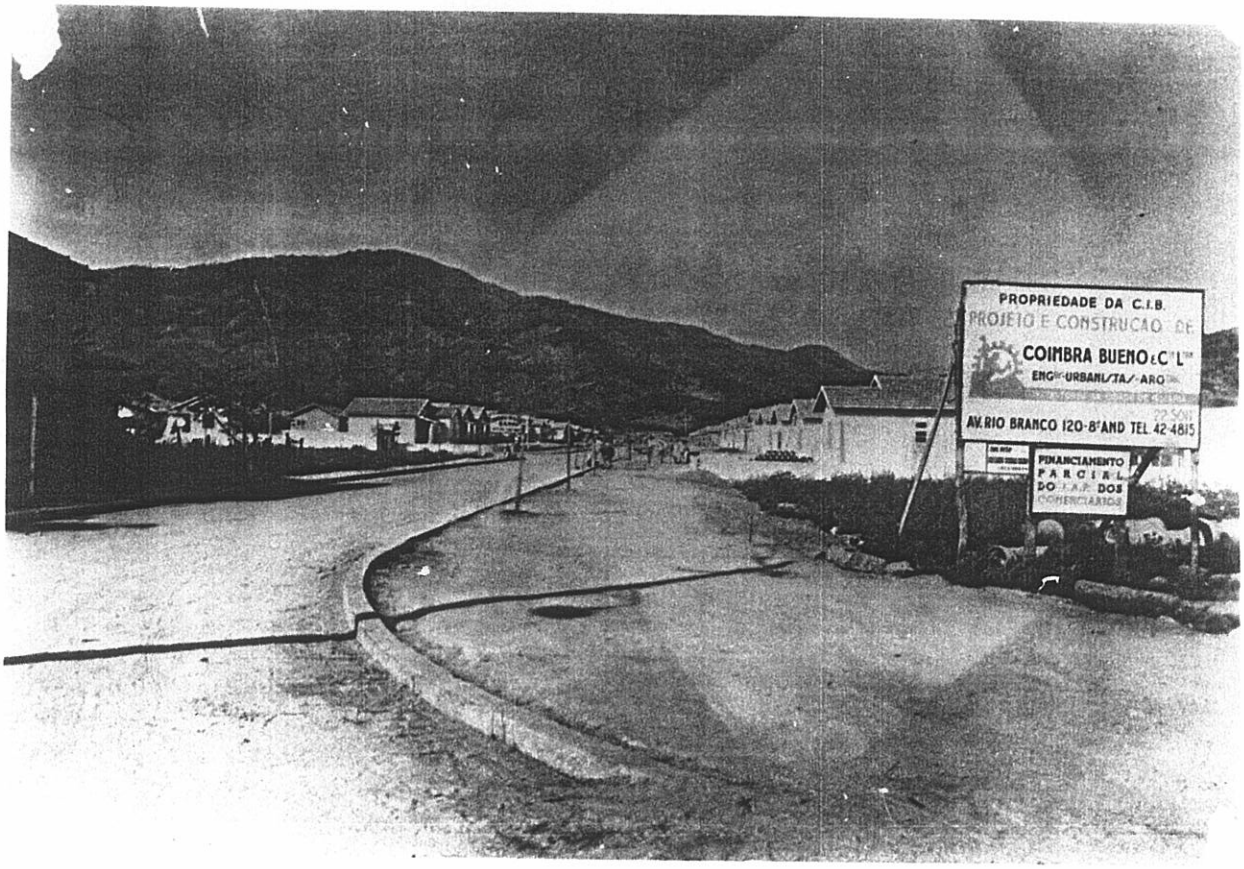


FOTO 15 (1950) - Casas construídas e abandonadas em 1948

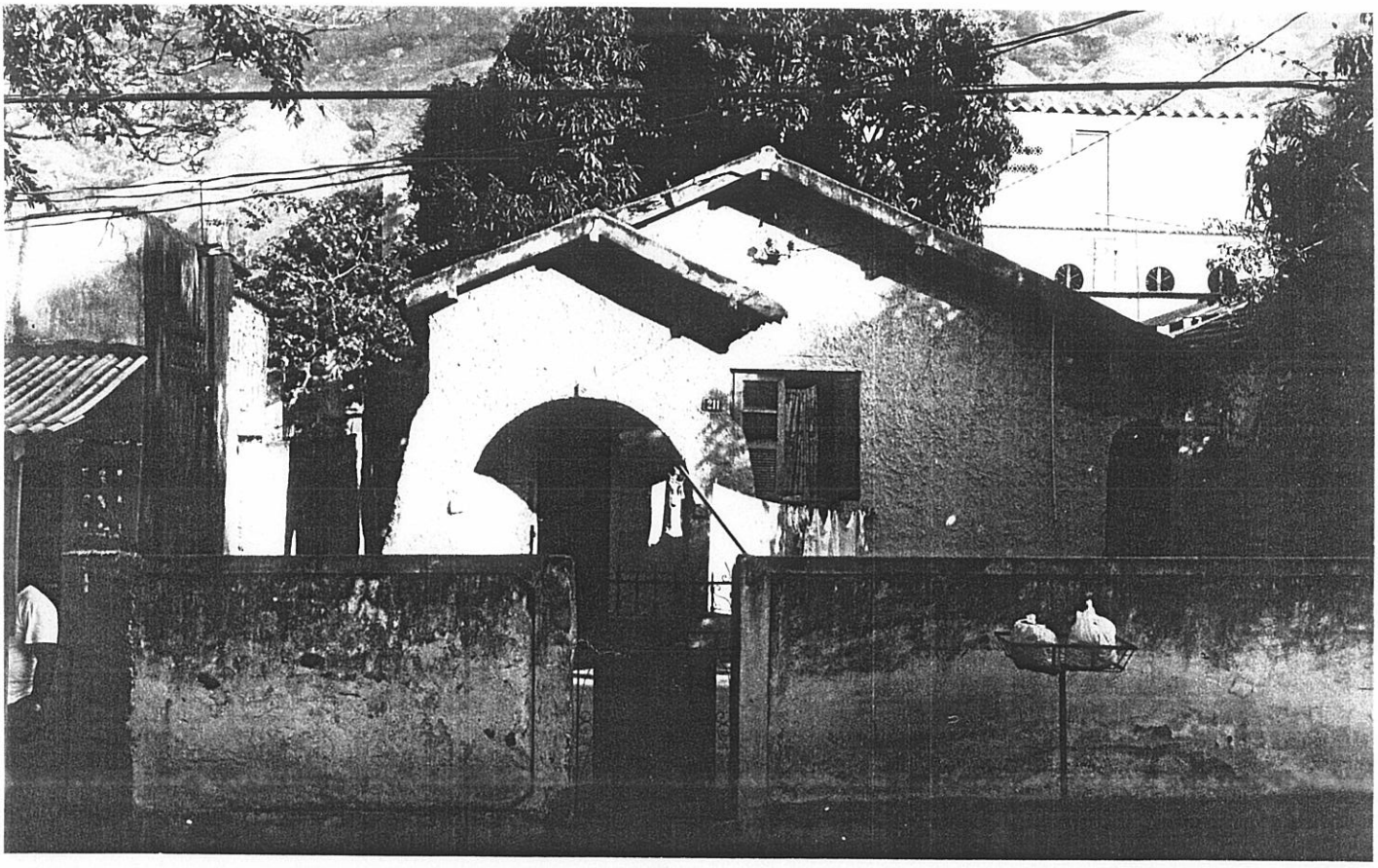


FOTO 16 (1993) Uma dessas casas, ocupadas (invadidas) em 1961.

> "Era muita gente. 200 caminhões, vindos de toda parte da cidade, trazendo as famílias, amigos e parentes para ajudar a descarregar os caminhões e arrumar os móveis nas casas. (...) Haviam cercas isolando as casas e um guarda em cada esquina. Mas nós eramos muitos. (...) Diante da pressão, os guardas recuaram e chamaram a PV (Polícia de Vigilância Municipal), mas de nada adiantou."

Nessa época, em 1961, essas casas já estavam mais integradas ao centro do bairro, pois já existiam loteamentos da fábrica ao seu redor, e o ponto final do ônibus (lotação) que ligava esta parte do bairro à estação ferroviária de Bangu, que antes ficava a, aproximadamente, 1,5 km, passou para menos de 300 metros do conjunto. Interessante, contudo, é que suas ruas continuavam, como nos conjuntos do IAPI, a serem denominadas rua A, B, C etc., enquanto as dos loteamentos da fábrica recebiam nomes e eram reconhecidas pela Prefeitura como logradouros públicos. Somente após a regularização da situação dos "invasores" é que suas ruas foram reconhecidas e receberam os nomes de rua Osvaldo de Carvalho, Paulo Pereira, Paulo Rolas, Cairo e Marmiare.

Após a ocupação, no entanto, o Instituto iniciou uma negociação com a imobiliária, agora com o nome de Imobiliária Terra Brasil, que só foi concluída após o fim dos Institutos, em 1968, com intervenção do Estado, através da CEHAB, quando os moradores passaram a pagar pelas casas.

3.3.2 - **Os institutos e a Fábrica Bangu - Breve comentário**

A concentração destas unidades construídas com financiamentos do Estado, em particular o IAPI, em Bangu, não foi por acaso. Devemos, aqui, iniciar as articulações analíticas com o espaço já construído pela Companhia (fábrica Bangu) e, sobretudo, analisar a questão de sua propriedade fundiária. Por um lado, identificamos

um jogo de interesses entre os institutos e a Companhia, em construir suas "cidades-Jardins" próximas aos loteamentos da Fábrica para se beneficiar da infraestrutura existente, que facilitou a instalação de seus conjuntos de casas e apartamentos.

Por outro lado, a negociação das terras da Companhia o IAPI para a construção de seus "conjuntos-cidades" trouxe algumas indagações. Porque quase todos os loteamentos que criou eram no lado sul, quando poderia oferecer lotes bem mais próximos do centro do bairro, no lado norte da Estrada de Ferro? Porque preferiu negociar com o Estado? Porque não vende aos arrendatários as terras ocupadas com atividades agrícolas no Guandu do Sena, como fez com os lotes? Porque ainda hoje privilegia a negociação desses terras com o Estado? Que interesses ou dificuldades de comercialização existem com essas terras? Será que as dúvidas dos operários/arrendatários sobre a titulação de partes das terras, em 1933, procediam?

Essas questões ficaram sem respostas, pois não nos foi permitido o acesso aos documentos que, de alguma forma, nos informariam sobre as estratégias de comercialização dos terrenos. A documentação acessível na Companhia, na sua maioria, diz mais respeito a uma visão fetichizada das ações da Companhia no lugar, como "investimentos culturais", comemorações, ampliação do parque industrial etc.

Uma constatação, contudo, pôde ser feita. Irregular ou não, uma grande parte dessas terras foram negociadas com o Estado, em 1946, exatamente quando o Ministro da Fazenda do Governo Dutra era o presidente da fábrica, Dr. Guilherme da Silveira(8). Outra parte foi negociada com o governo de Carlos Lacerda, com quem o então presidente da fábrica, Sr. Guilherme da Silveira Filho, tinha boas relações; e, por fim, com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Dessa negociação das terras com o Estado, surge a maior concentração de unidades habitacionais em conjuntos populares - considerando os construídos pelos IAP´s, pela COHAB/CEHAB a partir de 1962 e, mais recentemente, pela Prefeitura da cidade (Bangu I, II e III, Taquaral II e Moça Bonita) - num mesmo bairro e sua área adjacente, que, como já assinalamos, hoje constituem-se três bairros distintos e, para efeito administrativo uma Unidade Especial de Planejamento, marcados por um mesmo processo de organização territorial.

Tal crescimento, contudo, não foi acompanhado da devida infraestrutura, complementar à que já existia, para dar suporte às milhares de famílias que se instalavam no lugar. A insatisfação e os conflitos, tanto dos que chegavam quanto dos que já habitavam o lugar, passou a manifestar-se com intensidade. Por essas características, a partir da década de 50 a ocupação do bairro, se intensifica pela intervenção também do Estado. Com isso, o lugar vai ganhando suas características sócio-espaciais atuais, marcadas pela ação da fábrica no lado sul da estrada de ferro e do Estado no lado norte.

3.4 - A intervenção do Estado através COHAB-GB e do SFH

3.4.1 - Os conjuntos determinam um novo padrão de habitação

No início da década de 60, aproveitando-se de acordos internacionais de "segurança mútua", autorizando empréstimos e garantias para fins habitacionais (FINEP, 1983:67), a "Aliança para o Progresso" começou a destinar recursos para a habitação a partir

de agosto de 1961. Com esses recursos, duas das primeiras experiências de produção de conjuntos de casas isoladas (unifamiliares), em larga escala, foram realizadas em Bangu: Vila Kennedy, com 5054 unidades, e Vila Aliança, com 2183 unidades. Para esse empreendimento, que visava amortizar a crise habitacional num momento de rápida expansão urbana no país, o Estado usou, novamente, a "reserva" de terras que a Companhia possuía.

Essas unidades, foram destinadas à remoção da população que residia em doze favelas, a maioria localizada na zona sul da cidade, causando sérios transtornos. A remocão da população para 40 a 50 quilômetros dos antigos locais de moradia, mal servidos de transportes e de infraestrutura urbana, causou impacto extremamente negativo na relação moradia-trabalho dos removidos. Todos esses fatores, muitas vezes, propiciaram a desestruturação de diversas famílias ou simplesmente o abandono das casas, como vermos mais à frente.

Em 1964, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)[9], a questão habitacional continuou a não ser encarada como relacionada à problemática urbana em sua totalidade, nem como mecanismo de enfrentamento definitivo do problema da habitação. A criação desses órgãos, hoje não há como negar, serviram mais para estimular certos setores estratégicos da economia e para beneficiar as classes de alta renda "que constituíram um dos suportes sobre os quais se apoiou o pacto hegemônico que legitimou o regime brasileiro até o governo Geisel" (BOLAFFI, 1980:167)

Segundo Bolaffi, os recursos realmente aplicados em programas habitacionais de baixa renda, ou seja, os recursos destinados a famílias com renda compreendida entre 1 e 5 salários mínimos, não superaram 9% do total de investimentos do BNH, até final do

ano de 1978. Essa triste realidade evidencia que a política habitacional do país não visava construir moradias para assegurar condições mínimas de vida ao operariado, mas sim para alcançar outros objetivos que, só eventualmente, atendiam as necessidades da população mais carente.

E dispensável, aqui, retomarmos a crítica ao modelo autoritário e elitista da política habitacional do governo e, sobretudo, discorrer sobre os problemas sociais referentes à uma nova sociabilidade e ao aumento do custo de vida para as populações removidas, devido aos maiores gastos com transportes, condomínios, reformas, prestações etc, a que todos foram submetidos. São inúmeros os trabalhos que de forma mais apropriada analisaram esse processo, que envolve as remoções de favelas (NUNES, 1980; VALLADARES, 1983 e 1985); as características da política do BNH e do Sistema Financeiro da Habitação (BOLAFFI, 1980 e 1982; AZEVEDO, 1982; HASENCLEVER, 1988) e os modos de vida e relação no interior dos conjuntos (GONDIM, 1976; DAMIANI, 1990) etc.

E, no entanto, importante frisar que, no Rio de Janeiro, essa política foi também instrumental para outra finalidade: a tentativa de erradicar favelas em pontos valorizados da cidade.

Nossa intenção, aqui, é de analisar o impacto que a concentração dessa forma de moradia exerceu sobre o bairro de Bangu, já que, de 1960 a 1986, quando o BNH foi extinto, foram construídas 22.465 unidades habitacionais pela COHAB/CEHAB e 416, do mesmo padrão, financiadas pelo SFH através do INOCOOP - Instituto de Orientação a Cooperativas Habitacionais. Essa concentração teve grande influência na organização sócio-espacial do bairro, contribuindo para criar, também, novas redes de sociabilidade marcadas pelas representações construídas no lugar.

Uma boa síntese do que a intervenção do Estado significou

para o bairro pode ser lida na entrevista concedida ao jornal O Globo, em 1979, pelo Sr. Heyder José de Souza, Presidente da Associação Comercial e Industrial:

> "Não sou contra a construção de conjuntos habitacionais em Bangu. Acho contudo que eles não deveriam ser construídos só nesta região, porque não temos infraestrutura de serviços para suportar este tremendo aumento populacional. O governo deveria tê-los espalhado por toda a cidade, sem concentrá-los em uma só região (...) Não é correto transferir os moradores de um lugar para o outro, sem oferecer em contrapartida todos os serviços de que necessitam (...) A tranferência de toda essa população para Bangu só fêz criar um impasse econômico, político e social". (O Globo, 27/05/79)

A concentração desses conjuntos em Bangu, porém, está associada diretamente a dois fatores: a política de comercialização das terras da Fábrica Bangu e a finalidade de construção de habitação de baixo custo para a população de baixa renda.

Desde 1946, o Estado já vinha, através dos institutos, adquirindo terras no lugar. Desta forma, em 1964, o Estado já era proprietário de terras compradas da Fábrica Bangu e de terrenos de outros proprietários localizados no entorno daquelas terras. Como vimos anteriormente, interessava aos institutos construir seus conjuntos em locais próximos aos loteamentos da fábrica para se beneficiarem da infraestrutura existente. Por sua vez, as pendências jurídicas sobre a propriedade territorial da Companhia geravam condições favoraveis para a aquisição de suas terras.

Por outro lado, os conjuntos construídos, nessa fase, eram destinados à população de baixa renda que deveria ser removida das favelas localizadas em áreas "nobres". A localização dos conjuntos em áreas distantes do centro funcional da cidade aparecia como a mais adequada a uma dupla finalidade do Estado: construir a baixo custo (devido ao preço da terra) e com certa liberdade para impor um padrão habitacional que, em áreas consideradas nobres, atingiria a valorização do patrimônio imobiliário e os interesses de se-

tores sociais influentes. A segregação sócio-espacial, certamente, constinuaria a existir, mas precisava tornar-se menos visível, precisava efetivar-se sem estar evidente através de contrastes.

Nessa fase, a política habitacional do Estado, já não guardava mais qualquer vinculação com os projetos de "cidades-jardins". A normalização desejada não era mais obtida através de mecanismos sutis: os conjuntos habitacionais aparecem como uma versão vulgarizada do urbanismo moderno (DAMIANNI, 1993).

Assim, a intervenção do Estado, novamente, assume papel de destaque, consolidando um processo de adensamento, que se tornou um marco considerável na configuração espacial dos bairros que hoje compreendem essa área estudada.

Esses conjuntos, todos destinados à população de baixa renda, são apresentados na tabela que se segue.

TABELA 1 - Conjuntos habitacionais construídos pelo Estado em Bangu.

Nome	Total de Unidades	Tipo
Construídos pelo IAPAs.....(1946 - 1955)		
01 Bangu	5000	apart
02 Moça Bonita	498	apart
03 "Casas Dutra"	720	casas
Construídos pela COHAB/CEHAB/RJ.....(1960 - 1984)		
04 Vila Aliança	2183	casas
05 Vila Kennedy	5054	casas
06 D. Jaime Câmara	7000	apart
07 Senador Camará	1920	apart
08 Miguel Gustavo	2466	casas*
09 Antonio Gonçalves	298	casas
10 Estr. do Quafá	1236	casas
11 Sarg. M. Filho	1007	casas
12 Estr. Taquaral	844	casas
13 Ubaldo de Oliveira	224	casas
14 Favela da Falange	179	casas
15 Estr. do Guafá II	54	casas
Construídos pelo SFH através do INOCOP.....(1970 - 1974)		
16 Maria de Carvalho	96	apart
17 Senador Camará	176	apart
18 Primeiro de agosto	144	apart
Construído pela Marinha .....(1985)		
19 Conjunto da Marinha	1840	casas
Contruídos pela Prefeitura .....(1988 - 1993)		
20 Bangu I	1980	casas
21 Bangu II	988	casas
22 Bangu III	716	casas
23 Moça bonita	192	casas
24 Taquaral II	160	casas
Total	34975	casas/apart

Fontes: Alim Pedro (1950)
Anuário Estatístico - 1991, IPLAM/RIO;
PEU-Bangu (UEP-BANGU) outubro, 1985, IPLAM-RIO.
CEF - Divisão Habitação Popular
CEHAB

** As "casas" no conjunto Miguel Gustavo são, na verdade, embriões geminados que variam entre 19 e 21 m, que serviriam para triagem da população favelada que não apresentou a renda necessária quando da remoção das favelas. No entanto, essas casas tornaram-se "definitivas" para a população removida para esse "conjunto".*

A importância destes dados reside no fato de que tais conjuntos, pelo seu número e suas dimensões, determinam um novo padrão de uso e ocupação do solo, causando mudanças significativas na espacialidade social e na forma de organização e interação dos moradores.

Segundo dados do cadastro imobiliário do município, até 1991, havia registrado 54.063 imóveis residenciais nos três bairros que compõem a UEP-Bangu[10]. Esse total, não considera os imóveis em favelas e loteamentos clandestinos, e, certamente, é uma quantidade que não reflete a realidade quanto aos demais imóveis do lugar. A quantidade de domicílios construídos na cidade e não registrado nos órgãos municipais, sabemos, é muito grande. Em geral, são imóveis construídos em sobras de terreno ou como sobrados nas casas existentes.

Contudo, mesmo considerando os construídos em favelas, loteamentos irregulares e os novos imóveis/domicílios construídos irregularmente, os conjuntos habitacionais acabaram por se constituir, quantitativamente, no mais importante padrão de construção habitacional no lugar. Não sem conflitos e dramas familiares e sociais, como veremos a seguir.

3.4.2 - **Novas identidades se constroem no lugar**

Identificamos, em primeiro lugar, a necessidade de uma readaptação às novas relações de vizinhança estabelecidas entre os próprios moradores no interior de cada conjunto e, a seguir, desses com os das comunidades próximas. Isso porque os novos moradores passaram a utilizar os mesmos serviços e infraestrutura construídas no bairro, já que os construídos nos conjuntos, em geral, não eram suficientes: existiam apenas algumas escolas, box para

pequeno comércio e pequenas praças de lazer. Os transportes, postos de saúde, espaços de lazer e cultura, por exemplo, continuaram os mesmos.

Sobre o primeiro aspecto, podemos citar as características da ocupação do conjunto Dom Jayme Câmara, que começou a ser construído em dezembro de 1969 e foi parcialmente concluído em dezembro de 70 (ver fotos 10 e 11, na página 107 e 108). "O processo de ocupação aqui foi bastante conflituoso", nos conta o Sr. José Leandro, fundador e atual presidente da Associação Pró-melhoramentos do Conjunto.

> "No primeiro ano, milhares de famílias foram removidas à força pela CEHAB, com auxílio da polícia. Ou o contrário, pois eu mesmo não queria vir e tive minha casa invadida por policiais que foram auxiliados por funcionários e assistentes sociais da CEHAB. (grifos do entrevistado)"

Esses moradores eram de vários pontos da cidade e, ao serem removidos, foram espalhados em blocos distantes uns dos outros, entre os 180 existentes. Porque?

> "A primeira favela a ser removida, o Parque Proletário da Gávea, foi toda transferida para a primeira rua do Conjunto, a rua Arari. Ali, as manifestações de revolta continuaram e várias vezes foi preciso a intervenção da polícia. A seguir, veio a favela Praia do Pinto e os moradores receberam seus imóveis espalhados em várias ruas. Hoje, fica claro para os moradores que foi para não permitir que se organizassem."

Logo depois foram chegando moradores da Estrada da Gávea, Esqueleto, São Cristovão e outras. Já em 1973, começaram também a entregar apartamentos para pessoas não faveladas, que tinham inscrição da CEHAB.

Esses "inscritos" que receberam apartamentos no conjunto ocupavam a parte que a CEHAB mantinha como "Reserva Técnica", que era constituída de 15 a 20% das unidades em todos os conjuntos, para atendimento à população não favelada que desejava adquirir imóveis residenciais de baixa renda[11]

Grave também, foi o fato dos apartamentos serem entregues sem o nenhum acabamento: piso de cimento, paredes sem pintar e portas de compensado.

Segundo o Sr. José Leandro, essas remoções geraram transtornos, irreparáveis para muitos, pois os moradores, quando removidos, não foram consultados sobre sua renda familiar, localização do trabalho, desejo de realização do "sonho da casa própria" etc. Apenas perguntavam quantos dependentes cada um tinha e se estavam empregados. Quem não estava empregado era removido para as casas de triagem, no Conjunto Miguel Gustavo (Senador Camará) ou Antares (Santa Cruz). Com isso, os minguados salários tinham que, além das despesas normais, custear condomínio, transportes, obras para melhorar as condições dos apartamentos, prestações (Taxas de ocupação) etc. Tais despesas, acabaram por gerar o retorno à favela por muitos moradores, como nos afirmou outro entrevistado.

> "Nesse período inicial, os imóveis valiam muito pouco e muitos moradores voltaram para áreas próximas de onde vieram, pois não podiam fazer frente às despesas. Uns vendiam, outros simplesmente abandonavam. Mas o pior veio depois: em 1974, a administração da CEHAB convocou todos os moradores para "assinar" a promessa de compra e venda, exigindo renda familiar de 3 salários mínimos. Antes o retorno (às áreas próximas de onde vieram) era espontâneo, depois passou a ser, também, forçado".

No caso da Vila Aliança, em 1963, a situação foi mais drástica ainda. O ex-presidente da Associação de Moradores da Vila Alinça e, atualmente, Vereador do Município do Rio de Janeiro, Sr. Adilson Pires, nos conta que muitos moradores, removidos das favelas do Pasmado, Praia do Pinto, Cajú, Timbó, São Carlos e outras, simplesmente voltavam para suas favelas de origem ou outras próximas a elas, abandonando as casas da Vila. Em alguns casos, as casas eram "emprestadas" à outros moradores para que tomassem conta, utilizando-as como complementares a sua própria casa.

Como exemplo, Adilsom nos conta um caso exemplar que ocorreu

com sua família:

> "um senhor que, removido da Praia do Pinto, voltou para o Morro de São Carlos e deixou sua casa `emprestada´ à minha avó durante 15 anos. Em 1978 voltou porque havia se aposentado e não presisava mais morar perto do trabalho. (...) Como ele, muitos `emprestavam´ ou simplesmente abandonavam as casas, que foram sendo invadidas por outros moradores."

Este procedimento ocorria porque, na época, os imóveis não tinham valor considerável devido, por um lado, à distância dos locais de trabalho das pessoas removidas e/ou que residiam em favelas próximas do centro e, por outro, porque nenhum morador da região se interessava em morar na Vila:

> "Para você ter uma idéia, na minha rua, que tem 77 casas, mais ou menos 10 ficaram fechadas durante anos e, aos poucos, foram sendo ocupadas, invadidas ou vendidas."

Até hoje, pelas características locais, as casas são desvalorizadas: "uma casa reformada, pronta para morar sem precisar fazer nada, com dois quartos, quintal etc, não custa mais do que 3 mil dólares na Vila Aliança (12).

O convívio nesses conjuntos, seja pelo grau de tensão gerada pela ampliação das dificuldades econômicas de cada família, seja pelas "diferenças" sociais, reais ou imaginadas, instauradas entre os "favelados" e "não favelados"(13), contribuiram, e ainda contribuem, para um certo grau de desagregação na organização dos moradores. Isso se manifesta, no caso dos conjuntos de apartamentos, na inadimplência dos moradores em relação ao condomínio e, sobretudo, nas tentativas de tornar o apartamento independente do prédio ou de realizar obras complementares que inevitavelmente mudam a estrutura do prédio, através de acréscimos à planta original de alguns apartamentos. Em geral, estas obras são feitas sobre as canalizações de água e esgoto, impedindo obras de reparos e manutenção a serem feitas pelo condomínio ou pela CEDAE.

Importante observar que o intento de ocupar as áreas comuns e alterar a planta do prédio com acréscimos é conseguido facilmente pelos moradores do andar térreo, que ocupam a área imediatamente à frente ou ao lado de seus apartamentos com construções que vão, deste uma simples garagem para o carro, até o acréscimo de um ou dois cômodos. Além disso, a ocupação para fins comerciais - biroscas, oficinas, lojas etc - se faz de forma desordenada, como alternativa de trabalho para os desempregados e/ou familiares aumentarem suas rendas, como mostra uma visão panorâmica de ruas no conjunto D. Jayme Câmara. (foto 17)

Os moradores dos andares superiores, como não conseguem embargar as obras (pois nem a CEHAB nem a Prefeitura intervêem para contê-las) e evitar conflitos e intimidações, passam então a exigir dos outros moradores que a obra no andar térreo tenha uma estrutura capaz de sustentar obras complementares também nos andares superiores. Dessa forma, observamos alguns prédios em que todos os 5 apartamentos de uma mesma coluna fizeram obras complementares de mais dois cômodos cada. Isso é recorrente tanto dos conjuntos de apartamentos da CEHAB como podemos observar nas fotos 18 e 19, tiradas no conjunto D. Jayme câmara, quanto nos mais antigos, construídos pelo IAPI, mostrado pela foto 20 tirada no conjunto Bangu. Mais recentemente, os moradores do quinto andar desses conjuntos "descobriram" uma forma de compensar sua "desvantagem", quando os vizinhos dos andares inferiores demoram ou não constroem a complementação de seus apartamentos de forma que eles possam fazer o mesmo: constroem na cobertura, como pode ser observado na foto 18.

FOTO 17 (1993) - O uso "indevido" do espaço coletivo...

FOTO 18 (1993) ... e a "privatização" desses espaços.

FOTO 19 (1993) Mais "espaço", construído de forma irregular...

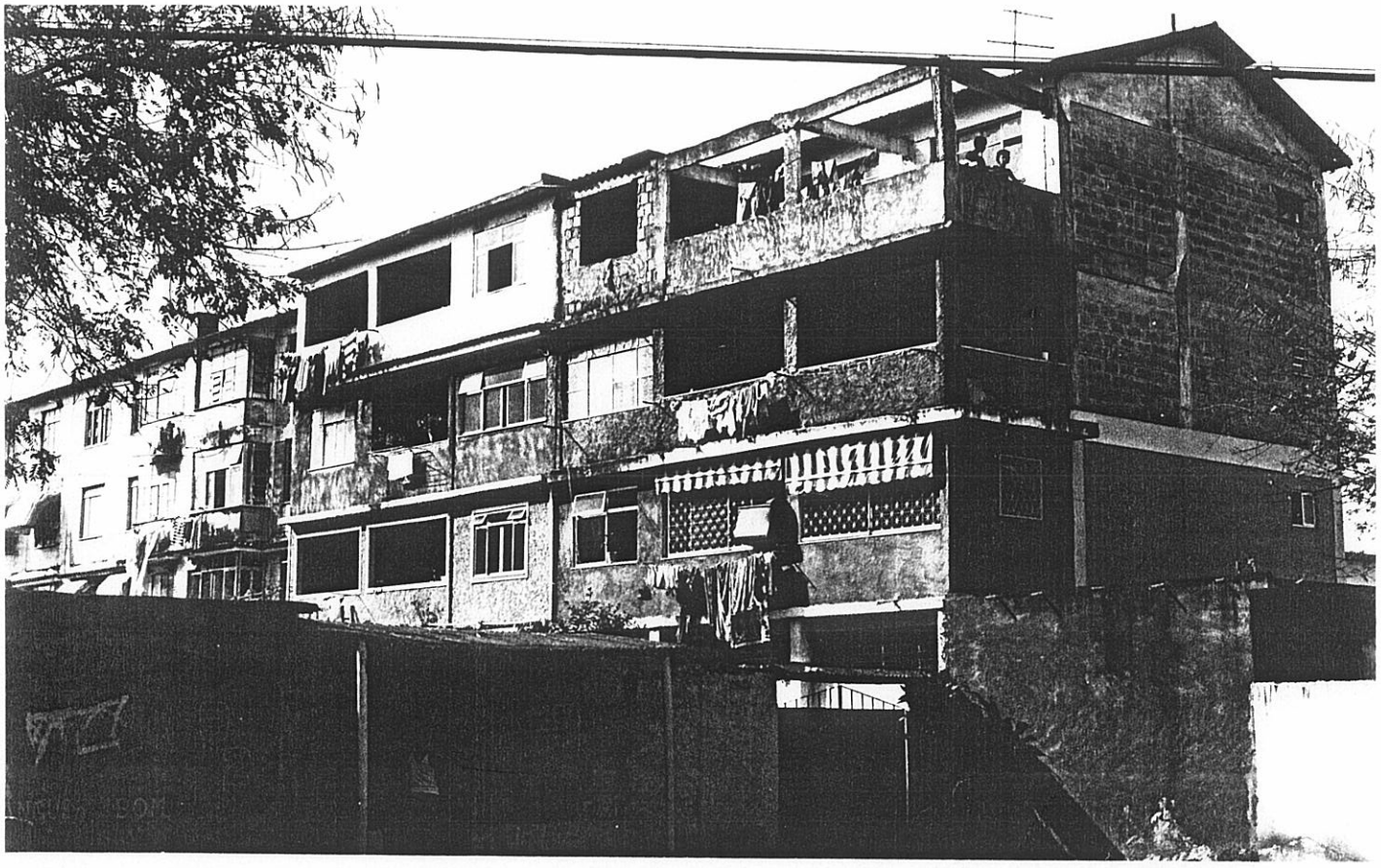


FOTO 20 (1993) ...uma "solução" negociada entre vizinhos.

3.4.3 - Novas formas e novos sentidos ao espaço construído

Essa situação, de reordenar o espaço, se repete em todos os conjuntos, sejam eles compostos de casas ou apartamentos, sendo mais acentuada nos antigos e em processo de reapropriação dos espaços e obras complementares nos recentes, dada a concepção racionalista da urbanização para fins habitacionais da população de baixa renda, que, como vimos anteriormente, tinha outros objetivos, que não eram o de criar, de fato, as condições mínimas de vida para os trabalhadores. Por essa concepção, os enormes conjuntos habitacionais dispõem, apenas, da unidade residencial em si, desconsiderando toda e qualquer outra necessidade do cidadão.

Por esse motivo, nesses projetos, a legislação em vigor não é respeitada, ora pelo próprio Estado, pois visando menores custos não implanta a infra-estrutura necessária à todas as necessidades dos moradores, ora pela população que dá novas destinações ao espaço edificável e não edificável dos terrenos.

No caso dos conjuntos mais antigos, na época de sua construção não existiam regulamentações específicas quanto às condições de edificação e sua aprovação era feita diretamente pelo então governador da Estado da Guanabara(14). Nos recentes há, atualmente, toda uma legislação municipal e federal que regulamenta o uso e ocupação do solo e as características destes empreendimentos(15).

Contudo, continua imperando a ótica racionalista de "soluções mais econômicas" que, ao não respeitarem os espaços destinados aos equipamentos urbanos e de serviços, fazem com que, em pouco tempo, a população à que se destinam os imóveis transforme os espaços construídos, reapropriando-se deles pelas novas formas de uso e dêem novas destinações aos espaços vazios. Também é comum que, além das reformas e acréscimos de um piso nas casas construí-

das pelo Estado, os novos moradores construam na sobra de terreno outro imóvel de 1 ou 2 pisos, adensando o conjunto acima da capacidade projetada para os equipamentos de infraestrutura e serviços.

Essa situação denuncia/expressa dois pontos de vista importantes que merecem ser, brevemente, analisados: um do Estado, representado pelos seus técnicos, e outro da população.

A intervenção desordenada dos moradores, sem sombra de dúvidas, fere um princípio básico importante de respeito às normas de convivência em espaços coletivos, nos casos em que o conjunto é de apartamentos, e de uso e ocupação do solo, no caso dos que são constituídos de casas.

No entanto, há uma questão que antecede essa afirmação. A construção de apartamentos e casas destinadas à população de baixa renda é feita, em geral, com uma infraestrutura mínima, visando o atendimento imediato após a ocupação, considerada a partir de diagnósticos e números frios que refletem a superficialidade da compreensão da problemática social, ofuscando o seu sentido político e reduzindo-o à um componente técnico. Desta forma, desconsideram-se as diferentes necessidades que surgem ao longo do tempo pelas famílias.

Esse espaço, assim produzido, é instrumental, não é inocente: serve ao processo reprodutivo dessa sociedade, como assinala Amélia Damiani.

> "Nas últimas década, tornou-se claro que o processo reprodutivo não se esgota na fábrica ou no mercado; atinge outros momentos da vida social, sujeitos, por sua vez, agora, à racionalidade produtivista, à sua metamorfose pela ampliação do capitalismo, atingindo decisivamente o urbano. (...) Desta forma, com os conjuntos, criam-se "uma fábrica de loucos", "um depósito de gente" (...) Daí que, o processo de apropriação neste espaço, sujeito a tantos constrangimentos, é fruto de muita luta para tornar mais plástico um espaço dessa forma tão rigoroso (Damiani, 1990)."

A (re)produção desses espaços, portanto, ao contrário do que se podia esperar "com a dádiva da casa própria", torna-se mais um elemento do conflito para as classes populares. Torna-se, também, um aspecto importante no processo de articulação destes moradores nas lutas da sociedade local, em busca dos direitos à cidade.

Os conjuntos existentes em Bangu são de diferentes formatos: apartamentos, casas de "triagem" geminadas e casas em terrenos individuais. Os apartamentos e casas de triagem, como assinalamos, são espaços que constrangem os moradores a pequenos espaços e ao convivio, em geral, conflituoso, que reune 20, 40 famílias, vindas de lugares diversos da cidade, sem maiores identidades entre si que não sejam as circunstanciais e de condição de vida - pobreza como condição. Os conjuntos de casas, por outro lado, são diferenciados pelo tamanho dos lotes, que vêm diminuindo gratativamente.

Amparados em legislação específica para habitações populares, que vai de encontro à determinação da Lei Federal 6766/79 que especifica em 125 m^2 o tamanho mínimo dos lotes para os novos loteamentos, a CEHAB e a Prefeitura tem construído em Bangu conjuntos com casas embriões com aproximadamente 24 m^2, em terrenos que variam de 56 a 80 m^2. Como ninguém vive dignamente com sua família em 24 m^2, as reformas começam imediatamente após a entrega das chaves. Com o tempo, novas demandas surgem e uma aparente desordem fica formado, constituindo-se guêtos, degradando o ambiente e saturando a infraestrutra existente.

Para a população, que necessita dos projetos de habitação popular do Estado, representada pelos movimentos pela moradia que defendem o Projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular, os projetos populares não podem cair na mediocridade da desconsideração dos valores e necessidade, reais e simbólicas, sob a alegação infundada de alguns técnicos de que um teto, por si só, basta.

Esses aspectos, portanto, são, a nosso ver, os que determinam as ações que privatizam os espaços públicos e conduzem os moradores a adensarem desordenamente, dando uma outra ordenação ao espaço dos pequenos lotes e coletivos dos conjuntos. Assim, o uso indevido dos espaços coletivos e a irregularidades das "novas" construções precisam ser encaradas como consequências da concepção racionalista e ideologicamente conservadora dos planejadores e não como mera ação individualizada e "irracional" dos moradores.

Ao longo deste capítulo, procuramos identificar a influência do Estado na organização sócio-espacial do bairro, enfatizando, em primeiro lugar, os diferentes modelos e estratégias dessa intervenção que garantiram um novo padrão de uso e ocupação do solo, dada a predominância, no lugar, das construções habitacionais em forma de conjuntos. Por outro lado, procuramos analisar, nesta apresentação, alguns aspectos que orientaram, e ainda orientam, sua produção: a tentativa de "consolidar uma forma urbana particularmente suscetível à identidade estatal" (Damianni, 1993:77).

Com efeito, verificamos que a intensificação da produção desses conjuntos, se dava, exatamente, nos momentos em que os governos mais necessitavam buscar "legitimidade", através de soluções autoritárias mascaradas por atitudes paternalistas. Foi durante o Governo Vargas (1939 - 1945), que o Estado, necessitando legitimação, entre outros investimentos, garantiu as condições para se produzir os primeiros conjuntos habitacionais. Nessa época, aos trabalhadores, que reivindicavam maiores facilidades de financiamentos individuais, foram impostos projetos estatais de construção de conjuntos, nos quais seria possível ao Estado exercer maior poder de manipulação política, de tutela (FARAH, 1985).

Após 1964, pelos mesmos motivos, acrescidos da necessidade

de gerar empregos na construção civil e minimizar o desemprego que se avolumava, nos governos militares dos generais Médici (1969 - 1974), Geisel (1974 - 1979) e Figueiredo (1979 - 1985), intensificou-se a produção de conjuntos habitacionais na cidade.

Essa estretégia, contudo, embora objetivasse uma dominação sobre a classe trabalhadora, não logrou êxito da forma como se pretendia, já que os trabalhadores encontram formas e estratégias de resistência à dominação, tal qual encontraram os trabalhadores da vila operária e lotes da Companhia, e, conforme Marilena Chauí:

> "(...) seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação inter-subjetiva, grupal, de classe, da relação com o vísivel e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente" (Chaui, 1986:122).

Para dar visibilidade e possibilitar a compreensão do potencial de intervenção dessas práticas sociais e históricas na produção do lugar, procuramos identificar, neste capítulo, também, os embates, sempre renovados, para trazer vida para o lugar, através da ocupação dos espaços vazios com usos urbanos e do adensamento dos prédios, nos quais se verifica uma certa rebeldia na prática urbana, porque trata-se do espaço vivido. "E o nível de quem vive, não de quem concebe". (Damiani, 1993)

Resta discutir, de forma mais aprofundada, o que observamos da prática cotidiana dos moradores, nessa e nas demais formas de construção do espaço urbano em Bangu, intervindo decisivamente na produção do espaço. Essa intervenção, de produção da casa em "espaços" deixados tanto pela intervenção da fábrica Bangu quanto pelo Estado, nos ajuda a abordar o espaço urbano em três dimensões articuladas: como estratégia; como forma e rítmo de vida concebidos; e como pluralidade de conteúdos decorrentes da vivência. E o que procuraremos fazer no Capítulo IV.

NOTAS

(1) Naquela época, por exemplo, o Decreto Lei 58 de 1938 que regulamentou os loteamentos populares, garantindo a aquisição de terrenos à prestação foi significativo para o impulso dado, pela Companhia, ao processo de loteamento do bairro.

(2) No Rio de Janeiro, por exemplo, a Prefeitura do antigo Distrido Federal realiza a primeira e isolada ação concreta em 1906, construindo 120 unidades habitacionais, na Av. Salvador de Sá, como forma de ofuscar a devassa feita pela reforma Pereira Passos. Outras iniciativas de abragência local foram: as ações contra os mocambos na cidade de Recife e os parques proletários (três ao todo) no Rio de Janeiro.

(3) Os investimentos dos institutos em habitações foram facilitados pela nova regulamentação relativa às construções de casas para associados, estabelecida pelo Dec. 1749 de 28 de junho de 1937. Este decreto substituiu o Dec. 21326 de 27 de abril de 1932, que continha muitas exigências e gerou um número inexpressivo de construções e financiamentos pelas Caixas e Institutos existentes.

(4) Valdemar Viana, que era morador do conjunto Bangu e trabalhava na cervejaria brhama, foi vereador e era deputado federal quando foi cassado pelos militares que lideraram o golpe de 1964.

(5) Esse cinema foi fechado em 1970 e, na praça, foi construído um CIEP em 1984. A reação dos moradores a essa construção foi intensa, pois destruiu um patrimônio cultural dos moradores. Segundo os moradores, Vargas, Lott, Jucelino, Prestes e o próprio Brizola

discurssaram nesta praça. Além disso, era o único espaço, em Padre Miguea, para circos e parques de diversões.

(6) Segundo o Sr. Antonio Teixeira, licença proletária era uma licença de construção que a prefeitura concedia para os trabalhadores irem construindo suas casas aos poucos. Não havia prazo estipulado para conclusão das obras e a planta da construção era fornecida gratuitamente pela prefeitura. Essa licença permitia que a casa fosse ocupada durante as obras, e o "habite-se" concedido após sua conclusão. No seu caso, o habite-se só foi concedido quatro anos depois que já residia no local.

(7) A Fundação foi criada pelo decreto 9218 de 01 de março de 1946, com, entre outras, a atribuição de financiar as construções de residências de tipo popular, destinadas à venda ou locação a trabalhadores, sem objetivos de lucro, por Prefeituras municipais, empresas industriais ou comerciais.

(8) Parte destas terras, que foram adquiridas pelos IAP´s e não foram ocupadas. Após 1966, passaram a ser administradas pelo Instituto Nacional de Previdêcia Social (INPS) e repassadas a agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para a construção de conjuntos habitacionais de "interesse social", pela CEHAB.

(9) O BNH e o SFH foram instituídos pela lei 4380 de 21 de agosto de 1964.

(10) No cadastro imobiliário do município, consta registro de 35.494 unidades em Bangu, 9.531 em Camará e 9.038 em Padre Miguel, até o ano de 1991.

(11) Essa reserva técnica era um percentual dos apartamentos reservados ao atendimento à população inscrita nos programas da CEHAB, mas que segundo Linda Gondim (1976 : 67), era mais utilizada para atender pedidos de políticos locais.

(12) Esse valor significa, em outubro de 1993, aproximadamente, 465 mil cruzeiros reais. O salário mínimo, neste mês, era de Cr$ 12.024,00.

(13) Ver a respeito da fragmentação nas relações sociais no interior dos conjuntos, a dissertação de mestrado de Linda Gondim - Integração social nos conjuntos habitacionais da COHAB/GB, 1976.

(14) Sobre os aspectos legais de licenciamento e leis específicas de construção, ver caracterização das obras em conjuntos habitacionais no texto do Projeto de Estruturação Urbana - Bangu, elaborado pelo IPLAN-RIO, 1985

(15) Decreto Municipal "E" 7.467 de 1974; Decreto 1321 de 1977; Decreto "E" 3800; a Lei Federal 6766 de 1979 e o Decreto Municipal 2982 de 1981.

A SOCIEDADE (RE)PRODUZ O ESPAÇO

4. 1 -Considerações iniciais

Nos dois capítulos anteriores, preocupamo-nos em apresentar as ações do capital industrial/imobiliário e do Estado na produção do espaço urbano, no bairro de Bangu. Priorizamos, na análise, a identificação e compreensão de suas estratégias de produção do espaço e de suas intencionalidades de criar as condições de submissão da classe trabalhadora e de valorização dos diferentes capitais que também produzem a cidade. Procuramos identificar, no decorrer desse processo, os momentos nos quais a população local reagiu às imposições desses agentes, seja reagindo aos mecanismos de controle sobre o território, seja procurando tornar mais plásticas e funcionais as formas e modelos construídos por esses agentes.

Faremos, agora, essa discussão em três direções que se articulam, no tempo, e formam as bases de um mesmo processo de produção e organização, no espaço: os mecanismos de reapropriação das formas (vila/bairro operário e conjuntos habitacionais) pela reconstituição/criação de usos e sentidos através da vivência e das práticas sociais que reorganizam, e consequentemente produzem, o território; as práticas de produção da casa por esses atores, em espaços cuja ocupação os põe em conflito direto com os "proprietários" (cartoriais) dos terrenos (seja os da fábrica ou os do Estado) e os "constrangimentos" que essas novas formas de produção da casa geram no lugar; e os movimentos sociais, como expressão mais organizada das lutas, que assumem uma dimensão mais clara pela gestão do território e, num plano mais geral, de transformações socias.

4.2 - A reapropriação pelo uso e sentido

4.2.1 - A fábrica perde "espaço"

A fábrica e a vila operária, como vimos no capítulo II, marcam o início de uma transição no espaço, de rural para urbano, onde a habitação se tornou um instrumento coercitivo que estendeu a relação de subordinação do trabalhador no interior da fábrica, também para as horas do não trabalho, ou seja, para fora dos muros da fábrica. Essa relação define os uso e os sentidos que tais habitações tinham para a Companhia, usos e sentidos esses, até certa medida, reconhecidos pelos moradores e expressos na maneira como se referiam a elas: "as casas da fábrica".

A forma inicial de produção das casas (direta), no entanto, mostrou-se insuficiente frente ao aumento de demanda por moradia e outras formas de produção se fizeram necessárias. A Companhia "cede" (o valor do "aluguel", naquela época, não era muito relevante), também, terrenos para construção de habitações onde se estabelecem novas relações, seja com os novos operários/moradores, seja com os não operários da fábrica que também solicitavam autorização para construir. A função dessas novas moradias, para a Companhia, não era diferente da estabelecida para as casas da vila operária, porque essas estavam a ela subordinadas. Mas, para os moradores, o uso e o sentido vão se tornando diferentes.

Isso porque, em primeiro lugar, foram eles que construíram as casas. E porque construiam, cumpriam o sentido funcional (que era necessário à fábrica e valorizava sua propriedade), mas também, por gozarem de certa liberdade, conferiam a elas novas formas, mais adequadas ao uso que desejavam e, com isso, iam se for-

mando, gradativamente, novos sentidos, diferentes do sentido estrito estabelecido pela fábrica.

A coexistência, num mesmo lugar, de condições diferentes de moradia, por sua vez, engendrou novas condições de encontro entre os moradores, novos assuntos para além do acontecido no interior da fábrica, novas formas de relacionamento entre os moradores e novas relações entre estes e a Cia.

As novas casas não permitiam à fábrica o mesmo controle sobre a convivência social cotidiana, como era possível na vila operária, e isso obrigava a Companhia a estebelecer novos mecanismos de controle. Começava a lhe escapar o domínio do vivido, o domínio da ocupação do tempo do não trabalho ou de outras formas de trabalho dotadas de novos sentidos: como o trabalho de produção da casa. O tempo que sobrava para além do tempo de trabalho no interior da fábrica passou a ser vivido num espaço que trazia novas possibilidades, dada a sua crescente diversidade, dado o contraste entre a forma homogênea das casas da vila e o espaço plural, repleto de singularidades e, portanto, de novas identidades, que se formava gradualmente no seu entorno.

Nesse contexto, a Companhia passou a investir em instâncias mais subjetivas de dominação. Já não bastava fixar o trabalhador no lugar, nem dominá-lo no local de trabalho, considerando as casas parte orgânica da fábrica. Era necessário atuar, também, no campo das ações que extrapolam o domínio imediato permitido pela relação de produção, produzindo o lugar como mediação de sua dominação.

* * *

Um grande esforço foi feito, por parte da Companhia, tentan-

do influir em tudo na organização do território. Isso envolveu estratégias de controle que se efetivou através do apoio ostensivo à algumas iniciativas e práticas que haviam se gestado sem a sua influência. O futebol, que era praticado com bola encomendada e transportada clandestinamente, por iniciativa dos operários, dentro de uma caixa de equipamentos vinda da Inglaterra para a fábrica (SILVA, 1985), foi incorporado pela Companhia, que financiou a fundação do Bangu Atlético Clube, em 1904, cedendo os terrenos para a realização de partidas oficiais e treinos ao lado da fábrica.

Também em 1904, contratou o maestro Anacleto de Medeiros e seu assistente, até então regentes da importante Banda do Corpo de Bombeiros, para reger a banda musical fundada, em 24 de janeiro de 1982, pelos opérarios e autorizou a construção de sua sede (na Rua Estevão). Em 1906, o administrador da Companhia "sugeriu" um novo nome para a "sociedade musical", que passou a se chamar "Casino Bangu", e, em 1907, cedeu o terreno para a construção de sua sede, que foi, então, considerada um dos grandes salões do começo do séc. XX no Rio de Janeiro (foto 21). Essa sede, atualmente pertencente ao Bangu Atlético Clube, foi assim descrita pelo Sr. Antonio Fernandes Filho, segundo Presidente Benemérito do clube:

> "Foi construído um grande salão, com pequenas salas laterais, que ocupava toda a altura do primeiro e segundo andares do prédio. O salão nobre foi inspiração e criação artistítica de José Villas Boas. As peças em madeiras, todas trabalhadas em torno, vieram da França, como o lustre artístico de cobre preso ao teto no meio do salão. O palco para as artes cênicas, na época o único automático, foi produzido na França, desmontado, vindo de navio para ser montado no próprio local do Casino Bangu". (1)

A construção da igreja se deu em 1904 (foto 22), quando ainda não havia se constituído uma paróquia local e, além do templo, considerou-se necessário construir espaços de lazer, "para que a criançada se divertisse antes e depois do catecismo", que mais tarde se tornaram praças.

FOTO 21 (1974) Antiga sede do Casino Bangu. Atualmente, sede do Bangu Atlético Clube.

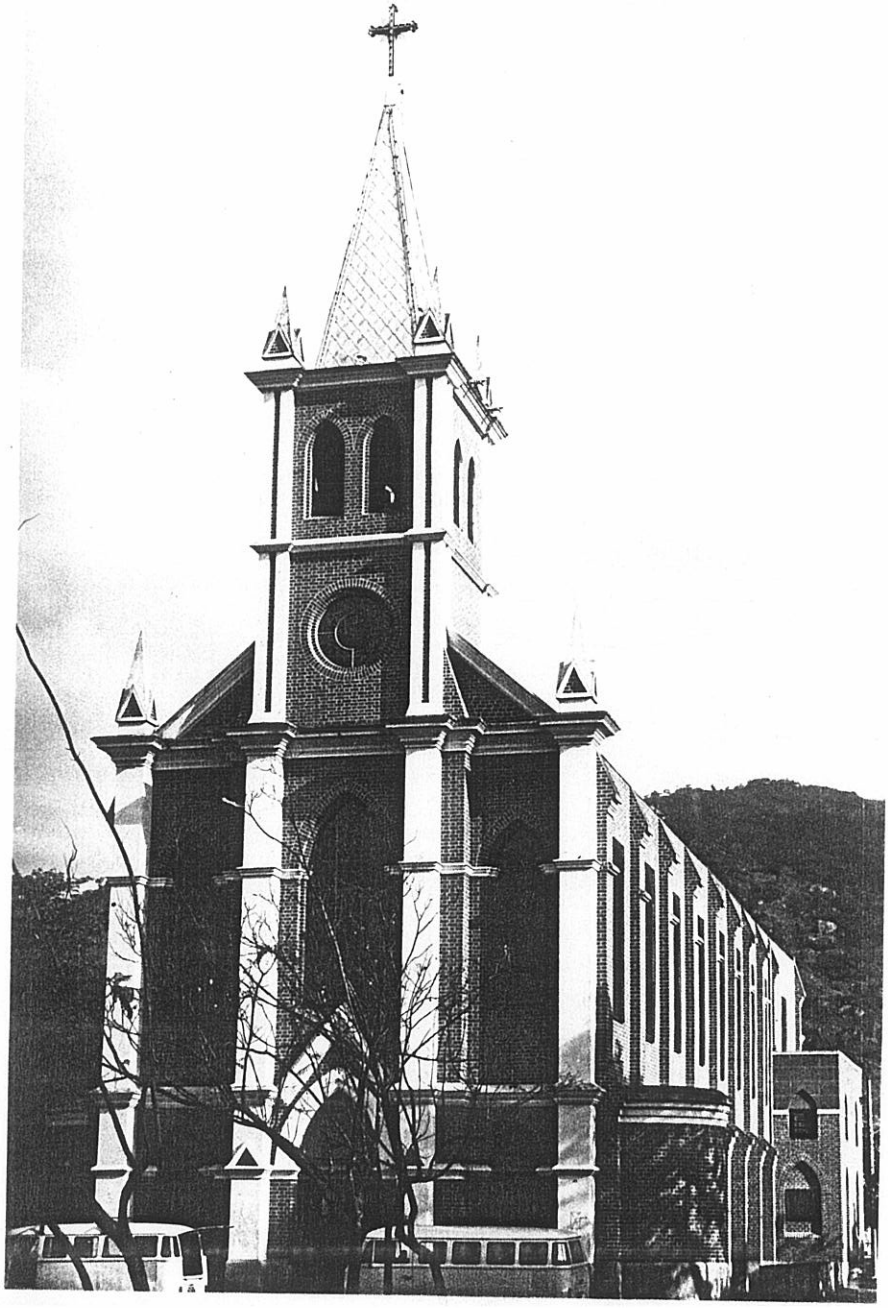


FOTO 22 (1974) Igreja Santa Cecília - Bangu

A Escola Rodrigues Alves, que inicialmente foi inaugurada como uma escola particular (da Companhia), numa casa construída para abrigar a cooperativa de Bangu, foi doada, em 1905, à população, mas mesmo assim a Companhia continuou arcando com todas as despesas de sua manutenção e instituiu o uso múltiplo do prédio, destinando o horário diurno ao ensino das crianças e o noturno ao ensino dos operários. Só em 1917 a Companhia passou a responsabilidade sobre a escola para a Prefeitura, que mudou seu nome para Escola Martins Junior.

A Companhia também cedeu uma casa ao Grêmio Philomático - fundado em 2 de fevereiro de 1907, por influência do Professor Jacinto Alcides, que mantinha reuniões em sua casa com jovens do bairro - cujo objetivo era "a instrução recíproca, através de convivência e palestras" (SILVA, 1985). Nesse grêmio funcionou a primeira biblioteca - inicialmente com mais de mil exemplares - que cresceu com a influência da Companhia, deixando de ser restrita a um pequeno grupo e passando a atender toda a população.

Todas as iniciativas dos moradores foram sistematicamente apropriadas pela Companhia naquele início de século, como forma de inserção e, consequentemente, de controle das relações de sociabilidade estabelecidas entre os operários. O investimento foi tanto que levou à projeção social do bairro na cidade. Era evidente uma intenção de dar suntuosidade a suas "obras", que ganharam destaque na "sociedade carioca" e que eram mostradas a todos que visitavam a fábrica e a importantes figuras políticas, até de outros países, que visitavam a capital da República.

Mas é interessante não analisarmos esse investimento vultoso apenas para detectar as intenções diretas de controle da sociedade por parte da Companhia. Ao discutir as primeiras aproximações entre urbanização e industrialização na história da formação das ci-

dades, Lefebvre levanta questões interessantes a respeito desse investimento em obras e riquezas. Para o autor, os conflitos que se instauram, no interior das cidades, entre os poderosos e os oprimidos, não chegam a impedir a afeição pela cidade, nem a limitar as intenções de contribuição com a beleza da "obra". O enfrentamento político entre grupos antagônicos "rivalizan em amor a su ciudad".

> "Los que poseen riqueza y poder, por su parte, se sienten continuamente ameazados. Justifican su privilegio ante la comunidad mediante suntusos dispendios de su fortuna: edificios, fundaciones, palacios, embellecimientos, fiestas. (...) las sociedades muy opresivas fueran muy creadoras y muy ricas en obras." (LEFEBVRE, 1978:20)

A preocupação com a suntuosidade talvez explique porque a Companhia não tenha se assenhorado de pelo menos uma das iniciativas da população: os blocos carnavalescos. Dois blocos carnavalescos foram fundados no inicio do século: o Flor da Lira, em 1903, e o Flor da União, em 1904, e causaram grande impacto na vida social de Bangu. Clubes ou agremiações carnavalescas só eram encontrados na "parte urbana" da cidade, e não eram bem vistos pela "sociedade". Bangu foi o primeiro bairro distante do centro a contar com esses elementos (SILVA, 1985). As duas agremiações possuíam uma diferença básica entre si: a etnia de seus frequentadores. O Flor da Lira era um clube frequentado basicamente por brancos e o Flor da União por negros. O Flor da Lira deixou de existir em 1929, porque sua sede foi destruída para dar lugar à nova sede do Casino Bangu, quando este foi despejado violentamente, pela Companhia, em 1929 da sede construída por ela. Analisaremos esse episódio mais na frente.

Por fim, não podemos deixar de fazer um paralelo, ainda que breve, entre essa falta de interesse da Companhia com relação aos blocos carnavalescos e a mais recente "apropriação" das escolas de

samba pela contravenção (no caso de Bangu, pela apropriação da Mocidade Independente de Padre Miguel pelo "Dr. Castor de Andrade"). Evidentemente, não podemos deixar de ver, no "apadrinhamento" das escolas de samba, da mesma forma que no "apoiamento" da Companhia às atividades sociais no bairro, como intenções de controle político das comunidades (um controle político efetivado através do cultural).

* * *

A intervenção da Companhia na produção desses equipamentos, que se destinavam às poucas horas de não trabalho dos operários e dos demais moradores, contudo, não ofusca as novas redes de sociabilidade que se instauram para além de seu domínio.

A partir de 1917, quando a Companhia começa conviver com vários momentos de crise finaceira e tenta, em condições adversas, estabelecer o domínio territorial através de mecanismos formais, as formas de resistência dos moradores/operários já estavam se tornando mais visíveis.

E exemplar a resistência aos contratos de locação, que ganhou maior dimensão com o conflito que se realizava no interior da fábrica. Nesta época, para termos uma idéia, era muito grande a presença de crianças trabalhando na fábrica e os operários começavam a se organizar contra a não aceitação, por parte de Companhia, das primeiras leis trabalhistas que eram discutidas no Congresso Nacional, como vimos no capítulo II. A exploração dos operários/crianças era tão grande, no interior da fábrica, que gerou um fato inusitado para a Companhia (que serviu como um estímulo a mais para os operários/moradores), quando da visita de um importante visitante:

> "A nota desafinada dessas tradicionais visitas corre por conta de Clemenceau [político francês em visita ao Brasil] em 1922, que embora encantado com a obra da fábrica e do Casino Bangu, da recepção moderna para a época [... Todas as autoridades eram recepcionadas no Casino Bangu, com chá tradicional, servido em porcelana inglesa], recusa elegantemente a recepção, quando soube do sistema de trabalho na fábrica, porque não podia admitir que operários trabalhassem 14 horas por dia. Considerou o trabalho escravo daquela casa, uma hipocrisia." (Casino Bangu: Um Século Em Revista, 1992).

No ano seguinte, em 1923, se forma uma nova diretoria no Casino, desta vez não submetida à Companhia. Desde a fundação da sede, em 1907, os presidentes do Casino eram, também, dirigentes da fábrica. Em 1923, assume o médico Miguel Pedro[2], com apoio maciço dos associados, que visavam maior independência para organizar suas atividades. A Companhia, então, reagiu exigindo a sede de volta, mas de forma tal que a influência do Dr. Guilherme da Silveira (presidente da Companhia) nessa decisão não ficasse evidente, a fim de não comprometer sua imagem junto aos moradores. Sabe-se, no entanto, que o despejo do Casino, em 1929, foi exatamente ordenado por ele. Esse fato ficou conhecido como "quebra-Casino", devido à violência com que se deu.

> "A biblioteca do Casino foi desfeita e os livros atirados na rua, recolhidos mais tarde por Aníbal de Carvalho. O famoso piano do Casino (importado junto com o palco, da França) também foi atirado na rua. Atirado do segundo andar, pela janela". (Casino Bangu..., 1992).

A estratégia de dominação dentro e fora da fábrica acabara por adquirir uma feição não prevista pela Companhia: as contradições e conflitos no interior da fábrica (trabalho) se estendem também para a producão social do espaço e para a vida social em geral. Os moradores, durante toda a década de 1920, lutaram contra as imposições da Companhia. Ameaçados com os novos contrados de locação da terra, instauram o conflito, defendendo as casas que construiram e o sentido que o lugar adquiriu para eles.

4.2.2 - Os moradores/operários ocupam seu "espaço"

Com a autorização de venda dessas terras aos moradores, o que ocorre a partir de 1934, e o início dos loteamentos, em 1936, cessam-se momentaneamente os conflitos pela terra e pela produção do espaço. Não cessam, no entanto, os interesses do Sr. Guilherme da Silveira, através da presidência da Companhia, em manter sua influência sobre a vida social do lugar.

A intervenção na vida social, que num primeiro momento apareceu como estratégia de dominação criada para garantia dos interesses da produção, foi apresentando, mais nitidamente, sua face política mais ampla. O próprio investimento na produção agora já se desenhava como, também, mediação, como forma de sustentação de uma influência política em nível nacional, que se efetivou com a nomeação de Guilherme da Silveira, num primeiro momento, em 1929, para a presidência do Banco do Brasil no governo Washington Luis e, mais tarde, em 1946, para Ministro da Fazenda do Governo Dutra.

Da mesma forma, esse poder político também se mostrou nas mudanças de condições de negociação entre a Companhia e o Estado a respeito da complementação e manutenção da urbanização do bairro e na comercialização das terras para a instalação dos conjuntos habitacionais, conforme vimos nos capítulos II e III. Por fim a imprecisão da documentação sobre a titulação das terras também nos ajuda a visualizar a importância estratégica desse poder político.

A efetivação dessas intenções políticas, no entanto, naquele momento, passam a requerer novas estratégias de inserção no lugar, através de uma face política mais evidentemente populista. Superados os conflitos e encontrada a solução para "o caso dos terrenos de Bangu", Guilherme de Silveira entrega a gerência da fábrica ao seu filho, Guilherme da Silveira Filho, em 1940. Este

assume uma postura "paternalista" e de grandes articulações políticas, sobretudo, para conter os conflitos dentro da fábrica, identificada por alguns trabalhadores/moradores e militantes no movimento operário como uma estratégia.

> "_ O Silveirinha, para mim, era um sujeito sarcástico, perverso e cínico. Ao mesmo tempo que se reunia com a família Amado, em 1956, e dava vivas ao Prestes(3), mantinha uma violenta guarda armada, comandada pelo Capitão Fábio, que nos ameaçava ao menor sinal de descontentamento. (...) Aos domingos, quando tinha jogo no campo de futebol que existia ao lado da fábrica, ele distribuia moedas para todas as crianças no centro do campo, para todo mundo ver. Aquilo era demagogia pura, porque dentro da fábrica os pais dessas crianças sofriam."
>
> ****
>
> "_ De 1961 a 1964 editamos um jornal aqui em Padre Miguel, o "Opinião Pública", que só tinha gente do Partido [comunista], mas a gente não assumia que era do Partido. Em 1962, fizemos uma reportagem sobre a creche que a fábrica mantinha, elogiando a iniciativa. Aproveitamos a matéria e fomos pedir uma ajuda ao Silveirinha. Sabia que a política dele era de morder de um lado e soprar do outro. Ele concordou na hora e eu perguntei: _"então, como que a gente faz? quando posso passar para recolher sua contribuição?" E ele respondeu: "não precisa não, eu mando pelo seu campanheiro aqui de dentro". Nós nos fizemos de desentendidos. Então ele mandou chamar o Francisco e falou para ele: _"a partir do mês que vem, você vem falar comigo e pegar uma ajuda para o seu Partido". Rapaz, o Francisco ficou "abismad" porque ele era o responsável pelo PCB lá dentro e ninguém sabia que ele era do Partido, mas ele [Silveirinha] sabia. Era por isso que o pessoal da fábrica tinha medo de fazer movimento lá dentro, ele conhecia todo mundo, mas mantinha o pessoal enquanto não ferisse os interesses dele."

Essas duas falas, dão, ao nosso ver, a verdadeira dimensão do "paternalismo" da família Silveira com o bairro e, ao mesmo tempo, demonstram a permanente atenção que a Companhia dispendia com as representações dos moradores sobre seu papel. A imagem e representação que a Companhia construiu foi a de benfeitor, que urbaniza, que constrói os espaços de lazer, que cuida das crianças. Essa representação ofuscava, lançava nuvens sobre seu papel de agente capitalista que acumula riqueza com a exploração de seus trabalhadores, que especula com a terra, que valoriza seu capital imobilizado no bairro e que, através dessas medidas, conquista e

solidifica um poder político mais amplo, que extrapola em muito os limites do lugar. Mas, para manter essa representação, não podia combater outras representações construídas no convívio cotidiano, no nível do vivido, e nas práticas sociais através das quais importantes vitórias foram conquistadas.

4.2.3 - O Estado deixa "espaço" aberto.

Nas áreas onde foram instalados os conjuntos do IAPI todo um processo de organização dos moradores estava se iniciando, e era o Estado quem procurava diminuir as zonas de tensões geradas pelos movimentos operários, que se expressava, também, no campo habitacional (FARAH, 1985). Como vimos, o conjunto Bangu foi ocupado em 1951, antes mesmo da inauguração (1952), quando se iniciou as lutas por melhorias e isso foi possível a partir, primeiro, da construção de relações entre si. Segundo o Sr. Sebastião, morador desde 1951 no conjunto bangu isso explica a fundação do Centro Recreativo dos Industriários de Bangu (CREIB).

> "_ Criamos o CREIB dentro de um apartamento, o do Valdemar Vianna (...) Depois conseguimos um velho galpão na Escola Pedro Moacyr. A escola era um mundo e não ocupava todo o terreno, enquanto no conjunto não tinha espaço [urbanizado] prá nada. (...) ali organizamos nossas lutas. Esses apartamentos aqui, eram para usos e frutos. Você não podia alugar nem vender. Então tinhamos que lutar para melhorar (...) O CREIB foi fundado para isso.

A fundação desse centro recreativo, foi a forma encontrada pelos moradores de criar um espaço de convivência entre eles. A preparação das festas e atividades promovidas tinham, também, o objetivo de trocar experiências e discutir os problemas do bairro. Foi através dessa convivência que se organizou, dentro do Centro, o "Conselho de Posseiros e Locatários" para organizar as lutas reivindicativas por melhorias no conjunto e defender os interesses

dos moradores junto ao IAPI. Segundo outro entrevistado, o conselho era de posseiros e locatários porque havia vários apartamentos que foram invadidos e que precisavam ser regularizados.

> (...) Para tudo isso, levávamos muito a sério a vida social no conjunto. o CREIB foi muito importante para aproximar tudo mundo através das festas, dos jogos, do estímulo que pudemos dar a Mocidade [Mocidade Independente de Padre Miguel] etc."

A organização do CREIB, portanto, além de se constituir um espaço de convívio social, tornou-se, ou melhor, "foi fundado para isso", um centro de discussão política, que permitiu a organização dos moradores e até a eleição de um parlamentar do local. "Antes das reuniões da diretoria, nós discutiamos a pauta no comitê do Partido [comunista]", nos informou um morador que era militante no bairro. E isso não era uma estratégia isolada, os moradores do conjunto do IAPI de Realengo, também conhecido como "Mouscouzinho" (MANGABEIRA, 1985), tinham também um movimento bastante organizado a partir das relações estabelecidas, cotidianamente, no convívio do lugar, no espaço do vivido. E era exatamente isso que o Estado queria evitar, através do controle exercido pelas "assistentes sociais" e por normas e regras para o convívio no interior dos conjuntos. Porém, não bastava, para os moradores, terem apenas um apartamento e uma estação ferroviária por perto. Havia outras necessidades que eram previstas nas "cidades jardins" que um "conjunto-cidade" não possuia.

O não atendimento dessas necessidades, que só são sentidas no cotidiano dos moradores, é o que põe por terra a pretenção do Estado em regular, de forma absoluta, a vida desses operários. Pretende-se construir nos operários uma representação sobre o modo de vida que interessa à sociedade burguesa, o mito da "casa própria", mas o fazem desconsiderando as necessidades do cotidiano, do social, das relações com o espaço que se constrói à sua volta.

4.3 - A produção da habitação pela ação direta dos moradores

4.3.1 - O Estado, a Fábrica Bangu e a favelização

Durante o processo até aqui analisado, identificamos várias formas de intervenção dos moradores no sentido da reapropriação do espaço. Nesse processo, identificamos que velhos e novos sentidos interagem produzindo o espaço social. Mas para além dos processos de reapropriação dos espaços construídos pela Companhia ou os Estado, outras formas de habitação foram sendo produzidas como forma de reação a essas intervenções. (mapa 4)

Durante a construção dos conjuntos do IAPI, primeiro em Realengo, depois em Bangu/Padre Miguel, aqueles que se deslocaram para a região, para trabalharem como operários da construção dos prédios, e que não teriam direito a essas habitações, também precisavam morar. Ergueu-se a primeira favela da região: a Vila Vintém. Essa favela localiza-se em terreno contínuo ao conjunto Bangu e teve seu processo de ocupação iniciado durante a construção de outro conjunto do IAPI, em Realengo, pelos mesmos operários da construção que, sabendo do início da construção dos conjuntos Bangu e Moça Bonita, mudaram-se de vez para o bairro.

Nessa mesma época, a construção das casas e do loteamento realizado pelos institutos em Bangu/Senador Camará, expulsou os trabalhadores dos sítios de laranjas que existiam no entorno às terras da fábrica. Também esses trabalhadores, sem renda para adquirir lotes da fábrica e não tendo sindicato nem instituto que lhes financiasse moradia nas "casas Dutra" ou nos lotes, ergueu-se a segunda favela: a Fazenda Coqueiros.

MAPA 4

- Fábrica Bangu
- Area loteada pela fábrica

Produção habitacional do Estado:

- Conjuntos dos Institutos
- Conjuntos da CEHAB
- Conjuntos da Prefeitura Municipal
- Favelas
- Estrada de Ferro Central do Brasil
- Avenida Brasil

Limites atuais dos bairros:

- Bangu
- Senador Camará
- Padre Miguel

MENDANHA

SERRA DO QUINCÔ

SENADOR CAMARÁ

BANGU

PADRE MIGUEL

F- BOQUEIRÃO 266/148

C- DR. ANTÔNIO GONÇALVES 17.04

C- ESTRADA DO QUAFÁ 17.08

F- VILA CITIRI 278/147

F- NOVA KENNEDY 100/100

C- VILA KENNEDY 17.14

C- ESTRADA SARGENTO MIGUEL FILHO 17.09

F- ESTR. SARG. MIGUEL FILHO 542/178

C- UBALDO DE OLIVEIRA

L- 17050

L- 17058

L- 17063

L- 17011

L- 17016

F- VILA PIQUIROBÉ 505/244

F- VILA MORETI 519/172

F- VILA PROGRESSO 280/149

F- ESTRADA DA SAUDADE 320/178

L- 17015

L- ESTRADA DO ENGENHO 17017

F- VILA UNIÃO DA PAZ 284/146

F- VILA JUREMA 220/196

F- VILA NOVA 221/1961

F- RUA CONGO 147 201/178

C- ESTRADA DO TAQUARAL

Mo. do Retiro

L- 17043

Mo. dos Coqueiros

L- 17003

Mo. S. Bento

L- 17004

F- SÃO BENTO 282/149

F- VILA SÃO BENTO 282/146

F- VILA SANTA LUZIA 385/170

L- 17002

L- BAIRRO JERUSALEM 7039

F- FAZENDA COQUEIRO 270/151

F- MORRO DA ESPERANÇA 287/150

L- FAZENDA DOS COQUEIROS 180/7

F- VILA OLÍMPIA 503/172

F- VILA DO VINTEM 279/133

L- ALAMEDA DA CRE 540/125

F- JACARÉ 272/151

L- 17054

L- 17041

L- 17053

L- QUINTAL DO TAQUARAL 7031

F- BAIRRO SANTA CATARINA 392/172

F- BAIRRO NOVA ALIANÇA 263/145

C- D. JAIME CÂMARA 7033

L- 17005

L- 7036

L- 17030

F- MINHA DEUSA 604/243

E- CAMINHO DO LUCHI 26/735

F- COFEIA 268/155

C- VILA LUANCA 17.13

L- 17061

F- RUA DA FEIRA 1220 227/199

R- VILA DAS ROSAS 552/198

C- MIGUEL GUSTAVO 7017

F- SAIBREIRA 382/168

F- VILA SANTO ANTÔNIO 241/1746

F- FALANGE 389/168

L- 17031

F- BECO DA USINA 424/207

L- 17019

F- FAVELA

L- 17060

C- SENADOR CÂMARA 7110

F- TANCREDO NEVES 383/168

F- MORRO DO SOSSEGO 380/168

L- 17029

F- MURUNDU 421/198

F- BINGU 265/125

L- 17000

F- PARQUE REAL 391/121

L- 17013

L- 17048

L- 17000

L- JARDIM AUREA BRASILEIRA 17030

L- 17021

F- TIQUIÁ 430/186

L- 17026

F- UBAGI 276/144

L- 17049

L- 17055

L- 17056

L- 17020

F- BAIRRO SANTO ANDRÉ 607/144

F- RUA SANTOS AMOS 543/144

Mo. dos Macacos

SERRA DO BARATA

SERRA DE BANGU

FONTE: SMP / IPLANRIO - 1991

Essa favela também se instalou em terreno que já pertencia aos Institutos, que nessa época fizeram um grande estoque de terras no bairro devido às condicões "favoráveis" que encontraram para adquirir as terras que foram do legado do Barão de Itacurussá. Como os Institutos, através da Companhia Imobiliária Bangu, só construiu casas no lado sul da estrada de ferro e poucos lotes no lado norte, a favela da Fazenda Coqueiros ocupou, estrategicamente, a parte não loteada no lado norte, um pouco afastada da pequena estação ferroviária construída no local, mas sempre perto da linha.

Essas duas favelas tem um significado importante pela associação com as formas (conjuntos) construídas pelo Estado, que confirma, a nosso ver, que o Estado era, se não incapaz, desinteressado em articular a questão da habitação com a problemática urbana. O argumento principal do Estado, para financiar os institutos, era combater as formas anti-higiênicas, insalubres, enfim, oferecer aos operários "cidades jardins". Contudo, esse "cuidado" com as condições insalubridade de moradias localizadas no centro funcional não se mostrou presente diante da construção de habitações "insalubres e anti-higiênicas" em seus próprios terrenos. No caso da Vila Vintém, esse processo foi assim descrito por um antigo morador.

> "_ Tinha muito peão que quando veio trabalhar aqui, morava na cidade [próximo ao centro]. A maioria dormia nos barracões das companhias [empresas construtoras] que eram aqui mesmo onde é a Vila (...) depois vieram trazendo as famílias. (...) não tinha água, esgoto, nada. Como até hoje não tem. (...) é força de expressão. Aqui na Vila pagamos a CEDAE mas a água vive faltando, já fizemos muitas reclamações. Reclamamos também com a Prefeitura porque nossas ruas não são calçadas e as poucas que são, estão todas esburacadas."

As favelas, no bairro, contudo, não se constituiam "problemas" para o Estado, na medida em que não estavam nos bairros, nas

áreas "nobres" da cidade e sim no "subúrbio" distante. Mas, com o tempo, elas se tornam a forma que os trabalhadores encontram de, também, construirem sua casa e, consequentemente, o lugar, o território, o espaço social. Dessa forma, vemos o território ser "produzido", também, pela prática social dos sujeitos, individuais e coletivos, através da qual se apropriam do espaço e constroem novas formas de usos e sentidos que se produzem numa permanente relação com o espaço e os demais atores (BECKER, 1983).

Também foi intenso o processo de ocupação das terras da Companhia. A partir da década de 60, a administração da fábrica iniciou um processo de alienação do patrimônio predial com a venda de casas e prédios alugados ou arrendados a particulares. Em 1965, vendeu as primeiras casas da Vila Operária[4].

A venda desses imóveis, mais uma vez, foi objeto de conflitos entre os moradores e a Companhia. Mas esse foi um conflito de natureza distinta do que vimos na década de 20, pois essas eram "as casas da fábrica". A ameaça de despejo não era para todo o bairro, como foi o caso dos contratos em 1919. As casas, que eram alugadas ou cedidas aos antigos operários, muitos já aposentados, tiveram que ser desocupadas quando os moradores não tinham condições de adquirí-las. Moradores/operários, com 30, 40 anos de serviços prestados à Companhia, alimentavam a esperança de adquirir as casas por valor compatível com os salários pagos pela mesma, um processo possível caso prevalecesse, na negociação, a relação simbólica entre as partes envolvidas. Contudo, a obtenção de renda fundiária, na caso das casas da vila operária (já que as casas eram destruídas) e o lucro imobiliário nos demais prédios residenciais levaram a fábrica a estipular o valor de mercado, incompatível com o poder aquisitivo de muitos moradores e suas famílias.

Um caso exemplar foi o de um operário, que trabalhou de 1935 a 1985, quando se aposentou, que residia em casa "alugada" pela fábrica deste 1950, na Rua Júlio César, e recebeu comunicado para sair pois não apresentava renda suficiente para adquirí-la.

> "_ Eu comecei na fábrica em 1935. Nessa época eu fui morar numa casinha alugada na Silva Cardoso. Depois, em 1950, a fábrica me alugou uma na rua Júlio cesar. Quando ela [a fábrica] quis vender, eu não podia comprar. Minhas meninas ainda estudavam e só eu trabalhava (...) Muitos compraram, os filhos ajudaram, mas eu e muitos não podíamos. Nessa época [1973] ainda tinha terrenos lá prá perto do morro, mas nem isso eu podia. (...) Houve muita discussão, muita reunião do pessoal, e a fábrica acabou por resolver o problema de alguns. No meu caso, ela me deu, gratuitamente, esta casa, porque eu era da segurança. Eu era antigo no posto e o pessoal me respeitava. Acho que não interessava à fábrica que eu brigasse com ela. (...) Uns compraram, outros conseguiram ir para os lotes. Outros construiram uns barracos do outro lado da linha, perto da Vila Aliança."

Essa "ocupação", aparentemente "consentida" pela fábrica, inicia um processo de ocupação nos terrenos entre a Estrada do Engenho e a Vila Aliança. Hoje, nesses terrenos, localizam-se duas das maiores favelas de Bangu, menores apenas do que a Vila Vintém e Fazenda Coqueiro: são as favelas do Caminho do Lúcio e Vila Nova Aliança. A partir dessas favelas, novamente, o argumento de que a titulação de parte das terras da Companhia é duvidosa, será retomado.

4.3.2 - **Outras favelas e invasões existentes no bairro**

Não está de todo superada uma forma de leitura da cidade na qual se trata a formação de favelas como "acidentes de percurso", como anomias, já que são visões que "naturalizam" a produção espacial urbana e só reconhecem as lógicas do capital, em geral, como produtora da cidade. Uma das consequências dessa forma de leitura

tem sido a identificação da formação de favelas como *fenômenos provisórios*, superáveis *espontaneamente* à medida que as políticas habitacionais, por si só, atenderiam, gradativamente, a demanda por moradia.

Uma análise mais aprofundada das favelas Vila Vintém e Coqueiro, nas terras do Estado, e Vila Nova Aliança, nas terras da Companhia, nos permitiu melhor demarcar os limites dessas leituras.

A população tem suas formas de agir em função de suas necessidades e reagir em função de seus interesses e isso, ao nosso ver, permite compreender a formação das favelas tanto pela ótica da inadequação das (não) políticas habitacionais aos interesses e necessidades da população, quanto pela ótica da capacidade de ação e reação da população a essa ausência, insuficiência ou inadequação de políticas habitacionais. Nesse processo é que identificamos a produção do território como determinado pelas relações políticas e econômicas na apropriação do espaço (BECKER, 1983).

De fato, essas favelas confirmam a capacidade da população de reagir às formas autoritárias de organização do território e, na luta pelo espaço, conferir novos usos à terra urbana. Confirmam, também, que a organização espacial (CORAGGIO, 1979) resultante do processo de sua constituição não obedece unicamente à lógica e intencionalidades do capital e do Estado.

O argumento da provisoriedade, por sua vez, pode ser facilmente desmontado se observarmos o destaque crescente que as favelas tem tido como formas "alternativas", mas permanentes, de "solução" do problema habitacional.

Hoje, são identificadas 37 favelas no bairro de Bangu/Padre Miguel/Senador Camará, reconhecidas como tal pela relação de não propriedade dos terrenos nos quais se assentam. No entanto, essa

definição conceitual sobre o que é favela ofuscam e simplificam os processos que lhe deram forma e conteúdo. Reduzem a favela a uma relação com a propriedade, e não com os agentes que interagem em sua produção.

No decorrer de nossa pesquisa ampliou-se nossa certeza de que a formação de favelas não podem ser compreendida apenas pelo seu aspecto genérico. Em primeiro lugar, é impossível desconsiderar a estreita relação dessas formas de produção da casa com os processos de organização do território, do lugar. Em segundo, é evidente que essa produção "independente" interfere, decisivamente, na lógica predominante de produção do espaço, recompondo-a, em certa medida, a partir da criação de novos usos e sentidos, para a terra, antes destinadas à ampliação dos "conjuntos-cidades", por parte do Estado, ou à especulação imobiliária, por parte da Companhia. Esses novos usos e sentidos não podem ser averiguados e compreendidos senão pela reconstituição da história do lugar.

Esse processo de favelização, é obvio, não está dissociado de um processo mais amplo que se verificou mais intensamente no decorrer da década de 60 no país e, conseqüentemente, na cidade do Rio de Janeiro: de crescimento urbano-industrial, de êxodo rural, de início da metropolização dos centros urbanos-industriais brasileiros, de internacionalização da economia, de maior concentração de renda etc. Mas é inegável que esse processo assumiu feições particulares em cada lugar, como tentaremos mostrar na análise que se segue à tabela (2) onde estão relacionadas as favelas da área estudada.

Tabela 2 - Favelas localizadas em Bangu

Favela	População	Domicílios
Década de 1950		
01 - Vila Vintém	13729	3498
02 - Fazenda Coqueiro	10662	2695
Década de 1960		
03 - Croácia/Coréia	2149	750
04 - Nova Aliança	2247	576
05 - Caminho do lúcio	1149	266
06 - Vila Catiri	2659	674
07 - Rua da Feira	150	25
Década de 1970		
08 - Trav. Santa Catarina	608	145
09 - Beco da Usina	220	58
10 - Jacaré	6749	1726
11 - R. do Gongo	300	60
12 - Boqueirão	141	42
13 - Tibagi	1315	310
14 - Vila Progresso	1503	350
15 - Vila São Bento	910	222
16 - Vila União da Paz	979	218
17 - Morro da Esperança	324	81
18 - Falange	828	208
19 - Morro do Sossêgo	553	110
20 - Nova Kennedy (Sapo)	656	150
21 - Parque Real	2000	400
22 - Murundu	560	113
23 - Vila Piquirobi	279	69
24 - Saco do Viegas		**
Década de 1980		
25 - Saibreira	1166	290
26 - Tancredo Neves	110	22
27 - Vila Olímpia	530	131
28 - Tiquiá	378	94
29 - Minha Deusa	500	142
30 - Bairro Santo André	1.757	450
31 - Estrada de Saudade	750	150
32 - Vila Moreti	1136	283
33 - Estr. Miguel Filho	242	50
34 - Rua Santos Amos	150	30
35 - Mangueiral		*
36 - Vila das Rosas		*
37 - Parque de Fátima		**
Total	57.3892	14.388

Fonte: Anuário Estatísticos IPLAM/RIO, 1991.
Relatório de áreas de risco da Sec. Mun. de Des. Social.

** Como estas favelas não estão relacionadas no Anuário, omitimos a estimativa de população e domicílios. Em geral, os dados fornecidos pelas Associações de Moradores não coincidem com os levantamentos cadastrais do IPLAM/RIO, que, aliás, também não coincidem com os dados da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado, como veremos mais adiante.*

*** Essas favelas são citadas no relatório de ocupações em áreas de risco, elaborado em 1988 pela SMDS e também não constam do anuário estatístico do IPLAN-RIO.*

Ao visitarmos parte das favelas relacionadas, alguns aspectos se manifestaram de imediato ao nosso olhar. A primeira é a associação direta de um número considerável de favelas com os conjuntos habitacionais localizadas em terrenos contínuos, como nos confirma uma moradora que participou da fundação da Associação de Moradores da Vila São Bento, em 1979. (foto 23)

> "Eu morava no conjunto (D. Jaime Câmara), mas meu marido me deixou e eu não tinha dinheiro para as despesas. Vendi o apartamento e vim aqui pro morro" (...) "O pai da minha vizinha mora no conjunto. Quando ela casou veio com o marido morar aqui para ficar perto da família. Ela tem vontade de voltar, mas ainda não deu. Tá muito caro".

Esses argumentos, recorrentes na fala de moradores de várias dessas favelas e também dos conjuntos, denunciam a dramaticidade do início da ocupação dos conjuntos e as necessidades dos familiares dos moradores que, ao atingirem idade de constituir famílias, precisam encontrar soluções alternativas de habitação e, em geral, o fazem perto do lugar onde já têm um convívio familiar e social.

> "Muita gente está mudando daqui [conjunto Miguel Gustavo] prá "Croácia". As casas aqui são horríveis. Lutamos prá não removerem a gente prá mais longe, mas foi uma "vitória desvitoriada" porque ninguém gosta daqui (...) A Carminda e a Conceição conseguiram um terreno na Croácia e construíram por lá. Eu também já não moro mais aqui, só o meu filho, que ficou com a minha casa. Qualquer coisa é melhor que essas casinhas, sem ventilação e pequenininhas (...). Esse conjunto está muito perigoso, porque os "menino" [traficantes e seu exército particular] não dão mais sossego."
>
> ***
>
> "Quando começou a invasão aqui [Vila Moretti], eu marquei um lote prá mim. Eu morava com o meu irmão [no conjunto Ubaldo de Oliveira], o Marcos, e meus três filhos. Mas não deu certo, os homens [polícia] foram muito violentos. Mas depois o pessoal foi voltando e pronto: hoje tá uma beleza. (...) Eu não voltei, porque fui morar com papai [também no conjunto], mas dei a maior força pro pessoal daqui que foi prá lá."

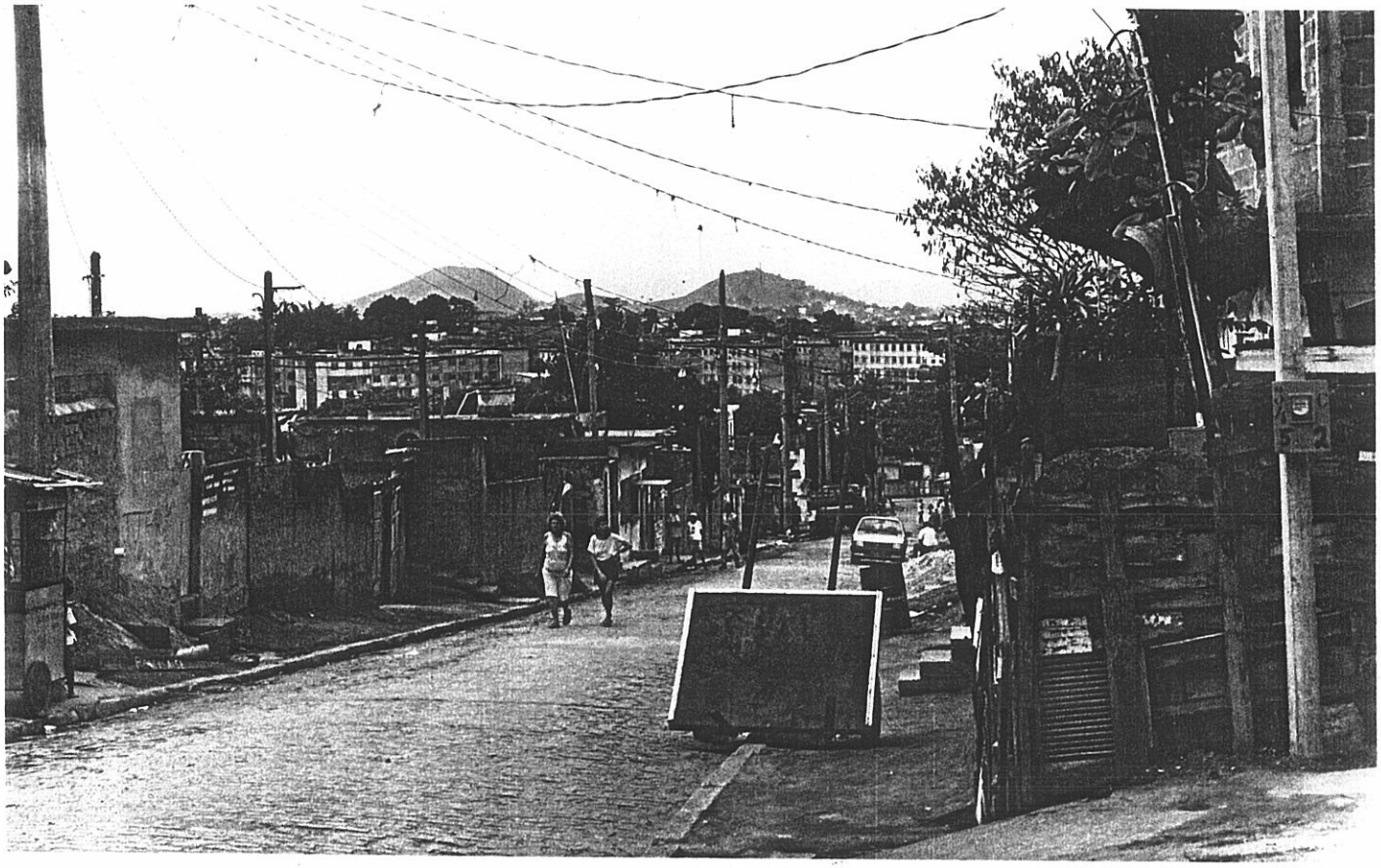


FOTO 23 (1992) - Favela São Bento. Ao fundo, o Conjunto Jayme Câmara.

Seguindo a pista deixada por esses depoimentos, identificamos, além da favela da Vila Vintém (Conj. do IAPI), outras favelas para as quais é direta a associação conjunto/favela feita em nossas observações: Coréia e Jacaré - Conj. Miguel Gustavo; Vila Nova Aliança, Caminho do Lúcio, Mangueiral e Minha Deusa - Conj. Vila Aliança; Rua do Congo, Nova Kennedy (Sapo), Vila Progresso, Estrada da Saudade e Sar. Miguel Filho - Conj. Vila Kennedy (foto 24); Vila São Bento e Vila União da Paz - Conj. D. Jayme Câmara; Vila Moreti - Conj. Ubaldo de Oliveira; Falange - Conj. Santa Cruz.

Portanto, dentre as favelas localizadas no bairro, 16 se constituíram ao redor e diretamente ligadas à ocupação dos conjuntos, nas terras do Estado e também da Companhia, de forma que surgem, em parte, por demanda da população residente nos conjuntos, que expande seus limites com a ocupação das áreas contínuas. Mas não é só. Esse processo se intensificou a partir de meados da década de 70, como resultante da elevação do preço da terra e da redução do poder de compra dos salários, que não permitia mais o pagamento dos aluguéis, inclusive nos conjuntos.

> " Favelado, agora, tem pouco [D. Jayme Câmara]. Não posso dizer em todo o conjunto, mas no bloco onde eu moro, dos 40 apartamentos, só tem uns 16 moradores que vieram na inauguração. Tem muito apartamento alugado. Muitos foram vendidos pro pessoal que não pode comprar terreno e construir, mas dá para comprar aqui. (...) O pessoal que sai, eu não sei. Mas tem muita gente por aqui mesmo."

O preço da terra e dos aluguéis nos remete a outro aspecto: as terras guardadas pela Companhia para especulação no mercado. Após ter vendido quase toda sua propriedade prédial, a Companhia não mais se interessou em produzir o espaço urbano (lotes, casas e equipamentos) e se associou à construtora ECIA (Irmãos Araujo) para construir e comercializar seus empreendimentos. A mediação política e o paternalismo que marcaram a gestão da família Silveira, deixou de existir: passaram a valer as regras de mercado.

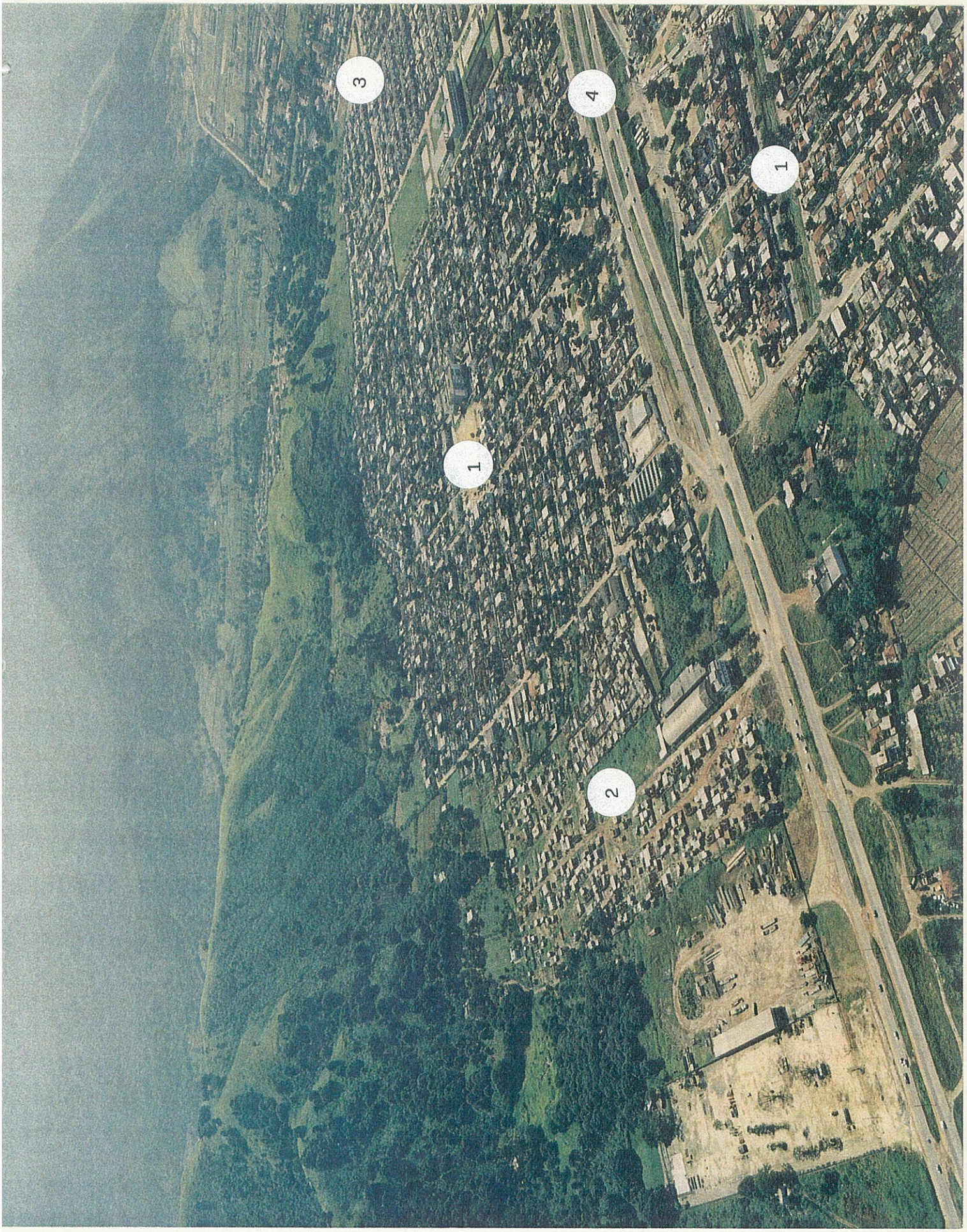


FOTO 24 (1988) (1) Vila Kennedy (2) Favela Nova Kennedy
(3) Conjunto CEHAB (Quafá) (4) Av. Brasil

Contudo, a questão da titulação da propriedade territórial da Companhia novamente é um argumento que favorece, como antes, os moradores. Como vimos no capítulo II, a Companhia adquiriu a Fazenda Bangu, do Retiro e outros sítios, mas o processo de compra e titulação nunca foi suficientemente esclarecido para os moradores e para o próprio Estado, como demonstraram funcionários da Secretária de Habitação e Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro (SEHURB). Essas dúvidas podem ser constatadas pelo processo movido contra a Companhia, citado no capítulo II e pela fala de diversos moradores.

> "Antes, essas terras, abrindo aspas, eram da fábrica. Dizem que na época o cidadão [Guilherme da Silveira] chegou aí e marcou tudo prá ele. (...) Sabe que uma vez a Unidos de Padre Miguel ía ser despejada. Na época o governador era o Negrão de Lima. Então, eu, que era presidente do CREIB, e mais algumas pessoas fomos falar com o Negrão. E ele [Negrão de Lima] assinou a desapropriação. Eu trouxe o decreto justo na hora em que chegavam os caminhões da guarda municipal e a desapropriação foi suspensa. Depois, conversando sobre o assunto com o Vitor Pinheiro, secretário de habitação do Negrão, ele me falou. "Sr. Sebastião, isso aí não existe. (...) nos cartórios existem aqueles livros e eles deixam folhas livres no meio do livro. (...) aí eles contam a história que quere". (...) "_ Mas, sr. secretário, é muito fácil identificar isso, é só fazer o exame nas tintas". (...) " _ Eu sei, respondeu o secretário, mas não podemos fazer isso senão desmoraliza a justiça".

E pouco provável que haja qualquer relação mais específica entre o fato narrado e a Companhia, já que o local onde está situada, atualmente, a sede da Unidos de Padre Miguel já não pertencia mais, na época, à Companhia. Mas a referência feita à Companhia, no início dessa fala, nos permite mostrar como a propriedade da mesma era vista pelos moradores e o diálogo narrado, ocorrido entre o morador e o secretário, parece comprovar que esses moradores conheciam a dimensão política que envolvia as "falcatruas" cartoriais.

4.3.3 - A história do lugar como instrumento de luta

O conhecimento da história local parece ter se tornado a base e uma das justificativas das lutas pelas terras que "pertenciam" à Companhia, lutas para nelas morar, e não para especular. Lutas para se construir casas, e não lucros. Erguem-se, em Bangu, sempre em terrenos planos, dezenas de "favelas", assim consideradas devido à relação de não titulação entre os moradores e as terras ocupadas. Mas, para os moradores, aqueles são "lotamentos populares", pelo "cuidado que tiveram com os arruamentos". O que falta, para eles, "é regular a posse", porque as terras "não são de quem se diz dono". Esse é o argumento recorrente nas falas dos moradores entrevistados, que pode ser sintetizado na fala de um morador da "favela" Piquiróbi, que participa, desde 1978, da luta pela urbanização e titulação das terras:

> "As ocupações mais antigas, em terrenos da Fábrica e em terrenos particulares, estão consolidadas porque os que se dizem proprietários ou não pagam os impostos devidos ou os documentos de propriedade que apresentam não são convincentes, como é o caso da Bangu. Vila Catiri, Piquiróbi, Nova Aliança, Caminho do Lúcio, Vila dos Minérios [Tr. Santa Catarina], todo o Viegas, Antenor Correia [Taquaral], todo o Guandu [área ao norte da Av. Brasil], Saibreira, Boqueirão, Parque Real e até a Minha Deusa [todas em terras da fábrica], Vila Moretti, Mangueiral, [de outros "proprietários"] são áreas que ocupamos porque precisamos das terras para morar. Portanto, não são "favela", são ocupações, loteamentos populares".

Essa passagem da entrevista revela uma consciência sobre a ação de ocupar e nos chama a atenção para o conceito de "loteamento popular". Em sua fala, o morador fundamenta sua argumentação no reconhecimento do valor de uso da terra, "porque precisamos de terra para morar", e associa sua forma de ocupá-la à irregularidade também existente nos loteamentos clandestinos, muito comum na região e, em geral, com problemas de titulação fundiária. Desta forma tenta descaracterizar o que aparentemente, para a população,

define favela: falta de infraestrutura, difícil acesso, casas de madeiras, terrenos de encostas etc. Por outro lado, tendo superado os problemas decorrentes da falta de infraestrutura, já que praticamente todas são servidas de serviços básicos, a busca de regularização não exclui a possibilidade de pagamento da terra, deste de que a um preço compatível com seus salários.

Interessante, também, o fato da associação do "bairro" desse entrevistado e da maioria das demais associações citadas não serem associadas à FAFERJ (Federação das Favelas), e sim à FAMERJ (Federação dos Moradores).

Assim, as lutas por essas terras, tomam, pelas características de sua ocupação e pelo conhecimento dos problemas de sua posse legal, um aspecto singular na organizacão do bairro, na qual os moradores, novamente, se impõem, de alguma forma, frente à lógica de dominação territorial da Companhia e obrigam, dessa vez com sucesso, o Estado a intervir a seu favor. Esse processo não é novo, pois, como vimos nas lutas travadas na década de 20, a população soube garantir sua permanência na terra, mostrando sua capacidade de intervenção direta e indireta na produção do espaço urbano, do lugar.

A luta pela posse da terra nessas favelas (loteamentos populares), começou em meados da década de 70, com os moradores das comunidades que "ocupavam" terras da Fábrica Bangu tentanto negociar diretamente com a Companhia a comercialização dos lotes. Tal mobilização envolvia as comunidades que já se encontravam suficientemente organizadas, relacionadas na tabela 3 com as respectivas áreas, número de lotes e famílias ocupantes:

Tabela 3 - "Favelas" relacionadas no projeto de desapropriação da terras da Companhia pela SEHURB.

COMUNIDADES	AREA/m2	LOTES (1)	FAMILIAS (1)
01 - Vila Nova Aliança	153.235,22	1.143	1532
02 - Caminho do Lúcio	187.600,00	483	603
03 - Piqueróbi	28.503,00		*
04 - Antenor Correia	14.806,00		*
05 - Parque Real	35.780,00	327	351
06 - Vila dos Minérios	64.353,44	468	513
07 - Viegas - urbano	58.400,00	135	150
rural	65.338,00	5	5
08 - Sandá	52.560,00		*
09 - Rua da Usina	14.565,00	39	73
Total	675.140,66	2.600	3227

Fonte: Diagnóstico da situação fundiária em Bangu, nas terras em litígio da Fábrica Bangu, SEAF, 1990.

(*) Não há dados disponível, sobre número de lotes e familias, no relatório. Portanto, o número de familias posteriormente beneficiadas pela titulação provisória foi maior.

(1) Estes dados não conferem com os apresentados pelo Anuário Estatísticos do IPLAM-RIO, mas os considero mais adequados porque foram obtidos em cadastramento dos moradores feito de casa em casa.

A esses moradores, somavam-se os agricultores que residem e trabalham na área agrícola, ao norte da Av. Brasil, cuja área não foi especificada pela SEAF, nem negociada no mesmo processo, porque a Companhia não aceitou discutir a questão dessas terras. Isso porque, segundo a Companhia, na área "rural" há uma relação de arrendamento que não se configura como uma invasão e na qual a terra pode ser reclamada a qualquer tempo. Na verdade, a Companhia, nessa época, lutava para desalojar os agricultores, pois já tinha um projeto de ocupação urbanística com fins residenciais destinada a famílias de alta renda[5]. Os moradores, no entanto, não aceitaram essa hipótese e lutaram pela desapropiação também dessa área.

Em 1982, com a eleição de Leonel Brizola para governador do estado, as ações violentas contra os moradores arrefeceram-se devido ao apoio e mediação do Estado, já que, durante a campanha eleitoral, o então candidato a governador, havia se comprometido

com a questão. Contudo, findo o mandato desse governo e não tendo sido regularizada a propriedade para os que habitavam e trabalhavam na terra, o movimento pela posse ressurge e exige ações imediatas.

Assim, em 1987, retomam-se as manifestações desses moradores e ocorre uma manifestação no centro do bairro, onde posseiros, arrendatários e "invasores" ocuparam a rua principal, Av. Cônego de Vasconcelos, com tratores, pás e enxadas, exigindo a imediata desapropriação das terras para fins sociais. Nesse ato, o então Governador Moreira Franco, através da Secretaria de Assuntos Fundiários, determinou uma negociação das terras com a fábrica, visando o fim das ameaças e regularização da terra a favor dos ocupantes.

Neste processo, o sub-Secretário de Assuntos Fundiários, Sr. Vicente Loureiro, iniciou os estudos e contatos com todos os interessados, envolvendo a comunidade, a Companhia, o Banco do Brasil (credora da Fábrica e que tinha as terras ocupadas como garantia de pagamento deste 1958) e o BANERJ, como fiel depositário dos recursos destinados ao pagamento da desapropriação.

Os estudos foram concluídos em 1990, determinando que cada morador recolheria, em 6 parcelas, o equivalente a 10% do Valor de Referência, referente à parcela do terreno que ocupava, numa espécie de poupança junto ao BANERJ. O Banco do Brasil se comprometeu a facilitar o pagamento da dívida e dissociar a hipoteca dessas terras para permitir a desapropriacão e, por fim, a Companhia se comprometeu em conceder um título precário de posse coletiva aos moradores, até que fosse encontrada a solução definitiva.

Em outubro daquele ano, então, foi assinada, pela Companhia, pelo Estado e pelos moradores, em assembléia pública realizada no Casino Bangu, a carta-compromisso na qual a Companhia se comprometia a "vender" a terra aos ocupantes, não remover e não permitir

novas ocupações, para conter o conflito. Os moradores receberam, então, os carnês para pagamento das "prestações", cuja primeira parcela deveria ser paga até 06 de dezembro de 1990. Nessa oportunidade, só o Banco do Brasil não assinou, dificultando a negociação mas não impedindo que o acordo ficasse selado.

Contudo, em 1991, o até então presidente e maior acionista da fábrica, Sr. Guilherme da Silveira Filho, vendeu a fábrica e todo o patrimônio territorial ao Sr. Paulo Hadad, e este alegou não ter sido explícitado, na negociação, o compromisso de "venda" aos ocupantes. Novo conflito de interesses se estabeleceu e, somente no dia 13 de março de 1991, últimos dias do governo Moreira Franco, o Sr. Paulo Hadad, através de seu procurador, Dr. Pinho, assinou finalmente os documentos de concessão de títulos provisórios aos ocupantes.

> "Mas documento provisório não basta" nos disse um morador, "a fábrica sempre fez loteamentos no bairro e o povo podia comprar a terra, por que não faz isso agora?".

Os moradores compreendem suas lutas pela terra como uma luta por algo que é "legítimo": ocuparem uma terra da qual "quem se diz dono não pode provar". Através da mediação do Estado buscam a condição "legal" (cartorial) dessa propriedade. Contudo, o Estado - agora, novamente, sob o comando do Governador Leonel Brizola - embora ciente desses argumentos, como nos foi relatado por diversos técnicos da SEHURB, estuda a solução de desapropriação. A solução proposta atualmente é que o Estado não mais negocie, junto ao Banco do Brasil, a redução do valor da hipóteca, a fim de propiciar a comercialização, pela Companhia, das terras aos moradores. O Estado propôs uma negociação direta com a Companhia, visando a desapropriação. Essa solução, desagrada aos moradores, já que, na proposta anterior, eles receberiam o título de seus lotes e, agora, o Estado propõe, após a desapropriação, a "cessão" de uso, mediante

pagamento de "uma pequena taxa" a ser paga pelos moradores.

A hipótese da expropriação, viável caso o Estado assumisse e corfimasse as denúncias de irregularidades sobre a titulação das terras da Companhia, não é considerada, o que evidencia uma contradição: frente às inúmeras denúncias de irregularidades na titulação das terras da Companhia, o Estado não deveria, antes da desapropriação, realizar um estudo sobre a cadeia sucessória dessas terras para dirimir dúvidas sobre a propriedade em questão ? Será que o silêncio sobre esse aspecto é "para não desmoralizar a justiça", como teria falado o secretário de habitação do Governador Negrão de Lima ?

O que está posto é que a questão da legitimidade das terras parece ter relação direta com os novos usos e sentidos da terra urbana que os moradores impuseram na organização do bairro. E significativo o fato de que, embora a desapropriação ainda não tenha ocorrido - apesar de já estar autorizada pelo Governador, como demonstra a publicação do Diário Oficial de 23 de julho de 1993 (anexo 2) - nem as formas de titulação tenham sido definidas, cada morador faz da cópia do seu "contrato" e dos recibos dos pagamentos acordados um novo "instrumento" que amplia seu poder de pressão sobre a Companhia e o Estado. Foi isso que permitiu, a partir de 1992, aos moradores exigirem com mais vigor as obras de urbanização devidas pelo governo municipal, conseguindo obras importantes de pavimentação, regularização de abastecimento de água, esgoto etc, como podemos ver na foto 25, tirada na "favela" Vila Piquiróbi.

FOTO 25 (1993) - Entrada da "favela" Piquiróbi.

Tais fatos demonstram o poder de intervenção, ainda que relativo, dessas ações e reações na organização do território, do bairro; ações e reações que se inscrevem como resultado concreto de uma prática social que constroem a cidade. Demonstram, também, nesse movimento pela terra, a constituição de um processo ímpar na cidade, não só pelo montante de terras envolvidas em um mesmo processo de desapropriação (67,5 ha), mas também pelo número de famílias envolvidas na luta, aproximadamente, quatro mil.

Os moradores das demais favelas, que localizam-se em terrenos da Companhia, bem como de toda a área agrícola do Guandu do Sena, continuam a lutar pela terra ao mesmo tempo que continuam promovendo obras de melhorias que tornam cada vez mais consolidada a ocupação. Para esses moradores, a ocupação e o legítimo direito à terra não se discute mais, pois já ocupam as áreas a 15, 20 anos. Continuam querendo, no entanto, a posse legal e apresentam uma simples e significativa explicação para isso, captada na fala de um morador da Vila Catiri: "para que o Estado possa vir ampliar e manter as obras que fizemos, de canalização de água, a pracinha das crianças, o aterramento das ruas...".

> "A água, aqui, a gente tinha que pegar lá no Jardim Bangu. Tinha que acordar cedo prá encher o latão e, de noite, ia de novo, prá poder tomar banho. Aí a gente construiu, (...) foi em 79, primeiro compramos os canos, com o dinheiro de uma cota de cada morador. Depois fizemos um mutirão: cada fim de semana instalava os canos numa rua, depois cada morador fazia uma ligação prá dentro de casa. (...) Fizemos um buraco na adutora, que passa aqui perto, e ligamos os canos das ruas lá no buraco da adutora. Isso levou quase uns três meses. Depois a CEDAE veio cadastrar a gente prá cobrar a conta. Se você for lá, vai ver que está registrado que aqui tem água encanada. Mas duvido que está escrito que foi a gente que botou os canos."

O sentido que a condicão legal da posse da terra adquire, nesse caso, não está no valor de troca da propriedade, está no seu valor de uso, está em um reconhecimento oficial de que aquela área "também é cidade" e que seus moradores são "também cidadãos".

As favelas que estão nos terrenos que pertenciam aos institutos, e eram administradas pelo IAPAS e que não foram repassadas à CEHAB ou à Prefeitura para construção de conjuntos, foram entregues à Prefeitura da cidade(6), para a devida regularização da titulação da posse, e aguardam os encaminhamentos para sua efetivação, até mesmo porque nunca se cogitou a remoção desses moradores.

Todas essas favelas, por outro lado, não significaram, apenas, uma "forma de produção" do bairro efetivada na sua materialidade. Através da construção da casa e de infra-estrutura, novos usos e sentidos foram dados à terra, que também contribuiram, significativamente, ora junto com os conjuntos ora por si só, para uma nova organização sócio-espacial no território.

E isso que tentaremos mostrar, analisando, principalmente, o impacto causado por essas favelas às intenções do capital imobiliário, da Companhia e das pouquíssimas iniciativas de incorporação, e do Estado, que interviram no bairro sem considerar a capacidade da população em (re)produzir o espaço urbano.

4.3.4 - O caso do "Bairro Jabour"

O "Bairro Jabour" é um grande empreendimento imobiliário iniciado em 1960 pelo exportador de café e promotor imobiliário Abraão Jabour. A forma como foi concebido e a estratégia de construção e valorização do capital imobilizado na obra objetivavam fazer do novo "bairro" uma alternativa aos setores de maior renda na região. Destinava-se, sobretudo, a comerciantes e militares de média patente da Vila Militar, próxima de Bangu.

O "bairro" foi construido em terreno localizado a oeste do núcleo residêncial da Fábrica Bangu e ao sul da estrada de ferro, imediatamente após a construção das "casas Dutras" pelos institu-

tos previdênciários, na década de 40, para ser uma espécie de "condomínio fechado". Seu produtor, no entanto, não previu, em primeiro lugar, como o Estado poderia usar as terras que lhe pertenciam no entorno de seu empreendimento. Não previu, também, o que a população poderia, de forma independente, fazer com elas.

Esse "bairro", pelas suas características, tornou-se destacado na paisagem, seja pela infra-estrutura instalada, seja pelo impacto causado pelo tipo de construção composta de casas e edifícios de 4, 5 e 9 andares, estes últimos, com elevadores.

O projeto teve início em 1960 e se estendeu até 1976, obedecendo a lógica de valorização empresarial do terreno com a construção de um só prédio, em 1960 (foto 26 e 27), de 5 andares, com lojas comerciais no térreo, junto à Av. Santa Cruz. Como essa Avenida é a principal via de ligação entre Bangu e Campo Grande, as bases da valorização do terreno estavam lançadas. Em seguida, foram feitos o parcelamento do terreno de aproximadamente 342.000 m² e a construção, em etapas, das casas nos 15 quarteirões com lotes de 10 x 25 m² (foto 28); dos 10 prédios de 4 andares, em um quarteirão ao fundo do loteamento; das casas em lotes também de 10 x 25 m², nas sobras do terreno; das casas geminadas, em lotes de 10 x 15 m², no lado direito do loteamento; e, por fim, a construção, no centro do loteamento, dos 8 edifícios de 9 andares (foto 29).

Exatamente no terreno contínuo ao loteamento desse núcleo habitacional, entre o bairro e a Estrada de Ferro, o Estado/CEHAB construiu, no final da década de 60, o conjunto de triagem Miguel Gustavo, com 2466 casas geminadas, destinado às familias que não apresentavam renda para serem removidos para os conjuntos de apartamentos. No terreno quase em frente ao núcleo, separado apenas pela Av. Santa Cruz, o Estado/CEHAB construiu outro conjunto, o Senador Camará (Santa Cruz), com 1920 apartamentos.

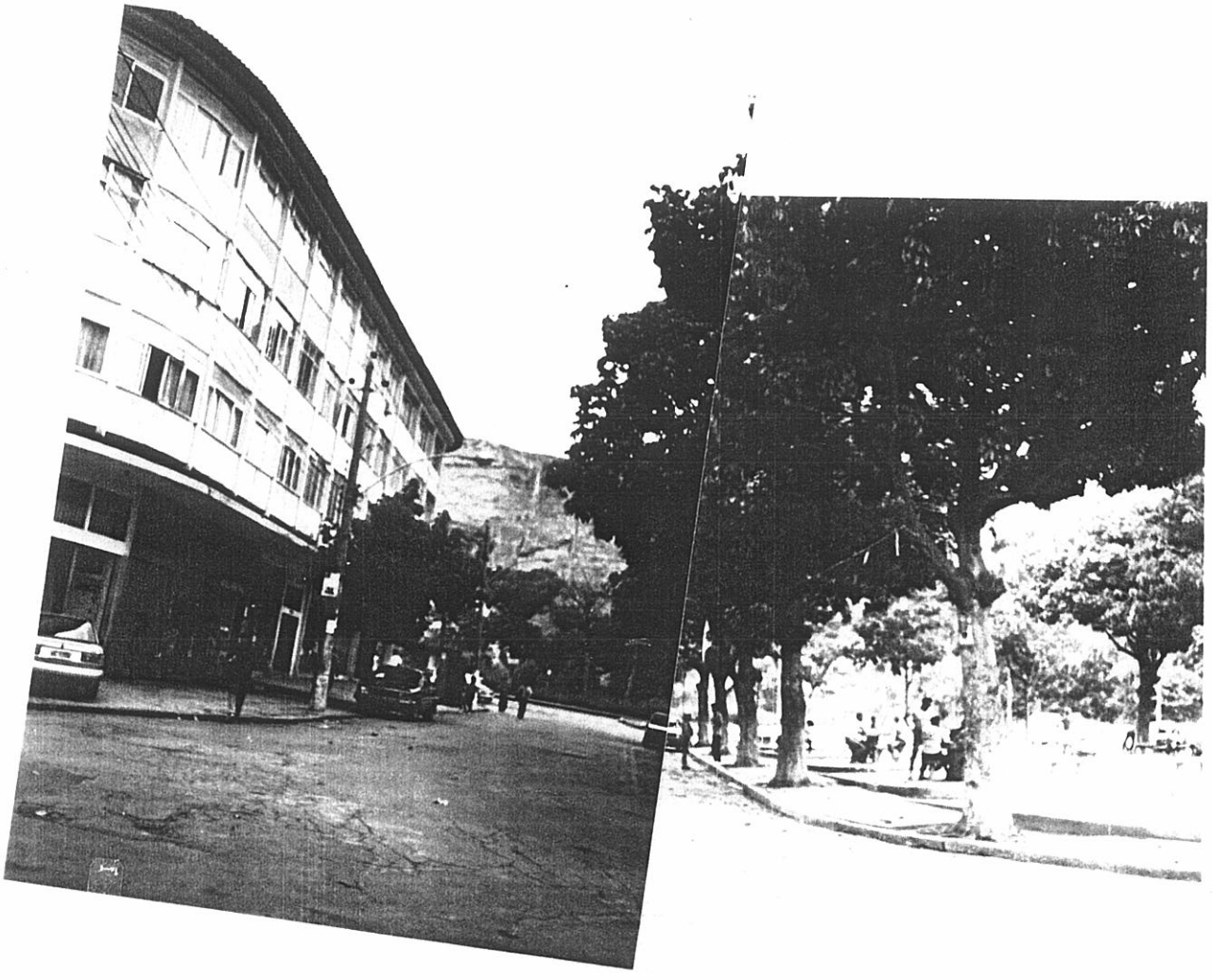


FOTO 26 e 27 (1989) - Vista dos fundos e lateral do prédio construído em 1960 - Bairro Jabour.

FOTO 28 (1989) Casas construídas no Bairro Jabour. Ao fundo, os prédios de 9 andares.

FOTO 29 (1989) - Edifícios do Bairro Jabour.

A proximidade do conjunto Miguel Gustavo, também conhecido como "Rebú", gerou intensos protestos por parte dos construtores e moradores do bairro e, conseqüentemente, várias atitudes segregadoras em relação à utilização dos mesmos equipamentos e serviços existentes no bairro. A escola pública do bairro, Colégio Abraão Jabour, recusava as crianças do Conjunto e até mesmo a Igreja Católica apresentava resistência aos frequentadores dos conjuntos e favelas constituídos no local. Segundo uma moradora do "Rebú", militante católica, a solução para esse problema foi a construção, pela comunidade, da capela existente no interior no conjunto.

Ao lado dos conjuntos e aproveitando-se da infra-estrutura construída no Bairro Jabour, intensificou-se a ocupação das áreas vazias em Senador Camará através do surgimento de várias favelas em terrenos do INPS, como: Vila Croácia ou Coréia, em terreno contínuo ao bairro Jabour (750 domicílios); Jacaré (1726 domicílios); e maior adensamento da favela Fazenda Coqueiros (2695 domicílios), ao norte da Estrada de Ferro (foto 30, mapa 5).

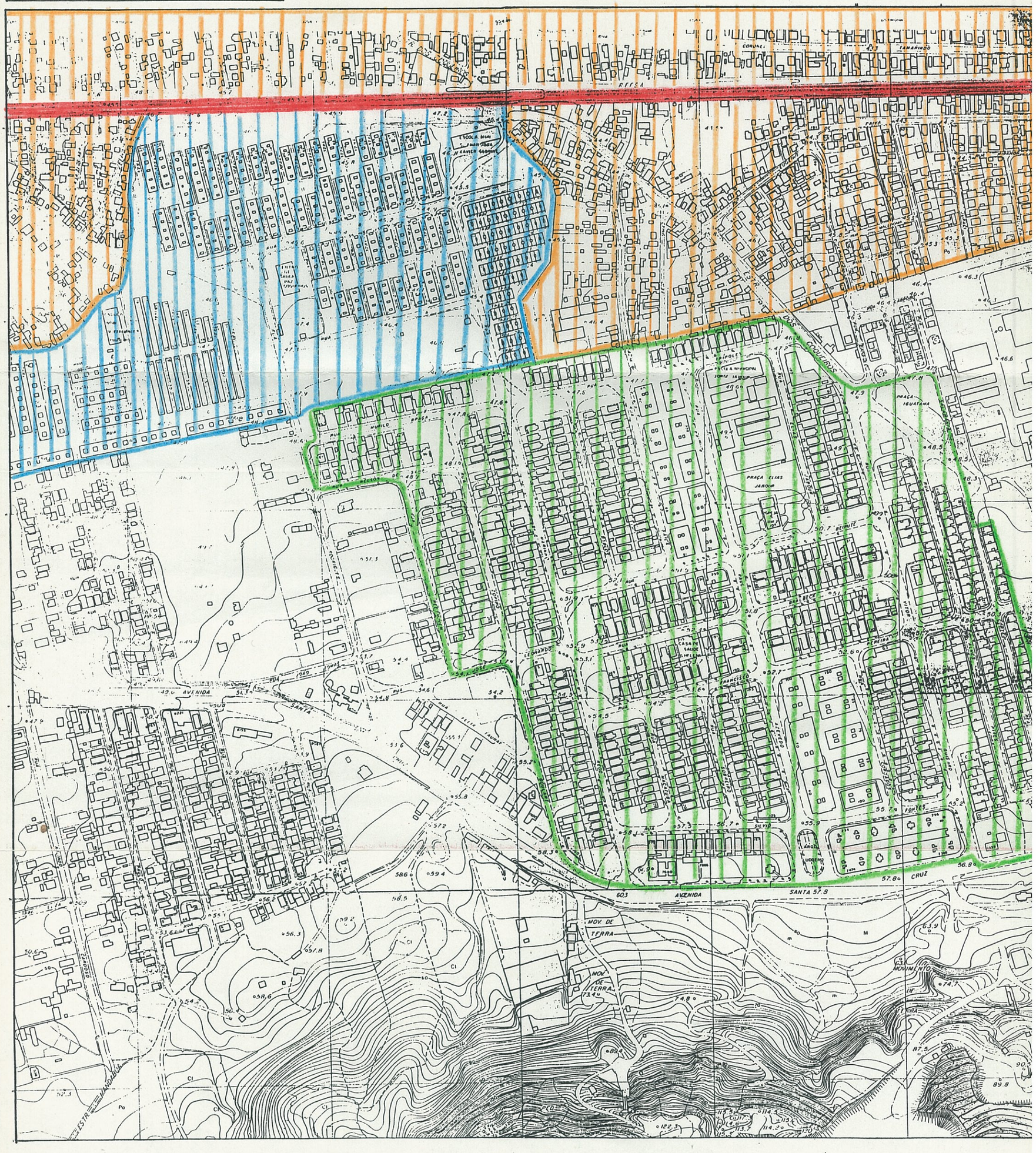
Nesse caso específico, o conflito de interesses ocorreu entre o capital imobiliário e o Estado, mas ganhou um nova dimensão com as invaçõe dos terrenos vazios e a organização popular que se seguiu. O Governo do Estado, conforme nos contou uma moradora do conjunto, alegou para os construtores que as casas eram provisórias e poderiam ser retiradas do local.

> "Eles [a CEHAB] sempre disseram prá gente que daqui a gente ía prá outro lugar. Ia prás casas definitivas, porque aqui era só triagem. Por isso, eles não deixavam a gente ter qualquer documento que provasse que nós moramos aqui (...). A correspondência enviada pela CEHAB, os recibos de pagamento das taxas de ocupação e até as contas de luz não tinham o nome dos moradores, vinha assim: `Sr. mutuário´... O pessoal morria de medo de ter que sair e ir para Antares [conjunto também de triagem em Santa Cruz] ou prá mais longe ainda".

FOTO 30 (1988) (1)Vista panorâmica do bairro Jabour (2) Conjunto CEHAB (Miguel Gustavo)
(3) Favela Groacia/Coréia (4) Estrada de Ferro

MAPA 5

- Bairro Jabour
- Conjunto Miguel Gustavo
- Favelas
- Estrada de Ferro



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento - 1975

Contudo, a organização e as lutas dos moradores, durante toda a década de 70, que definitivamente se recusavam a sequer pensar na hipótese de serem novamente removidos, culminou, em 1981, com o reconhecimento dos moradores como proprietários definitivos das casas. Muitos, no entanto, já haviam saído do conjunto para a favela da Croácia, onde conseguiram ocupar ou comprar um pequeno terreno e construir suas novas casas.

As relações estabelecidas entre um empreendimento imobiliário privado, a ação do Estado e a favelização que se seguiu em espaços contínuos, servem, aqui, para demonstrar que, à medida que a casa não é pensada num contexto mais amplo da urbanização do local, a ação diferenciada e conflitante da cada agente impõe ritmos não programados por nenhum deles para a organização do espaço.

Por outro lado, denuncia a falta de visão da totalidade do espaço urbano, por parte do Estado que, visando apenas uma política de valorização das zonas Sul e Norte da cidade, cria constrangimentos na organização territorial em outros pontos da cidade.

Mas, sobretudo, mostra a capacidade criadora dos indivíduos de se tornarem sujeitos na produção do espaço urbano, de conferir novos usos e sentidos à terra e ao lugar, de se reapropriarem de um espaço, que era "provisório" e se tornou "definitivo", através das lutas, do produzir a casa e (re)produzir o espaço, utilizando-se da infra-estrutura e serviços existentes e, no processo, conquistar as melhorias e extensão da infra-estrutura para as comunidades nascentes.

Muitos seriam os exemplos que mostrariam a interferência das ações "não previstas" da população na lógica de valoração da terra. O terreno mostrado na foto 31, por exemplo, é onde estava previsto a construção da segunda fase do empreendimento da Imobiliária ECIA, em associação com a Fábrica Bangu, e foi suspenso, "tem-

porariamente" devido a invasão no terreno em frente, onde se constituiu a comunidade de Vila Moretti. A obra paralisada da Construtora OAS Ltda, na Estrada do Taquaral, é outro exemplo. Nessa Estrada, que faz a ligação Bangu/Camará no lado norte da estrada de ferro, verificamos uma acentuada concentração de conjuntos e favelas e, atualmente, alguns loteamentos clandestinos. Conversando com um dos diretores dessa contrutora, ele foi enfático:

> "Vou vender esse terreno, mesmo com prejuízo, porque é inconcebível a construção de prédios residenciais numa área onde o padrão é só de casas "populares". (...) A renda prevista aqui é de 15 a 20 salários mínimos e, com o que tem aqui em volta, ninguém vai querer."

Segundo esse diretor, o terreno foi comprado há mais de 5 anos e "quem autorizou a compra não devia conhecer a área", e logo tratou de explicar: "(...) não, eu não estava no Rio nesta época".

Da mesma forma que intervém na valorização, ou melhor, menor valorização, também, a ação não "prevista" dos moradores intervém na produção de equipamentos públicos (conforme demonstram as fotos 31 e 32.

> "Todo mundo aqui sabia que ia passar uma estrada. Mas e daí? Eles dizem que vão fazer e não fazem nunca... `De esperar morreu um burro´, não é mesmo? A gente ocupou e construiu as casas. Quando eles chegaram prá fazer a estrada já era tarde. Mas ficou até interessante, uma estrada de uma perna só..."

A fala dessa moradora nos dá o indício de que, para eles, a casa tem uma dimensão maior, como necessidade, do que a de um bem coletivo. Mas esse indício, na verdade, é só aparência: os fatos desmentiram essa nossa primeira impressão. Os bens coletivos são valorizados pelos moradores, desde que eles possam ser, efetivamente, **usuários** desses bens, o que era o caso do campo de futebol, e não da estrada.

FOTO 31 - (1993) Terreno reservado à habitação pela ECIA. Ao fundo, a primeira fase desse empreendimento. No lado esquerdo, a favela Vila Moretti.

FOTO 32 (1993) - Avenida de acesso ao bairro interrompida por casas da Vila Moretti.

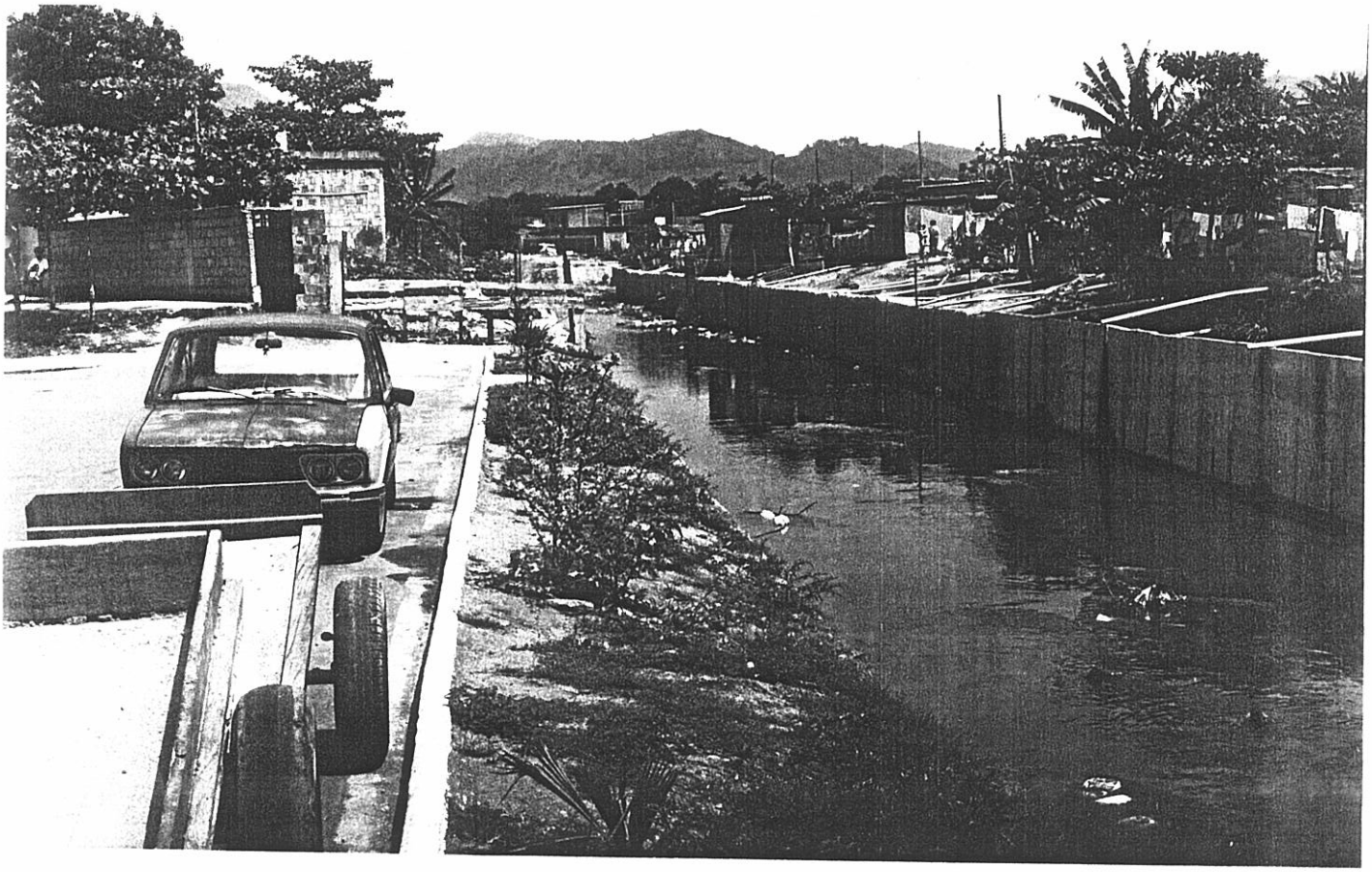


FOTO 33 - Casas no leito do rio por onde passaria a Avenida.

Os moradores que ali se instalaram vêm de uma primeira tentativa, frustrada, de ocupação da Vila Moretti. Na primeira ação organizada para ocupação da área, restou para eles o terreno usado como campo de futebol. Foi consenso, à época, que o campo não podia ser ocupado. Decidiram, então, ocupar o terreno próximo ao leito do rio Sarapuí, por onde passaria uma nova estrada de acesso a Bangu, dando continuidade à duplicação de um trecho da Avenida Ari Franco, uma via de ligação entre o centro de Bangu e a Avenida Brasil. A consciência da existência de projetos do governo municipal para a área não foi impeditiva da ação.

A principal via de acesso ao bairro, hoje, constitui-se de duas largas vias pavimentadas, separadas pelo rio Sarapuí. A certa altura, as duas vias bifurcariam e uma delas teria continuidade até uma outra estrada de acesso a Bangu, a Estrado do Engenho. Mas esta foi interrompida na altura da Vila. O desenho urbano inusitado causa estranhamento, mas não chega a informar, por si só, o processo que o gerou. Não informa, também, que a interverência acabou por ser incorporada pelo Estado, como um constrangimento que não poderia ser desfeito, sob pena de negar o *caráter democrático* de sua intervenção e deixar transparecer possíveis intenções do Estado de valorizar os terrenos reservados, pela Fábrica Bangu, à incorporação imobiliária que vem ocupando essa área.

As favelas, "loteamentos populares" e as "interferências" causadas na organização do território, aqui analisadas, são, para nós, uma face marcante do lugar, jà que, não desconsiderando que esse movimento de produção da casa e (re)produção do espaço está inserido num contexto mais amplo de crescimento e pobreza urbana, elas são uma versão local e particular desse movimento. Isso é, para nós, uma marca da ação de produção da casa, do espaço social

e do lugar, que se constrói, não através de atos fragmentados e subordinados, mas como ações e reações de sujeitos sociais articuladas à lógica de produção do espaço levada à cabo por outros agentes. Ao também produzirem o espaço urbano, esses sujeitos fazem aflorar as contradições já existentes, dando-lhes maior visibilidade.

Em nossa análise, buscamos não usar o intrincado conceitual sobre favelas para comunicar o que nelas não existe, suas carências e a pobreza de suas casas. Não nos interessa ter só como referência as formas e funções conhecidas e aparentes, mas desvendar os processos que informam as reações e interações no lugar. Buscamos tornar mais *visíveis* as articulações, reais ou simbólicas, que fazem dos indivíduos, sujeitos, agentes da produção do espaço que se tornam sujeito coletivo ao produzir e lutar pelo espaço, através de formas, usos, sentidos e identidades comuns construídas no cotidiano.

4.3.5 - Os loteamentos: uma forma secundária de ocupação em Bangu

Segundo os dados do IPLAN/RIO, os loteamentos irregulares localizados na UEP-Bangu são 43. Destes, apenas 12 são inscritos no núcleo de regularização de loteamentos[7] e somente 31 têm processos de licenciamento. Varios desses processos, no entanto, já não significam mais nada porque foram iniciados há mais de 30 anos e não houveram novos pedidos de regularização.

Quanto às características destes loteamentos, identificamos que, ao contrário dos existentes em Campo Grande, Santa Cruz, Ja-

carepaguá etc, que são, em sua maioria, localizados em grandes glebas divididas para fins habitacionais e constituem-se em novos bairros, os de Bangu/Padre Miguel/Camará se localizam em terrenos de pequenas dimensões; em geral, terrenos de posse de antigos moradores.

Em alguns desses "loteamentos", não há sequer registro do nome do loteador que, como assinalamos, eram, na verdade, posseiros de pequenos terrenos e vendiam lotes sem projetos de urbanização às pessoas que se propunham a adquirí-los. Tais loteamentos se integraram ao tecido urbano de forma gradativa e sutil, com infra-estrutura de água, esgotamento e luz financiados pelos adquirintes.

Verificamos que, entre os loteamentos irregulares, 12 foram feitos sem qualquer pedido de licenciamento e em 7 não há registro de quem promoveu o loteamento. Também verificamos que somente 16 foram promovidos por imobiliária ou empresa constituída para esse fim. De qualquer forma, a propriedade imobiliária adquirida pelos moradores desses 43 "loteamentos" é irregular perante os órgãos municipais por não atenderem aos requisitos das leis de uso e parcelamento do solo, o que torna necessária a intervenção por parte do Governo Municipal para legalização das construções. Nos loteamentos que pudemos visitar, no entanto, não identificamos quaisquer problemas de infra-estrutura.

Desses 43 loteamentos, dois foram constituídos na década de 1950, dez na de 1960, cinco na de 1970 e quatorze na de 1980. Sobre os 12 sem pedido de lincenciamento não há, nos registros disponíveis, informações sobre seu lançamento e/ou ocupação.

Esta forma de ocupação é a menos difundida no bairro e não implica em um maior adensamentos como, em geral, se supõe. Visitamos alguns destes loteamentos, como o localizado na Estrada Porto

Nacional, 251 e os dois da Rua Tibagi e verificamos que são irregulares por não atenderem das leis de uso e parcelamento do solo, mas do ponto de vista da infra-estrutura não apresentam maiores problemas, pois são aglomerados de aproximadamente 10 domicílios cada, com pequenas vias de acesso, calçadas pelos próprios moradores, e ligados a rede pública de água e esgoto.

Outros maiores, como os da Estrada do Engenho 1 (65 lotes) e Engenho II (48 lotes) e Nossa Senhora Aparecida (180 lotes) são, os que causam maior impacto e lideram o movimento pela regularização dos demais loteamentos. Nesse sentido, embora haja uma forte articulação entre os moradores, através das associações existentes em alguns desses loteamentos, a maioria não conta com entidades específicas do loteamento, por estarem integrados à totalidade do bairro. Por outro lado, em termos do volume de novas construções, não chegam a se constituir em um padrão significativo no bairro.

Por esses motivo, optamos por não dar, neste trabalho, uma maior dimensão ao estudo dos loteamentos, já que, principalmente frente à forte e majoritária presença dos conjuntos habitacionais e favelas, tais loteamentos, por seu padrão de construção, pela forma de aquisição e de integração ao bairro assemelha-se e chegam a confundir-se, na maioria dos casos, com as áreas loteadas pela Companhia. Da mesma forma, fora as lutas específicas pela regularização, as demais lutas e ações voltadas para melhorias infra-estruturais e por equipamentos públicos não são, majoritariamente, dissociadas das lutas mais gerais travadas pelas associações de moradores dos loteamentos da Companhia

4.4 - Novos sujeitos coletivos se fazem presentes: O Grupo Terra e Habitação e a FAMERJ

A história do bairro, como vimos, não é só a história da fábrica. Não é só a história de "novos" bairros, verdadeiros "conjuntos cidades" que foram construídos pelo Estado. E, também, a história de uma reapropriação das formas e de construção de novas identidades através de práticas cotidianas. E uma história de dominação e insubordinação que, no processo que lhe dá forma e conteúdo, traz as marcas das ações dos indivíduos na (re)produção do espaço.

Nesse processo de organização do território, do bairro, do lugar, esteve sempre presente uma noção de direito que ia, por exemplo, além da concepção do direito legal da propriedade. Essa noção de direito se construiu, inicialmente, na relação com a terra, sobre a qual se assentavam a fábrica e o bairro. A terra foi objeto, desde os primeiros momentos de formação do bairro, de interesses por parte dos moradores e da fábrica. Gradativamente, principalmente com a criação dos "conjuntos-cidade" e favelas, essa noção de direito se estendeu à qualidade de vida, infra-estrutura e serviços. Morar já não era mais apenas ocupar um pedaço de terra, era ter direito ao lugar.

No confronto e no encontro de interesses, constituíram-se, no lugar, algumas condições para o surgimento de novas formas de organização e luta. Mas a potencialização dessas condições, sem dúvida, foi dada por mudanças de ordem mais geral.

A partir de meados da década de 70, as mudanças nas formas de organização e lutas evidenciaram-se com o surgimento de movimentos mais amplos que, como diz Coelho,

> "(...) têm transformado o direito numa história real, pa-

> ralela ao direito do Estado, e como um particular sistema de relações que hoje procura se legitimar política e institucionalmente." (COELHO, 1990:12)

Trata-se dos novos movimentos sociais, que ganham maior visibilidade à medida que se constituem em diferentes níveis e escalas, que vão do local ao nacional, e que, gradativamente, por suas formas de ação coletiva, vão gerando novas condições de protesto e recuperando "uma dimensão de sociabilidade perdida pelos temores do regime militar" (COELHO, 1990:14).

Nessa época, em Bangu, eram muitos os conflitos, alguns mais latentes do que manifestos, como os vividos nos conjuntos instalados na década de 60 e início de 70; outros eram mais implícitos do que explícitos, como os dos operários da fábrica, que ainda se recordavam da violenta invasão do sindicato dos têxteis - que tem sede em Bangu - em 1964; outros de resistência, dentro de clubes como o CREIB, que em 1967 realizou um encontro nacional dos conselhos de posseiros e locatários dos Institutos. Já se organizavam lutas mais diretas, reinvindicativas, por transportes, por espaços de lazer, pelo direito de *ficar* nas terras, já que alguns moradores não podiam comprar as "casas da fábrica". Havia ainda fóruns de discussões políticas e culturais, como os organizados pelo movimento cineclubista e pelo Centro de Estudos Zona Oeste (CEZO).

Nesse contexto, retomaram-se, gratativamente, antigas lutas, mas, então, sob novas formas de organização. Formaram-se as primeiras associações de moradores e conselhos de bairro, que iniciaram um processo de articulação entre si, constituindo-se num novo sujeito coletivo, de atuação local: o Grupo Terra e Habitação (GTH), em 1978, uma instância de organização coletiva das associações e entidades comunitárias locais. Algumas dessas associações participaram também, efetivamente, da criação de outra entidade, de abrangência estadual, a Federação das Associações de Moradores

do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), também em 1978, cujos primeiros passos foram dados exatamente na Zona Oeste.

Mas é o Grupo Terra e Habitação (GTH) quem organizou o primeiro forte movimento no bairro. O GTH reunia associações de toda a Zona Oeste - Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, e foi constituído como a ampliação de um movimento de apoio às lutas pela terra em vários pontos dessa região, principalmente através da Pastoral de Favelas, de uma ONG (FASE), que orientava a organização e as lutas nos loteamentos irregulares em Campo Grande, e pela histórica presença de militantes do Partido Comunista e de outros segmentos da esquerda, que atuavam tanto no GTH quanto na FAMERJ.

O GTH tinha, por um lado, a efetiva orientação de um trabalho de conscientização de direitos, realizado pelos segmentos progressitas da Igreja Católica, que contava com vários advogados na orientação das lutas específicas pelo direito à terra e infra-estrutura nas "comunidades", desde 1973/74. Por outro lado, a partir de 1974 passou-se a contar, gratativamente, com o apoio sistemático da esquerda brasileira, que, nessa época, retomaram um trabalho de organização das lutas de moradores.

Em 1978, foram feitas as primeiras reuniões de entidades representativas dessa região, estimuladas por esses dois "agentes" - a igreja e organizações de esquerda - no sentido de somarem esforços nesse trabalho. O movimento social na Zona Oeste ganhou um grande impulso à medida que intensificou-se a discussão política no seu interior, embora essa mesma discussão tenha feito aflorar, mais tarde, algumas divergências entre seus participantes "externos". Essa disputa surda foi expressa da seguinte forma, pelo ex-presidente da Associação de Moradores do Conjunto Antares, no bairro de Santa Cruz:

"O Grupo Terra e Habitação [GTH], já nasce com essa con-

> tradição: a esquerda disputando força com a igreja e entre si. O GTH nasceu com uma dinâmica mais de ouvir as associacões, pensar os problemas e orientar as lutas. Aquela coisa de igreja: trocar experiências. Mas algumas pessoas da esquerda pensavam mais em organizar uma entidade para representar todo mundo. O pessoal não estava preparado. As lutas ainda eram muito específicas e tínhamos que amadurecer mais as discussões."

A forma de organização desse movimento tinha um objetivo claro. Estimular as lutas locais, através das discussões na coordenação do Grupo, que era amplo e reunia dois representantes de cada entidade ou grupo representativo de moradores, dirigindo o apoiamento às lutas específicas de cada associação. A cada dois meses eram realizadas plénarias, que chegaram a reunir, em 1979, trezentas pessoas, de aproximadamente 60 entidades de bairros, na Igreja São José, em Campo Grande, para trocar experiências e estabelecer laços de solidariedade entres as comunidades.

Em Bangu, essa solidariedade construída na luta uniu, pela primeira vez, as lutas que antes eram mais específicas. Então, utilizando-se métodos mais adequados de mobilização e discussão dos problemas, identificou-se melhor seu principal opositor: o Estado. Mas não se deixou, contudo, de continuar dirigindo as lutas específicas para os opositores "intermediários" - a Fábrica Bangu, as empresas de transportes etc - bem como de ampliar os laços de solidariedade através das manifestações culturais, do lúdico, da festa, do mutirão.

Estabeleceu-se, no bairro, um fórum que reunia várias entidades, que antes lutavam isoladamente, dentre as quais podemos citar as que estavam mais organizadas: Associações de Moradores e Conselhos de Ruas dos conjuntos Vila Kennedy, Vila Aliança, Dom Jayme Câmara, Miguel Gustavo, Santa Cruz (Camará), Bangu (IAPI); Associações de Favelas Croácia, Vila Nova Aliança, Piquiróbi, Catiri, Taquaral, Caminho do Lúcio, Tibagi, São Bento; Associação

das Ruas de Bangu, do Rio da Prata etc.

Muitas lutas com um nível de organização mais elevado surgiram a partir de discussões e sob a coordenação do Terra e Habitação: reformas nos conjuntos, urbanização e posse da terra, pela inauguração do hospital Albert Schweitzer, criação e manutanção de praças, creches, mais e melhores escolas, regularização de loteamentos etc. O GTH também dava apoio organizado às lutas sindicais, discutindo e organizando atividades de apoiamento às lutas e oposições sindicais: dos têxteis (Fábrica Bangu), metalúrgicos do Rio (greve de 1979), dos metalúrgicos de São Paulo (venda de bônus), vidreiros, rodoviários, professores etc.

O Grupo Terra e Habitação, pela forma como se constituiu, era reconhecido, pelos próprios integrantes, como uma base para o tratamento de questões diversas. Sabia-se, no entanto, que outros passos eram necessários. A coordenação do Grupo estimulou, a partir dessa constatação, a organização setorial e criou outras instâncias dentro do Grupo: habitação (conjuntos), posse de terra e urbanização (favelas) e regularização e urbanização (loteamentos clandestinos). Contudo, essa subdivisão acabou por evidenciar divergências de orientação política que já existiam, criando as condições para a fragmentação do coletivo e o surgimento de uma entidade específica dos loteamento irregulares (Conselho União de Bairros - CUB), criada em Campo Grande, com apenas uma representação de Bangu.

Em Bangu, dado o predomínio de conjuntos habitacionais e ocupações de terras, se organizaram mais os grupos de habitação e favelas. O de favelas criou um núcleo específico para tratar da luta contra a Fábrica Bangu, como vimos anteriormente, e algumas associações se aproximaram da Federação das Associacões de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) - refundada em junho/79, numa

assembléia em Vigário Geral. O grupo de habitação, pela grande concentração de conjuntos no bairro, manteve-se, ainda, enquanto Grupo Terra e Habitação, por alguns meses.

Em fins de 1980, dissolveu-se o GTH e a maioria das entidades de moradores que dele participavam aproximou-se mais da FAMERJ, que nessa época já tinha adquirido uma inserção no movimento popular, tornando-se uma instância importante de organização do movimento na Zona Oeste(8). A relação com a FAMERJ, que já existia antes, tornou-se, então, oficial, através de filiações.

A dissolução do Grupo Terra e Habitação teve, no entanto, um significado político importante, principalmente em Bangu, que precisa ser analisado. E inegável que o fim prematuro do GTH foi gerado pela disputa de hegemonia entre os setores progressistas da igreja e a esquerda que nele atuava. Não foi a falta de um projeto político claro e bem definido, que identificasse o Estado como seu opositor e contra ele lutasse, já que no processo de lutas e reivindicações - que eram dirigidas às diferentes instâncias de poderes constituídos - se estava gestando uma oposição aos governos autoritários no país, em um processo que não desconsiderava o grau de politização ainda pequeno dos sujeitos representados pela entidade.

Atribuimos o fim do GTH à algumas concepcões que não consideravam os processos locais de organização e as relações construídas no cotidiano dos moradores. Faltou aos setores da esquerda a percepção de que seu projeto político não podia ser imposto pela emergência de um enfrentamento com o governo militar, que vigorava na época. Faltou à esquerda reconhecer que a limitação política da população não pode ser superada pelo "convencimento", pelo discurso político. O discurso político, por si só, não é suficiente para desvendar a existência de relação política entre as decisões polí-

ticas mais gerais, de nível mundial, nacional, estadual e os problemas mais específicos que atingem cada bairro e cada morador no seu cotidiano.

No Terra e Habitação, a luta política interna era para que prevalescesse, como caracterização do Grupo, uma representação formal, sob a forma de uma entidade representativa, que pudesse se por como interlocutora junto ao Estado para reivindicar melhorias e com ele se confrontar. Alguns setores da esquerda e da igreja, no entanto, divergiam desse encaminhamento, priorizando a construção de uma consciência, a partir das práticas sociais, que incorporasse o cultural e as formas locais de ver e viver o lugar.

No nosso entender, esses dois objetivos não eram excludentes. Ao contrário, eram complementares e, possivelmente, foi exatamente a separação desses objetivos, em vez da busca das mediações que os articulassem no cotidiano do movimento, que acabou por afastar segmentos importantes numa condução mais unificada dos movimentos sociais na região e, em particular, no bairro.

Como consequência, ato contínuo, os setores progressistas da igreja, que tiveram um papel destacado na organização do movimento, voltaram a reunir várias representações populares no âmbito, agora, da Pastoral da Terra e da Habitação. As associações e conselhos de moradores, cujos dirigentes eram ligados à igreja ou que concordavam com seu método de organização, não foram para a FAMERJ.

Isso gerou a primeira perda, e consequente fragilização, na organização de um amplo movimento no bairro, já que os setores ligados à igreja, em Bangu, eram ampla maioria. As lutas mais gerais continuaram sendo encaminhadas conjuntamente, mas a discussão política perdeu consistência por hegemonias forjadas.

A FAMERJ voltou-se para um lado, a Pastoral, para outro. A

FAMERJ, mais voltada para uma ampla mobilização em todo o município, assumiu uma bandeira particularmente importante para as associações de Bangu: a luta pela reinauguração do hospital Albert Scweitzer, localizado entre Bangu e Realengo. A Pastoral, que participou intensamente dessa luta, priorizou, no entanto, a discussão dos problemas mais específicos de cada comunidade, na vida cotidiana. A FAMERJ estimulava a organização de associações, sem aprofundar os problemas cotidianos dos moradores. A Pastoral discutia os problemas cotidianos dos moradores, sem se importar com a forma organizativa que poderia ou não resultar da discussão.

Para além de uma questão de método e do projeto político de cada um desses segmentos, estava presente, nesse percurso, a valorização ou não do vivido, do cotidiano, das práticas que (re)produzem cotidianamente o espaço, que dão a ele (o espaço social) forma e conteúdo. Estava presente o reconhecimento ou não de uma consciência que se produz na (re)produção do lugar, das relações sócio-espaciais na organização do território, onde a consciência política sobre a ação não estava necessariamente dada.

Essas constradições se evidenciaram no primeiro Congresso da FAMERJ, em 1983. Um sujeito coletivo que se organizou para ser um instrumento de organização e lutas dos moradores, visando construir uma nova relação com o Estado, foi por ele capturado. Isso ocorreu sem que as condições de efetiva participação, gestão e negociação tivessem sido discutidas no interior do movimento e sem que o Estado houvesse se posicionado sobre sua concepção de Estado ampliado, ou seja, incorporando novos atores e tornando-se mais democrático. Nesse congresso, que se realizou logo após a posse do governador eleito em 1982, o presidente da entidade, Sr. Jó Resende, se manifestou publicamente: "O movimento, a partir desse momento, não será mais reivindicativo e sim participativo."

A partir desse "momento", apesar da oposição expressa por representantes de várias associações, o movimento não se reuniu mais por lutas específicas (como as de habitação, loteamentos, saúde, posse da terra, transportes etc), mas, no caso da Zona Oeste, por Regiões Administrativas, dentro de um aparelho do Estado. A direção da FAMERJ não se deu conta, ou melhor, não valorizou o enorme acúmulo histórico obtido nas lutas e práticas cotidianas, que permitiram a entidade constituir-se como um sujeito coletivo, e apostou na ampliação do sistema institucional, para torná-lo mais "democrático". Não se deu conta de que "um sistema de dominação não se esgota no plano institucional" (RIBEIRO e SILVA, 1983)

Isso gerou a segunda perda na organização de um movimento mais amplo dos moradores de Bangu. A Zonal Bangu da FAMERJ já nasceu dentro da estrutura organizacional do Estado, com sede no prédio da Administração Regional de Bangu.

Paradoxalmente, o momento em que a FAMERJ adquiriu sua maior projeção nacional foi, também, o momento no qual sua forma de condução de lutas mais se distanciou, no lugar, das formas específicas de luta e dos problemas vividos que deram algumas das importantes condições históricas para o seu surgimento. A principal bandeira que passou a ser empunhada pela FAMERJ, e que garantia sua expressão nacional, a luta dos mutuários, não encontrava eco nos anseios e problemas predominantes do lugar. A luta dos mutuários atendia mais a classes médias e médias-baixas envolvidas com o aumento crescente de prestações da casa própria. Em Bangu, a dura realidade de convivência gerada pela forma fria e opressiva dos conjuntos-cidade se sobrepunha, enquanto problema, ao aumento das prestações que, em última instância, simplesmente deixavam de ser pagas sem que isso significasse uma ameaça concreta de despejo. Da mesma forma, para os moradores dos loteamentos da fábrica e dos

Institutos, esse problema não existia, já que a forma de aquisição não havia implicado esse tipo de financiamento.

Esses comentários não foram feitos com a intenção de uma análise pormenorizada da organização do movimento associativo de moradores em Bangu, nem com a proposição de analisá-lo até os dias de hoje. Foram necessários, no entanto, para que pudéssemos apresentar algumas das questões que nos auxiliam a compreender a organização sócio-espacial do bairro no presente. Entrevistamos vários líderes de associações e movimentos existentes em Bangu/Padre Miguel/Camará, e identificamos a ausência de um movimento coletivo organizado permanentemente. A zonal da FAMERJ, hoje, (em nível municipal, FAMRIO) não se reune mais; a FAFERJ (no município, FAFRIO), perdeu sua capacidade de mobilização e tenta reoganizar a zonal da Zona Oeste. Prevalescem, mais, os fóruns partidários.

Contudo, isso não significa o aniquilamento da capacidade de resistência por parte das associacões de moradores. Há uma nova forma de lutas, mais institucionalizada, através de reuniões com organismos oficiais, para busca de solução para os problemas. Essas reuniões são, em geral, mediadas por parlamentares do próprio bairro que foram eleitos, em parte, pelo movimento associativo: dois do Partido dos Trabalhadores (PT) e um do Partido Democrático Trabalista (PDT).

Há, em Bangu, ainda, outros três parlamentares, sendo um deputado federal pelo PT, que atua mais no movimento sindical (ferroviário), e os outro dois, um do PDT e outro do PT do B, vereadores que não contam com o apoio, nem representam, o movimento social organizado. Desses dois últimos, um representa os interesses da Companhia e o outro aproveitou-se de uma "notoriedade" por ter sido presidente do Casino Bangu. Um outro vereador, ligado ao "Dr." Cartor de Andrade, eleito em 1988, não se reelegeu em 1992.

O Movimento associativo é, portanto, em parte mobilizado por essa nova relação com o Estado, através da participação em fóruns institucionais nos quais os governos de estado e do município "re-interpretam" as demandas e tomam como "suas" as iniciativas de obras, melhorias e regularização da terra. Não está estabelecida uma concepção de Estado ampliado, onde os movimentos sociais locais seriam reconhecidos como expressão real dos interesses dos moradores, enquantos atores e sujeitos de uma nova ordem entre os Estado e a sociedade civil.

Isso é o que verificamos nas reuniões pela desapropriação das terras da Fábrica Bangu, onde as discussões dos moradores com os representantes do Estado são, agora, realizadas separadamente, favela por favela, quando antes, nas lutas que deram origem ao movimento pela desapropriação dessas terras, eram feitas em escolas ou no Casino Bangu, reunindo centenas de pessoas. Ficou claro, para nós, que ao Estado não interessa um amplo movimento pela terra, e sim, pequenas negociações separadamente com cada comunidade, para evitar o confronto e não permitir que os moradores envolvidos superem as representações sobre o direito de uso das terras. Para evitar que se alcançe, com uma organização mais ampla, a dimensão política do direito à terra e do direito de gestão política do território que está embutida nesse processo.

Isso ficou claro, para nós, na discusão da Comissão de Saúde da Região Adminsitrativa de Bangu, que engloba os bairros de Bangu, Realengo e Vila militar, que são realizadas no posto de saúde de Bangu - Waldir Franco. Nela se arrolam as demandas, se apontam algumas soluções, mas a decisão sobre o que, como e quando fazer continua sendo prerrogativa do Estado, exercida no momento que lhe convém e, comumente, a portas fechadas. Da mesma forma, as lutas pelo abastecimento de água nas favelas reune as associações de fa-

velas para ouvirem do presidente da CEDAE as dificuldades de regularização do abastecimento, e não para se discutir as soluções e as ordens de prioridades que as comunidades estabelecem entre si.

Nesse contexto, o lugar e a cidade vão cotidianamente, se constituindo, num processo que, certamente, jamais se evidenciará, de forma final, num "produto" acabado. O lugar e a cidade são, de fato, obra: criam-se através das ações que lhe dão as formas e os conteúdos, ações dos capitais, ações do Estado, ações e reações dos milhares de moradores, organizados ou não. Falta ainda, no entanto, a estes últimos, construirem esse sentido de obra (LEFEBVRE, 1983). Imersos no lugar, pelo tratamento fragmentário dado pelo Estado, ou "arrancados" dele, sem mediações, através da "conscientização" pretendida em algumas orientações políticas dos movimentos, o projeto - que aclararia esse sentido de obra - continua vindo "de fora", continua sendo estranho ao morador, pois não contém as marcas da sua história, do seu lugar, da sua prática e, por não ter essas marcas, não é compreendido em sua generalidade e, portanto, não torna-se objeto de apropriação.

O desafio posto, no momento, de pensar novas razões de ser para o urbano e de se criar as condições para a realização dessas novas razões, sem dúvida, passa pela discussão das formas de organização dos movimentos sociais e das possibilidades de construção de um projeto orgânico que não mantenha a fragmentação entre o geral e o local. Evidentemente, esse pensar/fazer não pode ser individual, é, necessariamente, coletivo. Mas acreditamos que a tentativa de se analisar a cidade como obra, sem fragmentá-la no tempo e no espaço, sem desarticular suas "ordens distantes" de suas "ordens próximas", possa servir de contribuição ao enfrentamento desse desafio.

NOTAS

(1) Casino Bangu - Um século em revista, Rio de Janeiro, 1992.

(2) O Dr. Miguel Pedro (médico) era irmão de Alim Pedro, que veio a ser Prefeito da cidade na década de 40. Nessa época, os dois passaram a adquirir terras próximas às da Companhia, o que demonstra o interesse tanto da fámilia Pedro quanto da Companhia, em exercer influência social (e conseqüentemente política) no lugar.

(3) Em reuniões organizadas por Gilda Amado, da família do escritor Jorge Amado, em Copacabana, onde Silverinha morava.

(4) A comercialização dessas casas ocorre num momento em que a Companhia procura modernizar seu sistema produtivo, implantando maquinários mais sofisticados na produção. Nessa época, as terras da Companhia já estavam, novamente, hipotecadas ao Banco do Brasil, restando o patrimônio predial como fonte de recursos.

(5) Como a área tem uso predominantemente agrícola, a Companhia vêm tentanto, através de projetos apresentados por um vereador residente no bairro, alterar a legislação que limita o uso do solo nessas terras para permitir construções de até 4 pavimentos. Como não tem conseguido alterar a legislação, tem negociado parte dessas terras com o CEHAB, que já construiu o conjunto Quafá II nessa área.

(6) Informação obtida no relatório do PEU-BANGU do IPLAM-RIO de 1985, mas a mesma não realiza as medições e devidos desmembramentos dos lotes, necessários a regulamentação jurídica dos terrenos.

(7) Trata-se de um "núcleo de regularização de loteamentros predominantemente residenciais e de baixa renda" (Dec. 7290 de 14 de dezembro de 1987), que tem uma composição paritária entre os órgãos do governo municipal e a coordenação do movimento pela regularizacão dos loteamentos.

(8) Para se conhecer todo o processo de discussão, fundação e organização da FAMERJ, é indispensável a leitura da dissertação de mestrado de GRAZIA, 1993, apresentada no IPPUR/UFRJ.

CONSIDERAÇOES FINAIS

Em nossa pesquisa sobre os espaços e os tempos de Bangu, suas formas e seus conteúdos, não tivemos a intenção, em momento algum, de nos mantermos imersos no lugar. Tentamos compreendê-lo, articulando os seus mais diversos aspectos, para dele podermos emergir assimilando o mais possível no decorrer desse trajeto (LEFEBVRE, 1983). Tentamos fazer da história do lugar um instrumento de compreensão do processo de formação da cidade, considerando a importância da história do país e da cidade no compreensão da organização sócio-espacial do lugar.

Evidentemente, a investigação do passado para a compreensão do presente tem como motivação a necessidade de se pensar o futuro: de tentar descobrir erros e acertos e de refletir sobre as possibilidades de superá-los.

O processo de pesquisa e a sistematização deste trabalho nos trouxeram, de fato, algumas confirmações, mas também muitas dúvidas, que, com certeza, não poderão ser respondidas aqui. Apresentá-las, no entanto, é também uma forma de constribuir com a reflexão.

Consideramos importante, em primeiro lugar, refletir sobre a pertinência do caminho de análise adotado. O amontoado de formas estanques, recortadas, que marca a configuração espacial do bairro estudado, certamente indicia a existência de uma fragmentação das relações sócio-espaciais no lugar. Também as teorias mais gerais sobre a produção da cidade, que enfocam prioritariamente as ações do Estado e do capital nessa produção, nos ajudariam a explicar, até certo ponto, o lugar, de acordo com a lógica geral de sua produção. Com base nessas teorias, certamente, poderíamos descrever o lugar: diríamos que é um bairro periférico, destinado à reprodução da força de trabalho e das relações de produção, ocupado por mora-

dias construídas especificamente para a população de baixa renda etc. Até certo ponto, sempre até certo ponto, descreveríamos o lugar. Mas que lugar? Possivelmente qualquer lugar "periférico".

Na tentativa de superar uma descrição genérica do lugar, a busca de sua história através de uma memória social, de certa forma, fragmentada, mostrou-se correta e ampliou as possibilidades deste trabalho. De fato, essa memória social recomposta através do cruzamento de informações colhidas em diversas entrevistas foi extremamente importante na investigação, não para resultar no relato de uma "versão popular" da história do lugar, mas para, principalmente, permitir a descoberta de novas pistas, para lançar dúvidas sobre "verdades da história oficial", ajudando no rastreamento de documentos e informações e, por fim, recuperando aspectos da história do lugar que, articulados com as informações documentais e com a história do país e da cidade, ajudaram a esclarecer a organização sócio-espacial no presente.

Através dessa história, recomposta lentamente a partir da articulação de versões diversas sobre um mesmo fato, da descoberta de antigos sentidos e usos, do confronto entre a história documentada, oficial, e a história oral, foi sendo possível superar a generalidade e compreender o lugar. Compreender o recorte das formas como fruto de processos gerais e locais e, com isso, não apenas constatar que as relações sociais são fragmentadas, mas compreender *porque* e *como* fragmentaram-se ou constituiram-se fragmentadas. E, para além disso, compreender porque e como, apesar de todas as ações fragmentadoras empreendidas pelo Estado e pelo capital, várias redes de sociabilidade se mantiveram, foram reapropriadas ou criadas, dando ao lugar as suas identidades, aquilo que faz dele algo mais que um lugar genérico.

Só assim, a não efetivação completa das intencionalidades da

fábrica puderam ser, mais que sentidas, *compreendidas*. A gradativa perda de hegemonia e controle da Companhia sobre lugar apareceu não apenas como consequência de uma decadência ou desatualização daquele modelo indústrial, ou como resultante direta e exclusiva do crescimento da cidade como um todo, mas também como consequência de ações e reações dos moradores/operários que se efetivaram desde os primeiros momentos da formação do bairro.

Da mesma forma, as mudanças de estratégia da Companhia, de produção e de controle do lugar, tanto foram confirmadas como decorrentes de mudanças mais gerais na cidade e no país, quanto melhor compreendidas a partir da investigação das demandas e conflitos locais que acabaram por acelerar tais mudanças. O desvendamento desses conflitos do passado nos ajudou a esclarecer fatos do presente.

Por exemplo, o nível de organização e enfrentamento de batalhas judiciais pela posse da terra, na atualidade, por parte dos ocupantes dos terrenos da fábrica, tornou-se mais compreensível diante do conhecimento da existência de dúvidas históricas sobre a propriedade fundiária da fábrica (capítulo II).

A intervenção direta do Estado e, indiretamente, de outros capitais, apesar de se efetivar de forma autoritária, determinando novas e marcantes características do bairro, também não era suficiente para explicar a organização sócio-espacial da atualidade. Explicava, até certo ponto, as formas homogêneas e lógicas de moradia que se intercalam com os lotes urbanizados ocupados por construções singulares e personalizadas. Explicava, também, os novos "conteúdos" e sentido "removidos" para o lugar. Mas não chegava a explicar, por si só a criação de novas redes de sociabilidade e o surgimento de ações de ocupação e produção direta do espaço, por parte dos moradores, criação essa certamente favorecida pela

reapropriação do espaço através dos novos usos e sentidos que foram se constituindo.

O conhecimento mais aprofundado dos sentimentos, práticas e condições envolvidos na ocupação dos conjuntos dos Institutos e na remoção de moradores de favelas de áreas mais valorizadas para os conjuntos da CEHAB, ajudaram a explicar as dificuldades de sociabilidade entre os moradores dos conjuntos e as famílias mais antigas residentes em casas produzidas por auto-construção em lotes urbanizados (capítulo III). Pudemos ver, como maior clareza, os limites para a constituição de uma "identidade de classe" proclamada por algumas orientações políticas dos movimentos sociais na atualidade: entre os referenciais genéricos e aqueles postos pela história do lugar, de fato, preveleceu a segunda ordem de referências na constituição das identidades.

Na análise desses fatos, a valorização das representações sobre o lugar, como referencial analítico, propiciou a compreensão de diversas práticas instituídas no cotidiano. Sem deixar que nossa análise dessas representações recaísse no julgamento do seu grau de "verdade", fizemos dessas representações pistas para conseguirmos alcançar a compreensão da relação entre o vivido e o concebido na constituição dessas práticas.

Quando investigamos as primeiras ações de reapropriação do espaço ocorridas ainda no início do século, nas quais os moradores começaram a dar novas formas e usos às casas construídas com a permissão da fábrica, foi ficando evidente que, gratativamente, as primeiras representações da moradia, concebidas no sentido estrito que as casas tinham para a fábrica, foram se modificando com a criação de novos sentidos dados pelo uso e vivência.

Desta forma, foi-se confirmando a insuficiência dos conceitos de subúrbio e periferia para a compreensão da diversidade de

aspectos que compõem a cidade na sua totalidade contraditória. Em tais conceitos, a produção da cidade é compreendida a partir da priorização do Estado e dos capitais como agentes construtores. O lugar é descrito por características genéricas depreendidas das intenções desses dois agentes. Prevalecem os "sentidos", ou funções, que o espaço urbano tem no interior de uma lógica mais geral de produção e compreensão da cidade.

A visão homogeneizante dos espaços de "moradia popular" denota não apenas o nivelamento dos sujeitos que ocupam esses espaços, mas, principalmente, os próprios limites dos referenciais analíticos, onde a forma é priorizada em detrimento do conteúdo e o geral é enfatizado em detrimento do específico. Sem conteúdo e sem especificidade, a cidade fica restrita a sua aparência material, fica restrita a um produto, e sua produção só pode ser compreendida pelos agentes "visíveis" numa estrutura tão ampla.

Ao usarmos outros referenciais analíticos, nos quais a valorização das práticas cotidianas tornam visíveis ou tangíveis as ações de outros sujeitos, a apropriação pelo uso e pelo sentido se evidenciou, gradativamente, como forma concreta de criação do lugar, através da mudança direta das formas no espaço ou indireta, como mudança de conteúdo que acaba por intervir na lógica de produção do lugar empreendida pelo capital e pelo Estado.

Em Bangu, o que comumente aparece como "desordem", ganha novos sentidos, aparece como novas ordens que se efetivam, na maior parte das vezes, sem projetos, mas através de ações individuais que, reiteradas, inintencionalmente tornam-se expressão de necessidades coletivas. Isso pode ser averiguado em vários momentos: nas favelas, que não são meros "transbordamentos" naturais, mas as soluções possíveis frente à forma autoritária de intervenção do Estado; nos conjuntos habitacionais, onde a reapropriação de um

espaço projetado de forma rigorosa acabou por se dar através de construção irregular de acréscimos.

Por certo, o que resulta disso, não é um "produto", já que a cidade e o lugar compreendidos a partir desta forma de análise não se restringem a sua aparência material e ao seu valor de troca. Ao contrário, o lugar surge como forma-conteúdo, onde a realidade prático-sensível não está desassociada das relações sociais que nela e a partir dela se estabelecem. O lugar aparece como obra, evidencia-se seu valor de uso. (SEABRA, 1993)

Mas, evidentemente, essa população que constrói nos espaços e deles se reapropria, não têm espontaneamente o sentido de obra (LEFEBVRE, 1978). Pudemos ver, na reconstituição da história do lugar, que a maior parte das ações dos moradores que tornaram-se, de certa forma, visíveis no espaço, não foram resultantes de projetos coletivos de reordenação do espaço social. Ao contrário, só mais recentemente, quando a organização dos movimentos passa a ter por objetivo a gestão política do território, poderíamos dizer que o sentido de obra começa a ser reconhecido. Isso não se dá, é certo, sem imensas dificuldades e impasses. A fragilidade da articulação entre os projetos de gestão formulados por setores mais politizados desses movimentos e as práticas cotidianas efetivamente vividas pelo restante da população parecem continuar a decretar os limites do movimento.

Ao analisarmos o trajeto do Grupo Terra e Habitação e da FAMERJ, a fragilidade dessa articulação entre o geral e o local tornou-se evidente. E aqui que, de fato, se desenham as principais dúvidas e questões que constituem, ao nosso ver, os obstáculos a serem superados com vistas à construção, efetiva, de um projeto coletivo que seja reconhecido pelo conjunto da sociedade e que envolva parcelas mais significativas da população.

Há que se levantar algumas hipótese sobre o que tem dificultado essa articulação entre o geral e o local. Em primeiro lugar, parece haver um descompasso significativo entre o rítmo da participação política no campo institucional e o rítmo possível de participação popular no cotidiano. O rítmo das discussões e decisões políticas nas instituições próprias de uma democracia representativa nas grandes cidades parece ser, em tudo, diferente do rítmo possível de acompanhamento e participação dessas discussões por parte do morador.

Ainda que em algumas cidades brasileiras os governos municipais estejam investindo na formação de instâncias de participação direta (Estado ampliado), através da formação de fóruns consultivos e deliberativos no âmbito do Poder Executivo, temos que reconhecer que no Rio de Janeiro a relação entre os setores organizados e o Executivo ainda é predominantemente mediada pelo Legislativo ou estabelecida de forma fragmentada, pelo próprio Executivo, servindo mais ao amortecimento das contradições e dos conflitos. Neste caso, a organização dos moradores em cada bairro, cada lugar, parece ser incentivada apenas para os efeitos de discussões de problemas locais, desassociados de uma visão mais ampla de gestão da cidade e do lugar.

O desafio de pensar a gestão fica, de fato, como tarefa para os movimentos mais amplos, cujas lideranças acabam por assumir o papel de mediadores na relação sociedade/poder institucional. Essa prática, por diversas vezes, tem imposto o afastamento dessas lideranças da vida nas comunidades. Seu espaço de atuação passa a ser, predominantemente, o próprio espaço institucional e a mobilização da comunidade se dá no sentido de legitimar essa "representação" e não como sedimentação de práticas participativas de todos os sujeitos que a compõem.

O fato de algumas dessas lideranças se candidatarem a cargos eletivos ou serem "premiadas" pelo Executivo com cargos administrativos, por outro lado, parece ampliar seu distanciamento da vida na comunidade, fortalecendo uma imagem pejorativa da prática política, como projeção pessoal. A liderança passa a ser vista com um certo estranhamento pela comunidade, suas vinculações partidárias são vistas com desconfiança.

Há uma série de outros motivos que parecem ampliar esse distanciamento. O próprio conhecimento construído na prática política parece afastar essas lideranças da dimensão do vivido, das práticas cotidianas em sua comunidade. O vivido passa a ser visto apenas como falseamento da realidade, como prática alienada a ser negada, sem a compreensão de que essa negação, se não for resultado de uma superação dialética, tende a representar, para o morador, apenas o total abandono de todas as suas referências, a perda de suas identidades. A discussão mais aprofundada dessas questões sugere a necessidade de ampliação de linhas de pesquisa que se dediquem a averiguar, no interior dos movimentos e dos lugares, a diversidade da apropriação de conhecimentos e delegação de "tarefas", por parte de seus membros.

O aprisionamento ao geral como "verdade", no qual as práticas construídas ao longo do tempo se perdem e as redes locais de sociabilidade não são consideradas, parece favorecer a reprodução de um tratamento homogeneizante das "camadas populares". A ênfase no reconhecimento de uma identidade de classe parece desconhecer que, na verdade, esse reconhecimento não pode se dar pelo achatamento e nivelamento das diferenças, das singularidades, mas só pela compreensão dessas singularidades na formação de uma pluralidade rica onde o individual e o social coexistem sem excluirem-se mutuamente.

Daí que a construção de uma identidade no movimento, a partir da desconsideração ou secundarização das diferenças, mostra-se frágil e incapaz de promover a organização e a conscientização sobre a necessidade de transformação social. O que se coloca como prática-modelo da transformação é, muitas vezes, uma visão niveladora das práticas sociais do "oprimido", é o abandono puro e simples de todo um leque de referências, valores, identidades que, na verdade, constituem os indivíduos enquanto sujeitos sociais.

Interessante notar que os usos, sentidos e representações pouco reconhecidos na ação dos movimentos, são intensamente apropriados politicamente pelo Estado, que os "valoriza" no discurso e na prática como forma de manutenção da dominação. A observação das formas organizativas em Bangu nos permitiu identificar que os elos entre a lógica mais geral de produção da cidade e a história do lugar permanecem intangíveis não apenas para os moradores no seu cotidiano, mas também, em certa medida, para o próprio movimento organizado. Para os primeiros, o reconhecimento e apropriação do espaço se faz no nível do vivido, constituindo-se numa representação por isolar o sentido de quem vive dos demais interesses determinantes do lugar. Para o segundo, o reconhecimento do lugar é instrumentalizado pelo concebido, pela caracterização do lugar como resultante exclusivo de ordens mais globais que, isolado dos seus demais sentidos, torna-se também uma representação.

Compreender a cidade na sua diversidade, na simultaneidade do geral e do específico na sua criação, e pensar na formulação de um projeto capaz de evidenciar a dimensão da gestão política do território como realidade possível, parecem ser as duas faces de uma mesma moeda. Neste caso, só o resgate desses elos permitirá discutir as formas de se superar os distanciamentos entre projetos, desejos e práticas dos moradores sobre a cidade. A investiga-

ção da espacialidade social de Bangu, como decorrência da relação entre as determinações mais gerais e as especificidades locais, contribui com a compreensão dessas necessidades, mas, sem dúvida, não nos permite arbitrar sobre as formas de superá-las. Essas formas só poderão ser, de fato, criadas através de processos nos quais o vivido e o concebido se articulem na própria prática social.

E possível, no entanto, concluirmos que a estratégia de organização e lutas com vistas à gestão da cidade não pode realizar-se sem a valorização dos sentidos, usos e representações constituídos no cotidiano dos moradores. Afinal, são esses sentidos, usos e representações que propiciam a luta não apenas através de intervenções na discussão e decisão sobre o presente e o futuro da cidade, mas, também, como criação efetiva de novas práticas sociais, participativas e conscientes da criação cotidiana da "obra".

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, IPLANRIO/ZAHAR Editora, 1988.

_____. *O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação.* I Simpósio de Geografia Urbana, Organizado pela AGB, São Paulo, 1989 (mimeo).

ALONSO, William. *Location and Land Use.* Cambrige, Mass, Harvard University Press, 1964.

AZEVEDO, Sérgio e ANDRADE, Luis A. G. *Habitação e Poder.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

BECKER, Berta k. "O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo". in: BECKER, Berta (org.), *Abordagems Políticas da Espacialidade.* Rio de Janeiro, Departamento de geografia/UFRJ, 1983.

BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar.* São Paulo, Ed. Schwarcz / Companhia das Letras, 1989.

BERNARDES, Lysia M.C. e SOARES, Maria T.S. *Rio de Janeiro - Cidade e Região.* Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca - IPLAN/RIO, 1987

BOLAFFI, Gabriel. "Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades economicas, alternativas operacionais e limites políticos". in: VALLADARES, Lícia (org), *Habitação em Questão.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

_____. "Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema". in: MARICATO, Ermínia (org), *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.* São paulo, Editora Alfa-Omega, 1982.

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. "Periferia da grande São Paulo - Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho" in: MARICATO, Ermínia (org), *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.* São paulo, Editora Alfa-Omega, 1982, pp. 117-154.

BRITTO, Ana Lúcia N.P. *Novas Formas de Produção Imobiliária na Periferia: O Caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro.* Dissertação apresentada ao programa de mestrado em planejamento urbano e regional (IPPUR/UFRJ), Rio de janeiro, 1990.

CARDOSO, Adauto L. et alli. *Projeto Bangu - Uma Proposta de Planejamento Participativo.* Rio de Janeiro, IAB, mimeo, 1980.

CARLOS, Ana Fani A. "Pensando Novos Caminhos da Análise Urbana". II Simpósio de Geografia Urbana, organizado pela AGB, Rio Claro, Setembro de 1991 (mimeo).

CARVALHO, Eduardo G. e LAGO, Luciana. "Produção de loteamentos na zona oeste". Relatório FINEP, IPPUR/UFRJ, 1986 (mimeo).

CARVALHO, Eduardo. *Direito e Necessidade.* Dissertação apresentada ao programa de mestrado em planejamento Urbano e regional (IPPUR/UFRJ), Rio de Janeiro, 1990.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana (1972)*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1983.

_____. *Cidade, democracia e Socialismo.* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência.* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

COELHO, Franklim D. "A Construção de Identidades Territoriais e a História da Lugar". Seminário de História Urbana, Salvador, nov/1990 (mimeo).

_____. "Projetos habitacionais do setor público e de iniciativa popular": a construção de uma esfera pública politicamente ativa". Niteroi, Cadernos de Debates, Universidade Federal Fluminense, 1990.

_____. "História urbana e movimentos sociais". in: *Cadernos PUR/UFRJ, ano III nº 1, p. 73/89*, Rio de Janeiro, 1989.

_____. "Movimentos sociais urbanos: a homogeneidade aparente". XIII reunião AMPOCS, Caxambu, 1989 (mimeo).

CORAGGIO, J. L. *Território en Transision. Crítica a la Planificacion Regional en América Latina.* Quito, Ciudad, 1987.

_____. "Dilemas da investigação urbana a partir de uma perspectiva popular na américa latina". in: *Espaço & Debates.* São Paulo, ano VIII, nº 23, 1988.

COSTA, Rogério Haesbaert. "Filosofia, Geografia e Crise da modernidade". in: *Geografia: Pesquisa e Prática Social.* São Paulo, Ed. Marco Zero/AGB, 1990.

_____. "Apresentação". in: BECKER, Berta (org), *Abordagens Políticas da Espacialidade.* Rio de Janeiro, Departamento de Geografia / UFRJ, 1983.

COUTINHO, Márcia. "Regularização de loteamento". in: *IPLAM - 4 ESTUDOS.* Rio de Janeiro, IPLAM-RIO, 1986.

DAMIANI, Amélia Luisa. "Qualidade de vida urbana: repensando a cidade". VIII Encontro Nacional dos Geógrafos, Salvador, julho de 1990 (mimeo).

_____. "Geopolítica do ambiente urbano: a integração da população ao Estado". in: *Anais III Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, AGB, Rio de Janeiro, 1993, pp. 76-82..

EGLER, Tamara. *O Chão da Nossa Casa. A produção de habitação em Recife.* Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências humanas da USP, 1986

EZPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante.* São Paulo, Cortez Editora e Editora Autores Associados, 1989.

FARAH, Marta. "Estado e habitação no Brasil: o caso dos Institutos de previdência" - in: *Espaço & Debate.* São Paulo, ano V, 1985, número 16, p. 73 /81.

FARIA, Fernando Antônio. *Três Apitos - Estudo sobre a gênese e expansão da Companhia Progresso Industrial do Brasil - 1889/1930.* Dissertação apresentado ao programa de mestrado em história, Niteroi, Universidade Federal Fluminense / IFCS, 1985.

GALVÃO, Maria do Carmo G. "Aspectos da geografia agrária do sertão Carioca" in: *Aspectos da Geografia Carioca.* Rio de janeiro, AGB/IBGE, 1962 p. 171-185.

GOMES, Paulo C. da C. e COSTA, Rogério Haesbaert. "O Espaço na Modernidade". in: *O Espaço em Questão.* São Paulo, Ed. Marco Zero - AGB, 1988.

GONDIM, Linda M. P. *Integração Social nos Conjuntos Habitacionais da Cohab-GB.* Dissertação apresentada ao programa de mestrado em planejamento urbano e regional - PUR/UFRJ, junho de 1976.

GOTTDIENER, M. & FEAGIM, Joe R. "Uma Mudança de Paradigma na Sociologia Urbana". in. *Espaço & Debate.* São Paulo, NERU, ano IX nº 28, 1989

HASENCLEVER, Lia e CARRERA, Solange. "Desempenho Recente do Sistema Financeiro de Habitação". in: *Texto para Discussão nº 179.* Rio de Janeiro, IEI / UFRJ, 1988.

HARLOE, michael. "Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas recentes teorias francesas". in: *Espaço & debate.* São Paulo, NERU, ano IX nº 28, 1989

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade.* São paulo, Ed. Hucitec, 1980.

KONDER, Leandro. *O Futuro da Filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no século XXI.* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1ª edição, 1992.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto.* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra 4ª edição, 1986.

LACLAU, Ernesto. "Os novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social". 1983 (mimeo).

LAGO, Luciana C. *O Movimento de Loteamentos do Rio de Janeiro.* Dissertação apresentada ao programa de mestrado em planejamento urbano e regional do IPPUR/UFRJ, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *El Derecho a la Ciudad.* Barcelona (Espanha), Ediciones Península, cuarta edición, 1978.

_____. *Espacio y Politica (El Derecho a la Ciudad II).* Barcelona (Espanha), Ediciones península, 1ª edición, 1976.

_____. *La Presencia e la Ausencia - Contribución a la teoria de las representaciones (1980).* México, Fundo de Cultura Economica, 1983.

_____. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno (1968).* São Paulo, Ed. Atica, 1991.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana (1977).* São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1981.

LOPES, José S. L. *Fábrica e Vila Operária - Considerações Sobre uma Forma de Servidão Burguesa - Mudança Social no Nordeste.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MANGABEIRA, Wilma C. *Lembranças de Moscouzinho (1943 - 1964): estudo sobre um conjunto residencial construído pelo Estado para trabalhadores industriais.* Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1986.

MARICATO, Hermínia. "Autoconstrução, a arquitetura possível" - in: *A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial.* São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1982 p. 71/93

MARX, Karl. "Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política". in: *TEXTOS 3.* São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1977.

_____. *O Capital - Crítica da Economia Política.* São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983 - Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MASSENA, Rosa R. "O valor da terra urbana no município do Rio de Janeiro". in: *Revista Brasileira de estatistica.* Rio de Janeiro, IBGE, 37 (148), pp. 483/536, out/dez, 1976.

MORAES, Antonio C. R. "Historicidade, consciência e construção do Espaço: notas para um debate". In. SANTOS, Milton e SOUZA, Maria A. (org), *A Construção do Espaço.* São Paulo, Ed. Nobel, 1986.

NUNES, Edison. "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". in: *Revista Lua Nova nº 17,* Centro de Estudos e Cultura Comtemporânea, São Paulo, 1989, pp. 67/92.

NUNES, Guida. *Favela - resistência Pelo Direito de Viver.* Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu: De Fábrica-Fazenda e Cidade-Fábrica a Mais uma Fábrica da Cidade.* Dissertação apresenatada ao programa de mestrado em geografia. Rio de Janeiro, Instituto de Geociências/UFRJ, 1992.

PECHAM, Robert Mose. *Gênese do Mercado Urbano de Terras, A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro.* Dissertação apresentada ao programa de mestrado em planejamento urbano e regional, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1986.

PEDRO, Alim. *Seguro Social, a Indústria Brasileira, O Instituto dos Insdustriários - IAPI.* Rio de Janeiro, biblioteca nacional, 1950.

PEREIRA, Vera Maria C. *O Coração da Fábrica.* Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

PIERSON, Donald. "O Estudo da Cidade (1943)". in: *Boletim Geográfico.* São Paulo, AGB, ano I (8) p. 51/55.

PORTO, Rubens. *O Problema das Casas Operárias e os Institutos de Aposentadorias e Pensões.* Rio de janeiro, Biblioteca Nacional, 1938.

PRETECEILLE, Edmond. "Políticas Urbanas, Equipamentos e Serviços Coletivos: elementos para um balanço das pesquisa". in: *Espaço & Debates nº 18.* São Paulo, Livraria Nobel S/A, 1986.

_____. "Equipamentos Coletivos e Consumo Social" (1977). in: *Estudos FUNDAP, nº 1, ano 1.* São Paulo, 1983.

RIBEIRO, Ana Clara T. e SILVA, Luís A. M. "Paradigmas e Movimentos Sociais: Por onde andam nossas idéias?" in: *Boletim Paulista de Geográfia.* São Paulo, AGB, 1985.

RICHARDSON, Harry W. *Economia Regional: Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileiras.* São Paulo, editora Contexto, 1988.

_____. "Desenvolvimento ou reforma urbana: concepções e contradiçOes". in: *Anais III Simpósio Nacional de Geografia Urbana.* Rio de Janeiro, AGB, 1993, pp. 107-115.

SEABRA, Odette C. L. "O encontro da geografia com Henri Lefebvre: notas para uma avaliação crítica a partir da experiência de São Paulo". in: *Anais III Simpósio Nacional de Geografia Urbana.* Rio de Janeiro, AGB, 1993, pp. 12-16.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "O Bairro Contenporâneo: ensaio de abordagem política". in: *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, IBGE 51 (2): 139-172, abr/jun, 1989.

SANTOS, Carlos N. F. - "Voltando a pensar em favelas por causa das periferia". Rio de Janeiro, mimeo, s/d.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova.* São Paulo, Ed. Hucitec, 1980.

_____. *Espaço & Método.* São Paulo, Livraria Nobel, 1985.

_____. *Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo.* São Paulo, Ed. Nobel, 1990.

SILVA, Maria Gracilda. *Bangu - Cem Anos.* Rio de Janeiro, Editado Pela CPIB (Fábrica Bangu), 1992. Baseado na Dissertação de Mestrado da autora, defendida na Universidade Federal Fluminense / IFCS, 1985.

TOPALOV, Christian. *La Urbanizacion Capitalista - Alguns elementos para su analisis.* México, Editorial Edicol, 1979.

_____. "Fazer a história da pesquisa urbana: A experiência francesa desde 1965" in: *Espaço & debate*. São Paulo, NERU, nº 23, 1988.

VALLADARES, Licia P. "Estudos recentes sobre habitação no Brasil: resenha da literatura" in: *Debates Urbanos*. Rio de Janeiro, número 3, Zahar Editora, 1983

_____. "Politicas Alternativas de Habitação Popular". in: *Espaço & debates*. São Paulo, Ano V, número 16, 1985.

VASQUEZ, Adolfo Sánches. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 4ª edição, 1990.

WARREN, Ilse Scherer. *Movimentos Sociais - Um Ensaio de Interpretação Sociológica*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989.

PUBLICAÇOES GOVERNAMENTAIS

FINEP. *Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental*. Rio de Janeiro, Vol. I, FINEP-GAP, 1985.

_____. *Habitação Popular: inventário da Ação Governamental*. Rio de janeiro, Vol. II, FINEP, 1988.

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. *Anuário estatístico da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLAM-RIO, Imprensa da Cidade, 1991.

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. "Plano Diretor - Consulta à População, Area de Planejamento ". Rio de Janeiro, SMU e Meio Ambiente/SPL, maio/agosto - 1990.

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. "Projeto de Estruturação Urbana - PEU, UEP - Bangu". Rio de Janeiro, IPLAM-RIO, 1985.

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. "Projeto Fabricão para Calçadistas". Rio de janeiro, IPLAM/Sec. Des. Econômico, setembro de 1987.

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. "Relatório sobre favelas em áreas de risco". Rio de Janeiro, SMDS, 1988.

Prefeitura Municipal de Santo André. *Direito à Cidade*. Santo André, Fundação Santo André, 1992

Prefeitura Municipal de Santo André. *Participação popular*. Santo André, Fundação Santo André, 1992.

DOCUMENTOS E IMPRESSOS LOCAIS

GRANADO, Pascoal José. "Divagações sobre a origem de nossas cousas" impresso, s/d.

_____."Histórias e estórias de Bangu (1882 a 1913)", impresso s/d.

_____. "Carta à sua Prima - Matinéia F. Guimarães - (contando coisas de Bangu", s/d.

MERCADANTE, José Franco. "Cousas de Bangu". impresso, agosto de 1975.

Relatório do Departamento Imobiliário da CPIB "O caso dos terrenos de Bangu". 1934.

REVISTAS e JORNAIS

CASINO BANGU. *Um século em Revista*. Rio de Janeiro, Casino Bangu, 1992.

Jornal "O GLOBO". Pesquisa feita no departamento de pesquisa do próprio jornal.

JORNAL DO BRASIL. Arquivo da Biblioteca Nacional e departamento de pesquisas do jornal.

JORNAL DO BRASIL. "O Rio há 100 anos". Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, edição de 7 de abril de 1991.

Revista "Inapiários" - IAPI. (Biblioteca Nacional)

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - 23 de julho de 1993.

FOTOS: Celso Brando - 1, 2, 7, 10, 11, 12, 24 e 30

Cleber Lago do Valle Mello Filho - 3, 4, 5, 6, 8, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 31, 32 e 33.

Arquivo da Companhia Imobiliária Bangu - 13, 14, 15 e 16.

Luciana Pavlova - 26, 27, 28 e 29

PLANTAS 1 e 2 - Arquivo da Companhia Progresso Industrial do Brasil

MAPAS - Secretaria Municipal de Planejamento
IPLANRIO.

ANEXO I

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

CECÍLIA SOARES DO RÊGO, por seu advogado ao final assinado, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, nos autos da

AÇÃO ORDINÁRIA

que intenta contra a COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL, cumprindo o r. despacho de fls. , em réplica, dizer o seguinte:

PRELIMINARMENTE:

Comprovado como está, através documentos, o cometimento de atos que, s. m. j. , configuram ilícitos penais, é de requerer-se a intervenção do Ministério Público.

MÉRITO

2. A ré não enfrentou o articulado na peça vestibular e assim, é de presumir-se verdadeiros os fatos alegados pela A., até porque estão os mesmos documentalmente provados, sendo de todo improcedentes as preliminares arguidas, todas elas carentes de fomento jurídico.

2.1 PRESCRIÇÃO - o prazo a que se refere o art. 2º - § 2º do Decreto nº 3.079, é para impugnação do registro de memorial de loteamento e, no caso, postula-se o cancelamento de registro de MATRÍCULAS ilegalmente abertas ...

2.2 O registro (inscrição do memorial) de que trata o Decreto-Lei nº 58, de 1937, "não tira direito de quem o tem, nem o dá a quem não o tem".

2.3 Logo, em se tratando de ato nulo de pleno direito (art. 215 da Lei nº 6.015/73), consumado em 1978, jamais produzirá efeito - o ato nulo é inexistente e portanto, imprescritível.

3. ILEGITIMIDADE AD CAUSAM - a ré procura esquecer que, em se tratando de FRAUDE e portanto, de NULIDADE/ DE PLENO DIREITO (Código Civil, art. 145, V e art. 146, combinado com o art. 215 da Lei nº 6.015/73), de ordem pública, não há que se cogitar da legitimidade do postulante.

3.1 Verifica-se então, que a A. nada mais pretende através ação direta, senão ver declarada a invalidade/ das matrículas irregulares (art. 228, § 2º da Lei nº 6.015) e assim, basta prová-la para que o M.P. como fiscal da lei - ao vê-la violada - forme ao lado do postulante que denuncia a frau de para, com o mesmo salutar objetivo, exigir o cancelamento / dos registros fraudulentos.

3.2 E a fraude é clamorosa, dolosamente / consumada, inclusive, com a conivência do 4º RGI - sem o que / não seria possível a ré conseguir, no mesmo RGI, dois registros dos mesmos imóveis.

3.3 Com efeito, os Sítios nºs. 1 e 2 do PA nº 19.340, no mesmo 4º RGI, em nome da mesma "proprietária", estão duplamente registrados, com lastro em dois (2) títulos outorgados por pessoas diferentes (Virgínia Fontoura da Cruz e Barões de Itacurussá), em datas diferentes (17/5/1905 e 28/05/ 1889), a saber:

a) o Sítio nº 1 do PA 19.340, foi registrado como tendo sido adquirido/ por compra a Virgínia Fontoura da Cruz, por escritura de 17/5/1905 do 7º Ofício, Livro nº 150, fls. 52 - documento nº 1;

b) o mesmo Sítio nº 1 do PA 19.340, / foi registrado como tendo sido adquirido por compra aos Barões de Itacurussá, por escritura lavrada às fls. 82 do Livro nº 280 do 2º Ofício de Notas, em data de 28/05/1889 - documento de fls. 27;

c) o Sítio nº 2 do PA 19.340, foi registrado como tendo sido adquirido/ por compra a Virgínia Fontoura da Cruz, por escritura 17/5/1905 do 7º Oficio, fls. 52 do livro nº 150 - - documento nº 2;

d) o mesmo Sítio nº 2 do PA 19.340, -

d) o mesmo Sítio nº 2 do PA 19.340, foi registrado como tendo sido adquirido por compra aos Barões de Itacurussá, por escritura lavrada às fls. 82 do Livro nº 280 do 2º Ofício de Notas, em 28/5/1899 - documento de fls. 31.

3.4 Verifica então, um fato sui generis e que, não fôssem as certidões comprobatórias ora acostadas, ninguem acreditaria: dois registros dos mesmos imóveis, feitos no / mesmo RGI, pela mesma "proprietária", com lastro em títulos outorgados por pessoas diferentes !

3.5 Advirta-se, por outro lado, conforme demonstrado na petição inicial e provado com os documentos a ela acostados, que o título outorgado pelos "Barões de Itacurussá" refere-se a FAZENDA DO BANGÚ (distante mais de 3.000m do local onde estão os Sítios nºs. 1 e 2 do PA 19.340), enquanto que o título outorgado por Virginia Fontoura da Cruz consigna que as terras fazem frente para fazenda dos Coqueiros e fundos na Serra da Virgem Maria, conforme destacado no croquis de fls. 4 - e, portanto, não atinge a região do "Saco do Viégas"

3.6 Logo, se a ré opera "milagres" com seus / títulos e, como que se lhes tivesse colocado "rodas" faz com que os terrenos "andem" mais de 3.000m e, ao mesmo tempo, como que / se lhes tivesse colocado "fermento", faz com que as terras "cresçam" em sua extensão e largura, não está a A. - e nunhum proprietário ou possuidor - isento do risco de ver a sua propriedade englobada no perímetro de imóvel pela ré dado em garantia hipotecaria, ou oferecido à penhora, reeditando o procedimento de que a certidão de fls. 31 dá notícia.

3.7 Com efeito, as matrículas cancelandas / foram abertas no dia 20/5/1978, deliberada e dolosamente para o fim de serem os Sítios nºs. 1 e 2 do PA 19.340 dados em garantia do Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública no Executivo que a Fazenda Estadual movia contra a Cic. Prog. Industrial do Brasil !

3.8 Ora, se a ré tinha os referidos Sítios / registrados (porém irregular e ilegalmente) como tendo sido adquiridos em maior porção por compra a Virgínia Fontoura da Cruz / (Docs. nºs. 1 e 2), qual a razão de abrir as matrículas cancelandas com base em outro título - o outorgado pelos Barões de Itacurussá -, gerando duplo registro do mesmo imóvel ?

3.9 A resposta, evidentemente, só pode ser / uma: consignando o título outorgado por Virgínia Fontoura da Cruz limites certos e inconfundíveis - frente na fazenda de Co-

- frente na fazenda de Coqueiros e FUNDOS na Serra da Virgem Maria, com 2.310,00m de extensão (da frente aos fundos), haveria o risco da Fazenda Estadual deparar com a FRAUDE e não concordar com a substituição da penhora !

3.10 Com efeito, conforme foi destacado na / petição inicial (fls. 4) e se comprova com as respectivas certões (Docs. nºs 3 e 4), as terras adquiridas pela Companhia / Progresso Industrial do Brasil a Virgínia Fontoura da Cruz, tinham:

> "121,00m de frente ou 55 braças / pela fazenda de Coqueiros, na Estrada Real de Santa Cruz e de extensão 2.310,00m ou 1050 braças, limitando-se pelo lado direito / com terras que são ou foram de Manoel Alves Pires e herdeiros / de Francisco Coelho Borges, pelo lado esquerdo, com terras que / são ou foram de Antonio Pereira/ Monteiro Torres, e pelos fundos/ com a Serra denominada Virgem Maria" (nossos os grifos) ...

3.11 Assim, se o terreno tinha 2.310,00m de extensão (frente aos fundos), o mesmo poderia ser desmembrado , como foi, em 5 Sitios, em 10, ou mais - desde que os Sítios resultantes do desmembramento ficassem contidos dentro dos 2.310 , 00m, e nunca, jamais, a extensão das terras passar de 2.310,00 m para 4.202,89m !

3.12 Logo, o que excedeu na extensão, assim/ como na largura (de 121,00m passou para 302,00m) é "grilo", razão pela qual a ré não tem título acobertando a totalidade do Sítio nº 1 e parte do Sítio nº 2.

3.12 Pela certidão da matrícula referente ao Sítio nº 1 do PA nº 19.340 (Doc. nº 5), verifica-se que o mesmo está situado "a 2.200,00m" de distancia da Av. Santa Cruz, e da Av. Santa Cruz até a divisa da Fazenda dos Coqueiros - conforme se ve da escritura de fls. 17/21 e do PA nº 19.340 (fls. 22 dos autos), temos mais 240,20m o que somados aos 20,00m de largura da Av. Santa Cruz perfaz a distancia de 2.460,20m, ou seja/ 150,20m a mais da extensão consignada no título !

3.13 Na petição inicial (fls. 4 e 5) a A. com os croquis ilustrativos deixou demonstrada a parte que

Escrivã Maria de Lourdes B. Horta Cardoso

o título outorgado por Virgínia Fontoura da Cruz acobertava, e a parte que o mesmo nunca acobertou e, no croquis abaixo a Autora assinala:

EM AZUL - a divisa com a fazenda de Coqueiros, para a qual o terreno adquirido pela ré faz frente;

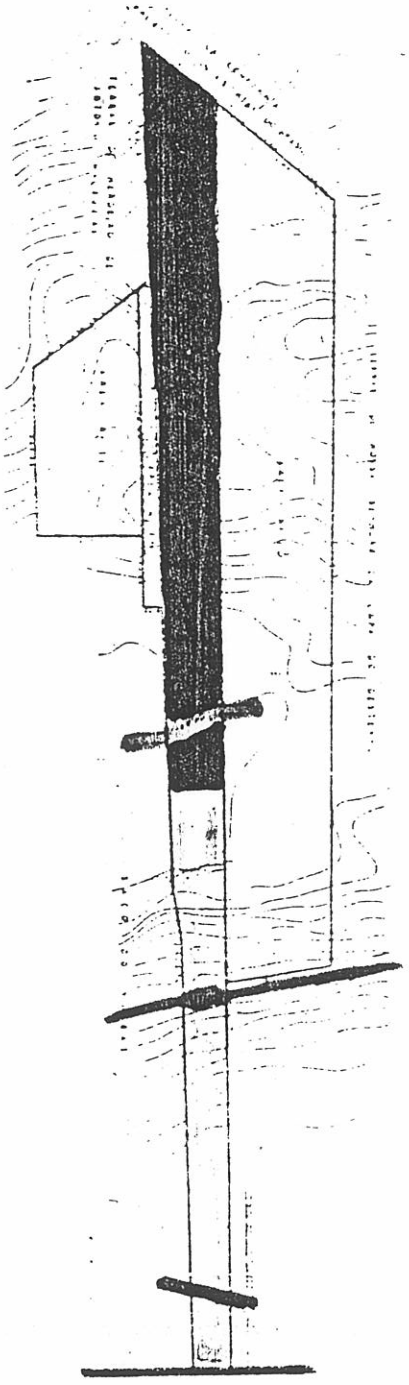
EM MARRON - a Avenida Santa Cruz, antiga Estrada Real de Santa Cruz;

EM AMARELO - a Estrada dos Viégas

EM VERDE - as terras adquiridas pela ré a Virginia Fontoura da Cruz, com a extensão consignada no título - 2.310,00m -, embora ultrapassando o limite na linhas dos fundos - Serra da Virgem Maria - conforme se vê do título;

EM VERMELHO - as terras que o título de Virginia Fontoura da Cruz nunca acobertou, e que corresponde, exatamente, a totalidade do Sitio 1 e parte do Sítio 2

EM ROSA - a linha de cumiada - vertentes / da Serra da Virgem Maria, verdadeiro limite, na linha dos fundos, das terras adquiridas pela ré a Virgínia Fontoura da Cruz e que, na realidade corresponde a os Sítios nºs. 3, 31 e 40 vendidos pela ré ao Banco Hipotecário Lar Brasileiro, com o que a Companhia Progresso Industrial / do Brasil exauriu o título - vendeu em sua totalidade o que havia adquirido a Virginia Fontoura da Cruz.



Ora, se a ré com extrema facilidade consegue com a autoridade administrativa - e Oficial do 4º RGI - a

aprovação de uma planta que fica desde logo "valendo como apresentação de título de propriedade devidamente registrado no registro de imóveis" (sic !) e, junto ao 4º RGI consegue - com a mesma / extrema facilidade - o registro da planta que "fabricou" com aumento da área e extensão real das terras - de 2.310,00m para 4.202,89m - e, ademais, obtendo DUPLO REGISTRO DO MESMO IMÓVEL, pode/ a ré quando quizer "fabricar" outra planta englobando a propriedade da A., dando-a em garantia hipotecária, ou oferecendo-a a penhora !

3.15 Logo, quem age dolosamente, "fabricando títulos de "dominio" para induzir terceiros em erro, inclusive o MM. Dr. Juiz da Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública e a Fazenda Estadual, data venia, carece, inclusive, de idoneidade moral / para se insurgir contra quem nada mais pretende senão o cancelamento das Matrículas fraudulentamente abertas no 4º RGI que, ademais, geraram a superposição com anteriores e escorreitas transcrições em nome de terceiros ...

3.16 Ressalte-se que o croquis acostado pela ré às fls. 14 é outra montagem que, futuramente, se transformará/ em mais uma "planta" que ficará "valendo como apresentação do título de propriedade devidamente registrado no registro de imóveis" - tal como a que se ve às fls. 16 dos autos ...

4. Como "3ª preliminar", a ré levianamente formula arguição de que a A. estaria agindo de ma-fé ao "omitir / intencionalmente fatos primordiais ao entendimento do pedido, distorcendo outros e falseando os demais" ...

4.1 Os fatos foram, além de simplesmente alegados, documentalmente provados com os respectivos documentos e assim, a A. reverte a fonte de origem - emissora das levianas afirmações - a pecha de litigante de ma-fé, pois quem "fabrica" títulos de domínio - fato documentalmente provado - age indubitávelmente de ma-fé, dolosamente e portanto, não tem o direito de atribuir a outrém a prática de procedimentos que lhe são peculiares .

5. A arguição de que a petição inicial é inépta - ver 4ª preliminar" - porque "calcado equivocadamente nos artigos 213, 215 e 217 da Lei 6015", é outra afirmação leviana, / pois a ré intencionalmente omitiu que a ação foi proposta com"fulcro nos artigos 145 e 146 do Código Civil" e, especialmente, nos dispositivos mencionados e pelo que se ve da petição inicial de fls. 7/10.

5.1 A leitura da peça vestibular convence / de que esta ela conforme o enunciado no art. 282 e não ofende o disposto nos incisos I e II, parágrago único do art. 295 do Cód./ de Processo Civil.

5.2 Se a posição da ré é insustentável ante a prova documental da fraude - ou fraudes - consumadas com o deliberado e escuso objetivo de "grilar" terras alheias, nem por isso- ou em razão disso - a ré poderia formular alegação carente de fo - mento jurídico, de que a peça vestibular é inepta.

6. É de estarrecer - deveras estarrecedora- - a afirmação da ré em sua contestação de fls. 40, de que as matrículas cancelandas "foram obtidas com as documentações pertinentes/ e na forma da lei, como, se necessário, será sobejamente provado".

6.1 Como tal alegação poderá ser provada ?

Qual a razão de não ter acostado desde logo/ as "documentações pertinentes e na forma da lei" à que se referiu/ na contestação ?

Será que as "documentações pertinentes e na forma da lei", são a "planta" de fls. 16 que ficou "valendo como apresentação de título de propriedade devidamente registrado no registro de imóveis" e a petição cuja cópia se encontra às fls. 15 dos autos ?

É possível, porque a apresentação de "outras documentações" é humanamente IMPOSSÍVEL - o que não existe , data venia, não pode ser materializado e exibido !

7. A impugnação ao valor da causa não pode/ ser acolhida, muito menos tem as terras (que não são de propriedade da ré) o valor apontado e, ademais, a A. postula o cancelamento das irregulares Matrículas, subsistindo as transcrições em nome de terceiros feitas no mesmo 4º RGI, referentes a áreas contidas / dentro do perímetro dos Sítios nºs. 1 e 2 do PA nº 19.340.

8 A arguição de incompetência dêsse r. / Juízo, é outra formulação meramente evasiva, pois a Douta Curadoria, na cota de fls. 32 após acurado exame dos autos, implícitamente manifestou-se pela competência do Juízo - "Sem opor a citação" .

9. Face ao exposto, reiterando o protesto / pela produção das provas mencionadas na peça vestibular - caso V. Exa. não entenda ser o caso de julgamento antecipado da lide, com/ fulcro no inciso I do art. 330 do C.P.C. -, espera a procedência / da ação, com a condenação da ré nos ônus da sucumbência.

N. Termos
P. Deferimento
Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1983

Ricardo Colucci

Ricardo Colucci OAB/RJ 7.426-P

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

Vara de Registros Públicos
Escrivã Mª de Lourdes R. Horta Cardoso

Ma
27.7.73

CECILIA SOARES DO REGO, por seu advogado ao final assinado, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência , nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA que move contra a COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL, dizer o seguinte:

1. Nos presente autos está documentalmente provado que, relativamente aos mesmos Sitios nºs. 1 e 2 do PA 19340 - existem DOIS registros dos MESMOS imóveis, lastreados em TÍTULOS E DATAS DIFERENTES, outorgados por PESSOAS DIFERENTES: Virginia Fontoura da Cruz (no ano de 1905) e "Barões de Itacurussa" no ano de 1889 ...

1.1 Logo - no mínimo, uma corrente aquisitiva é irregular e constitui clamoroso "grilo", pois inconcebível que uma mesma pessoa adquira o MESMO imóvel por títulos e fontes diferentes e assim, ad argumentandum, se escorreita fôsse a aquisição feita à Virginia Fontoura da Cruz, a oriunda dos "Barões de Itacurussá" não o seria - e vice-versa.

1.2 O cancelamento das matrículas fraudulenta e ilegalmente abertas, objeto da presente ação, é decorrência da NULIDADE DO REGISTRO, vez que o título (escritura outorgada pelos Barões de Itacurussá") refere-se a outro imóvel ("Fazenda do Bangú"), distante mais de 3.000m da região conhecida por "Saco do Viégas", outora integrante da maior porção que se constituia a antiga "Fazenda do Viégas".

1.3 In casu, tratando-se, como se fato se trata, de NULIDADE que a Lei dos Registros Públicos comina a pena de nulidade de pleno direito do registro que, uma vez provada -- "invalidam-no independentemente de ação direta" e assim, cai por terra a defesa apresentada pela ré.

1.4 Ora, se uma vez provada a NULIDADE DO REGISTRO fica o mesmo invalidado "indepentemente de ação direta", com maior razão os registros podem - e devem - ser cancelados com base em nulidade provada e postulada através ação direta ...

1.5 É evidente que não podem subsistir DOIS registros do MESMO imóvel, ainda mais em nome da MESMA proprietária !

2. E a prova de que as terras da "Fazenda do Bangú" estão muito distantes da região denominada "Saco do Viégas" - é feita com a "planta geral" (Doc. I) elaborada pela própria Companhia Progresso Industrial do Brasil no ano de 1971, através da qual se verifica na mesma - conforme assinalado: em vermelho, a divisa da "Fazenda do Bangú" e, em amarelo, a região denominada "Saco do Viégas".

2.1 Por outra planta igualmente elaborada pela própria ré no ano de 1894 (Doc. II), verifica-se que a "Fazenda do Bangú" (conforme assinalado em vermelho) tem a sua divisa caracterizada por uma linha reta partindo das nascentes do Rio Viégas, cruzando a linha da Rede Ferroviária Federal à 527,00m de distância do Viaduto da Estação de Bangú - sentido de quem se dirige para Senador Camará.

2.2 Ratificando essa linha de divisa da "Fazenda do Bangú" (à 527,00m do Viaduto da Estação de Bangú), temos a escritura de doação (Doc. III) lavrada em 18/10/48 às fls. 73v/ do livro nº 369 do 14º Ofício de Notas desta cidade, através da qual a ré faz doação a Estrada de Ferro Central do Brasil da faixa de terras dentro do perímetro da "Fazenda do Bangú", na qual estão os trilhos e demais instalações da estrada, consignando a escritura que a dita faixa tem início no Viaduto da Estação de Bangú e a extensão de 527,00m e acrescenta que a faixa: "é parte da antiga Fazenda denominada do Bangú".

3. Face ao acima exposto, requer a Vossa Excelência a juntada da presente aos autos, com os inclusos documentos.

N. Termos
P. Deferimento
Rio de Janeiro, 25 de julho de 1983

Ricardo Colucci

Ricardo Colucci - Adv. Insc. 43752

Companhia Progresso Industrial do Brasil - Fábrica Bangu
RUA TEÓFILO OTONI, 18
CEP 20090 - RIO DE JANEIRO - RJ

Rio de Janeiro,

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos

CIA. PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL-FÁBRICA BANGU, nos autos da Ação Ordinária de Cancelamento de Registro proposta por CECÍLIA SOARES DO REGO, vem, por seu advogado, adiante assinado, a vista da petição de fls. 66 e seguintes anexada pela autora, expor e requerer de V. Exª o seguinte:

-De início, assinale-se que o arrazoado e os documentos apresentados em nada contribuem para a solução do litígio, a não ser confirmar as redundâncias e incoerências formuladas pela autora, principalmente no que tange à área abrangida pelo título aquisitivo de Virgínia Fontoura da Cruz;

-Assim, na petição inicial, a autora asseverou que, com a venda feita pela ré ao Banco Lar Brasileiro (documento de fls. 17), estavam exauridos os sustentáculos do domínio referente aos sítios 1 e 2 do PAL 19.340 e, portanto, a Cia. Progresso Industrial não seria a dona das áreas abrangidas pelos mencionados sítios. Na contestação de fls. 53 (nº 3.12) a autora reformula sua posição e afirma que a ausência de cobertura atinge o sítio nº 1 e parte do sítio 2, ao passo que ,na petição inadequadamente juntada às fls. 66 e seguintes, a autora silencia, por completo, sobre o assunto;

-Na realidade, como se vê na citada escritura, foram vendidas ao Banco Lar Brasileiro terras com a extensão de 1.135,20m , enquanto que, na escritura de compra a Virgínia / Fontoura da Cruz, a ré adquiriu áreas com a extensão de

Vara da Registros Públicos
87
Escrivão Nº de Lourdes R. Horta Cardoso

extensão de 2.310,00 (documento de fls. 60), fato que justifica a mudança de pensamento da autora;

-E mais, o PA 19.340 foi registrado em 1954 (documento de fls. 22), com base no Memorial nº 30, registrado à página 64 do Livro Auxiliar nº 8, em 11 de outubro de 1938 (documento que ora se junta), no qual ficam bem definidas as aquisições, no caso em tela do PA 19340, com base nas escrituras de Virgínia Fontoura da Cruz e Carta de Adjudicação de Francisco Coelho Borges, que dão cobertura total aos cinco sítios do referido P.A.;

-Assinale-se que o registro da aquisição feita ao Espólio de Francisco Coelho Borges verificou-se no 1º Ofício do Registro de Imóveis, competente à época para a área, sendo a certidão respectiva depositada no 4º Ofício de Imóveis para de registro do referido Memorial nº 30 (certidão em anexo). Tal providência , obviamente, regularizou a titularidade das terras abrangidas pelos cinco sítios do PA 19.340, também registrado, na forma da lei;

-Entanto - e daí origina-se o equívoco deliberado da autora -, pois, as ser requerida a abertura de matrícula para os referidos sítios, no histórico da cadeia sucessória, ao invés de constar a aquisição de Francisco Coelho Borges constou, junto com o título de Virginia Fontoura da Cruz, o da aquisição feita ao Barão de Itacurussá. Tal falha, que não gera cancelamento e, muito menos nulidade, está sendo objeto de retificação, em processo que corre neste / Juízo;

-Desta forma, corrigida, na forma da lei, a cadeia sucessória do PAL 19340 contida no histórico do pedido, nada mais há para ser questionado sobre o assunto, a não ser pelas vias ordinárias, como já foi acentuado pela ré em sua contestação.

-A lei não dá guarida à autora para requerer cancelamento das matrículas, na forma em que foi proposta a ação.

-Finalmente, frize-se que a referência a sentença de usucapião, além de não demonstrado que o beneficiado encontra-se no âmbito das áreas do P.A. 19.340, é despicienda, pois os direitos registrados sobre terras usucapidas estão plenamente garantidos e possíveis questões sobre isso só podem ser suscitadas pelos interessados e não pela autora que, inclusive, não tem as suas terras no âmbito do P.A. em causa. É, realmente, uma aventura jurídica a pretensão da autora.

Vara de Registros Públicos
Capital

-Demonstrado o direito de propriedade da ré e afastadas as demais teses esdrúxulas aventadas pela autora, que trouxe aos autos argumentos e documentos inequivocamente impertinentes, com o intuito deliberado de tumultuar o andamento do feito, notadamente a petição de fls. 66 e seguintes; da mesma forma que demonstrado que a ré, na forma da lei, está regularizando o histórico aquisitivo da área, espera a improcedência do pedido e o acolhimento das preliminares, exceção, impugnação e contestação, condenada a autora nas penas previstas em lei.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1983

Antonio Barroso Fernandes
OAB-RJ 10.949

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos

Ref: Processo nº
A: CECILIA SOARES DO REGO

CIA. PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL-FÁBRICA BANGU, nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA DE CANCELAMENTO DE REGISTRO, vem, por seu advogado, adiante assinado, atendendo ao r. despacho de fls. , dizer e requerer o que abaixo se insere sobre a informação do ilustre Titular do 4º Ofício do Registro de Imóveis:

- A informação em epígrafe, de uma forma geral, está coerente, contudo, ao se reportar à RETIFICAÇÃO deferida por este Juízo, na forma do MANDADO expedido em 07 de novembro de 1983, entende a requerente que o expediente não restou muito elucidativo, como passa a esclarecer:

-O pedido de retificação deferido comportava, no que pertine ao PAL 19.340, a exclusão da aquisição feita ao Barão de Itacurussá e a averbação de que a área da Fazenda do Viegas, na qual está contido o PAL 19.340, tem a sua aquisição sustentada pelos títulos de compra feita a Virgínia Fontoura da Cruz e Espólio de Francisco Coelho / Borges, entre outros;

-Como a informação objeto da presente análise não faz menção à aquisição feita ao Espólio de Francisco Coelho Borges, fato expressamente referido da inicial do pedido de retificação deferido, entende a requerente que o processo deve voltar ao 4º Ofício do Registro de Imóveis para que seja complementada a informação em tela, pois a ressalva contida na r. sentença de acolhimento ao pedido de retificação no PAL 19340 estaria suprida, embora permaneça em aberto, pelo título do Espólio de Francisco Coelho Borges;

Face ao exposto, requer a devolução dos autos ao 4º Ofício do Registro de Imóveis, a fim de que efetive um pronunciamento sobre a questão ora levantada.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1984

Antonio Barroso Fernandes
OAB-RJ 10.949

30/7/82

Companhia Progresso Industrial do Brasil - Fábrica Bangu
RUA TEÓFILO OTONI, 18
CEP 20090 - RIO DE JANEIRO - RJ

Rio de Janeiro,

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
AO 1 OF. REG. DISTRIBUIÇÃO
Em 2 de 7 de 19 82

AO DR. CURADOR
27/8/82

COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL - FÁBRICA BANGU, estabelecida na Rua Teofilo Otoni nº 18, nesta cidade, por seu advogado, adiante assinado, vem expor e, finalmente, requerer o que abaixo se insere:

1. A Suplicante, no início deste século, tornou-se proprietária, em Bangu e adjacências, de inúmeras áreas, entre as quais as que constituiam as "Fazendas de Bangu, do Retiro e do Viegas", adquiridas, respectivamente, dos Srs. Barões de Itacurussá, Marcos José Vasconcelos, Espolio de Francisco Coelho Borges e Virgínia Fontoura da Cruz e de outros;

2. No início da década de 1950, a requerente fez realizar, nessas áreas, inúmeros desmembramentos e outros tantos loteamentos, notadamente nas áreas constitutivas das antigas Fazendas de Bangu e do Retiro, antes adquiridas dos Barões de Itacurussá e Marcos José Vasconcelos, os quais foram aprovados pela Municipalidade, calcados na planta arquivada na antiga Prefeitura do Distrito Federal (Secretaria de Viação e Obras), sob o nº 27.710, consoante despacho exarado pela Diretoria do Departamento de Obras, no bojo do processo nº 7.731.710/53, cuja cópia ora se oferece;

3. Nessa mesma epoca, entre 1953 e 1954, a requerente fez aprovar, com base na aludida planta nº 17.710, o PAL. 19.340, em parte de terras que constituiam a antiga Fazenda do Viegas, havidas do Espolio de Francisco Coelho Borges e Virginia Fontoura da Cruz, conforme carta de adjudicação expedida pelo Cartorio do 1º Oficio, da 3a. Vara de Orfãos e Sucessões da Cidade do Rio de Janeiro e escritura lavrada no 7º Oficio de Notas, da mencionada Cidade, no livro 150, fls. 52, em 17-05-1905 e devidamente registradas no 1º Oficio do Registro Geral de Imoveis nos livros 2-I, fls. 168, nº 8308 e 3F fls. 394, nº 32.453 em 30-05-1905;

4. Contudo, ao apresentar, já no 4º Oficio do Registro Geral de Imóveis, por força de lei, o consequente memorial, inscrito, posteriormente, sob o nº 168 -livro 8-C, fls. 190, em 29/11/1954, instruiu-o com os PAL. 18.850, 18.941, 18.975 (oriundos das antigas Fazendas Bangu e do Retiro) e 19.340 (oriundo da antiga Fazenda do Viegas, havida do Espolio de Francisco Coelho Borges e Virginia Fontoura da Cruz, como ja explanado acima).

5. Nessa oportunidade, de acôrdo com o artigo 1º, I, "a" e "b" do Decreto-Lei 58/37, relacionou os titulos aquisitivos, omitindo, porém, no que pertine ao PAL. 19.340, os referentes às compras feitas ao Espolio de Francisco Coelho Borges e Virginia Fontoura da Cruz, que vieram a constituir os sítios 1, 2, 3, 318 e 405 do mencionado PAL. 19.340, localizado na Av. Santa Cruz e Estrada do Viegas;

6. Em consequência, as anotações cartorárias englobaram o PAL. 19.340 como originário das terras adquiridas dos Barões de Itacurussá (antiga Fazenda Bangu) evidentemente de forma incorreta;

7. Tal ocorrência equivocada so agora foi percebida, em função do que, com base no artigo 213 e paragrafo primeiro da Lei 6.015, de 31/12/1973, requer a indispensável retificação da inscrição referente ao PAL. 19.340, para

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

Vara de Registros Públicos
Escrivão Carlos Renato Rebello Horta
120
Vara de Registros Públicos
Escrivão Carlos Renato Rebello Horta
5/2

CECILIA SOARES DO REGO, por seu advogado ao final assinado, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA que move contra a COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL, face ao respeitável despacho de fls. , dizer o seguinte:

Após suscitado perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível Regional de Bangú, nos autos das ações movidas pela/ aqui ré contra JOÃO DE JESÚS DA SILVA e outros, de que as terras / situadas de um e outro lado da Estrada do Viégas, distantes 54,00m do alinhamento da Rua Capitão Borges do Couto até a divisa das terras outrora pertencentes a Francisco Coelho Borges (estas últimas hoje de propriedade dos herdeiros de JUVENAL AZEVEDO - 4º RGI, Lº 3-BK, nº 36.698) eram de propriedade de MANOEL MARTINS PEREIRA DA SILVA, a BANGÚ tudo fez e continua fazendo para induzir o Juízo em erro.

Assim, como não encontrasse justificação válida e aceitável para o fato de possuir ela 2 títulos do mesmo imóvel (Sítios 1 e 2 do PA 19.340) supostamente adquiridos por escrituras outorgadas por pessoas diversas e lavradas em cartórios/ e datas diferentes, OPTOU por tentar induzir Vossa Excelência em erro quando, ao requerer a retificação da origem aquisitiva dos Sítios resultantes do desmembramento da "ÁREA 12" - falsamente afirmou:

> "no que pertine ao PAL 19.340, os referentes às compras feitas ao Espólio de Francisco Coelho Borges e Virgínia Fontoura da Cruz, que vieram a constituir os sítios 1, 2, 3, 318 e 405 do mencionado PAL 19.340, localizado na Av. Santa Cruz e Estrada do Viégas" (nossos os grifos).

Ocorre que as terras outrora pertencentes ao finado Francisco Coelho Borges (hoje de propriedade dos herdeiros

herdeiros de JUVENAL AZEVEDO - 4º RGI, 1º 3-BK, nº 36.698) não se confundem com as terras adquiridas a Virgínia Fontoura da Cruz, fato facilmente constatável pela cópia da planta acostada a peça vestibular como documento III, por ela verificando-se que as 4 glebas nela figuradas são distintas, a saber:

"AREA 11" - adquirida por escritura de compra e venda outorgada por Antonio Rodrigues de Frentas;

"AREA 12" - adquirida por escritura de compra e venda outorgada por Virgínia Fontoura da Cruz;

"AREA 13" - adjudicada à Companhia Progresso Industrial do Brasil nos autos do Inventário de Francisco Coelho Borges, cuja gleba em razão de litígio judicial reverteu aos herdeiros do finado Francisco Coelho Borges e estes venderam seus direitos a Maria de Lourdes Fontoura que, por sua vez vendeu o imóvel ao finado Dr. Juvenal Azevedo, conforme se ve do histórico retrospectivo da transcrição nº 36.698, fls. 227 do livro 3-BK do 4º RGI;

"AREA 14" - adquirida por escritura de compra e venda outorgada por Emma Josephina Stockles e outros, dentre os quais MANOEL MARTINS PEREIRA DA SILVA vero proprietário das terras que constituem os Sítios 1 e 2 do PA 19.340 (ver histórico retrospectivo da transcrição nº 29.419, fls. 262 do livro 3-BA do 4º RGI (Doc. I),havidas pelo dito MANOEL MARTINS PEREIRA DA SILVA como pagamento de sua cuota pela escritura de extinção do condomínio das terras pro-indiviso possuidas pelo mencionado MANOEL MARTINS PEREIRA DA SILVA, EMMA JOSEPHINA STOCKLER e Outros, ou sejam, os demais outorgantes da escritura de venda da denominada "área 14" a Companhia Progresso Industrial do Brasil.

Essa Vara do Registros Públicos

Pela referida planta (Doc. III) verifica-se, ainda, que as terras outrora pertencentes ao finado Francisco Coelho Borges - estão situadas de um lado e paralelamente, e não em continuação ao final das terras adquiridas a Virginia Fontoura da Cruz e assim, IMPROCEDE e é capciosa a insinuação no sentido de que os Sítios 1, 2, 3, 318 e 405 do PA 19.340 resultaram do desmembramento das áreas de Virgínia e de Francisco Coelho Borges !

Na verdade - como bem destacou o Oficial do 4º RGI em sua informação de fls. , o desmembramento que resultou nos Sítios 1, 2, 3, 318 e 405 do PA 19.340, foi processado com base - EXCLUSIVAMENTE no título de aquisição a Virginia Fontoura da Cruz e que, do "desmembramento" resultou no aumento da extensão originária das terras que passou, de 2310,00m para 4.202, 89m, ou seja, RESULTANDO NUMA ÁREA COM A EXTENSÃO DE 1.892,89M QUE O TÍTULO DE AQUISIÇÃO NÃO ACOBERTA !

O único ponto em que a autora concorda com a ré, é no sentido dos autos RETORNAREM AO 4º RGI - mas para que o Oficial à vista dos elementos já contidos nos autos e nos ora aduzidos (Doc. I), faça as devidas anotações para consignar que as terras situadas à 54,00m de distância da Rua Capitão Borges do Couto até a divisa com as terras outrora pertencentes ao finado Francisco Coelho Borges, SÃO DE PROPRIEDADE DE MANOEL MARTINS PEREIRA DA SILVA, assim como as terras antes pertecentes a Francisco Coelho Borges SÃO HOJE DE PROPRIEDADE DOS HERDEIROS DO FINADO DR JUVENAL AZEVEDO !

Face ao acima exposto, a autora requer a Vossa Excelência, a juntada da presente aos autos, com o incluso documento, bem como seja aberta "vista" ao Ministério Público e a intimação da ré para falar sobre o documento ora acostado - CPC, art. 398.

N. Termos
P. Deferimento
Rio de Janeiro, 18 de junho de 1984

Ricardo Colucci

Ricardo Colucci OAB 43.752

MDL

6AF-37155-200

Estado do Rio de Janeiro

4710-II

PODER JUDICIÁRIO

Registro de Imóveis - 4.º Ofício - Comarca da Capital

Avenida Rio Branco, 151 — 12.º andar

Oficial: DR. JOSÉ ROBERTO FRANCO DA SILVEIRA

CERTIFICA respondendo pedido formulado que, revendo os livros deste Registro, no período de 17 de agosto de 1917, data da sua instalação, até hoje, relativamente à freguesia de Campo Grande, do livro 3-CD, sob nº51523, fls.122, consta em nome de MANUEL JOÃO PEREIRA, casado, a transcrição do terreno designado por lote 136 da rua Capitão Borges do Couto, localizado a 169,00m da esquina ímpar da Estrada do Viegas, medindo 11,00 metros de largura por 54,00m de extensão, confrontando à esquerda com o lote 134, à direita com o 138, ambos do espólio de Augusto Carlos Rodrigues, e fundos com terrenos de Manoel Martins Pereira da Silva. Adquirido por compra ao casal de Afranio Figueiredo da Silva Jardim, pela escritura de 14 de novembro de 1968, do 20º Ofício, livro 1225, fls.8, registrada em 15 de abril de 1969. AFRANIO FIGUEIREDO DA SILVA JARDIM e sua mulher ANTONIA DO VALLE SILVA JARDIM, adquiriram por compra ao espólio de Augusto Carlos Rodrigues, pela escritura de 27 de novembro de 1958, do 20º Ofício, livro 506, fls.11v, registrada em 30 de dezembro de 1958 no livro 3-BD, sob nº30879, fls.227. O ESPÓLIO DE AUGUSTO CARLOS RODRIGUES adquiriu dos espólios de Francisco de Almeida Porto e Virgolina Leal Porto, pela carta de adjudicação extraída dos autos de arrolamento, em 5 de maio de 1948, pelo escrivão José Soares Marino, da 4ª VOS, 3º Ofício, contendo sentença de 9 de março de 1948, do Juiz Dr. Sebastião Perez Lima, contendo aditamento de 20 de novembro de 1957, contendo despacho de 13 de novembro de 1957, do Juiz Dr. Luiz Lopes de Souza, registrada em 11 de dezembro de 1957 no livro 3-BA, sob nº29419, fls.262. FRANCISCO DE ALMEIDA PORTO adquiriu de Manoel Martins Pereira da Silva, solteiro, maior, e outros, pela escritura de compra e venda de 10 de agosto de 1897, do Tabelião Belmiro Correa de Moraes, livro 93, fls.11, conforme certidão extraída dos autos de arrolamento dos bens deixados pelos finados Francisco de Almeida Porto e Virgolina Leal Porto, em 16 de junho de 1951 pelo escrivão José Soares Marino, da 4ª VOS, 3º Ofício, registrada em 11 de dezembro de 1957 no livro 3-BA, sob nº29417. -

fls.261 - Imóvel

Despachos do Governador

EXPEDIENTE DE 23 DE JULHO DE 1993

Proc. nº E-05/1943/93 - RJ - SECPLAN - OFÍCIO SECPLAN/S Nº 167/93.Autorizo.À Secretaria de Estado de Transportes, para as providências cabíveis.
Proc. nº E-17/258/93-RJ-CEG-G-654/93.
Proc. nº E-28/100.366/93 - RJ - CEHAB
AUTORIZO

Processo nº E-28/492/93 - RJ - SEHURB - OF. Nº 058/ GAB / SEHURB. Autorizo a Procuradoria Geral do Estado a aplicar recursos, até o valor de 522.164,00 URCs (Unidades Referenciais de Custos), equivalentes, em julho/93, a Cr$ 30.598.810.000,00 (trinta bilhões, quinhentos e noventa e oito milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros), provenientes do Tesouro - Ordinários não Vinculados, Fonte 00, destinados à aquisição de área em Bangu, no Município do Rio de Janeiro, para regularização fundiária de 4.000 famílias.

Processo número E-06/381.405/93 - RIOCOP - OF. Nº 681/93. Autorizo a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP a aplciar recursos, até o valor de 928.815,00 URC's (Unidades Referenciais de Custos) equivalentes em julho/93 a Cr$54.428.559.000,00 (cinquenta e quatro bilhões, quatrocentos e vinte e oito milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil cruzeiros), provenientes do Tesouro - Ordinários não Vinculados, Fonte 00, destinados a construção de 02 (duas) escolas em argamassa armada, no Bairro Aeroporto, Município de Itaperuna e no Bairro Departamento, Município de Santa Maria Madalena.

Proc. nº E-12/82.320/93 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - OF.Nº 91/93 Autorizo a Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro - DER-RJ a aplicar recursos, até o valor de 141.632,00 URC's (Unidades Referenciais de Custos) equivalentes em julho/93 a Cr$8.299.636.000,00 (oito bilhões, duzentos e noventa e nove milhões, seiscentos e trinta e seis mil cruzeiros), provenientes do Tesouro - Ordinários não Vinculados, Fonte 00, destinados a execução de melhorias na RJ-128 e seus acessos, mediante convênio com a Prefeitura Municipal de Saquarema.